

AS ATIVIDADES TURÍSTICAS DO CAMINHOS DE PEDRA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Fabiana Tramontin Bonho

Roberto Amaral Schinoff

Judite de Bem Sanson

Universidade La Salle

Introdução

O turismo cultural a muitos anos vem gerando alguns benefícios na localidade que a explora, devido as diversidades de atividades culturais que vem sendo exploradas por turistas em buscas de novas culturas e de novas vivências. Pessoas cada vez mais procuram o interior para fugir da agitação das cidades, assim como resgatar suas identidades. Bento Gonçalves, município da Serra gaúcha possui o Roteiro Turístico Caminhos de Pedra que desfruta da originalidade italiana através da gastronomia, casas históricas, costumes e folclore. Este trabalho tem como problema investigar se o turismo cultural possui estratégias de desenvolvimento e para isto, tem como pergunta norteadora: A gestão das atividades que compõem o Caminhos de Pedra é fomentadora do desenvolvimento local?

Para atingir ao objetivo proposto foi utilizado a pesquisa bibliográfica para contextualizar o Caminhos de Pedras e também os termos de turismo cultural e desenvolvimento local.

Assim, este artigo está desmembrando num primeiro momento na contextualização do turismo cultura e desenvolvimento local. Após uma breve contextualização do Roteiro Turístico Caminhos de Pedra e, por fim, as considerações finais que foram constituídas após a realização deste estudo.

Turismo cultural como fato de desenvolvimento local

O turismo é uma atividade que engloba as três dimensões: social, cultural e econômica sendo uma fonte de renda e emprego. Quando se fala em turismo, percebe-se a necessidade de uma análise sobre os processos de desenvolvimento que a atividade gera sobre esses locais, uma vez que o ser humano é parte fundamental e pertencente do meio ambiente tanto natural e cultural onde ele está inserido (MARCON, 2007).

Barretto (2003, p.19) conceitua turismo cultural como “[...] todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange”.

Corroborando Brasil (2010) traz que o turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas a vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio históricos e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Segundo Marcon (2007) o componente cultural, evidenciado pelos objetos e expressões tangíveis tanto eruditas como populares, dispõe de vasta relevância para a atividade turística, uma vez que é através das mesmas que visitantes e comunidade recebedora poderão estabelecer suas trocas culturais, sendo assim, a cultura um condutor de socialização entre os mesmos.

Os elementos do patrimônio cultural de um determinado lugar se formam em aspectos diferenciais para o desenvolvimento de produtos e para a promoção dos empreendimentos, isto se dá em razão dos restaurantes voltados



à gastronomia tradicional, pelos costumes, pelo artesanato e ambientação dos equipamentos, nas programações de lazer com manifestações culturais autênticas. (BRASIL, 2010)

O turismo cultural é formado por uma diversificação de práticas, podendo estar relacionados a diferentes segmentos, os quais podem estar relacionadas devido as peculiaridades dos territórios, dos serviços prestados aos turistas, através das atividades culturais, como arquitetura, gastronomia, artesanatos.

Assim, destacamos dentro da diversidade do turismo cultural, o chamado, roteiro turístico que é um percurso geográfico determinado, integrado por várias atrações com características comuns ou que gira em torno de uma grande atração e associa outras atividades nos deslocamentos propostos, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística. (BRASIL, 2010)

Os roteiros turísticos têm um papel estratégico para o desenvolvimento regional ou local, pelo fato de descentralizar o fluxo turístico, estimulando a visita entre vários pontos e, desta forma, gerando negócios para o comércio local, como para restaurantes, pousadas, parques, os quais geram aspectos positivos na economia.

Compreende-se o desenvolvimento local como um esforço para promover os diversos fatores que se relacionam dentro de um território limitado por suas características próprias e que provocam mudanças internas. Conforme Büttgenbender (2017), o desenvolvimento endógeno se origina da transformação consciente da realidade local. Vale ressaltar que o desenvolvimento local é o desenvolvimento da localidade, o qual poderá ser endógeno ou exógeno, sendo endógeno quando se utilizam as forças, as características e a estrutura daquele local; exógeno, quando se faz necessário a utilização de elemento externos, pois os do local não são suficientes para suprir as atividades da comunidade (AVILA, 2001).

O conceito de desenvolvimento endógeno está ligado à capacidade dos sujeitos locais, como empresas, organizações, sindicatos ou outras instituições, de impulsionar o processo de desenvolvimento e de crescimento (GUERRA; GÓES, 2007). Pois, para que o turismo cultural possa contribuir efetivamente para as diversas ofertas turísticas, é essencial que os gestores públicos juntamente com os privados tenham conhecimento das especificadas relacionadas ao ordenamento, estruturação, e promoção do segmento. Assim como, devem possuir conhecimento das políticas públicas de turismo, para poderem aplicá-las de forma corretas em todas as atividades dos diferentes segmentos que se constituem no local.

Assim, o desenvolvimento endógeno tem como princípio o foco regional, maiores contribuições para a problemática das desigualdades, melhores instrumentos de políticas para a sua correção e sugestões que caminhem da base para o topo (SANTOS, 2013). Para haver desenvolvimento endógeno, necessita-se de iniciativas locais no processo de desenvolvimento, de produção e competitividade da força local para superar os efeitos da globalização, em que se constata uma maior preocupação com o ser humano, com melhores condições de vida e também com a redução das desigualdades (SANTOS, 2013).

Dessa forma, o desenvolvimento endógeno vai além das medidas puramente ligadas à acumulação e à industrialização. Esse crescimento se evidencia em iniciativas que busquem a melhoria das condições sociais, a liberdade do homem e que ocorra também o desenvolvimento humano (BROSE, 2000).

Zapata e Albuquerque (2004) comentam que o desenvolvimento local onde a esfera social se integra a econômica, sendo a estratégia do desenvolvimento local preconiza além de fortalecer os aspectos produtivos, deverá fomentar as esferas sociais, culturais, ambientais e político-institucionais o qual desenvolvem o bem estar da sociedade. Assim, a percepção dos elementos culturais de identidade territorial compõe informações que irão ajuda no entendimento das relações que se cristalizam no território, sendo seu entendimento essencial para qualquer ação e estratégia de desenvolvimento local.

Os autores ainda colocam que se deve insistir em que a identidade regional não seja compreendida como um ativo preexistente num território, mas seja percebido como um ativo intangível que poderá ser constituído



localmente, por meio de geração de espaços e articulação e confianças entre os atores sociais para enfrentarem os desafios básicos.

O Roteiro Turístico Caminhos de Pedra

O Roteiro Caminhos de Pedra localiza-se em Bento Gonçalves, que se encontra na região do Sul do Brasil, a cerca de 124 km de Porto Alegre. Bento Gonçalves tem a maior parte composta pela ocupação rural, sendo que sua ocupação não seu deu de forma fácil, pois a cultura e as construções relacionadas à imigração eram menosprezadas pela população local (BERTOCO; MEDEIROS, 2015).

O “Caminhos de Pedra” é uma das ações que visam à valorização da imigração italiana, esta ocorreu de forma tardia, apenas nos anos 1990, com a intenção de promover a reabilitação ambiental, o desenvolvimento econômico e humano na comunidade rural por meio de um roteiro turístico. Porém, alguns problemas existiam como a preocupação inicial de preservar e valorizar as antigas edificações que representavam, para a população, naquele momento, a vergonha de sentirem-se brasileiros de segunda categoria. Assim como, o custo de sua manutenção, onde se fazia presente e necessário encontrar uma forma em que a conservação da herança cultural proporcionasse renda aos usuários (BERTOCO; MEDEIROS, 2015).

Desta forma, o arquiteto Julio Posenato e o engenheiro Tarcísio Vasco Michelin, percebendo o grande potencial do local, foram os idealizadores do projeto o qual definiu como objetivo principal a educação da comunidade do Distrito de São Pedro, a valorização da história e do patrimônio cultural herdado dos imigrantes, assim como a gestão deste patrimônio, resgatando a memória do local e transformando-o em um atrativo turístico (CAMINHOS DE PEDRA, 2020).

Julio Posenato e Tarcísio Vasco Michelin foram os primeiros gestores culturais do roteiro Caminhos de Pedra, aqueles que arquitetaram, administraram, desenvolvendo as primeiras regras e normas, os quais os estabelecimentos deveriam cumprir. A gestão destes dois empreendedores, sem grande conhecimento no campo da cultura, criou um roteiro turístico que fomentou o desenvolvimento local, através do resgate da cultura italiana. Além da parte de idealização Michelin utilizou de recursos próprios de seu Hotel Dall’Onder para restaurar as primeiras quatro casas e fazer algumas obras mais emergenciais.

Os gestores culturais são capazes de sistematizar as dimensões, econômica, simbólica e política cultural, na perspectiva de incentivo dos direitos culturais, assim como a solidificação de políticas públicas.

Segundo Rubim (2016) a gestão cultural envolve a operações administrativas e práticas necessárias para dar efetividade as políticas culturais, as quais correspondem aos processos de conjuntos articulados, contínuos e sistemáticos de produções e ações que orientam o desenvolvimento da cultura e atendem as demandas culturais da sociedade.

Assim, o sucesso do projeto animou tanto os idealizadores quanto a comunidade. O projeto contemplava o resgate do patrimônio cultural bem como o arquitetônico, língua, folclore, arte, habilidades manuais, etc. E a partir de 1998 o projeto foi aprovado pelo Conselho Estadual de Cultural e passou a captar recursos das empresas locais através da Lei de Incentivo à Cultura do Estado do RS (CAMINHOS DE PEDRA, 2020).

De acordo com Silva, os patrimônios culturais

também chamados de bens culturais, tanto os materiais quanto os imateriais, são, antes de tudo, um cenário aberto para construções, perpetuações e ressignificações. Como os palimpsestos medievais, os bens culturais tiveram e têm uma gama variada de funções e de usos, contando com narrativas que transitam entre a tradição e a modernidade, a identidade local/nacional e a pertença a uma cultura/comunidade maior, no qual são, por vezes, regionalizados internacionalmente como elementos da cultura ocidental, oriental, latina, europeia, etc., e, em outras ocasiões, universalizados – no sentido iluminista do termo, ou seja, que engloba a humanidade (SILVA, 2018, p. 01).

Hoje, a Associação Caminhos de Pedra conta com cerca de 70 associados, possuindo 28 pontos de visitação, os quais se constituem em seus bens culturais. Destacam-se dois pontos de visitação, os mais antigos do roteiro Caminhos de Pedra, a primeira, apresentada pela imagem 1 é a Pousada Cantelli, de pedra, construída em 1878 que a partir de 2011 começou a receber seus primeiros hóspedes. Esta bem foi a primeira casa de hospedagem do roteiro. E a segunda, também hoje uma pousada, foi construída por volta de 1878 com pedras irregulares, possui um porão, o qual teve a finalidade para funcionar como estábulo, onde no inverno os moradores dormiam juntos com os animais para se aquecerem (imagem 2).

Imagem 1 – Pousada Cantelli



Fonte: Caminhos de Pedra, 2020.

Imagem 2 – Pousada Casa Barp



Fonte: Caminhos de Pedra, 2020.

O roteiro Caminhos de Pedra é considerado pioneiro no Brasil em termos de turismo rural e cultural, recebendo em torno de 100.000 turistas, em média, no ano em seus 28 pontos de visitação. É considerado um promissor na preservação do patrimônio, na consolidação da identidade e na viabilização econômica, e assim no fomento do desenvolvimento local.

Considerações finais

O roteiro Caminhos de Pedra demonstra a importância da imigração italiana, através do resgate de todo o seu patrimônio cultural, isto é, abrangendo desde a parte arquitetônica, o folclore, a arte, a língua, as habilidades manuais, assim como grupos artísticos.

O mesmo fomenta o desenvolvimento da localidade, pois recebe em média anual 100.000 turistas, os quais percorrem e desfrutam dos diferentes pontos de visitação do roteiro, gerando desta forma renda aos proprietários e



componentes da Associação, como, também receita para o município através de impostos sobre as vendas e outras fontes derivadas do turismo.

Por fim, ressalta-se a gestão dos idealizadores que conseguiram criar e manter suas estratégias com sucesso, desenvolvendo uma atividade cultural, através do turismo que alavancou com as visitas turísticas o município, a economia através da geração de receita e assim, o desenvolvimento local.

Referências

- ÁVILA, V. F. de. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2001.
- BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades de planejamento. Coleção Turismo. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- BERTOCCO, C.; MEDEIROS, A. E. **Sustentabilidade, planejamento urbano e instrumentos de gestão do patrimônio e da paisagem cultural em Bento Gonçalves / RS**. Olhares da Reabilitação Ambiental Sustentável. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo. n. 14. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/issue/view/397>>. Acesso em: 23 mai. 2020.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020
- BROSE, M. Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: **103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- BÜTTENBENDER, P. L. Desenvolvimento local. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mario (Orgs). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. Porto Alegre: Conceito, 2017.
- CAMINHOS DE PEDRA. Associação Caminhos de Pedra. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.caminhosdepedra.org.br/historico/>>. Acesso em: 21 mai. 2020.
- GUERRA, O.; GÓES, T. R. Desenvolvimento endógeno e teoria evolucionista como fundamentação para políticas públicas em arranjos produtivos locais. ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 3, 2007, Salvador. [Anais...] Salvador: [s. n.], 2007.
- MARCON, E. M. G. O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas “Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões”. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 5, n. 3 p. 343-352, 2007. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/5307/PS060307.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2020.
- RUBIM, A. A. C.; CANAL, C. Y.; BAYARDO, R. (Org.) Panorama da gestão cultural na Ibero-américa. Salvador: EDUFBA, 2016. IN: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas e Gestão Cultural no Brasil**. p. 59-84. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23897/1/PanoramaDaGest%c3%a3oCulturalNaIbero-Am%c3%a9rica%28Cole%c3%a7%c3%a3oCult23%29_%20Rubim.Canal.Bayardo.EDUFBA.pdf>
- SANTOS, J. R. R. dos S. **Universidade pública e desenvolvimento local**: a presença da Universidade Estadual e Santa Cruz (Uesc) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008. Bahia: Editus, 2013.
- SILVA, C. A. F.; Rodrigo Christofolletti (org.) – **Bens Culturais e Relações Internacionais**: O Patrimônio como Espelho do ‘Soft Power’, MIDAS [Online]. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/midas/1337>>. Acesso em: 16 set. 2020.



ZAPATA, T.; ALBURQUERQUE, F. A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 211–225. Disponível em: <<https://www.sedetur.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20170525/04092540-1353522830-a-20import-c3-a2ncia-20da-20estrat-c3-a9gia-20de-20desenvolvimento-20local-20territorial-20no-20brasil-20-20albu.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.



**BRASÍLIA, PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO:
A PRESERVAÇÃO DO PLANO PILOTO (1960-1987)***Vinícius José Mira**Fernando Cesar Sossai**Diego Finder Machado***Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE****Introdução**

Este artigo vincula-se ao projeto intitulado “Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança em rede do Patrimônio Mundial (1990-2020)” (PCM-III), financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade da Região de Joinville (Univille), bem como se associa aos atuais estudos empreendidos pelo grupo de pesquisa Cidade, Cultura e Diferença da Univille (GPCCD - <https://gpccd.org/>). O artigo visa socializar os resultados da fase de revisão bibliográfica da pesquisa de iniciação científica intitulada “Brasília, patrimônio mundial da UNESCO: cidade funcional modernista e cidade inteligente? (1981-1990)”, além de procurar evidenciar os caminhos em aberto na historiografia sobre o assunto que a pesquisa almejará dar conta na sua continuidade.

Brasília e seu conceito de Plano Piloto

Inaugurada em 21 de abril de 1960, depois de 3,5 anos de construção, Brasília foi reconhecida como Patrimônio Mundial da UNESCO em 7 de dezembro de 1987, em função de seu suposto valor universal excepcional. Os critérios para sua escolha foram o I e IV que sinalizam, respectivamente, que o bem representa “uma obra-prima do gênio criativo humano” e “um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre um significativo estágio da história humana” (UNESCO, 2019, p.25, tradução nossa).

As principais características excepcionais de Brasília são, segundo as palavras de Lúcio Costa, responsável pela concepção urbana do plano-piloto de Brasília, as quatro escalas urbanas da cidade⁵: monumental, residencial, gregária e bucólica (COSTA, 1987). As escalas são sinalizadas pela bibliografia como uma filiação brasileira à concepção urbana funcionalista dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e de seu manifesto, a Carta de Atenas, de 1933 (REIS, 2011), em que se defendeu que as quatro funções essenciais da cidade são trabalhar, habitar, circular e recrear-se (CIAM, 1933).

Além disso, também são características excepcionais as superquadras: um conceito de quarteirões arborizados com espaços de livre circulação entre as residências familiares (REIS, 2015); a estrutura viária fluída que “funciona como arcabouço integrador das várias escalas urbanas” (COSTA, 1987, p.4); e a arquitetura de Oscar Niemeyer, materializada em diversas construções localizadas no eixo Monumental, a saber, as sedes dos 3 poderes (Palácio

5 “A escala monumental, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do país, está configurada no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti. [...] A escala residencial, proporcionando uma nova maneira de viver, própria de Brasília, está configurada ao longo das alas Sul e Norte do Eixo Rodoviário-Residencial [...]. A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da intersecção dos eixos monumental e rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitais, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte. [...] A escala bucólica, que confere a Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificadas ou institucionalmente previstos para edificação e destinados à preservação paisagísticas e ao lazer [...]” (DISTRITO FEDERAL, 1987).

do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal), o Palácio do Itamaraty, o Palácio da Alvorada e a Catedral Metropolitana, entre outros.

Em se tratando dos estudos urbanísticos de Brasília, um dos conceitos estruturantes é o de “espaço urbano”, tendo em vista que, ao se tratar de Brasília enquanto patrimônio lida-se com uma poligonal urbana tombada, ou seja, um recorte espacial dinâmico nas múltiplas práticas cotidianas. Nesse sentido, concordamos com o entendimento de Sossai e Coelho (2018, p. 122), para quem o “espaço urbano é um lugar praticado e sua existência consiste no conjunto dos movimentos que o animam, ou seja, na multiplicidade de práticas sociais que cotidianamente o produzem”.

Outro conceito fundamental é o de “Plano Piloto” e a sua conotação dicotômica. Nessa direção, vale a pena citar os trabalhos de Thiago Pereira Perpétuo (2015; 2016), que distinguem o plano-piloto de 1956 (concepção urbanística de disposição espacial de Lúcio Costa que venceu o concurso para o “projeto urbanístico” da nova capital) e o Plano Piloto (a realidade físico-territorial que é, parcialmente, decorrente do projeto e que foi contemplada pelas iniciativas de salvaguarda).

Nesse ponto, os conceitos de “espaço urbano” e “Plano Piloto” se cruzam, uma vez que é a prática cotidiana do lugar e o seu conjunto de movimentos que o produzem enquanto realidade físico-territorial.

Uma cidade que já nasceu patrimônio?

Embora se cogitasse transferir a capital do Brasil para o interior do país pelo menos desde o Século XVIII, a mudança definitiva só começou a se materializar a partir da República de 1946, quando as Disposições Transitórias da Constituição determinavam a transferência da capital para o Planalto Central e a elaboração de um grupo de trabalho para proceder com o estudo da localidade da nova capital. A transferência da capital para o Planalto Central do país foi incorporada no plano de governo de Juscelino Kubitschek ainda durante a campanha eleitoral e acabou se tornando a grande bandeira de seu mandato, sendo Brasília a Meta-Síntese do seu Plano de Metas (KUBITSCHKEK, 2000).

Em virtude da dimensão dessa empreitada, que ganhou conotações personalistas na figura de Juscelino, o malogro de Brasília representaria a morte política de JK (PERPÉTUO, 2018). Nesse sentido, há um ímpeto do então presidente em garantir a preservação da capital recém-nascida, que se materializou em dois projetos de leis, sendo apenas um deles aprovado. A pesquisa irá avançar mais na investigação das nuances desse ímpeto preservacionista de JK.

Seja como for, o projeto de Lei nº 1.921, encaminhado ao Congresso em 19 de maio de 1960, criava o Conselho de Supervisão e Controle de Arquitetura, Arte e Urbanismo de Brasília, visando garantir o cumprimento integral do plano-piloto. Apesar de um início de tramitação promissor, o projeto não teve continuidade parlamentar após o governo de JK e acabou sendo arquivado, em 1964, em função da já existência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, criado por meio da Lei nº 4.545, de 1964, cujo regimento foi aprovado pelo Decreto nº 115, de 12 de setembro de 1961 (PERPÉTUO, 2018). Brasília ainda teve um outro mecanismo legal de proteção, qual seja, a Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, também conhecida como Lei San Tiago Dantas, deputado do PTB que foi relator do projeto. O art. 38 da lei, situado nas disposições gerais, legisla que “qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal” (BRASIL, 1960). Isso quer dizer que mesmo antes de inaugurada, Brasília já tinha um dispositivo legal de defesa do plano-piloto (PERPÉTUO, 2015; 2018).

Brasília Patrimônio Mundial

A noção de patrimônio mundial foi estabelecida pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972, a qual foi ratificada pelo Brasil em 1977. Trata-se de um mecanismo internacional voltado à proteção de bens de valor universal excepcional cuja preservação é, presumidamente, de



interesse global. Conforme o artigo 1º dessa Convenção, podem ser considerados patrimônios mundiais culturais:

[...] os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, Art. 1º)

De acordo com Scifoni (2017), a Convenção de 1972 impulsionou a mundialização de uma certa experiência de preservação europeia, especialmente francesa, muito pautada na monumentalidade e excepcionalidade dos bens. Peixoto (2002, p. 39) afirma que o status de patrimônio mundial da UNESCO funciona como uma “distinção e a referência simbólica e emblemática por excelência dos processos de patrimonialização”. Assim como Brasília, historicamente, os bens candidatos à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO foram escolhidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial, composto por 21 integrantes de diferentes países, sazonalmente eleitos.

Em meados em 1985, o recém-nomeado Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, direcionou as atividades do GT-Brasília (1981-1988), um grupo de trabalho composto por profissionais do IPHAN, UnB e Governo do DF incumbido de pensar a preservação de Brasília, para elaborar o dossiê de candidatura da cidade à condição de Patrimônio Mundial (SILVA, 2019). Paralelamente ao trabalho do grupo há uma série de movimentações de bastidores, especialmente as atividades do Ministério da Relações Exteriores (Itamaraty), por meio da embaixada brasileira na UNESCO, de modo a assegurar a indicação de Brasília (PERALVA, 1988). Sinalizamos que tanto os meandros desses bastidores, quanto as motivações de José Aparecido de Oliveira em promover a candidatura de Brasília carecem de uma pesquisa mais detalhada, tendo em vista que existem lacunas na historiografia que aborda o assunto.

Uma das exigências do ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, organismo internacional ligado à UNESCO, para a inclusão de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial era a necessidade de existência de um mecanismo legal que protegesse o Plano Piloto de Brasília (ICOMOS, 1987). A pendência foi sanada com o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, que protegeu as escalas urbanas da cidade (monumental, gregária, bucólica e residencial) e delimitou as dimensões espaciais do Plano Piloto como um bem cultural de valor universal excepcional⁶.

Cabe destacar que o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, consistiu na regulamentação do art. 38º da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960. A bibliografia sinaliza que há uma indefinição conceitual (PERPÉTUO, 2015; 2016), uma vez que os dois instrumentos legais legislam sobre coisas diferentes. O artigo 38 da lei de 1960 visava garantir a execução do plano piloto (a concepção urbanística de disposição espacial de Lúcio Costa que venceu o concurso para o “projeto urbanístico” da nova capital), especialmente em um momento que a cidade ainda estava sendo construída, enquanto que o Decreto de 1987 protegeu o Plano Piloto (a realidade físico-territorial que é, parcialmente, decorrente daquele projeto).

Seja como for, Brasília logrou a indicação à condição de Patrimônio Mundial em 1987, com uma poligonal urbana de 112,25km², sendo um dos primeiros bens contemporâneos a obter a inclusão na Lista da UNESCO.

6 A poligonal urbana de Brasília reconhecida pela UNESCO e institucionalizada pelo Decreto 10.829, de 1987, tem como limite: a Leste, a orla do Lago Paranoá; a Oeste, a Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA; ao Sul, o Córrego Vicente Pires; ao Norte, o Córrego Bananal.

Considerações finais

Este artigo visou discutir dois momentos distintos de proteção do espaço urbano de Brasília, materializados em seus instrumentos legais, posicionando-os em seus respectivos tempos históricos e em diálogo com a historiografia. Nesse sentido, reforçamos que os resultados parciais ora apresentados dizem respeito à fase de revisão bibliográfica de nossa pesquisa. Desse modo, algumas das questões em aberto poderão ser analisadas a partir do estudo das fontes primárias de nossa investigação (processos de patrimonialização nacional e mundial de Brasília).

Referências

- BRASIL. **Lei nº 3.751**, de 13 de abril de 1960. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. 1960. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3751-13-abril-1960-354316-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- CIAM. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Atenas, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- COSTA, L. **Brasília revisitada, 1985-1987**: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. Anexo I do Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Disponível em: <<http://urbanistasporbrasil.weebly.com/uploads/9/4/0/4/9404764/brasiliarevisitada.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829**, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/2-decreto-10_829-1987.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.
- KUBITSCHKE, J. **Por que construir Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000. 477p.
- ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. Paris, 1987. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/document/153496>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- PEIXOTO, P. A corrida ao status de Patrimônio Mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas**, n 1, p. 23-45, 2002. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/veredas_01_p_023-045.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- PERALVA, O. **Brasília, Patrimônio Da Humanidade**: um relatório. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. 244p.
- PERPÉTUO, T. P. Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). IPHAN, 2015.
- PERPÉTUO, T. P. Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. In: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **Patrimônio em transformação**: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016. p.52-77. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/patrimonio_em_transformacao_brasilia_r.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020
- PERPÉTUO, T. P. Origens da preservação de Brasília em debate: novas problematizações. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v.10, n.2, p.314-333, maio/ago, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8652098>>. Acesso em: 17 jul. 2020.



REIS, C. M. **Gestão de centros históricos no Brasil**: as cidades patrimônio mundial, o caso de Brasília e São Luís. Tese de Doutorado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília - UNB, 2011.

REIS, C. M. Superquadras de Brasília: uma nova maneira de morar. In: REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes; PINTO, Ricardo Costa (org.); **Supequadra de Brasília**: preservando um lugar de viver. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2015. p.9-11.

SCIFONI, S. Mundialização e a construção política do Patrimônio Mundial. In: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (org.) **Bens culturais e relações internacionais**: o patrimônio como espelho do soft power. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017. p. 87-98

SILVA, J. G. da. **O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital**. Dissertação de (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília - UNB, 2019.

SOSSAI, F. C.; COELHO, I. Patrimônio cultural e turismo: tensões contemporâneas. **Anos 90**, v. 25, n. 48, p. 117-150, dez. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/81665/51364>>. Acesso em: 12 maio 2020.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2019. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/guidelines/>>. Acesso em: 28 set. 2020.



O PAPEL DE UM CENTRO DE MEMÓRIA PARA O NEGÓCIO DA BAGERGS: NOTAS DE IMPLANTAÇÃO

Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves

Moisés Waismann

Universidade La Salle

Introdução

Como bem aborda Gondar (2006), a memória não é considerada similar em nenhuma área de conhecimento, mas contempla uma pluralidade de definições originadas de variadas perspectivas e discursos. Da mesma forma a memória empresarial, é muito além de apresentar uma reconstrução do passado de uma organização, é um marco onde as pessoas revivem e dividem suas experiências e, de certa forma, se aproximam da trajetória da empresa refletindo sobre suas expectativas futuras. (WORCMAN, 2004).

A importância da análise de uma memória empresarial está no argumento de Hobsbawm (1998) quando diz que “todos os seres humanos, todas as coletividades e todas as instituições necessitam de um passado (...)” (HOBSBAWN, 1998, p. 270).

Logo, considerando a relevância do tema, criam-se os Centros de Memória como uma forma de revisitar o passado e difundir as histórias empresariais para o meio onde estão inseridas. Como exemplos dessa aplicação, cita-se o Centro de Memória Bunge criado em 1994 que possui mais de 1.5 milhão de documentos e trazem além da história da organização, a evolução de valores e costumes da própria sociedade brasileira. O acervo pode ser acessado em formato online e tem como principais objetivos a guarda e preservação de documentos, a disseminação do conhecimento e a utilização do acervo para tomadas estratégicas de gestão.

Outra instituição a ser exemplificada é o Museu Banrisul ao qual faz parte da estrutura interna do Banco do Estado do Rio Grande do sul. Situado no Centro Histórico de Porto Alegre, tem o objetivo de pesquisar e divulgar a sua história, preservar o patrimônio histórico do Banco, além de valorizar as identidades profissionais e afetivas das pessoas que construíram e que constroem o Banrisul.

Por conseguinte, tem-se como objetivo desta comunicação verificar como um Centro de Memória pode contribuir para agregar valor a outra frente do Banco: o Banrisul Armazéns Gerais S/A (Bagergs). Para isso, este texto está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na segunda parte apresenta-se e discute-se o papel/função/atividade de um Centro de Memória, na terceira parte apresenta-se um breve histórico da Bagergs, assim como a sua operação atual e na quarta parte rascunha-se algumas breves notas para a implantação de um Centro de Memória na instituição. Na sequência, apontam-se as considerações finais e a bibliografia utilizada.

Centro de Memória

Um Centro de Memória é capaz de descrever e organizar documentos e objetos de uma instituição, isto é, instituir o seu acervo com o objetivo de rememorar o passado apresentado, trazendo-o para o presente e criando novas narrativas a partir desse contexto (SMIT, 2020). Com um acervo, fisicamente representado, a instituição cria uma conexão com a sua comunidade interna (dirigentes e colaboradores) e a sua comunidade externa (clientes, prestadores de serviços e vizinhança), ou seja, há uma proximidade com os seus usuários, levando em conta uma linguagem coesa e adjacente à sua comunidade.



Neste viés, Paulo Nassar (2008) traz a sensibilização ao cumprimento das responsabilidades de uma organização com sua perspectiva histórica onde os acontecimentos passados também fazem parte do comprometimento futuro. Para o autor, quando a organização entende que seu papel vai além do seu segmento de negócio, ela se sente devedora em relação à comunidade e passa a assumir um caráter memorial onde precisa devolver à sociedade parte de sua história, incluindo a comunidade no seu campo cultural.

Em tese, uma instituição organiza um Centro de Memória para produzir, coletar ou acumular documentos e objetos que sirvam como garantia para o funcionamento institucional ou, ainda, para manter coleções relacionadas à sua atuação, constituindo-se uma memória da organização da sua história (passado) e de seu funcionamento (presente). (SMIT, 2020).

Essa organização tem como base ser uma unidade social com a função de justificar suas atividades por meio da legitimidade e estabelecer padrões para avaliar sua eficiência e produtividade, sob um quadro estruturalista onde se constrói e se reconstrói (ETZIONI, 1989). Ainda as organizações consistem em uma associação de pessoas com tarefas particulares às suas funções e que se caracterizam pela produção de bens e/ou serviços para uma sociedade, já as instituições têm por função básica atender uma demanda social, é estruturada por pessoas que se aproximam em suas crenças, valores e comportamentos e que são regidas de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos. (BERNARDES, 1993).

No que diz respeito ao Centro de Memória, este se justifica para a própria instituição, para a pesquisa interna e para a pesquisa histórica sobre a organização no tempo. Outrossim, pode ser considerado como um agente que fortalece a identidade, ou seja, rememora escolhas feitas e caminhos percorridos pela instituição. Traz a consolidação de valores e a fixação de elementos que constituem sua memória e a distingue. Também trazem uma responsabilidade histórica e sustentável, pois as organizações vão além da produção de bens e serviços, elas retêm significados socioculturais. (CAMARGO, GOULART, 2015).

O Centro de Memória pode ser visto como um agente estratégico para as organizações, onde é possível reforçar conexões com seus diferentes públicos “garantindo visibilidade a suas ações e funcionando como um verdadeiro trunfo em situações de crise.” (CAMARGO, GOULART, 2015, p. 22). Busca-se, na sequência, apresentar o Banrisul Armazéns Gerais S/A (Bagergs), como forma de contextualizar a instituição abordada para este estudo.

Bagers

O Banrisul Armazéns Gerais S/A, conhecido como Bagers, está inserido no campo logístico e é um dos Portos Secos do Estado do Rio Grande do Sul. Estes Portos Secos estão localizados nas regiões da Serra (Caxias do Sul), do Vale dos Sinos (Novo Hamburgo), no interior do Estado (Jaguarão, Santana do Livramento e Uruguaiana) e na Região Metropolitana de Porto Alegre (Canoas), se distribuindo entre Estações Aduaneiras Interiores (EADI), Portos Secos de Fronteira e Portos Secos Ferroviários. (SDAERGS, 2020).

A Bagers iniciou suas atividades em 1953, operando no setor de armazenagem e conservação de mercadorias e até o ano de 1974 dedicava-se exclusivamente à armazenagem de cargas nacionais. A partir desta data, começou a operar na exploração de Entrepósito Aduaneiro de Importação e Exportação e como Depósito Alfandegado Certificado/Porto Seco.

Inicialmente fundada no município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, a Bagers mudou-se para a cidade de Canoas na década de 1980 e dispõe de máquinas e equipamentos de última geração, operando com mercadorias paletizadas e não paletizadas. Sua área total é de 107.300m², com zona coberta para armazenagem de 34.000m². Dentro dessa estrutura há, igualmente, um pórtico para movimentação de contêineres. Fazem parte também de sua estrutura órgãos importantes que atuam na liberação e conferência de cargas e mercadorias. São eles: Receita Federal, Ministério da Agricultura, Anvisa, Representação de Escritórios de Despachantes Aduaneiros,

Escritório de Transportadoras e Agenciadoras de Cargas.

Além disso, a Bagergs possui diversos documentos que representam seus arquivos históricos e entre eles é possível encontrar as Atas de Assembleia, as Atas do Conselho de Administração e as Atas de Estatuto Social desde 1953, ano de sua fundação. Hoje este material está disperso e sem um acervo específico para compilar todos os dados acerca de sua memória e que seja de fácil acesso aos possíveis usuários.

Notas para Implantação

A implantação de um Centro de Memória vem auxiliar a instituição a reunir seus documentos que estão limitados apenas ao público interno a partir de um diagnóstico amplo dos documentos e/ou objetos disseminados pela empresa (CAMARGO, GOULART, 2015).

Porém esse tipo de projeto exige investimentos como um acervo físico e softwares específicos (CAMARGO e GOULART, 2015), além de outros fatores imprescindíveis para a materialização de um Centro de Memória. Como notas para sua implantação, utiliza-se o material de base do Itaú Cultural: “Centros de memória - manual básico para implantação” (2013) e apresenta-se, na sequência, os elementos descritos no quadro 1:

Quadro 1 – Etapas para implantação de um Centro de Memória (ITAÚ CULTURAL, 2013).

1	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Definição de linhas de ação e infraestrutura	3	INFRAESTRUTURA: ESPAÇOS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	
		Grupo gestor - o envolvimento da alta direção			
		Composição do acervo			
		Definição dos produtos e serviços	4	TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO	Identificação, classificação e descrição
Formação da equipe	Tecnologia da informação: definição do software de banco de dados				
2	FORMAÇÃO DO ACERVO	Os arquivos como locais de preservação da memória			Catálogo do acervo
		Levantamento da produção documental			Vocabulário controlado
		Tipos documentais representativos das diversas funções da instituição	5	CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO	Gestão de documentos digitais
		Controlar ambiental			
					Embalagens
					Higienização

Fonte: Elaborado pela própria autora

O primeiro passo é a elaboração de um planejamento estratégico definindo objetivos e atividades que o Centro de Memória desempenhará, relacionando este à visão da empresa e focando na amplitude de bens e serviços. Além disso, é necessário definir quais materiais o Centro de Memória comportará (documentos, fotos, gravações, entrevistas, objetos).

Também se faz necessária a definição de quais serviços o Centro de Memória oferecerá, se seu foco é apenas o tratamento do acervo ou para além dele, a produção de conteúdo levando em consideração a contribuição do acervo para a atuação da instituição. A partir daí, é possível desenhar a infraestrutura com base nas atividades que se pretende desenvolver e a figura do gestor da alta direção é fundamental, pois ele precisa estar envolvido no projeto e dar o aval necessário à sua implantação.

Ainda dentro do planejamento estratégico, é necessário definir a composição do acervo, ou seja, estipular quais materiais serão recolhidos para integrá-lo e definir os produtos e/ou serviços que o Centro de Memória poderá oferecer como a produção de conteúdo através de exposições, pesquisas temáticas, atendimento de visitas ou desenvolvimento de sites, por exemplo, tudo isso através de uma equipe multidisciplinar que possa gerir as atividades ao qual o Centro de Memória se propõe.

Quanto à formação do acervo, os arquivos passam a serem vistos como locais de referência sobre a memória e quando estes são preservados em um acervo histórico, tornam-se vivos novamente. Através de uma política de acervo é possível definir quais documentos têm valor histórico para a instituição e precisam ser preservados, quais representam a memória da instituição, quais são compatíveis com a atividade da empresa e quais podem ser recolhidos pelo Centro de Memória sem causar impacto em outras áreas.

Alguns exemplos de documentos que podem compor o acervo são os estatutos, regimentos, atas de assembleia e de reuniões dos conselhos e diretoria, relatórios de planejamento estratégico, organogramas, planos de negócios, normas políticas, jornais internos, boletins, publicações, planos de comunicação, vídeos institucionais, prêmios, diplomas, catálogos de produtos, brindes, projetos de patrocínios, entre outros.

No que diz respeito à infraestrutura de um Centro de Memória, esta dependerá do volume de documentos e/ou objetos que pretendem ser preservados, ou seja, quanto maior a quantidade de elementos, mais complexa será a estrutura como armários, estantes, sistema de climatização ambiental, sistema de segurança e equipamentos técnicos.

Sobre o tratamento técnico do acervo, todas as informações coletadas no levantamento da produção documental necessitam ser consolidadas e identificadas, sistematizadas por ordem de classificação e descritas para que se tornem compreensíveis ao pesquisador.

Ainda, o desenvolvimento de uma ferramenta de base de dados se faz necessária para o controle do acervo, bem como para gerenciá-lo e ampliar as possibilidades de pesquisa. Esse sistema de dados poderá ser adquirido pela empresa através da compra de um software no mercado, da contratação de uma empresa de desenvolvimento de sistemas ou de uma equipe interna de tecnologia da informação (TI).

Já a catalogação do acervo é a elaboração da estrutura de campos do sistema de dados, identificando as informações necessárias ao acervo e criando uma base de informações, desde o início do trabalho. Um controle ou uma planilha de catalogação pode conter informações como código, título, conteúdo, autoria, datas cronológicas, características físicas, estado de conservação e observações pertinentes ao documento/objeto. Isso tudo por meio de um vocabulário estruturado e controlado, ou seja, os termos escolhidos para descrever os documentos devem auxiliar na compreensão do acervo e ampliar o seu desempenho de pesquisa.

Em caso de documentos digitais, a ferramenta de banco de dados utilizada pelo acervo deve ser compatível com a inserção de documentos digitais e imagens garantindo também a preservação dos mesmos.

A última fase aqui exposta diz respeito à conservação e preservação do acervo, ou seja, ao conjunto de medidas destinadas a assegurar a integridade física dos arquivos, reprimindo a ação de agentes de deterioração. Entre essas medidas está o controle ambiental e de armazenamento dos documentos que visam controlar fatores como temperatura, umidade do ar, poluição atmosférica e luminosidade.

Outra medida se refere às embalagens específicas de acordo com as características de cada documento como caixas-arquivos, pastas ou envelopes, que facilitam o manuseio e ajudam na proteção. Os documentos não devem ficar muito tempo expostos e fora de suas embalagens e após finalização de um trabalho ou consulta, devem ser imediatamente acondicionados ao seu lugar de origem. A higienização constante também deve fazer parte do acervo, por meio de uma área de trabalho limpa, aderência de luvas ao manusear os documentos, entre outros.

Logo, através de um Centro de Memória é possível detalhar e classificar os documentos inserindo-os em um determinado contexto histórico, mesmo porque como compreende Novafala (Orwell, 1984, publicado em 1949, apud SMIT, 2020) “O passado, refletiu ele, não fora simplesmente alterado; na verdade fora destruído. Pois como fazer para verificar o mais óbvio dos fatos, quando o único registro de sua veracidade estava em sua memória?”



Conclusões

Esta comunicação teve como objetivo verificar como um Centro de Memória pode contribuir para agregar valor ao negócio do Banrisul Armazéns Gerais S/A, (Bagergs). Desta forma, discutiu-se o papel/função/atividade de um Centro de Memória, para além de organizar e difundir documentos e objetos, mas atender uma necessidade estratégica da organização onde essa reforça conexões com a comunidade interna e externa, se destacando de seus concorrentes. Na continuidade apresentou-se a Bagergs, operadora no setor de armazenamento de mercadorias, atuante como Porto Seco na Região Metropolitana de Porto Alegre e ainda se propôs breves notas para a implantação de um Centro de Memória, onde apresentou-se um exemplo de roteiro com o objetivo de, através das etapas discutidas para sua inserção, seja possível reforçar a identidade e a memória da Bagergs perante a sociedade. Finaliza-se aqui este estudo e espera-se com essa comunicação promover o debate para tal iniciativa.

Referências

- BAGERGS. Apresentação Institucional. Disponível em: <<http://www.bagergs.com.br/bmj/link/sitev2/Default.asp?Modulo=Institucional&Page=ApresentacaoInstitucional>>. Acesso em: 1 jun. 2019.
- BERNARDES, C. **Teoria geral da administração**: a análise integrada das organizações. São Paulo: Atlas, 1993.
- BUNGE, Fundação. **Centro de Memória Bunge**. Disponível em: <<http://www.fundacaobunge.org.br/programas/centro-de-memoria-bunge/>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- CAMARGO, A. M.; GOULART, S. **Centros de Memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 61-87.
- CULTURAL, Itaú. **Centros de Memória**: Manual básico para implantação. São Paulo: Itaú Cultural, 2013.
- ETZIONI, A. **Organizações modernas**. 8 ed. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GONDAR, J. **Cinco proposições sobre memória social**. Morpheus, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929>>. Acesso em: 29 maio 2020.
- HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução: Maria Célia Paoli. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MUSEUSBR. **Museu Banrisul**. Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/espaco/8183/>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- NASSAR, P. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.
- SMIT, J. W. Funções Endógenas e Exógenas: O Desenho do Acervo - Aula 3. **Curso Centros de Memória: Fundamentos e Perspectivas**. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/outros-eventos/curso-de-actualiza%C3%A7%C3%A3o-centros-de-mem%C3%B3ria-fundamentos-e-perspectivas/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- SDAERGS, Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do Rio Grande do Sul. **Portos Secos do RS**. Disponível em: <<http://www.sdaergs.com.br/portos-secos-rs>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- WORCMAN, K. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, P. (Org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004. p. 23-30.

A GESTÃO DA FERROVIA DO VINHO COMO CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Roberto Amaral Schinoff

Fabiana Tramontin Bonho

Judite de Bem Sanson

Universidade La Salle

Introdução

Dentre os modais de transportes, o ferroviário demonstra ser importante na construção da história econômica, social e política do país. Diante a este fato, coloca-se como importante patrimônio cultural. Os trilhos possuem em seu DNA a atividade de meio para o transporte de cargas e passageiros através das locomotivas e seus vagões, os quais que ao longo dos anos foram e continuam sendo adaptados para uma nova utilização: o trem turístico, possibilitando desenvolver a preservação patrimonial, seja de elementos diretamente relacionados ao transporte ferroviário, ou de outros intrínsecos à cultura do espaço, assim como acontece com ferrovia do vinho no Estado do RS.

Seguindo esta linha de raciocínio, o presente artigo busca investigar quais são as ações e estratégias adotadas pela gestão da ferrovia do vinho para atender e fomentar a preservação patrimonial através de sua linha turística entre os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi/RS. Procurar-se-á responder a pergunta norteadora: A gestão da ferrovia do vinho possui ações que proporcionam a conservação do patrimônio cultural?

Desta forma, para responder o problema de pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentar e conceituar o patrimônio cultural e para contextualizar a gestão da ferrovia do vinho.

Assim, o leitor primeiramente irá encontrar uma fundamentação teórica e contextualização sobre o patrimônio cultural, as ferrovias turísticas e sua importância, a ferrovia do vinho e a gestão da ferrovia do vinho. E, por último, as considerações finais que foram construídas com a finalização desta pesquisa.

Patrimônio Cultural

Brasil (2010) conceitua patrimônio histórico e cultural como sendo:

[...] os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. Sendo os bens culturais aqueles de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Assim, o patrimônio cultural pode ser definido como fonte para a formatação de produtos turísticos singulares, a diversidade e a identidade cultural como fator de diferenciação para a oferta de atividades complementares e o posicionamento competitivo dos destinos e roteiros turísticos (BRASIL, p. 48).

Barreto (2006) traz que a conservação do patrimônio cultural é fundamental para os elementos de um determinado território, momento este que, proporciona ao turista um reencontro com o passado e sua identidade além de ser um potencial atrativo cultural no planejamento turístico da região.

Segundo Rubim (2016) a gestão cultural envolve as operações administrativas e práticas necessárias para dar



efetividade às políticas culturais, as quais correspondem aos processos de conjuntos articulados, contínuos e sistemáticos de produções e ações que orientam o desenvolvimento da cultura e atendem as demandas culturais da sociedade.

Diante da afirmação de Rubim, as adaptações e mudanças propostas pela empresa Giordani Turismo, uma empresa do segmento de turismo a qual é a atual administradora do trecho férreo, vão de encontro com a proposta do autor, em renovar, recriar de forma ordenada e cronológica os fatos e os ambientes de passagem do turista.

Os componentes do patrimônio cultural de uma região se formam através de particularidades diferentes, que no seu conjunto irão desenvolver os empreendimentos locais, isso ocorre, devido a diversidade das atividades que poderão ser pelos restaurantes com A gastronomia tradicional, pelo artesanato local na decoração e ambientação dos equipamentos, e também pelas programações de entretenimento através das manifestações culturais autênticas (BRASIL, 2010).

Dando continuidade na abordagem a respeito do patrimônio cultural, à próxima sessão irá abordar as ferrovias turísticas, demonstrando a sua ligação com o patrimônio cultural e sua importância, além dos pontos que devem ser considerados para que uma ferrovia turística seja identificada e qualificada.

As ferrovias turísticas e sua importância

Conforme Di Roná (2002), ao analisar os diferentes meios de transportes utilizados no turismo, o autor explica que o turismo através do transporte ferroviário pode ser dividido em dois grandes segmentos: a utilização das ferrovias como transporte entre duas áreas de interesse turístico, podendo assim determinar origem e destino; e as ferrovias como a própria atração turística, neste caso se dando em função de quatro fatores: áreas que a linha atravessa (com cunhos de preservação ambiental ou interesse histórico), tecnologia avançada apresentada pelo modal, preservação histórica também apresentada pelo modal e serviços oferecidos a bordo.

De acordo com Brasil (2010), a expressão “turismo ferroviário” pode ser considerada em uma análise previa como uma classificação do turismo atrelado ao meio de transporte tendo como finalidade da viagem a utilização dos trens, cujo a sua singularidade corrobora para a diversificação da oferta turística. O turismo ferroviário pode ser considerado um tipo de turismo cultural por estar associado a este segmento.

O turismo cultural está ligado ao patrimônio histórico, e este abrange não só meios edificados e naturais, mas também a riqueza cultural humana, denominada de patrimônio imaterial. Portanto, patrimônio histórico e cultural não se limita apenas ao que está diante à visão, mas também que podem ser ressaltados por outros meios sensoriais (BARRETO, 2006).

Ainda conforme Brasil (2010), o Turismo Cultural possui diversas alternativas de construção de produtos turísticos-culturais sustentáveis sendo eles por meio da valorização do patrimônio cultural, disponibilizando desta forma aos novos consumidores que estão cada vez mais interessados em buscar os conhecimentos sobre a cultura de determinado local.

Alguns pontos devem ser levados em consideração para identificarmos e qualificarmos uma ferrovia turística como atentar para sua localização, extensão e formas de gestão. Essas variáveis servem de balizadores gerais e a conjugação destes fatores nos auxilia a explicar de que formas essas ferrovias são convertidas e comercializadas como produtos turísticos. Em relação a localização, é fundamental que o local seja de fácil acesso ao público para que sejam viavelmente econômicas (ALLIS, 2006).

A próxima sessão irá apresentar a ferrovia do vinho, uma ferrovia turística localizada no Estado do Rio Grande do Sul e alguns atrativos locais, bem como suas locomotivas movidas à vapor.



A ferrovia do vinho

As principais estações turísticas da ferrovia do vinho, são as de Bento Gonçalves e Garibaldi. Estas duas estações tiveram o início de suas atividades econômicas em 1919 com a administração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) e servia para o transporte de passageiros e mercadorias até o ano de 1976, onde foram encerradas as suas atividades. Com o projeto inicial voltado ao turismo, em 1978, as mesmas linhas que ligavam Garibaldi e Bento Gonçalves retornam suas atividades agora com a administração da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA).

Localizada no Vale dos Vinhedos, mais precisamente entre os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi, a ferrovia do vinho, ou o Trem do Vinho, também conhecido como Trem da Uva ou simplesmente Maria Fumaça, é uma linha ferroviária turística que teve como objetivo inicial na década de 1990 o passeio turístico a vapor, o qual ao longo dos anos foi se remodelando e criando novos atrativos à viagem.

Este atrativo turístico ocorre desde o início da década de 1990, mais precisamente a partir de 1993, atendendo seus turistas em dois sentidos: Bento Gonçalves / Garibaldi e Garibaldi / Bento Gonçalves.

O trem do passeio acontece em uma locomotiva a vapor do século XIX. Para a realização deste passeio, a empresa dispõe de dois modelos de locomotivas, a americana Mikado 156 e a alemã Yung 4 que se alternam conforme a necessidade de cada momento. As duas locomotivas são abastecidas por lenha ou carvão mineral que aquece a água e a transforma em energia através do vapor. Em sua composição, cada locomotiva é composta por seis vagões temáticos (Imagem 1).

Imagem 1 – Locomotiva Mikado 156



Fonte: Ferrovia do Vinho, 2020

O passeio ao longo da ferrovia do vinho, percorre 23 quilômetros entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa, no estado do Rio Grande do Sul mas, até chegar nesta configuração atual, passou por outra fase, onde não haviam participações de grupos artísticos externos. O turista que realizar este passeio irá conhecer e aprofundar aspectos da cultura local, uma vez que o passeio é composto por encenações lúdicas e diversas animações culturais, além do turista poder degustar produtos típicos da região como vinho, champanha, suco de uva e queijo. As animações acontecem no interior do trem e nas plataformas das estações ferroviárias. Tais atividades são realizadas por artistas da própria região, que dividem com os turistas as músicas, os cantos e as histórias lúdicas através do teatro. Os turistas advêm de diferentes regiões do país, inclusive do exterior, em sua grande maioria através de grupos de excursões que adquirem o pacote turístico. Outra parte dos turistas, chegam até o local de forma individual, com suas famílias sem o pacote turístico, uma vez que o local é aberto a todos os públicos.

Gestão da Ferrovia do vinho

Para dar maior originalidade e promover este embarque ao túnel do tempo aos turistas, a gestão da empresa Giordani Turismo identificou como oportunidade uma vez que no passado ali havia trens Maria Fumaça e que já não estavam sendo utilizados, se pensou em reformá-los, preservando sua originalidade. Este trabalho de preservação da caracterização foi realizado na sede da RFFSA, em Porto Alegre, e após sua reforma retornaram a Bento Gonçalves para logo em seguida começarem a circular no trajeto turístico.

No início da realização da série de passeios não acontecia a apresentação dos animadores lúdicos no local, embora sempre houvesse som mecânico com a intenção de despertar o interesse do turista para as músicas gaúcha e italiana.

De acordo com Beni (2004), o turismo cultural, turismo de lazer e turismo lúdico utiliza em razão do tipo de atividade que o turista desenvolve. Além de reconhecer o objetivo a que se propõe o turismo cultural, faz referência a esse tipo de turismo no sentido de que esse possa servir de componente atrativo a regiões potencialmente turísticas por produzir expressões e atividades que servem como fatores motivacionais aos turistas que desejam conhecer os hábitos e costumes de determinada população ou local.

Conforme Smith (1992), o turismo cultural está intimamente relacionado com o turismo histórico, estabelecendo uma relação de afinidade entre eles, servindo como ponte entre ambos.

Buscando tornar o passeio ainda mais lúdico e mais gratificante aos turistas, os gestores da ferrovia do vinho decidiram convidar na localidade pequenos grupos de cantores e corais que emocionam os turistas, cantando músicas dos folclores italiano e gaúcho dentro do trem e nas estações férreas com o objetivo de resgatar e divulgar as culturas italiana e gaúcha.

Dois grupos são responsáveis pelo entretenimento dos turistas, são eles: o grupo de coro Imigrante e Terra Nostra, realizando um revezamento entre turnos para atender a demanda dos turistas. Além do grupo de coral, dividido em duplas, o grupo de teatro realiza um revezamento muito semelhante, podendo atender aos turistas de forma síncrona com o coral em ambos os turnos. O grupo de teatro Dissidentes costuma atuar nos passeios de fim de semana, e o grupo de teatro Orelhas de Abano, durante a semana. Os demais artistas atuam no passeio tanto nos fins de semana como nos demais dias.

Desta forma, surgiu a iniciativa de oferecer aos turistas animações culturais e lúdicas durante o trajeto do passeio. As animações acontecem de forma simultânea em cada vagão e os personagens vão percorrendo os vagões. Entre as atrações (imagem 2) está o grupo teatral Os gaúchos.

Imagem 2 – Os Gaúchos



Fonte: Atração os Gaúchos, 2020

Ao longo do tempo, os gestores da ferrovia do vinho introduziram como atração um mini show nas plataformas das estações férreas de Garibaldi e Bento Gonçalves. Este show aborda uma viagem pelo tempo, proporcionando aos turistas que tirem fotografias à moda antiga caracterizados com roupas de época dos imigrantes italianos.



Considerações finais

A participação da comunidade para a preservação do patrimônio é de fundamental importância, pois através do seu envolvimento e participação, naturalmente o sentimento de pertencimento ao espaço se mantém e prospera.

A ferrovia do vinho demonstra um recorte temporal da imigração italiana, através do resgate do seu patrimônio cultural, retratando de uma forma lúdica o folclore, a arte e os costumes destes através das músicas e encenações teatrais com participação de grupos locais.

A valorização e a preservação da cultura das ferrovias e o envolvimento dos moradores da localidade em resgatar as memórias e culturas típicas, seja como agentes de multiplicação ou através de atrações lúdicas ou de qualquer outra natureza, é um exemplo de coexistência positiva entre a cultura e o patrimônio cultural.

As iniciativas por parte da gestão da empresa de turismo Giordani, em resgatar as características originais, por meios das locomotivas, dos ambientes, das vestimentas, e os adereços e principalmente pela integração com os turistas, foi relevante para a conservação e continuidade do resgate cultural. Outro ponto de vital importância foi a participação e envolvimento da comunidade local em interagir e contribuir na reconstrução destes ambientes e proporcionar aos visitantes este resgate cultural.

As frentes de trabalhos visando buscar a valorização e preservação do patrimônio cultural, mas principalmente o imaterial, abordando formas lúdicas que promovam o imaginário dos turistas e seu envolvimento através de sua participação conforme apresentado neste artigo, retrata a capacidade e o potencial tanto de empresas privadas e associações em contribuir e estimular o envolvimento completo da comunidade.

Referências

- ALLIS, T. Turismo, patrimônio cultural e transporte ferroviário: um estudo sobre as ferrovias turísticas no Brasil e Argentina. **Dissertação** Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2006. 232.
- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 6. ed. Campinas: Papirus, 2006.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2004.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020
- BUENAS Dicas. **Tudo sobre o passeio de Maria Fumaça na Serra Gaúcha**. Disponível em: <<https://www.buenasdicas.com/trem-maria-fumaca-10838/>>. Acesso em: 21 set. 2020.
- DI RONÁ, R. **Transportes no Turismo**. Barueri: Editora Manole, 2002.
- PORTAL Gramado News. **Maria Fumaça opera com 50% da ocupação e Parque Epopeia Italiana fica fechado até 31 de março**. Disponível em: <<https://portalgramadonews.com.br/maria-fumaca-opera-com-50-da-ocupacao-e-parque-epopeia-italiana-fica-fechado-ate-31-de-marco/>>. Acesso em: 21 set. 2020.

RUBIM, A. A. C.; CANAL, C. Y.; BAYARDO, R. (Org.) Panorama da gestão cultural na Ibero-América. Salvador: EDUFBA, 2016. IN: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas e Gestão Cultural no Brasil**. p. 59-84. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23897/1/PanoramaDaGest%C3%A3oCulturalNaIbero-Am%C3%A9rica%28Cole%C3%A7%C3%A3oCult23%29_%20Rubim.Canal.Bayardo.EDUFBA.pdf>.

SMITH, V. **Anfitriones e invitados**: antropologia del turismo. Madrid: Ediciones Endymion, 1992.



MEMÓRIA DE GESTÃO CULTURAL DURANTE O PERÍODO DO REGIME MILITAR

Thiago Buzatto Storck

Judite Sanson de Bem

Universidade La Salle

Introdução

Este artigo tem por objetivo resgatar a memória da gestão cultural no período do regime militar no Brasil, como objeto de estudo, serão observados os investimentos realizados no Auditório Araújo Vianna, pois o auditório foi reinaugurado no bairro Bom Fim em Porto Alegre no ano de 1964. Como problema de pesquisa, pretende-se investigar se a gestão cultural sofreu algum tipo de repressão neste período e como se deu seu avanço nesta época. Assim a pergunta norteadora deste problema é: houve gestão cultural durante o regime militar ou somente recessão?

Para atingir o objetivo proposto e tentar responder ao problema de pesquisa, optou-se por utilizar o método de pesquisa bibliográfica que, segundo Lima e Mioto (2007) é o meio pelo qual o pesquisador consegue uma base sólida para consolidar os dados apresentados através de pesquisas em materiais publicados como livros, artigos e periódicos. Além destes foram realizadas buscas em documentos publicados que retratem a gestão cultural do período.

Primeiramente o leitor irá encontrar uma breve contextualização sobre o período do regime militar juntamente com um estudo sobre a gestão cultura ao longo deste período e quais documentos registram as memórias desta época. Após, uma breve contextualização sobre o Auditório Araújo Vianna e a gestão do mesmo durante o período estudado. Por fim as considerações finais que puderam ser construídas ao longo da pesquisa realizada.

Regime Militar e a Gestão Cultural

O período do regime militar, também conhecido como ditadura militar ou golpe militar, teve início no ano de 1964 e permaneceu até 1985. Assim no dia 1º de abril o então Presidente João Goulart foi deposto, sendo instaurado no país seu novo regime político.

Este sistema, até hoje divide opiniões, havendo aqueles que defendem como um período de renovação, justiça, combate à corrupção e ao caos dos governos anteriores. Assim como há quem defenda que foi um dos piores momentos da história do país, marcado por censuras, opressões e autoritarismo militar (COUTO, 1999; CARDOSO, 2014).

Anterior ao regime militar, as questões culturais ficavam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) (CALABRE, 2006). Já durante o regime militar uma das propostas do governo foi em relação ao incentivo e promoção à cultura tendo em 1966 sido criado o Conselho Federal da Cultura (CFC) juntamente com o Plano Nacional de Cultura (PNC) que visava incentivos financeiros, planejamentos culturais e a criação de órgãos governamentais para este fim (FERNANDES, 2013).

Independente das controversas opiniões, o regime militar foi instaurado com uma proposta de organizar e regulamentar a produção e a distribuição cultural do país. E estas ações deveriam estar em consonância com o projeto de modernização do território nacional (FERNANDES, 2013; PAIVA, 2014).

Nas décadas de 1960 e 1970 o governo investiu em políticas culturais visando o incentivo ao consumo de bens culturais e em criação de órgãos culturais que até hoje se fazem presentes como a Fundação Nacional de Artes (Funarte), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além destes foram criados o Conselho



Nacional de Direito Autoral (CNDIA) e o Conselho Nacional de Cinema (extintos em 1990) (SILVA, 2011).

Em contrapartida o governo militar também fechou alguns órgãos populares que até então faziam parte dos movimentos culturais, como os Centros Populares de Cultura (CPC), o Movimento Popular da Cultura, entre outros. (PAIVA, 2014)

Foi durante o governo militar que a telecomunicação avançou através de incentivos financeiros e financiamentos, principalmente canais de televisão atingindo níveis nacionais de audiência, sobretudo emissoras do Rio de Janeiro e São Paulo, transmitindo notícias e entretenimento para todo o país. Além da televisão produções cinematográficas foram incentivadas pelo governo militar (COUTO, 1999, SILVA, 2011).

O que o governo censurava não era a cultura em si, mas o que seria apresentado, principalmente com a criação do AI5 (Ato Institucional número 5), que permitia ao governo intervir em qualquer peça teatral, filme, programas de televisão através de força militar. Para que um espetáculo fosse aprovado, o interessado deveria enviar ao CFC um formulário, especificando o que seria apresentado como roteiro, falas, figurinos, cenários e tudo mais que fosse preciso utilizar no espetáculo ou no produto cultural. Após aprovação pelo CFC o mesmo poderia ser rodado sem problemas (CALABRE, 2006; PAIVA, 2014).

Os movimentos de esquerda representados por artistas, pensadores contrários ao regime e algumas universidades sofreram repressão contra seus manifestos artísticos e culturais pois apresentavam, sobretudo, críticas ao governo militar, e como estava previsto pelo AI5 estes atos e manifestações não seriam considerados parte da cultura do país, pois serviriam apenas para criar insatisfação, confusão, incertezas e revoltas na população (CARDOSO, 2014; COUTO, 1999).

Miceli (1984) e Ortiz (1988) explicam que nesta época o investimento por parte de grandes empresários em cultura se fortaleceu, pois, produções teatrais, programas de televisão rádios e cinema viraram oportunidades de negócios para quem cumpria as regras impostas pela censura do governo.

Como exemplo pode-se destacar os grandes clássicos literários que viraram filmes durante o período analisado, como Macunaíma (1969) O Cortiço (1978), O Guarani (1979), Morte e Vida Severina (1977) e Brás Cubas (1985) (G1, 2013). Outros clássicos do cinema brasileiro surgiram nesta mesma época, como os filmes dos trapalhões que marcaram gerações na década de 70, Dona Flor e seus 2 Maridos (1976) , Xica da Silva (1976) entre outros clássicos. Ramos (2004) relata que a década de 70-80 estava aquecida para produções brasileiras, tanto de televisão quanto cinema e que este período proporcional abrangência e reconhecimento internacional.

Memória Cultural do Regime Militar

Além das leis de criação do CFC e do PNC, tendo como exemplo o decreto número 74 de 21 de novembro de 1966 que cria o Conselho Federal de Cultura, publicado em Diário Oficial da União, existem os relatos gravados por diversos artistas que na época tiveram que ser exilados, pois sofreram com ações da censura do governo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Entre tantos podem-se elencar cantores e compositores:

- Caetano Veloso e Gilberto Gil: Para eles o exílio foi necessário pois sofriam represarias por parte do governo devido suas músicas apresentarem temas com opiniões contrárias ao que pregava às políticas do governo militar (BALDASSARINI JÚNIOR, 2015; VELOSO; GIL, 2016).
- Elis Regina e Chico Buarque narram suas experiências com o exílio na mesma época, e também apresentam os mesmos motivos, pois suas canções e representações artísticas representavam críticas ao governo (MENDES, 2019; MONTEIRO, 2011).

Mas conforme Gondar (2005), Halbawchs (2006) e Nora (2008) somente a existência de narrativas ou documentos não representam uma memória em si, mas sim o que fazemos com estes documentos e relatos, de que forma estes são manipulados para serem lembrados.

E o que se percebe, ao observar as publicações e divulgações realizadas, é que apesar dos documentos legais publicados, da criação de Conselhos e Plano de Cultura e a expansão que as emissoras de televisão, salas de cinemas e estações de rádio tiveram durante o período de governo militar, estes feitos parecem ser anulados das narrativas em detrimento da perseguição e exílio sofrido por estes artistas e o que se memora são apenas as repressões sofridas.

Gestão Cultural do Auditório Araújo Vianna Durante o Regime Militar

Inaugurado no bairro Bom Fim em 1964, o Auditório Araújo Vianna se consagrou nos anos 70 como palco da MPB recebendo artistas renomados como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Elis Regina e Cássia Eller. Tendo sido palco também do tributo aos 90 anos de Luis Carlos Prestes no mesmo período (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019; JORNAL DO COMÉRCIO, 2011).

Conforme documentos encontrados no Arquivo Municipal de Porto Alegre, no dia 05 de agosto de 1974 foi enviada uma comunicação por parte da administração do Auditório para a Diretoria de Divisão de Cultura do Estado informando o valor investido de 4.350,00⁷ Cruzeiros com projeções cinematográficas ocorridas no auditório no período de 9 a 24 de julho do mesmo ano (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019)

Neste mesmo período, o governo iniciou estudos para a proposta de cobertura do Auditório, pois o mesmo apresentava uma estrutura de teatro a céu aberto, no entanto este tipo de teatro no Estado do Rio Grande do Sul, não foi eficaz devido às condições climáticas da região, ficando sem utilização em grande parte do ano devido a épocas de muito frio e chuvas (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019; PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019).

O governo militar realizou em 1978 através do Departamento de Cultura orçamentos para a cobertura do Auditório, tendo encontrado o valor mais acessível de 17.400.000,00⁸ de Cruzeiros (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019).

Em 1972 a Prefeitura de Porto Alegre, juntamente com o Departamento de Cultura do governo, decidem através do Decreto de Lei 4502 que a Banda Municipal teria contrato e remuneração através da prefeitura para realização de shows no Auditório Araújo Vianna. O provento total da banda em 1972 ficou em 145.925,00⁹ Cruzeiros (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019).

O auditório Araújo Vianna divulgava seus eventos por meio de folhetins durante as décadas de 60, 70 e 80. E durante este período conseguiu manter com regularidade suas atividades, entre elas shows de artistas diversos, apresentações da banda municipal e local para reuniões de agentes do governo e moradores do bairro Bom Fim. Somente a partir da década de 90 que o auditório começou a iniciar sua fase de declínio onde teve que encerrar suas atividades no ano de 2005 por falta de verbas e investimentos capazes de mantê-lo em funcionamento (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019; PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019).

7 13.074,72 reais. Valor atualizado pela FEE através do índice INC.

8 17.397.715,66 reais. Valor atualizado pela FEE através do índice INC.

9 793.376,10 reais. Valor atualizado pela FEE através do índice INC. FEE - Fundação de Economia e Estatística: <<https://arquivofee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>.

Considerações Finais

Estudar o período do regime militar do Brasil e conseguir encontrar artigos e/ou relatos que não expressem juízo de valor, foi uma missão difícil. Mas consideramos este também como um dado científico, pois as diversas opiniões sobre o período ainda se fazem presentes, mesmo para aqueles que não vivenciaram o regime, mas o conhecem apenas pelas memórias relatadas.

Neste sentido, as memórias quanto ao período estudado, no que tange a cultura e gestão cultural, refletem quase sobremaneira as memórias dos artistas e suas obras que objetivavam criticar o governo e por este motivo foram perseguidos e exilados. Pouco se escuta falar, e assim memorar, sobre os avanços culturais da época.

Assim, quando voltamos aos pensadores sobre memória como Gondar, Halbwachs e Nora, percebe-se que a memória social pode ser manipulada de tal forma a refletir somente aquilo que se quer memorar de acordo com quem manipula transmitindo as informações.

Este tema, acredita-se, sempre envolverá esta polêmica política, afinal, o regime militar foi marcado por opiniões controversas que até hoje repercutem nas mídias e discussões políticas.

E retomando a pergunta norteadora deste estudo, pode-se afirmar que apesar da censura e perseguições a artistas, que hoje não seriam mais aceitas pela população brasileira devido termos alcançado mais democracia, houve sim uma gestão cultural por parte do governo militar, incluindo avanços em relação a gestão cultural no período.

A gestão cultural do país conseguiu progresso uma vez que o governo militar criou órgãos governamentais que ainda se fazem presentes e atuantes na cultura do país e permitiram e apoiaram investimentos para a expansão cultural através de mídias televisivas, rádios, cinemas, além de peças de teatros e espetáculos musicais, mesmo sendo somente para os que souberam aproveitar a oportunidade tendo que respeitar as regras impostas pela censura, os investimentos ocorreram e a expansão cultural foi possível nesta época.

Quando analisado os investimentos que foram realizados no Auditório Araújo Vianna, percebe-se que existia um planejamento sobre a gestão cultural, inclusive com a criação do Decreto 4502/72 que contratou a banda municipal para realizar shows no Auditório. E sua periodicidade de eventos durante as décadas de 60 a 80. O declínio do auditório por falta de investimentos iniciou somente a partir da década de 90 quando o mesmo já estava sendo gerido em um novo regime político.

Referências

- ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Documentos fotografados no Arquivo Municipal**. Porto Alegre, 2019.
- BALDASSARINI JÚNIOR, S. **Caetano Veloso exilado pela ditadura militar**. Documentário jovem aos 50: a história de meio século da Jovem Guarda. 2015. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fUM0l_9ZLQ0>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- CALABRE, L. Intelectuais e política cultural: O Conselho Federal de Cultura. **Revista Intellèctus**. v. 2, ano 5. maio, 2006.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 74**, de 21 de Novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-74-21-novembro-1966-375931-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- CARDOSO, C. C. Governo Castelo Branco, Contragolpe e Frente Ampla nas memórias de militares e civis (Brasil: 1964-1968). **Perseu: História, Memória e Política**, n. Especial, 2014.

- COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil 1964 - 1985. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.
- FERNANDES, N. A. M. A política cultural à época da ditadura militar. **Revista Contemporânea**. v. 3, n. 1 p. 173-192. Jan./Jun. 2013.
- G1. **Literatura Brasileira**: livros clássicos que viraram filmes. 2013. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/artigo/literatura-brasileira-livros-classicos-que- viraram-filme.html>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEL, V. (Orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- JORNAL DO COMÉRCIO. **Araújo Viana recebe o Natal da Cidade com shows neste sábado**. 2011. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=81747&codp=104&codni=3>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.
- MENDES, M. **Elis Regina fala sobre a ditadura militar** (parte 2). 2019. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b1hQojliWbE>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- MICELI, S. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. **Revista de administração de empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 27-31, 1984.
- MONTEIRO, N. **Chico Buarque e a Ditadura Militar**. 2011. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nWpurtrYnek>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- NORA, P. **Pierre Nora enLeslieux de mémoire**. EdicionesTrilce, 2008. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=jxc1TLSKfsC&oi=fnd&pg=PA5&dq=nora+pierre&ots=Jok07wx81x&sig=i2nzB5tIM5lwOzCxf2TbOgT-ZY8#v=onepage&q=nora%20pierre&f=false>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**: Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PAIVA, L. M. L. **Cultura e ditadura**: permanências autoritárias nas políticas culturais. 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=819706c2dff857bc>>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **A história do Auditório Araújo Viana**. 2019. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?psecao=271>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- RAMOS, J. M. O. **Cinema, televisão e publicidade**: cultura popular de massa nos anos 1970-1980. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- SILVA, V. M. da. A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978). 2011. 211f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- VELOSO, C.; GIL, G. **As memórias do exílio**. 2016. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6nBk36AGKZ8>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

LUZES DA RIBALTA - A (RE)INVENÇÃO DO TEATRO NA PANDEMIA

*Márcio Leandro Michel***Universidade La Salle****Introdução**

A ficção, muitas vezes, vai buscar sua inspiração na vida real, reforçando a máxima de que a “arte imita a vida”. Contudo, em 2020 é a vida que está imitando a arte. Quando se fala de ficção logo nos vem a imaginação algum filme em exibição nos cinemas. Mas o teatro também se enquadra nesse contexto.

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o mundo enfrentava uma pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na Europa, ainda em fevereiro, muitos países foram obrigados a fazer um isolamento social, da mesma forma que aqui no Brasil, em março, também foi decretado o isolamento social, com fechamento de escolas, do comércio, dos espaços de lazer – cinema, teatro e outros – restaurantes, indústrias. Com isso, foram adotados protocolos de segurança para evitar a contaminação em larga escala e o colapso do sistema de saúde nos países mais afetados.

Não se pretende discutir, neste artigo, o mérito dos procedimentos adotados, mas sim entender quais foram os seus efeitos sobre as atividades culturais no Brasil e, em especial, no que diz respeito ao teatro. Alguns setores foram mais impactados do que outros, e ainda não conseguiram voltar às suas atividades presenciais, como a educação e o entretenimento. As salas de cinema e os teatros ensaiam o retorno às atividades presenciais, mas de forma tímida e no meio de muitas incertezas.

As luzes da ribalta foram apagadas temporariamente, sem previsão de retorno das apresentações, dos teatros lotados e dos aplausos. Contudo, um fenômeno tecnológico chama a atenção pelo seu amplo uso em diversos segmentos: as *lives*. É nesse cenário que o estudo se desenvolve. Procurando responder ao seguinte questionamento: Como o teatro gaúcho tem se ajustado em tempos de pandemia? O objetivo estabelecido é: analisar como o teatro gaúcho tem se ajustado em tempos de pandemia, através de notícias de jornais online de conteúdo aberto sobre o tema.

Pandemia, isolamento, entretenimento

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (BRASIL, 2020a).

O Ministério da Saúde divulgou, também, os principais sintomas da covid-19, destacando que se assemelha a um resfriado, podendo evoluir para um quadro respiratório grave, sendo os sintomas mais comuns a tosse, febre, dificuldade de respirar, entre outros. Sua transmissão ocorre pelo contato das pessoas, próximas umas às outras, que estão infectadas. Um simples aperto de mão, um espirro é capaz de levar o vírus para outra pessoa. (BRASIL, 2020a).

Desde março de 2020 até a presente data, os casos confirmados de coronavírus já se aproximam a 5 milhões, como mais de 140 mil mortos, conforme representado pela Figura 1.



Figura 1 – Painel atualizado de casos no Brasil



Fonte: Coronavírus Brasil (2020)

A pandemia que se assoma pelo mundo, trouxe novos questionamentos em relação ao entretenimento. Com o isolamento decretado em todo o território nacional, ainda em março de 2020, o setor de entretenimento foi o que mais sofreu e ainda sofre com essas medidas. Os cinemas, teatros, shows, foram todos cancelados, e ainda não há uma definição quanto ao seu retorno pleno.

Para a psicóloga Ticiano Carnaúba, a indústria do entretenimento representa um espaço de informação, de troca e de fuga nesse momento. “Plataformas digitais e canais de televisão podem auxiliar nesse aspecto se propuserem ideias desviantes do foco da pandemia. O mesmo meio que propaga pânico, pode propagar esperança, basta calibrar o conteúdo fornecido”. Ticiano diz ainda que a indústria do entretenimento tem um poder estruturante na formação do ser social. Daí a relevância do consumo de cultura para o indivíduo em isolamento (LISBOA, 2020).

Dentre as diferentes formas de entretenimento, durante o isolamento, que serve para evitar aglomerações e, por consequência, a transmissão do coronavírus, diversos shows presenciais, foram substituídos por *lives* (expressão utilizada para informar que o show é transmitido ao vivo). Além disso, outro segmento ganhou relevância: o livro. Seja ele impresso, adquirido nas livrarias virtuais e entregue em casa, aos audiolivros, e e-books ganharam força na pandemia.

Num primeiro momento, o teatro ficou fechado, sem espetáculos. Porém, com o passar do tempo, atores, diretores e produtores começaram a utilizar os serviços de *streaming* para apresentar algumas peças e criar novos formatos de encenação.

O teatro como bem cultural

Para chegar à conclusão de que o teatro pode ser considerado um bem cultural é preciso, primeiramente, conceituá-lo. Na concepção de Cebulski (s.d., p. 11)

A palavra teatro remete a dois significados diferentes: a um gênero da arte ou também a edifício ou casa, ou seja, ao espaço no qual podem ser representados vários tipos de espetáculos. Etimologicamente, teatro deriva do grego theatron (theaomai = ver; thea = vista; panorama), mas a forma atual da palavra tem origem latina (theatrum). Porém, não é correto afirmar que o teatro é uma invenção grega.

Samantha Nascimento da Silva (2020) afirma que o teatro, como se conhece hoje, difere dos seus primórdios. Na Antiguidade, as manifestações artísticas eram utilizadas para transmitir a cultura para o povo. A partir de rituais, danças, e encenações, o povo se tornava ciente das regras para o convívio em sociedade. Avançando no tempo, na Idade Média o teatro serve aos propósitos da igreja, que em um primeiro momento condenou-o e no momento seguinte se utilizou dele para educar “seus fiéis”. Para a autora:

(...) o teatro é tão antigo quanto a humanidade, o que coloca esse imaginário em xeque. Transformar-

se em outro é uma das formas mais fundamentais da expressão humana e, desde o período pré-histórico, o homem tem a necessidade da representação e de rituais, muitas vezes até para compreender o mundo que o rodeia. A existência de diversas vertentes na arte teatral, em vários lugares do planeta, como o Teatro do Absurdo, Teatro de Bonecos, Teatro Grego, Kabuki, Teatro Nô, Commedia Dell'Arte, Teatro de Rua, entre muitas outras, significa por si só o caráter universal deste tipo de manifestação. O teatro canaliza a necessidade de expressão inerente à natureza humana e a vida em comunidade (SILVA, 2020).

O Brasil, recém descoberto, passou a utilizar o teatro como catequizador, e principal ferramenta para doutrinar e “civilizar” os índios, através do padre jesuíta José de Anchieta (1533-1597). Com um novo salto no tempo, chega-se ao final do século XX, em que os temas políticos, presença fortemente restringida no período da ditadura militar, foram sendo deixados de lado, dando lugar ao “teatro besteirol”. Nesse cenário, Mauro Rasi, Vicente Pereira, Miguel Fallabela, entre outros são os dramaturgos mais destacados. Por fim, de acordo com José de Melo Alexandrino (2011, p. 228) o conceito de bem cultural, pode ser sintetizado em:

Chegou assim à conclusão de que nem é o valor, nem uma qualidade intrínseca da coisa o que constitui o elemento comum aos diversos bens culturais. O que é então? Trata-se de um interesse e não de um valor: um interesse objectivo, referível a qualquer bem material, que é a circunstância de ele ser testemunho de cultura e civilização (ALEXANDRINO, 2011, p. 228).

Nesse sentido, o teatro é considerado um bem cultural, pois sua representatividade possui uma manifestação universal, sendo “testemunha de cultura e civilização”. A partir dessa breve explanação sobre o teatro, a seguir apresenta-se a metodologia e os resultados iniciais da pesquisa.

Metodologia

Uma pesquisa é um processo de construção, investigação e busca pela compreensão de uma determinada realidade social, no seu tempo e espaço. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 107). Nesse sentido, este estudo trata da situação do teatro gaúcho, durante a pandemia do Covid-19, e sua forma de se reinventar.

Dentro desse processo, o pesquisador se propôs a identificar conexões entre as variáveis correspondentes ao objetivo do estudo aqui proposto por meio de um estudo teórico-empírico. A parte empírica desta pesquisa refere-se a recortes de matérias jornalísticas disponíveis na mídia online, constituindo-se de dados secundários.

Além disso, para a obtenção dos resultados desejados, foi também realizada uma pesquisa bibliográfica com base numa revisão da literatura a respeito do conceito de teatro. Para Flick (2013, pág. 45) “a literatura teórica é a que engloba as obras sobre os conceitos, definições e teorias usadas em seu campo de investigação.”

A partir da pesquisa das matérias jornalísticas em sites de busca, o passo seguinte foi selecionar matérias que falam do teatro no período da pandemia. Foram selecionados textos, disponíveis em jornais, que são de conteúdo aberto, não necessitando ser assinante para ler as matérias. O Quadro 1 apresenta o resultado dos dados empíricos:



Quadro 1 – Textos selecionados

Título da Matéria	Jornal	Data	Disponível em:
Atores abrem suas casas para virar cenários de séries de TV e teatro gravadas remotamente	O Sul	26/09/20	https://www.osul.com.br/atores-abrem-suas-casas-para- virar-cenarios-de-series-de-tv-e-teatro-gravadas-remotamente/
Teatro da pandemia escancara um novo absurdo, com peças montadas em casa	Folha de Pernambuco	05/07/20	https://www.folhape.com.br/cultura/teatro-da-pandemia-escancara-um-novo-absurdo-com-pecas-montadas-em/146195/
Pela internet e pela cidade: Porto Alegre em Cena divulga programação da edição 2020	Zero Hora	24/09/20	https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/espeticulos/noticia/2020/09/pela-internet-e-pela-cidade-porto-alegre-em-cena-divulga-programacao-da-edicao-2020-ckffk6jib0052014kyuig03d2.html
O teatro do futuro é virtual, aposta pesquisadora e encenadora	Zero Hora	13/08/20	https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/espeticulos/noticia/2020/08/o-teatro-do-futuro-e-virtual-aposta-pesquisadora-e-encenadora-ckdt1voli003i013g7xgxdt70.html
Funarte destinará R\$ 870 mil para projetos de teatro virtual	Zero Hora	12/08/20	https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/espeticulos/noticia/2020/08/funarte-destinara-r-870-mil-para-projetos-de-teatro-virtual-ckdracs5y9000w01h8o2hlgdis.html

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Resultados

Nesta seção são analisadas as matérias selecionadas, a fim de atingir ao objetivo deste artigo. A primeira matéria intitulada “Atores abrem suas casas para virar cenários de séries de TV e teatro gravadas remotamente” foi veiculada no Jornal O Sul (online) no dia 26 de setembro de 2020, conforme a figura 2:

Figura 1 - Rigueti dá vida a Paulo Freire (Foto: Divulgação)



Fonte: O Sul (2020)

A imagem, utilizada na divulgação da peça, associada ao conteúdo da matéria, demonstra as adaptações da própria casa, feitas pelo ator, que além de encenar também faz o papel de produtor, cenógrafo, entre outras atividades. Dessa forma, com o novo contexto e o uso da tecnologia foi possível transmitir o espetáculo.

Uma sala de não estar mais. É com resignação e bom humor que o ator Richard Rigueti, protagonista da peça “Paulo Freire, o andarilho da utopia” descreve a nova formatação do cômodo de sua casa, em Laranjeiras. A decoração atual é o cenário do espetáculo, em cartaz até 25 de outubro, aos sábados (às 21h) e domingos (às 16h e, em outubro, às 17h) pelo Zoom: uma lona que remete à terra árida, uma Lua feita com dois escorredores de macarrão, pendurada em uma vara de pescar, um banquinho de tirar leite e um estandarte com o rosto do educador pendurado em um bambolê e em um cabo de vassoura (O SUL, 2020).

Observa que, ao utilizar a própria casa como cenário para a atividade teatral, o artista realiza uma manifestação artística em que apresenta ao público uma nova realidade, característica do advento da pandemia. Nesse sentido, o artista Rigueti poderia estar, de alguma maneira, transmitindo a seu público uma nova cultura (SILVA, 2020), que é a cultura de ações adaptadas ao contexto da pandemia por Coronavírus.

A segunda matéria analisada foi publicada na versão online da Zero Hora no dia 12 de agosto de 2020, intitulada como “Funarte destinará R\$ 870 mil para projetos de teatro virtual”. Já fica evidente no título que o poder público federal está incentivando, por meio da Fundação Nacional de Artes (Funarte), os projetos de teatro virtual em todo o Brasil:

A Fundação Nacional de Artes (Funarte) vai destinar R\$ 870 mil para cinco projetos de teatro virtual de cada região do Brasil. As peças vencedoras serão incorporadas ao acervo da instituição e exibidas por meio de plataforma digital, compondo a programação do Festival Funarte de Teatro Virtual 2020. Podem se inscrever peças infantis, juvenis e adultas (ZERO HORA, 2020).

Em contraponto ao referencial teórico, nas palavras de Alexandrino (2011, p. 228) o bem cultural não possui um valor específico. Assim, “trata-se de um interesse e não de um valor”. Nesse sentido, o interesse da Funarte em destinar quase 1 milhão de reais para projetos de teatro não é no sentido de mensurar um valor ao teatro, e sim de garantir que o mesmo não se esmaça, no período da pandemia. Esses são os dados iniciais da análise.

Considerações finais

O estudo está em desenvolvimento. De acordo com os textos analisados, já é possível informar que por causa da pandemia e da quarentena, o teatro passou a interagir com o público, por meio da comunicação virtual, estabelecendo uma nova cultura sobre ações que podem ser adaptadas às características da pandemia.

E, também, pelo que já foi visto até o momento, a pandemia, além de gerar um isolamento social, impedindo que as pessoas possam circular e assistir à peças de teatro, proporcionou uma explosão de criatividade. Atores, cantores, empresários, pequeno comerciante, grandes empresas estão se reinventando e este será, certamente, um legado positivo desse ano de 2020.

Referências

ALEXANDRINO, J. A. M. O conceito de bem cultural. In: GOMES, Carla Amado; RAMOS, José Luís Bonifácio. **Direito da Cultura e do Patrimônio Cultural**. Lisboa: AAFDL, 2011. p. 223-244. Disponível em: <<https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/565-466.pdf>>.



GT6

BRASIL. **Coronavírus**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é COVID-19**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 28 set. 2020.

CEBULSKI, M. C. **Introdução à história do teatro no ocidente dos gregos aos nossos dias**. Paraná: UNICENTRO, s.d.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Penso Editora, 2013.

LISBOA, L. A cultura em tempos de pandemia: como o entretenimento é aliado para a saúde mental. **Agenda, arte e cultura UFBA**. abr. 2020. Disponível em: <<https://www.agendartecultura.com.br/principais/cultura-tempos-pandemia-entretenimento-aliado-saude-mental/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, S. N. da. **Teatro e pandemia**: novas possibilidades de existência para os palcos. Escola de Comunicação e Artes de São Paulo. São Paulo, 26 mar. 2020. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/noticias/teatro-e-pandemia-novas-possibilidades-de-exist-ncia-para-os-palcos>>. Acesso em: 28 set. 2020.



CULTURA, ESPAÇO URBANO E LAZER

*Raquel da Silva Pavin***Universidade La Salle****Introdução**

Com agendas atribuladas, possuímos inúmeras atividades ao longo do dia, e qual momento para problematizarmos sobre o lazer? A temática emerge no Brasil, conforme destaca Nelson Carvalho Marcellino em seu livro *Estudo do Lazer uma introdução* (2002), ligada ao desenvolvimento industrial do país, voltando-se mais profundamente para a década de 50 onde a aceleração do processo de urbanização ganha grande ressonância social. O tema foi ganhando força, segundo, com os seminários promovidos pelo Serviço Social do Comércio (SESC), sobretudo em 1970, com a presença de Jofre Dumazedier, sociólogo francês especialista nessa discussão, associando a necessidade de lazer à industrialização e à urbanização.

As investigações acadêmicas sobre o lazer iniciam, timidamente, ainda na década de 1950, com o foco mais claro em estratégias de recreação. Em 1959, conforme destaca Gomes (2008) referindo uma publicação de José Acácio Ferreira sobre o Lazer Operário, com uma pesquisa empírica com trabalhadores em Salvador/BA. A inspiração para a discussão viria de Gilberto Freyre, que afirmar em uma conferência na cidade, “à medida que a máquina substituiu o homem, a organização do lazer tornava-se mais importante que a organização do trabalho” (FREYRE apud GOMES, 2008, p. 2). Um primeiro Seminário Nacional do Lazer ocorreu em 1974, em Curitiba, e, logo em seguida, o Encontro Nacional de Lazer em 1975, no Rio de Janeiro. Produziu-se nesse período uma abundância de estudos sobre o assunto.

Torna-se emblemático, nesse contexto, o livro de Sarah Strachman Bacal, *Lazer: Teoria e Pesquisa*, de 1988. A obra apresenta distinções entre tempo de trabalho, tempo livre, tempo liberado para atividades não obrigatórias, tempo necessário para as obrigatórias. Uma análise que foca, além do trabalho e do lazer, no turismo, disputando também esse espaço de ocupação do tempo. Além dos conceitos, o livro é contemporâneo da Constituição Cidadã, de 1988, que traz em seu artigo sexto, o lazer como direito social (AQUINO, MARTINS, 2007; GOMES, 2008; WERNECK, 2003).

Dos autores que estudam o tema no país, destacamos o lazer pela ótica de Nelson Carvalho Marcellino, que o entende como o prazer que envolve as atividades de lazer, associado ao imaginário das pessoas que o praticam. Mais que isso, na busca de informações, nas práticas esportivas, na capacidade de manipulação de objetos ou com a natureza, na quebra de rotinas, nas relações e convivência social (MARCELLINO, 2012).

Ainda sobre esta relação, podemos destacar que o lazer sendo fruto das relações sociais ele também é visto como espaço de vivência cultural no tempo que as pessoas têm disponível, fora de suas obrigações, sejam elas profissionais, escolares, familiares e sociais. Espaços privilegiados de expressões do ser humano, ligado à sua existência social e histórica, influenciando também as relações socioculturais e possibilitando contatos sociais, convívio fraterno e criatividade.

Conforme aborda Marcellino (2012, p. 15), “não é possível entender o lazer isoladamente, sem relação com outras esferas da vida social. Ele influencia e é influenciado por outras áreas de atuação, numa relação dinâmica”. Desta forma, entendemos a necessidade de abordarmos esse assunto, juntamente com a discussão de cultura e espaço urbano, que são temáticas que perpassam a vida de todos de forma tão sublime, mas ao mesmo tempo essencial.



Cultura e espaço urbano

A discussão sobre o lazer, pressupõem o atravessamento cultural. Sendo assim, a cultura assume amplas definições, aqui iremos trazer no sentido “ da política, da sociologia, da semiótica, da psicologia, além de não ignorar a carga biológica que influencia a construção sociocultural do homem” (GOULART; FARIAS, 2012, p. 336) A cultura deve ser compreendida, no sentido de abranger o ser humano de forma não individualizada, e sim coletiva, esta categoria irá apoiar a discussão social e participação gradual e organizativa das simbologias e estatutos sociais. O fenômeno urbano, pode ser pensado como um feito cultural, pois toma uma proporção global, e particular, tanto a nível nacional, como em sociedades, mais regionais.

Do ponto de vista universal, é possível afirmar que a humanidade testemunhou muitos povos constituírem diferentes experiências civilizatórias. Durante os últimos duzentos anos, o sistema capitalista mundanizou-se de forma não pacífica e promoveu uma nova modalidade de aglomeração urbana, que pode ser submetida a uma categorização que busque apreender as diferentes expressões daquilo que poderíamos chamar de cultura material urbana (FLORENCE, 2010, p. 17-18).

Desta forma, é possível afirmar que existe uma intenção de uniformização dos espaços urbanos, a partir, principalmente, da produção e reprodução dinâmica das cidades. Para o mesmo autor, existe nesta relação inúmeras diferenças culturais;

A dinâmica econômica no Brasil propiciou condições de urbanização muito similares e a reprodução de características urbanas comuns: crescimento desordenado, segregação classista e étnica, baixa urbanização nas zonas urbanas ocupadas pela população de baixa renda, assim como a constituição de variantes urbanas da estratificação social determinada pela sociedade nacional. Nesta perspectiva, mais do que um fenômeno cultural, a cidade é um fenômeno cultural multifacetado que, tanto possui sua dinâmica de crescimento entrecortada pela lógica de acumulação do capital como, também, por diferentes outros fatores (FLORENCE, 2010, p. 17-18).

Sabe-se que é urgente a preocupação com os efeitos danosos causados pelo processo de industrialização e seus agravos nas cidades. Visto por ações imediatistas que acabam por danificar a qualidade de vida das pessoas que circulam ou vivem nos espaços urbanos. Torna-se difícil, atualmente, perceber o lazer como uma experiência simples, algo que não esteja oposto ao trabalho, quando o lazer assume um papel social do consumo de mercadorias de prazer, culturais, turísticas, entre outros. Concentra-se aí uma relação intensa entre lazer e espaço urbano, das grandes metrópoles. Para a autora;

[...] a cultura da privatização, é evidente o momento de crise do espaço público em que vivemos, onde, recorrentemente, tudo que é público, tudo que é coletivo é entendido como algo menor, como algo desimportante, como algo perigoso, que ameaça e que não responde às ânsias de crescimento econômico, de geração de empregos e de acúmulo e desfrute de riqueza. Nesse sentido está se produzindo, sem sombra de dúvida, uma anticidade, onde os condomínios fechados têm cada vez mais espaço, têm cada vez mais legitimidade cultural, social, econômica, política e jurídica (FERNANDES, 2010, p. 26).

Ao evidenciarmos sobre a privatização da cultura e a crise do espaço urbano se faz urgente pensar sobre estes locais como lugares de aproveitamento do tempo livre. Podemos utilizar como exemplo, um transporte público próximo a um parque, no qual a pessoa que está no neste fica preso em um congestionamento durante duas horas: estamos diminuindo consideravelmente o tempo para o lazer, se levar em consideração as horas que atualmente se dispõem, relacionando ao tempo e carga horária de trabalho, estudos, e ou demais atividades. Neste sentido, quando a cidade se transforma em um lugar difícil de viver de forma sadia e satisfatória, com baixas possibilidades de prazer, ao invés de um lugar onde as pessoas se sintam pertencentes a uma comunidade urbana, o lazer estará

restrito a espaços e tempos determinados. Essa situação intensifica-se pois não se consegue vivenciar o lazer de forma integral, como uma ideia de prazer ao longo do cotidiano, nem mesmo durante o tempo de trabalho e o destinado à convivência social.

A urbanização atribui à cidade ao lugar de lazer, do residir, de trabalho, da educação e de circulação. Dentre essas funções, três ficaram limitadas e localizadas em espaços privados, cada vez mais contidos e homogêneos, cabendo à dimensão pública o papel da circulação. Marcellino, nesse ponto, problematiza sobre democratizar o espaço do lazer, “[...] pode-se dizer que democratizar o lazer implica democratizar o espaço. E se o assunto for colocado em termos de vida diária, do cotidiano das pessoas, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano” (MARCELLINO, 2012, p. 27). O processo de desresponsabilização do controle e da gestão pública dos papéis da cidade contribui para o desaparecimento do sentido público e político da cidade, dando ênfase quase exclusiva a uma concepção de espaço urbano onde prevalece o modelo privatista e individualista das cidades, e consequentemente da sociedade.

Percebe-se a “perda dos multifatores da cidade, alicerçado pelo urbanismo modernista” (ROLNIK, 2000, p.2) que desconfigurou as funções da cidade. Este delibera para cada um, lugar e missão separada, provocando a diminuição das possibilidades e da quantidade de contatos e misturas de uso que caracterizavam a cidade multifuncional e mais pública. Contudo, estamos frente a um modelo de cidade que nega a possibilidade de utilização do espaço público e reforça a privatização da vida e dos espaços de circulação coletiva, essa negação gera um conflito social e o caos urbano. Faz-se necessário pensar e programar políticas de investimento para a retomada da qualidade do espaço da cidade, propiciando a sua multifuncionalidade e encanto, na busca de uma cidade que liga usos, funções e pessoas. Esse modelo se faz urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, e para quem defende uma maior qualidade de vida da população e o acesso ao lazer.

O lazer e o tempo contemporâneo

Vive-se em uma sociedade com reflexos dos efeitos da urbanização e da industrialização. Depara-se com os interesses imediatistas que afetam consideravelmente a qualidade de vida da população. Ao pensar na realidade visível e concreta, pode-se destacar, conforme sugere Marcellino (2012), o imaginário do que seriam atividades de lazer e o que se acessa de fato, conforme destaca o autor quando remete a pensar nas “cidades de tradição”.

Ao se referir a atividades, usa a cidade do Rio de Janeiro, para exemplificar e problematizar sobre a grande parcela de habitantes que trabalham nos finais de semana. Nesse sentido, a existência do lazer estaria condicionada a categoria trabalho e aos usos do tempo livre em espaços urbanos e industrializados, estes fortemente marcados pela precarização do tempo e do espaço (GOMES, 2011).

Assim, escrever sobre lazer no contemporâneo torna-se um desafio, pois se depara com uma lógica do trabalho que toma conta até mesmo dos dias livres, ou seja, os fins de semana, faz com que atividades prazerosas percam seu sentido. Como destaca, “a livre adesão e o prazer, propiciando condições de descanso, divertimento e desenvolvimento tanto pessoal quanto social” (MARCELLINO, 2002, p.31). A leitura de realidade nessa condição demanda uma análise crítica do ser humano sobre si e seu contexto. É importante relativizar uma construção que define o lazer como antítese do trabalho, como tempo livre ou sem diversas obrigações.

Será preciso diferenciar o lazer enquanto ocupação do tempo livre relacionada ao consumo, de outras compreensões, ainda simples, que destacam a importância do lazer vista como prática social da vida cotidiana que precisa ser estabelecida em um tempo e ou espaço social. Embora as diferentes concepções possam ser vistas como ensaios de se compreender o lazer, tratamos como se sua essência fosse possível somente nos contemporâneos centros urbanos e industrializados.

A desnaturalização do lazer como agenda

A concepção de lazer é diversa, assume diferentes características. Se considerarmos a contemporaneidade, século XXI, em que prevalece, o culto pelo bem-estar, a necessidade de conquistar o lazer a qualquer custo, da luta por um corpo feliz e saudável requer empenho e esforço tão intensos quanto o trabalho. Deparamo-nos, com a necessidade de o lazer fazer parte dos nossos agendamentos diários, criamos hábitos de agendar nossas tarefas, não sabemos mais inserir essas práticas no nosso dia-a-dia de forma natural: construímos um lazer como agenda. Pensar sobre a amplitude desta categoria, é refletir sobre práticas cotidianas, sobre o prazer que envolve as atividades corriqueiras, na quebra de rotinas, nas relações e convívio social. Deparamo-nos com essa necessidade atual, mais fortalecida do que nunca, ao relacionar a onerosa carga de atividades não tão prazerosas que realizamos, em contraponto às atividades que propiciam naturalmente, bem estar biopsicosocial.

Ainda sobre esta relação podemos destacar que o lazer, sendo fruto das relações sociais, também é visto como espaço de vivência cultural no tempo que as pessoas têm disponível, fora de suas obrigações, sejam elas profissionais, escolares, familiares, entre outras. Neste “tempo livre não obrigatório” se desenvolvem formas de autocuidado a potencialidade pelo lúdico (jogos, brinquedos, passatempos e divertimento), cuja essência permeia o campo do lazer como forma de cuidado.

Entre a agenda e o cuidado, o lazer firma-se como categoria e necessidade vital, entre práticas de consumo e turismo, entre espaços medidos e burocratizados, que, nas brechas, também estabelecem a busca por espaços de expressões do ser humano, ligado a sua existência social e histórica, influenciando também as relações socioculturais e possibilitando contatos sociais, convívio harmonioso, criatividade, melhorando a vida dos sujeitos. O lazer relacionado à qualidade de vida, e pensado também na promoção de saúde, vem ao encontro do importante tema que preocupa a agenda dos serviços de saúde, pois no atual contexto vivido nos deparamos com o “stress”, advindo de uma vida corrida, com cotidiano que visa à produção, a resposta rápida as demandas e desafios lançados. Desta forma, pensar em promoção de saúde relaciona-se com a possibilidade do lazer criar formas de bem estar físico, mental e social as pessoas e, desse modo, probabilidade de melhor qualidade de vida.

Tem-se naturalizado que o lazer é a busca pela realização de algo pessoal, mas que pode ser adquirido com moedas e tempo. Uma benesse para o corpo e a alma, que ficam submetidas, maior parte, pelo controle do tempo e do espaço, medindo sua força de trabalho na mesma fração. O lazer, como já foi abordado, configura-se como uma categoria social, urbana, industrial, e dentro dessa categorização possui um determinado mercado no qual os indivíduos se subjetivam por algo idealizado e sonhado. Para Rolnik (1997, p. 23), falamos de “máquinas do desejo: um modo de consumir e se relacionar que responde a um modelo de subjetivação globalizado, capitalístico, que oferece produtos que funcionam como drogas, preenchendo vazios identitários, produzindo os viciados em identidades”. Nesse mercado, identificado “as drogas” materializadas na televisão, nas mídias, nos livros de autoajuda, as tecnologias “diet/light” e as drogas propriamente ditas, “tanto as que visam à volta às identidades locais, quanto as que visam à sustentação das identidades globais, têm uma mesma meta: domesticar as forças” (ROLNIK, 1997, p. 23) as estratégias são muitas.

Considerações finais

Torna-se habitual classificar o lazer como um fenômeno moderno e urbano-industrial que se contrapõe ao trabalho e às obrigações rotineiras. Nessa lógica, o lazer é uma prática social complexa que abrange uma pluralidade de vivências culturais lúdicas contextualizadas e historicamente situadas. O lazer sendo fruto das relações sociais ele também é visto como espaço de vivência cultural no tempo que as pessoas têm disponível, fora de suas obrigações. Espaços privilegiados de expressões do ser humano, ligado à sua existência social e histórica, influenciando também as relações socioculturais e possibilitando contatos sociais. Sendo a concepção de lazer multifacetada, assume

diferentes características muitas vezes pelo estilo de vida contemporâneo, século XXI, em que prevalece, o culto pelo bem-estar, a necessidade de conquistar o lazer, da luta por um corpo feliz e saudável que requer empenho e esforço tão intensos quanto o trabalho. Depara-se, com a necessidade do lazer fazer parte dos nossos agendamentos diários, criamos hábitos de agendar nossas tarefas, não sabemos mais inserir essas práticas no nosso dia-a-dia de forma natural, construímos um lazer programado. Busca-se, ao contrário, evidenciar práticas diárias onde possam exercer atividades relacionadas o bem estar físico, social e mental.

É notória a necessidade pela busca de alternativas à onerosa carga de atividades não tão prazerosas que realizamos no cotidiano, bem como as imposições de consumo para o “tempo livre”. Ao considerarmos o lazer e os multifatores que este abarca, faz-se necessário questionar sobre a liberdade ao pensar essa categoria, ou seja: a escolha pelo lazer, que pode ser visto como tarefas pautadas em agendas diárias ao meio de compromissos, ou até mesmo a escolha por não fazer lazer algum, e isso ser considerado como. Ou até mesmo poder escolher dentre as possibilidades de consumo desse lazer com autonomia, não mais imposto por práticas determinadas e impostas pela sociedade do controle.

Questiona sobre a ordem social, que diz como e de que forma deve-se ter ou obter lazer. Em contraponto, busca o ponto de singularização, que não se situa estritamente num plano macrossocial, microsocial ou mesmo individual (TONELLI, ADRIÃO E CABRAL, 2012), mas num campo de problematização do presente, do tempo e do espaço em que surgem as homogeneizações e, dentro delas, as possibilidades de resistência e de singularidade. Portanto, mais do que estratégias para produzir relaxamento, tranquilidade e qualidade de vida, querer sim, evidenciar a construção de saídas singulares, desnaturalizadas, desburocratizadas, espontâneas. Saídas que, visem momentos de cuidado, autonomia e liberdade.

Referências

- AQUINO, C. A. B; MARTINS, J. A. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. In: Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza, 2007, n. 2, v. 7, p. 479-500. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof_Adalberto_Santos/4ocio_lazer_e_tempo_livre_na_sociedade_do_consumo_e_do_trabalho_22.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.
- BACAL, S. S. **Lazer, teoria e pesquisa**. São Paulo: Loyola, 1988.
- CAMPOS, G. W. In: CAMPOS, G. W. e cols (Org.). **Tratado da Saúde Coletiva**. São Paulo: HUCITEC, 2007; p. 39-78.
- CHAUÍ. M. **Cultura, socialismo e democracia: cultivar ou cultivar**. Teoria & Debate. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 04 de Abril de 2006b. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/cultura-cultivar-ou-cultivar>>. Acesso em: 15 set. 2020.
- FERNANDES, A. Cidade Contemporânea e Cultura: Termos de um impasse? In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: Edufba, 2010. (Coleção cult) Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/526/3/Repositorio_cult-7_politicas_culturais_para_cidades.pdf>. Acesso em: 16. set. 2020
- FLORENCE, A. O Fenômeno Urbano como Fenômeno Cultural. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: Edufba, 2010. (Coleção cult) Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/526/3/Repositorio_cult-7_politicas_culturais_para_cidades.pdf>. Acesso em: 16. set. 2020
- GOMES, C. L. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **Revista Licere**: Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-25, 2011. Disponível em: <<http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/sumario.html?ed=29>>. Acesso em: 05 set. 2020.

- GOMES, C. M. **Dumazedier e os Estudos do Lazer no Brasil**: Breve Trajetória Histórica. Seminário Lazer em Debate, 9, 2008. Anais. São Paulo, USP/ Leste CELAR/UFMG, 2008. Disponível em: <http://ufsj.edu.br/portalexpositorio/File/dcefs/Prof_Adalberto_Santos/1dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil-_breve_trajetoria_historica_12.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.
- GOULARTE, J.; FARIAS, C. **Cultura, Comunicação e cidadania**: o caso do Centro Cultural do Banco do Brasil de São Paulo, Intercom – RBCC. São Paulo, v.35, n.2, p. 331-349, jul./dez. 2012.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer**: Uma Introdução. São Paulo: Autores Associados, 2012.
- MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e educação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- NUNES, E. D. In: CAMPOS, Gastão W. e cols. (org.). **Tratado da Saúde Coletiva**. São Paulo: HUCITEC, 2007; p. 17-38.
- ROLNIK, R. **O lazer humaniza o espaço urbano**. SESC SP. (org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/lazerhumanizaespacourbano.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2020.
- ROLNIK, S. **Toxicômanos de identidade subjetividade em tempo de globalização, Cultura e subjetividade**. Saberes Nômades (org.), Campinas: Daniel Lins Papirus, 1997; p. 19-24.
- RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: Edufba, 2010. (Coleção cult). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/526/3/Repositoriocult-7_politicas_culturais_para_cidades.pdf>. Acesso em: 16. set. 2020.
- TONELLI, M. J. F; ADRIÃO, K. G; CABRAL, A. G. Singularizar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. do.; MARASCHIN, C. (Orgs.). **Pesquisar na diferença** - um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- WERNECK, C. L. G. **Significados de recreação e lazer no Brasil**: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). Minas Gerais, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/HJPB-5NVJWV>>. Acesso em: 15 out. 2019.



GESTÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO: A EXPOSIÇÃO QUEERMUSEU NO ESPAÇO CULTURAL SANTANDER

Nathalie Schneider

Universidade La Salle

Introdução

Este artigo objetiva compreender a relação existente entre gestão cultural do espaço cultural Santander e a educação de identidade de gênero e sexualidade, tendo como base a exposição intitulada *Queermuseu*, realizada no Santander Cultural no ano de 2017, a qual gerou polêmicas sobre as obras apresentadas, resultando no fechamento da exposição.

Na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, atualmente temos um Patrimônio de bens culturais, o Farol Santander Porto Alegre, tendo sua construção concluída no ano de 1931 é considerado um patrimônio histórico. O prédio foi sede de vários bancos da cidade, e em 2001 sob a administração do banco Santander, foi restaurado e inaugurou-se um moderno centro de arte e cultura de nossa cidade. Atualmente contempla diversas exposições de arte contemporânea, shows de música popular e uma imensa diversidade de eventos, inclusive sendo espaço da Bienal do Mercosul (SANTANDER INSTITUCIONAL, 2020).

Como problema de pesquisa, pretendo investigar quais foram os principais argumentos tanto por parte daqueles que se colocaram contrários quanto os que se colocaram favoráveis à exposição, na tentativa de compreender o posicionamento que a gestão cultural do Santander Cultural tomou, ao optar pelo encerramento da exposição. Também pretendo refletir sobre a importância desta exposição no processo educacional em escolas.

Para atingir o objetivo proposto e tentar responder ao problema de pesquisa, optei por utilizar o método de pesquisa bibliográfica através de livros, artigos e noticiários. Segundo Fachin (2017), trata-se da busca por conhecimento através de obras de diferentes naturezas, tendo como objetivo proporcionar ao pesquisador a busca do saber.

Primeiramente o leitor irá encontrar uma breve contextualização sobre o gestor cultural e seu papel, na sequência, uma breve contextualização da expressão *Queer* e do papel da escola no qual tange às relações de identidade de gênero e sexualidade. Por fim pretendo apresentar alguns argumentos referentes à polemica que ocasionou o encerramento da exposição através de algumas fontes jornalísticas do período.

Gestão Cultural e o papel do gestor

Compreender o que é um gestor cultural e quais as suas atribuições é algo relevante para pensarmos este profissional. Para Víctor Vich (2017) a cultura deve ser pensada para além de algo sempre positivo para sociedade, é preciso compreendê-la como “laços humanos, estilos de vida, hábitos estabelecidos na cotidianidade mais comum” (VICH, 2017, p. 49). O autor entende que as políticas culturais devem servir para que possamos pensar o cotidiano e nos desvincilharmos de determinadas hegemonias, é através da cultura que somos capazes de entender o tipo de sociedade em que vivemos (VICH, 2017). Assim um gestor cultural precisa incorporar novas ideias em suas práticas.

Um problema de hoje é que o gestor cultural está se tornando um técnico. Atualmente, os agentes culturais são formados sob o paradigma da administração e do planejamento de projetos. Muitos dos mestres ou bacharéis privilegiam os aspectos referentes à produção de eventos. Tudo é útil,



mas é insuficiente. Reduzida a isso, a gestão cultural torna-se puramente uma “administração do existente” (VICH, 2017, p. 50).

Para o autor, o gestor cultural deve ser mais que um especialista em gestão, “seu trabalho deve ser capaz de realizar atos mais radicais: saber quebrar as formas nas quais uma ideologia sutura o possível, deve saber desencadear novos debates públicos” (VICH, 2017, p. 52). Para esta proposta o autor traz algumas sugestões das identidades que gestores precisariam assumir. São elas: a identidade do etnógrafo, a identidade do curador, a identidade do militante e a identidade do administrador. Vou me ater em trazer o conceito de identidade do etnógrafo por entender que através dela seja possível problematizar como a gestão do Santander Cultural pensou a possibilidade de apresentar em seu espaço a exposição *Queermuseu*.

Vich (2017) entende que um gestor etnógrafo precisa conhecer sua população local, entender quais as emergências culturais deste grupo, suas ideologias, os papéis sociais ali perpassados, entre outros, para o pensador a função de um gestor etnógrafo deve:

[...]consistir em conhecer bem as populações locais, determinar como os antagonismos sociais existentes se manifestam, tornar visíveis as formas como a hegemonia funciona. Desse ponto de vista, o gestor, como etnógrafo, precisa ter uma formação nas disciplinas básicas de ciências sociais: o funcionamento do capitalismo, a teoria da ideologia, o papel dos movimentos sociais, as novas abordagens de gênero, de raça, do problema das classes sociais etc. O gestor deve ser capaz de mostrar as chaves interpretativas do espaço social, dos principais conflitos que nos estruturam como sociedades (VICH, 2017, p. 52).

Neste sentido é possível verificar que parece ter havido, por parte da gestão cultural do Santander Cultural, uma tentativa de trazer uma exposição que contemplasse uma temática emergente em nossa sociedade, as relações de identidade de gênero e sexualidade, afinal, como saliente Vich (2017, p. 53) o trabalho com as políticas culturais “é uma questão de utilizá-las para mudar nossas representações da vida coletiva e oferecer novos modelos de identidade”.

Uma breve contextualização da expressão *Queer*

A Teoria *Queer*, segundo Guacira Lopes Louro (2004) trata-se de uma política pós-identitária que tem como objetivo principal dar visibilidade às pessoas que não se enquadram a uma norma heteronormativa, a expressão também pode ser traduzida por estranho, ridículo, raro, excêntrico, que conotam uma forma pejorativa de designar homens e mulheres homossexuais. *Queer* significa colocar-se contra a normalização de corpos binários, trata-se de uma forma de oposição a heteronormatividade compulsória da sociedade. *Queer* “representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2004, p. 38-39). Neste sentido, a polêmica da exposição *Queermuseu* parece ser algo esperado, pois para muitas pessoas falar sobre questões de identidade de gênero e sexualidade não é algo fácil.

Em uma cultura na qual opera uma explícita definição de masculino/feminino e dos respectivos papéis que cada um deve exercer, reconhecer que estes papéis não são verdades absolutas torna-se algo importante a ser discutido, e por que não através de uma exposição? Ao falar desta divisão binária, masculino/ feminino, Louro (2004) aponta que podemos encontrar uma alternativa ao pensamento essencialista e que há outras possibilidades de se pensar sobre identidades de gênero e sexuais.

Precisamos estar atentos para o caráter específico (e também transitório) do sistema de crenças com o qual operamos; precisamos nos dar conta de que os corpos vêm sendo “lidos” ou compreendidos de forma distinta em diferentes culturas, de que o modo como a distinção masculino/feminino vem sendo entendida diverge e se modifica histórica e culturalmente (LOURO, 2004, p. 76).

Neste contexto, é possível analisar o quanto esta temática tem sido relevante dentro das escolas, e como um



gestor de um espaço cultural, percebendo as necessidades que emergem da sociedade pode proporcionar, através da cultura, formas de esclarecer tais temáticas e oportunizar novas formas de educação para a diversidade.

O papel das escolas na educação de identidade de gênero e sexualidade

Interessante ressaltar a o quanto a problemática de identidade de gênero e sexualidade vem sendo abordada dentro das escolas, uma vez que, algumas delas realizaram a visita à exposição, e por entender que é no espaço escolar, também, que muitas vezes os preconceitos começam a ser fomentados diante de sujeitos que não se identificam com suas identidades de gênero. Embora escolas também tenham sido alvo de críticas, a decisão de algumas em terem realizado a visita pode estar calcada nesta tentativa, de uma educação que contemple a diversidade e que, por vezes, acaba gerando debates em torno da temática no sentido de quem deve ensinar sobre estas questões. Como arena de discussões, formação e socialização, a escola é um espaço no qual é possível presenciar, em seu cotidiano, as constantes mudanças no que se refere à vivência da infância. Muitas vezes, essas vivências da infância envolvem situações relacionadas a gênero e à sexualidade (FELIPE; GUIZZO; BECK, 2014).

Para alguns estudiosos, abordar gênero e sexualidade, especialmente na infância, ainda é uma tarefa difícil e que envolve significações culturais, valores morais e crenças (ora éticas, ora religiosas), que determinarão a forma com que essa abordagem será feita. Sublinho aqui, estes valores, pois entendo que estes possam ter sido propulsores para as manifestações contrárias de alguns grupos, à exposição *Queermuseu*.

A escola pode ser um espaço de múltiplas vivências, de valorização das diferenças e do respeito entre as/os que ali estão, um lugar no qual se constroem identidades e produzem subjetividades. A escola é “(...) um espaço significativo na vida das pessoas, pelos conhecimentos que propagam, pelas condutas que ensinam, pelos padrões que estipulam, pelas vozes que silenciam etc.” (FELIPE; GUIZZO; BECK, 2014, p. 24). Ela é, também, um espaço fomentador de normas e regulações que delimitam comportamentos e maneiras de pensar a sociedade. Assim é possível compreender os motivos pelos quais algumas escolas sentiram a necessidade da visita à exposição e, também, porque foram criticadas.

Queermuseu: alguns argumentos prós e contras à exposição

A exposição *Queermuseu* foi inaugurada no Santander Cultural em 14 de agosto de 2017 e iria até dia 8 de outubro do mesmo ano, não fossem as inúmeras manifestações ocorridas através das redes sociais, criticando algumas obras e ocasionando o encerramento da exposição em 10 de setembro de 2017 (G1 RS, 2017).

A exposição intitulada *Queermuseu - Cartografias da diferença na arte brasileira* - tinha como objetivo discutir e valorizar a diversidade do mundo contemporâneo através de importantes artistas como Portinari, Lígia Clark e Adriana Varejão. Porém a exposição acabou sendo alvo de diversas críticas, especialmente de grupos conservadores e religiosos que consideraram algumas obras como inadequadas, resultando no fechamento da exposição, o que também provocou outras polêmicas (G1 RS, 2017).

As visitas ao centro cultural por escolas tem sido uma prática cada vez mais constante, sendo assim, o espaço cultural Santander produziu uma cartilha para os professores como forma de orientar as escolas sobre a exposição, trazendo uma contextualização que pretendia esclarecer “o que é Queer?”. Sabe-se que algumas escolas realizaram a visita, porém, ainda pairam dúvidas sobre o total de escolas – e quais foram elas. Segundo o jornalista Maurício Brum (2017), o Santander Cultural manteve silêncio ao ser questionado sobre tais informações. As escolas também foram alvo de críticas ao levarem alunos/as à exposição, pelo fato de alguns grupos mais conservadores acharem que o conteúdo das obras promovia a pedofilia.

Um dos argumentos das pessoas que reivindicaram o encerramento da exposição dizia que a obra



de Lygia Clark estimulava, de alguma forma, a pedofilia. Isto porque supõe-se que as crianças que visitassem a exposição poderiam se portar como o “espectador-autor” idealizado pela artista plástica. Vestindo os macacões, haveria a possibilidade de as crianças estimularem, sexualmente, umas às outras. Ou pior: um adulto poderia vestir um dos macacões e uma criança, o outro, com o mesmo fito interativo (RIBEIRO, s/p, 2017).

Segundo a jornalista Paula Sperb (2017) um dos maiores apoiadores para o encerramento da exposição foi o Movimento Brasil Livre (MBL), um movimento político brasileiro que defende o liberalismo econômico e o republicanismo, ativo desde 2014. Assim que o Santander Cultural decretou o encerramento da exposição o grupo comemorou ressaltando seu posicionamento frente à exposição, em vídeos gravados por blogueiros integrantes do movimento:

Algumas obras expostas fazem apologia à pedofilia e zoofilia. [...] “só tem putaria, só tem sacanagem” que é “reconhecida como arte”. “Há pouco tinha crianças olhando essa ‘arte’ escarnecendo a Cristo”. “O curador dessa obra, Gaudêncio Fidelis, esse cara deveria estar preso”, “Olha o Satanás no meio”. “Isso aqui é praticamente prostituição infantil” (SPERB, s/p, 2017)

Por outro lado, também foi possível verificar argumentos que manifestassem o desejo de permanência da exposição. O colunista João Arias (2017), ressalta que ninguém era obrigado a frequentar a exposição e que o fechamento dela pode ser compreendido como um ato antidemocrático e fascista. O jornalista salienta que a crítica é livre, porém já não é possível concebermos atos de censura e que o medo em falar sobre sexo deve ser desmistificado, ressaltando seu posicionamento:

A arte tem que ser livre em suas expressões e criações. É a diferença entre cultura e doutrina, entre liberdade de ideias e intolerância do pensamento único. Não deve haver altares, laicos ou religiosos, para sacrificar a liberdade. Começamos condenando as diferenças (ou as coisas que nos desagradam) e terminamos nos fornos do extermínio (ARIAS, s/p, 2017).

Embora grupos tenham se manifestado favoráveis à exposição, a gestão do Santander Cultural optou por seu encerramento. Se um gestor precisa compreender o meio social no qual está inserido para promoção da arte e da cultura, o que a gestão do Santander Cultural levou em consideração para encerrar a exposição *Queermuseu*? A pressão de conservadores teria sido maior do que a necessidade de trabalhar questões de gênero e sexualidade dentro de espaços educativos como escola e museus? Cabe aqui pensar em uma análise mais profunda para compreendermos estas questões e deixar aberto futuras pesquisas que possam problematizá-las.

Considerações Finais

Os espaços culturais também podem ser considerados fontes educacionais, para um gestor cultural, pensar nestes espaços não parece ser tarefa fácil. Observar o quanto as escolas em conjunto com espaços que promovem a cultura e arte buscam contemplar assuntos e temáticas que precisam ser debatidas em nossa sociedade contemporânea é algo significativo.

No presente foi possível compreender um pouco sobre o papel do gestor cultural e a relação que os espaços culturais possuem com as escolas. Contextualizar, ainda que brevemente, a expressão *Queer* também se fez necessário para que o leitor pudesse compreender as ideias e desejos que pretendiam ser contemplados na exposição.

O encerramento do *Queermuseu* nos leva a muitos questionamentos que podem ser relacionados com as dificuldades que as escolas também enfrentam quando se propõem a trabalhar os temas de gênero e de sexualidade tão polêmicos ainda hoje, no Brasil. Porém, especialmente neste contexto de espaços culturais e gestão cultural, o que faz dessas discussões tão importantes são: o contexto polarizado, radicalizado e austero, no qual nos encontramos e grassa a intolerância e o ódio no país.



Observa-se que existe uma série de olhares a serem dados para as análises aqui apresentadas; que este é apenas um simbólico exemplar de algumas construções que podem ser feitas e que darão margem para que demais pesquisadoras/res possam contribuir.

Referências

- ARIAS, J. Queermuseum: ninguém é obrigado a visitar uma exposição. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/opinion/1505420191_321089.html>. Acesso em: 25 set. 2020.
- BRUM, M. Duas semanas após cancelamento do Queermuseum, Santander mantém silêncio sobre escolas. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/duas-semanas-apos-cancelamento-do-queermuseum-santander-mantem-silencio-sobre-escolas-6bqaw4zwdca9mkpa9c664uo6g/>>. Acesso em: 24 set. 2020.
- CULTURAL, Santander. **Cultura**. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/institucional-santander/cultura/colecao>>. Acesso em: 22 set. 2020.
- FACHIN, O. **Fundamentos da Metodologia Científica**. Noções básicas em pesquisa científica. 6, ed. São Paulo: Saraiva 2017.
- FELIPE, J.; GUIZZO, B. S.; BECK, D. Q. **Infâncias, gênero e sexualidade**: articulações possíveis. Infâncias, genro e sexualidades: nas tramas da cultura e da educação. Canoas: Ed. ULBRA, 2014. p. 17-27.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- G1 RS. Museu de Porto Alegre encerra exposição sobre diversidade sexual após ataques em redes sociais. **G1 Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/museu-de-porto-alegre-encerra-exposicao-sobre-diversidade-apos-ataques-em-redes-socias.ghtml>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho** – Ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RIBEIRO, C. A rendição ao caos: o caso Queermuseum e a falência da crítica. **Jornal Opção**. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/crivo/rendicao-ao-caos-o-caso-queermuseum-e-falencia-da-critica->>. Acesso em: 29 set. 2020.
- SPERB, P. Museu de Porto Alegre encerra exposição sobre diversidade sexual após ataques em redes sociais. **Revista Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/veja-imagens-da-exposicao-cancelada-pelo-santander-no-rs>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- VICH, V. **Políticas culturais**: conjunturas e territorialidades. O que é um gestor cultural. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017.



ENTREVISTAS QUALITATIVAS NOS CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL: DA CONCEPÇÃO AO DOCUMENTO

Ana Lérica Pacheco Gutierrez

UFRGS/ Universidade La Salle

Maria de Lourdes Borges

Artur César Isaia

Universidade La Salle

Introdução

Estudar, em condições reais, trajetórias de vida e seus significados; traduzir perspectivas e opiniões de participantes de um dado estudo; considerar seus contextos de vida; revelar conceitos, existentes ou emergentes, que possam oferecer explicações sobre comportamentos sociais; recorrer a múltiplas fontes de dados que forneçam evidências. Essas são as características da pesquisa qualitativa apontadas por Yin (2016). Segundo este autor, quando um(a) pesquisador(a) vai a campo para coletar dados, as entrevistas tornam-se o principal instrumento na condução de sua pesquisa qualitativa (YIN, 2016), pois tal ponto de vista também recorta e seleciona a realidade a ser investigada.

Por sua vez, Ramos (2015) apresenta o surgimento de um novo paradigma diante das especificidades de investigações nas áreas artísticas e criativas como produção de conhecimento. Em tais pesquisas, participativas, colaborativas e guiadas pela prática, o praticante reflete em concomitância com a ação, produz novos métodos e expressa os resultados por meio de linguagem simbólica. Embora tendo essa característica performativa, Ramos (2015) defende o compromisso com uma narrativa reflexiva sobre o processo criativo e o conhecimento alcançado, a partir do seu registro para disseminação amplificada por meios digitais a outros pesquisadores.

Para Gerhardt (2009, p. 105), na metodologia qualitativa, a informação coletada a partir de um caso específico representa uma forma singular de um fenômeno mais amplo: “Os casos concretos tomados em sua singularidade não são considerados como representativos, mas exemplares”, já que a representatividade possui um sentido quantitativo. Os casos são exemplares porque indivíduos em seus contextos podem ilustrar fenômenos encontrados, ou desconhecidos, em lugares e grupos distintos.

Embora não de modo exclusivo ou obrigatório, a entrevista qualitativa é a técnica mais frequente e amplamente utilizada para coleta de dados em campo (POUPART, 2014; BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017). As discussões sobre a mesma focalizam quase exclusivamente seu planejamento e execução, enquanto método e/ou técnica de coleta de dados, ocorrendo raras menções sobre seu caráter documental em manuais e estudos sobre metodologia de pesquisa. Sob o ponto de vista da memória social, a entrevista também é um importante meio de acesso à perspectivas sobre o passado em investigações qualitativas. Memória que é individual, mas imersa em, e impregnada por, experiências coletivas, sociais, culturais (HALBWACHS, 2006).

Considerando especialmente o campo de estudos sobre memória social e institucional, neste artigo pretende-se tecer algumas considerações sobre a entrevista e suas etapas, especialmente sua transformação em documento. Em termos metodológicos, consiste em uma pesquisa bibliográfica. Os autores citados debruçaram-se em maior ou menor profundidade sobre o estudo da entrevista, de modo que buscou-se destacar neste texto os aspectos mais relevantes, descritos nas seções seguintes a partir de uma aproximação conceitual sobre a entrevista, sua constituição em evento comunicativo e como a mesma se transforma em documento, concluindo ao encaminhar as considerações finais.

Aproximação conceitual

A entrevista é considerada como uma “técnica alternativa” de coleta de dados que ainda não foram documentados sobre algum tema, além de “técnica de interação social” e “forma de diálogo assimétrico” (GERHARDT, et al. 2009, p. 74). Modalidade de interação social entre duas ou mais pessoas, conversação com propósito definido, constituição de relações intersubjetivas entre entrevistado e entrevistador em busca da produção de sentidos são alguns das caracterizações da entrevista apontadas por Minayo (2010) e Batista, Matos e Nascimento (2017).

Como principal vantagem da entrevista, aponta-se a flexibilidade, tanto em relação ao entrevistado quanto às questões que se apresentam ao(a) pesquisador(a); entre as desvantagens encontram-se o tempo de execução requerido, a ausência do anonimato e a influência do(a) entrevistador(a) sobre o(a) entrevistado(a) (GERHARDT et al. 2009). Em termos éticos, é necessário garantir a não discriminação na escolha dos(as) entrevistados(as) e não expô-los(las) a riscos desnecessários, especialmente “grupos de pessoas em estados ou condições especiais”. (GERHARDT, et al. 2009, p. 89).

Quanto à tipologia, a entrevista apresenta um gradiente bastante amplo, cujo recorte de designações varia bastante entre os autores. Gerhardt et al. (2009) identificam: 1) completamente estruturada, com um roteiro fixo de perguntas preestabelecido; 2) semiestruturada, cujo roteiro se abre a desdobramentos do tema principal; 3) não-estruturada ou não-diretiva, que atribui liberdade ao entrevistado para falar sobre o tema proposto; 4) orientada para informações sobre determinadas experiências e seus efeitos; 5) em grupo, no qual as perguntas são respondidas de forma simultânea, oferecendo uma visão global sobre o tema; e 6) informal, que é prospectiva e explora possibilidades de conhecimento mais aprofundado sobre o tema de pesquisa, oferecendo subsídios para as hipóteses de investigação e novos entrevistados.

Chala, Graebin e Pugliese (2016) destacam a entrevista a partir das especificidades da História oral e suas diferentes correntes, considerada uma abordagem biográfica e narrativa para captar as histórias de vida, discutidas mais adiante.

A interação torna-se uma palavra-chave para a compreensão da entrevista como um evento comunicativo e sua relação com os objetivos investigativos, conforme discutido a seguir.

Entrevista como evento comunicativo

Quivy e Campenhoudt (1995, p. 44 *apud* GERHARDT, 2009, p. 52) identificam três tipos de interlocutores que auxiliam o(a) pesquisador(a) a evidenciar questões exploratórias que a própria experiência e aportes teóricos não alcançaram, ultrapassando assim os limites de suas próprias percepções: interlocutores “especialistas científicos” no tema abordado, pessoas-chave que possuem informações relevantes ao estudo, e pessoas que estão diretamente envolvidas no contexto de estudo. A escuta atenta também envolve a escuta dos silêncios, que apesar de não serem diretamente observáveis, não são vazios e podem ser percebidos como presentes nas grandes pausas, hesitações, suspiros (ORLANDI, 2007). Dias (1998, p. 101) refere o caráter “problemático” da informação: “seja sua análise, coleta ou produção, é mais patente no caso do depoimento oral: qualquer palavra é interpretação.”

Ao problematizar a relação entre memória e identidade, Pollak (1992) oferece uma síntese sobre como interpretar o material coletado em entrevistas de História oral a partir do que denomina de pontos invariantes condensados em lugares, pessoas e acontecimentos, que podem ter sido vivenciados pessoalmente, ou “por tabela” quando envolvem situações nas quais o indivíduo considera que o afetam de alguma forma, ou ainda as situações que, mesmo distantes no tempo e no espaço, o indivíduo acredita que ocorreram do modo lembrado e incorpora como verdade. Pollak (1992) aborda as memórias do pós-guerra, memórias dolorosas, por muito tempo reprimidas e silenciadas. As entrevistas podem evocar momentos de profunda comoção ao revisitar experiências e vivências

do passado. Por isso mesmo, o entrevistador precisa respeitar o tempo do entrevistado e buscar compreender os silêncios como momentos de reelaboração de lembranças.

A entrevista envolve etapas e procedimentos prévios e posteriores à realização e requer competências do(a) pesquisador(a), especialmente a elaboração de boas perguntas, o conhecimento do tema, a escuta atenta e o cuidado com os dados (YIN, 2016).

Para Bauer, Gaskel e Allum (2008), a pesquisa social apoia-se em dados sobre o mundo social, resultantes e construídos em processos comunicativos, que podem ser formais, informais, por meio de textos, imagens e materiais sonoros. Bauer e Aarts (2008) abordam a noção de *corpus*, emprestada da linguística e pouco utilizado em metodologia das ciências sociais. A construção do *corpus* indica um princípio alternativo de coleta de dados e uma escolha sistemática, tipificando “atributos desconhecidos” (BAUER; AARTS, 2008, p. 40). Um *corpus* pode ainda tornar-se recurso de investigação para análises secundárias, como coleções de entrevistas e de arquivos textuais, discutidos a seguir.

Como uma entrevista se transforma em documento

A gravação de entrevistas com pessoas participantes ou testemunhas de eventos potencialmente relevantes para a história contemporânea são o objeto da História oral, constituindo-se em fonte de pesquisa de um passado recente (ALBERTI, 2008). As primeiras iniciativas ocorreram no início do séc. XX, nos Estados Unidos, com a publicação de entrevistas com imigrantes poloneses. Com a invenção do gravador a fita em 1948, este ano é considerado o marco temporal da moderna História oral, caracterizada pela gravação de relatos em áudio e/ou vídeo em uma situação formal, com objetivos definidos (ALBERTI, 2008). Inicialmente, considerava-se que a transcrição da entrevista consistia no documento original, mas mais tarde fixou-se a gravação como regra em programas de História oral (ALBERTI, 2008). Dias (1998) reflete que o uso de fontes orais desconstrói a falsa premissa de objetividade da informação.

Ainda conforme Alberti (2008) a primeira fase da História oral teve início com pesquisas a partir de relatos de chefes da Resistência Francesa no pós-Guerra; transcrições de testemunhos sobre a Segunda Guerra Mundial, na Alemanha; registro das recordações dos chefes da Revolução Mexicana (1910-11) pelo Instituto Nacional de Antropologia do México no final da década de 1950; e intensificação de trabalhos por Alicia Olivera e Eugenia Meyer, nas décadas de 1960 e 1970. A fase “militante” teve lugar a partir de 1960. O aperfeiçoamento do gravador portátil promoveu o aumento das entrevistas de história de vida” com membros de grupos sociais de tradição oral, que não transmitiam registros escritos de suas experiências e formas de ver o mundo. Seguiu-se a fase acadêmica, nos anos 1970, de maior sistematização metodológica, com a fundação de associações e publicações americanas e inglesas, surgimento de manuais de História oral e encontros internacionais de pesquisadores. Na França, uma pesquisa de Dominique Aron-Schnapper e Danièle Hanet sobre a previdência social originou um acervo de entrevistas com a preocupação de preservar e dar acesso aos depoimentos, a partir de um projeto de pesquisa (ALBERTI, 2008).

No Brasil, o marco inicial ocorreu em 1975, com o I Curso Nacional de História Oral, promoção conjunta da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Em seguida ocorreram as primeiras entrevistas do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, participante do curso, criou o Laboratório de História Oral do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, e três anos depois, publicou um manual de História oral.

Para Alberti (2008), o reconhecimento à multiplicidade de histórias, memórias e identidades em uma sociedade decorre de um movimento de transformação das Ciências Humanas, na qual a especificidade e relevância da História



oral possibilita registrar e estudar a experiência de um número cada vez maior de grupos. Nessa perspectiva, Dias (1998) aborda a formação de acervos de entrevistas, autobiográficas ou temáticas, a partir de pesquisas em grandes organizações e instituições. O autor registra a abertura desse campo de investigação e a mudança de foco, da vinculação das trajetórias de vida com a história da política brasileira, para a trajetória das organizações e a criação de acervos orais. A aproximação entre História oral e memória é aprofundada por Chala, Graebin e Christmann (2016) especialmente a partir de Halbwachs (2006) e Pollak (1989, 1992), evidenciando questões sociais, simbólicas, identitárias, temporalidades e espacialidades de recordação, entre outras, como contribuições desses entrelaçamentos. Entre as correntes de trabalho com História oral, as autoras mencionam a entrevista enquanto documento oral e a possibilidade de preencher lacunas existentes em relação a documentos escritos. (CHALA; GRAEBIN; CHRISTMANN, 2016)

Os textos, imagens e materiais sonoros produzidos em pesquisas qualitativas suscitam também questões de segurança de dados, armazenamento de suportes e documentação de autorizações, como alerta Yin (2016). Aprofundar essas discussões no âmbito dos estudos em memória e gestão cultural podem indicar caminhos e possibilidades de atuação, tais como a criação de protocolos de gestão desse material produzido.

Considerações finais

Desde que a pós-modernidade esfacelou as frágeis certezas e as grandes narrativas que estruturavam culturalmente as sociedades humanas, as Ciências Humanas voltaram a atenção para questões e grupos sociais até então invisibilizados por visões homogêneas (POUPART, 2014). Nas ciências naturais, lentes macroscópicas mapeiam o universo enquanto lentes microscópicas perscrutam os perigos invisíveis, evidenciando em estudos e clamores a necessária diversidade para a manutenção da vida e nossa sobrevivência futura. Da mesma forma, as Ciências Humanas, e especialmente o campo de estudos de memória social e institucional têm a oportunidade de contribuir lançando suas lentes a esse objeto tão intrigante que é o humano, registrando e buscando compreender sua diversidade e contradições.

Em conclusão, considera-se que a entrevista qualitativa transpõe a questão utilitarista de obtenção de informações. Além de tornar-se uma janela para a produção de sentidos sobre os grupos humanos a partir da memória, ao materializar-se em documento textual, sonoro ou visual, a entrevista transforma-se um documento, suscitando novas discussões sobre protocolos e ações para destinação final, preservação e transmissão de modo seguro e ético.

Referências

- ALBERTI, V. Fontes Oraís. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.155-202.
- BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A Construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.39-63.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. Evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 15-17.

- CHALA, Â.; GRAEBIN, C.; CHRISTMANN, J. P. História oral e memória. In: BERND, Z.; SANTOS, N. M. W. (Orgs.). **Memória e Patrimônio**. Canoas, RS: Unilasalle, 2016. p. 45-60.
- DIAS, J. L. de M. Registro oral, história e grandes organizações. In: FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Entre-Vistas: abordagens e usos da história oral**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 98-123.
- GERHARDT, T. E. A construção da pesquisa. In: GERHARDT, T; E; SILVEIRA, D; T.; (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 43-64.
- GERHARDT, T. E.; RAMOS, I. C. A.; RIQUINHO, D. L.; SANTOS, D. L. dos. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 65-87.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: UNICAMP, 2007.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 17 set. 2020.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 17 set. 2020.
- POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J.; et al. **A Pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 215-253.
- RAMOS, L. F. Pesquisa Performativa: uma tendência a ser bem discutida. In: CERASOLI Jr., U. (Ed.). Seminário de Pesquisas em Andamento PPGAC/USP, 5. 2015, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: PPGAC-ECA/USP, v. 3, n. 1, 2015. p. 73-79.
- YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.



O GESTOR CULTURAL GIANCARLO MECARELLI

Paulo Fernando Pires da Silveira

Universidade La Salle

Introdução

O objetivo desta comunicação é descrever a trajetória de Giancarlo Mecarelli como gestor cultural do Paraty Em Foco (PEF), o Festival Internacional de Fotografia de Paraty, um dos importantes produtos culturais realizados no município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, desde 2005. Devido ao isolamento social ocasionado pelo COVID-19, que manteve a cidade fechada para o turismo, optou-se por dialogar com alguns dos seus personagens e o acompanhamento das redes sociais, onde o foco é Paraty e o seu entorno, assim como também utilizou-se do acervo das saídas de campo realizadas, com inspiração etnofotográfica, durante as edições do PEF2017, PEF2018 e PEF2019.

O que é um gestor cultural

Se o produtor cultural é quem produz, um projeto para o seu acontecimento, ele precisa também estar em contato constante com o gestor cultural, aquele que gerencia o projeto, que dialoga com diretores, fornecedores, que literalmente, coloca um festival em pé, por exemplo, administrando todo projeto, conferindo os documentos, os contratos, inclusive os pagamentos de todos os envolvidos em um evento. *“Em momentos de crise e de aperto financeiro as conversas se tornaram ainda mais difíceis. Mas é preciso ter capacidade e preparo para realizá-las a contento, pois a gestão depende muito destas conversas e deliberações”* (RUBIM, 2019, p. 16). Diante de obstáculos como os grifados acima, cabe ao gestor conversar com todos os envolvidos, então é ele quem exerce o papel mais burocrático.

A gestão cultural se consolida no mundo contemporâneo, apesar dos retrocessos político-culturais vivenciados na atualidade. (...) No país estabeleceu-se uma distinção, ainda que não radical, entre produtores e gestores. Enquanto os produtores, em geral, trabalhavam na realização de eventos e obras culturais, financiados através de via leis de incentivo, os gestores continuavam esquecidos e invisíveis, com poucas exceções. (RUBIM, 2019, p. 9).

Além de questões burocráticas, o gestor é aquela pessoa que concebe os novos desejos de uma comunidade e que acredita na cultura como gerador/promotor essencial de mudança de uma sociedade, capaz de manifestar os seus imaginários (VICH, 2017).

Paraty, entre o mar, matas e cultura

O município de Paraty no Estado do Rio de Janeiro, desde 1945, é declarado Monumento Histórico Estadual (Rio de Janeiro) e em 1958, que a cidade foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o território de Paraty vem colecionando diferentes títulos que somam e ampliam a sua *“indiscutível relevância histórica, social e econômica da cultura”* (DOSSIÊ, 2019, p. 5). Após passar por diversos ciclos comerciais, Paraty vivenciou um isolamento involuntário de quase cem anos, e foi devido a esta incoerência que o contexto arquitetônico urbano da cidade de valor notável, a encantadora beleza natural, bem como os seus bens imateriais, fazeres e saberes se preservaram, preservando sua cultura (SEBRAE, 2002). Até o ano de 2009, o município de Paraty possuía apenas uma secretaria que compartilhava as pastas de Turismo e Cultura. Como resultado principal de duas Conferências Municipais de Cultura, em 2008 e 2009, foi instituída em 2010 a Secretaria Municipal de Cultura, que desde então aderiu ao Sistema Nacional de Cultura.

Hoje a cidade de Paraty é sinônimo de cultura e biodiversidade e desde 2019 é o primeiro sítio misto do Brasil na lista do Patrimônio Mundial Reconhecido pela Unesco. É pela preservação do bioma da Mata Atlântica que rodeia as águas calmas da baía da Ilha Grande, somados à cultura das comunidades tradicionais que “*permanecem autênticos, com suas referências culturais associadas aos saberes, às celebrações, às formas de expressão e aos locais onde essas práticas ocorrerem*”, onde também permanecem vivas “*a relação dos caiçaras com o mar e a pesca artesanal, a cultura afro-brasileira presente no dia-a-dia dos quilombos, bem como os guaranis e sua cosmologia, seus rituais e a manutenção da língua tupi-guarani*” (DOSSIÊ, 2019, p. 6). Todos coabitam em equilíbrio e coesos com uma biodiversidade rica e exuberante, preservando tradições e costumes que são considerados importantes na cultura local. São indivíduos que vivem da relação com a natureza em dois territórios quilombolas, vinte e oito comunidades caiçaras, além de duas terras indígenas, praticando a “*pesca artesanal e o manejo sustentável de espécies da biodiversidade*”. Também, mantêm os modos de vida de seus antepassados, preservando a maior parte de suas relações culturais como ritos, festivais e religiões”, a relação de seu modo de vida com o ambiente natural (DOSSIÊ, 2019 p. 11).

Contemplando o Calendário de Eventos Turísticos e Culturais de Paraty, entende-se por cultura “*um conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização*” (CHAGAS, 2018, p. 34). Os seus costumes, a sua dança, a cachaça, a gastronomia típica, a fotografia, a ciranda caiçara, o teatro, as suas festas religiosas, a forma de falar e pensar... O seu artesanato (indígena, quilombola, caiçara...), enfim, todos os fazeres e saberes da comunidade paratiense. Acredita-se que um dos fatores que leva alguns turistas a se encantarem pela cidade histórica é justamente o respeito pela sua diversidade cultural, reflexo de que há no município uma ação democrática, que não permite que seja determinada uma educação/cultura oficial, mas que exista sim respeito e autonomia dos diversos setores e suas dinâmicas específicas (RUBIM, 2016).

Lamentavelmente, assim como acontece em incontáveis cidades brasileiras, alguns eventos culturais realizados em Paraty têm padecido restrições no orçamento, por causa da carência de patrocinadores. É como aponta Rubim (2016) “*determinadas manifestações culturais têm dificuldades de sobreviver apenas na lógica de mercado, então o Estado tem um papel fundamental com estas, de garantir a diversidade e pluralidade das manifestações culturais da sociedade*”. No caso de Paraty, mesmo em um formato reduzido, alguns eventos continuam acontecendo e tendo a atenção de um público bem específico.

O PEF, tradicionalmente promovido em setembro, é um dos principais festivais de fotografia do país. Por esta razão, a partir da próxima seção, destaca-se brevemente algumas das edições do evento onde Mecarelli (2017, 2018, 2019) enfatizou a importância, para a grandeza de um evento cultural a necessidade – além dos apoios – de patrocinadores.

O Festival Internacional de Fotografia de Paraty

O primeiro Festival, o PEF2005, iniciou ponderado: “com cinco palestras, uma exposição na Igreja Santa Rita com trinta imagens dos jovens alunos do ITAE e um leilão com obras doadas por fotógrafos”. O evento agregou por volta de oitenta pessoas e trouxe convidados como o professor, fotógrafo e arquiteto brasileiro Cristiano Mascaro e o fotógrafo e empresário holandês Thomaz Farkas. Dando um salto histórico, o 13º Paraty Em Foco, o PEF2017 teve como tema “FOTOGRAFIA: DOCUMENTO E FICÇÃO” e instigou os participantes para uma jornada pelo âmbito da imagem fotográfica. Se fez presente nesta edição um número expressivo de mulheres integrantes do Movimento Fotógrafas Brasileiras. O 14º Paraty Em Foco, o PEF2018 teve como tema “FOTOGRAFIA: UTOPIA/DISTOPIA”. A impermanência da vida real, representada com muita arte e técnica através das imagens O 15º Paraty Em Foco, o PEF2019, na sua edição dos 15 anos, teve como tema “MIGRAÇÕES” e conseguiu de forma muito eficiente representar um tema atemporal também na história brasileira.

O Paraty Em Foco também é produto de uma história de migração iniciada em 2005, a de seu diretor “Giancarlo Mecarelli, fotógrafo e diretor de arte”, que elegeu a cidade de Paraty para abrir a Galeria Zoom de



Fotografia e criou o Festival. Embora a Galeria Zoom já não exista fisicamente, continua na concretização do PEF, buscando, constantemente “afirmar-se como um evento para todos os olhares”.-O Festival conta com debates, projeções, workshops e exposições em galerias e principalmente pelas ruas da cidade, reunindo fotógrafos e artistas visuais do Brasil e do exterior. Seja pelo viés da fotografia documental ou pela arte, ambos os caminhos cumprem um papel indubitável afirmando a sua importância para a memória e a preservação dos patrimônios de uma nação. Confiantes na compreensão da comunidade fotográfica, patrocinadores, apoiadores, expressivos parceiros e todas as instituições comprometidas, os organizadores do PEF2020, cientes de sua responsabilidade e em diálogo constante com a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e com outros organizadores de eventos na cidade, estabelecem um novo formato para o Festival e um novo calendário (de 21 a 25 de outubro), para que as celebrações ocorram num ambiente o mais seguro possível. (PEFPARATYEMFOCO.COM.BR).

Com a maior parte da programação online, transmissões pelas redes sociais do PEF e na de parceiros, haverá entrevistas, palestras, cursos e leituras de portfólios virtuais, com o mesmo padrão de edições anteriores. Os festivais de fotografia são propagadores fundamentais dos clássicos e dos novos olhares. E o Paraty em Foco entra em seu 16º ano procurando, através “do documental clássico ou das expressões mais conceituais e artísticas”, retratar o MEIO AMBIENTE, um tema sempre atual e relevante por se tratar do nosso patrimônio natural. Frente ao cenário desafiador a parte presencial do evento (projeções, exposições...) será produzida no entorno da Praça da Matriz e outras principais ruas da cidade, dentro dos protocolos de segurança, guardando o distanciamento físico e acolhendo as normas dos organismos de saúde (PEFPARATYEMFOCO.COM.BR, 2020). Para que ações como estas sejam possíveis, é necessário “empenho não só do gestor, mas de toda equipe. Ou seja, requer trabalho coletivo também no âmbito da gestão cultural, através de periódicas reuniões e discussões que envolvam toda equipe” (RUBIM, 2019, p. 18).

A trajetória de Mecarelli, o gestor cultural

Em 1964, Giancarlo Mecarelli (Imagem 1), iniciou carreira como ilustrador publicitário e assistente na direção de arte em São Paulo. Como diretor de arte, trabalhou em importantes agências de publicidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Na Europa, sempre como diretor de arte trabalhou em Barcelona, Madri e Milão. Decidiu ser fotógrafo e diretor de arte freelancer em Milão em 1987. Foi em junho de 2004 que uma viagem a trabalho ao Brasil o levou a visitar a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP). Nesse encontro não programado, Mecarelli foi seduzido pelo Centro Histórico e a beleza natural que o envolve, e decide radicalmente então em poucos meses trocar a Itália, onde vivia desde 1984, pela cidade histórica do litoral fluminense.

Em janeiro de 2005 se estabelece bem no Centro Histórico de Paraty, onde abriu em parceria da artista plástica e fotógrafa Maxime Demotte, a Galeria Zoom de Fotografia de Paraty e criaram o Paraty Em Foco (PEFPARATYEMFOCO.COM.BR). Na perspectiva de Rubim (2008), para que um sistema cultural funcione, há necessidade de vários atores: os criadores ou inventores, como Mecarelli e Demotte, que seriam os primeiros, por serem os autores/agentes do produto cultural.



Imagem 1 – PEF2017 / Giancarlo Mecarelli



Fonte: Autor – Set. 2017

Desde a primeira edição, em 2005, o PEF preocupa-se em realizar ações junto à comunidade paratiense, legitimando que “a gestão e as políticas culturais devem estar sintonizadas com a construção de outro e melhor mundo possível” (RUBIM, 2019, p. 30). As oficinas para jovens fotógrafos, realizadas por Mecarelli e Delmotte, é um exemplo delas. “As oficinas fotográficas do projeto “Jovens do ITAE” (Instituto Trilha das Artes e Educação) depois se expandiram para a ação de formação na Casa Escola na Ilha das Cobras e, parceria com a Secretaria de Educação e com a ONG Cairuçu”. Além das oficinas, Mecarelli faz visitas guiadas às exposições montadas na Casa de Cultura para os alunos de escolas públicas de Paraty. Hoje constituímos nossa identidade/nossos saberes, além da escola, saindo às ruas, frequentando o cinema, festas religiosas, festivais de gastronomia, fotografia, literatura, música, navegando pelas redes sociais, participando das comunidades/grupos virtuais ou físicos (VICH, 2017), nos enriquecendo e compondo a nossa cultura. Nas últimas edições do PEF, o fotógrafo desenvolveu dois projetos junto à comunidade local, intitulados: “Gente Daqui”, onde ele retratou pessoas de relevância na cidade e “Sonho Meu”, onde fotografou jovens moradores de Paraty segurando um pequeno cartaz no qual estava registrado o que desejavam para o seu futuro. O Festival oferece em todas as edições bolsas para que os moradores e os alunos de escolas públicas de Paraty possam participar dos workshops e das leituras de portfólio (PEFPARATYEMFOCO.COM.BR).

Nas observações realizadas em campo, nas últimas três edições do PEF, percebeu-se que as habilidades de Mecarelli vão ao encontro da perspectiva de Vich (2017, p. 4), quando afirma que os gestores culturais devem assumir quatro identidades: “do etnógrafo, pois sua função deve consistir em conhecer bem as populações locais; do curador; do militante e por fim a do administrador”, pois pelo olhar da autora um gestor cultural precisa saber transitar com eficácia pelo planejamento, gerenciamento de recursos e na solução das questões burocráticas. A gestão cultural exige “habilidades múltiplas, para lidar com as diferentes facetas desses empreendimentos – administrativa, comercial, tecnológica, burocrática, cultural, comunicacional etc” (RUBIM, 2019, p. 40).

Desde a primeira edição do PEF, essas quatro identidades são habilidades que Mecarelli vem desenvolvendo. Na verdade, a sua vivência o permite transitar pelos dois caminhos: de produtor e gestor cultural. “Todo gestor, em qualquer campo de atuação, se defronta com incontáveis desafios e dilemas” (RUBIM, 2019, p. 12). Pois, eventualmente – em outros eventos - pela dimensão do projeto ou falta de previsão uma mesma pessoa acaba assumindo os dois papéis. “A singularidade da gestão cultural não pode, nem deve ser desconsiderada. Sua complexidade torna-se ainda mais pronunciada quando se observa que a cultura é por si mesma um universo amplo e complicado” (p. 13).

#eternoaprendiz

Esta comunicação teve como objetivo descrever a trajetória de Giancarlo Mecarelli como gestor cultural do Paraty Em Foco, sendo o Festival um dos importantes produtos do calendário cultural do município de Paraty. Como metodologia optou-se por dialogar com alguns dos seus personagens, bem como o acompanhamento das redes sociais, onde o foco é a região de Paraty; e também utilizou-se do acervo das saídas de campo realizadas, com inspiração etnofotográfica, durante as três últimas edições do PEF. Na dedicação à administração/planejamento do projeto do PEF, no relacionamento e reconhecimento das populações locais, pode-se perceber que Mecarelli constitui-se como um gestor cultural desde que se estabeleceu em Paraty. Em cada edição do Festival, construiu narrativas que dialogaram – de forma multidisciplinar - com o contexto contemporâneo mundial, tornando-se o apaixonado “militante” da imagem um eficaz organizador cultural.

Referências

- BOLSONARO, J. M. República Federativa do Brasil. **Paraty e Ilha Grande: Cultura e Diversidade**. Disponível em: <<http://paraty.rj.gov.br/conteudo/downloads/paraty-patrimonio-da-humanidade/PARATY-CUL-BIO-POR.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- CHAGAS, J. **A morte e as suas representações**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.
- CPF Sesc. **Antônio Albino Rubim** - Curso Sesc de Gestão Cultural. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8utvyjKFE6w>>. Acesso em: 28 set. 2020.
- ISSUU. Observatório 06 - A formação profissional do gestor cultural. **Os fazeres e os saberes dos gestores de cultura no Brasil**. Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n. 6, jul./set. 2008. Disponível em: <<https://issuu.com/itaucultural/docs/revista-observatorio-6>>. Acesso em: 28 set. 2020.
- MECARELLI, G. (Paraty Em Foco). **Comunicação Oral**. Paraty, 2017, 2018 e 2019.
- PEF – Paraty em Foco. **Festival Internacional de Fotografia**. Disponível em: <<https://www.pefparatyemfoco.com.br>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- PREFEITURA de Paraty – Cidade Patrimônio de Todos. **Paraty – Patrimônio Mundial**. Disponível em: <<http://www.paraty.rj.gov.br/paraty-patrimonio-mundial>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- PREFEITURA de Paraty – Cidade Patrimônio de Todos. **Secretarias**. Disponível em: <<http://paraty.rj.gov.br/o-governo/secretarias/secretaria-municipal-de-cultura>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- PREFEITURA de Paraty – Cidade Patrimônio de Todos. **Sobre a cidade**. Plano Estratégico do Turismo de Paraty 2002 – SEBRAE/RJ. Disponível em: <<https://paraty.rj.gov.br/a-cidade/sobre>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- PREFEITURA de Paraty – Cidade Patrimônio de Todos. Paraty – Patrimônio Mundial. **DOSSIÊ** - Brasil / Paraty, 2019. Disponível em: <<https://www.paraty.rj.gov.br/paraty-patrimonio-mundial>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- RUBIM, A. A. C. (org.). **Gestão Cultural**. Salvador: EDUFBA, 2019.
- VICH, V. O que é um gestor cultural? In: CALABRE, L., LIMA, D.R. **Políticas culturais: conjunturas e territorialidades**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

PRÁTICAS DE UMA ASSOCIAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Gabriela Goldmeier

UFRGS/ Universidade La Salle

Maria de Lourdes Borges

Universidade La Salle

Introdução

Em junho deste ano, um grupo formado por pesquisadores, sociedade civil, instituições e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020) lançou uma pesquisa para avaliar os impactos da COVID-19 nas cadeias de produção e distribuição dos setores culturais e criativos. De acordo com a pesquisa, os setores culturais e criativos movimentam cerca de R\$ 171,5 bilhões por ano, o equivalente a 2,61% de toda a riqueza nacional, empregando 837,2 mil profissionais (AGÊNCIABRASIL, 2020).

No Brasil, o setor de economia criativa corresponde a 2,64% do Produto Interno Bruto (PIB) e é responsável por 4,9 milhões de postos de trabalho (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020). Ainda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o setor criativo emprega aproximadamente 1,9 milhões de pessoas (1,6% dos ocupados), sendo que destes, cerca de 44% atua de maneira autônoma. Portanto, o segmento da cultura abriga muitos profissionais liberais, os quais tiveram perda ou redução de renda com a situação da pandemia, tendo sido bastante afetados com o adiamento ou cancelamento das suas atividades culturais.

Torna-se importante a análise e o estudo da situação neste campo da cultura e da área criativa, porque embasam a criação de políticas públicas relacionadas e informam estratégias de recuperação. Neste contexto, foi promulgada a Lei nº 14.017/2020, ou Lei Aldyr Blanc, dispondo “sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”.

Como o setor cultural é marcado pela informalidade, carece de muitas informações e pesquisas sobre suas atividades. Isto significa uma dificuldade adicional para delinear novas estratégias de ação e superação deste momento tão crítico.

O objetivo deste artigo é o de apresentar práticas de uma associação cultural no contexto da pandemia. Para isso foi realizado um estudo de caso na Associação Cultural Vila Flores de Porto Alegre, o qual é apresentado a seguir.

Referencial Teórico

No contexto da pandemia provocada por Coronavírus COVID-19, as instituições culturais sofreram alto impacto em seu desempenho. A alternativa para elas, foi a utilização de meios digitais para continuar, de modo adaptado, seu trabalho.

No campo da cultura, as novas tecnologias digitais têm afetado a criação, disseminação e fruição de bens culturais, sobretudo por meio da internet, alterando substancialmente mercados já estabelecidos e, em alguns casos, criando novas formas de consumo e circulação de produtos. (MARANHÃO, 2019, p. 21).

Esta já era uma constatação em estudo publicado em março de 2019, intitulado “TIC CULTURA Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros”.



Figura 1 – Classificação dos setores pelos domínios da UNESCO (2009)

APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CELEBRAÇÕES	ARTES VISUAIS E ARTESANATO	LIVROS E IMPRENSA	MÍDIAS AUDIOVISUAIS E INTERATIVAS	DESIGN E SERVIÇOS CRIATIVOS
Arte de Rua, Circo, Dança, Festas e Celebrações, Música, Teatro	Artes Digitais, Artes Visuais, Artesanato, Fotografia	Livro, Leitura e Literatura	Cinema e Audiovisual, Games, Softwares e Aplicativos, Publicidade, Rádio, Televisão	Arquitetura e Urbanismo, Design, Moda
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL		PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL		
Capoeira, Culnária e Gastronomia, Cultura Popular, Patrimônio Imaterial		Museu, Patrimônio Material		
EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO		EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE APOIO		ARQUIVOS E PRESERVAÇÃO
Formação e Mediação, Pesquisas		Gestão Cultural, Produção Cultural		Arquivos
CULTURAS IDENTITARIAS			TEMAS IDENTITARIOS	
Cultura Cigana, Cultura do Sertão, Cultura de Matriz Africana, Cultura Indígena, Culturas Identitárias (outras)			Cultura LGBTQI+, Cultura e Infância, Cultura e Juventude, Cultura e Ideias	

Fonte: Observatório da Economia da Universidade Federal da Bahia (OBEC-BA, 2020)

Com o advento de novos cenários na realidade das pessoas e das cidades, como no caso da pandemia de COVID-19 que estamos atravessando, foi necessário pensar e articular novas formas de disseminar a cultura e o lazer.

Mais especificamente na área cultural, ressalta-se que houve um esforço coletivo nacional de pesquisadores, sociedade civil e instituições parceiras para identificar os efeitos da pandemia nas cadeias de produção e distribuição dos setores culturais e criativos. A pesquisa “Percepção dos Impactos da Covid-19 nos Setores Culturais e Criativos do Brasil”, efetuou a coleta de dados no período de 10 de junho a 16 de julho deste ano (ICCS, 2020). A importância da pesquisa, além de referir-se à sua abrangência nacional, reside no fato de auxiliar a formulação de políticas para enfrentamento dos problemas advindos da pandemia na área de cultura e economia criativa.

Seguindo a mesma linha de pesquisa sobre os impactos da pandemia do novo Coronavírus, o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) lançou a pesquisa “Impactos da COVID-19 na Economia Criativa”. Conforme relatório do Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA, 2020), antes da pandemia, era previsto que os setores culturais e criativos gerassem R\$ 43,7 bilhões para o PIB brasileiro, até 2021. Por outro lado, o mesmo relatório informa que os profissionais da área serão provavelmente os últimos a retomarem suas atividades.

Figura 2 – Pesquisa de Percepção dos Impactos da Covid-19 nos Setores Cultural e Criativo do Brasil



Fonte: ICCS (2020)

Canclini (2009 *apud* MARANHÃO, 2019), menciona que há um processo de desmaterialização da cultura nos meios digitais, que possibilita diferentes práticas de consumo, formas de acesso e construção de sociabilidade. Na atual

situação, destacam-se em diversas áreas as ações colaborativas para a sobrevivência das organizações e dos negócios.

Metodologia

O objetivo da pesquisa é o de compreender como a comunidade criativa Associação Cultural Vila Flores, de Porto Alegre, lidou com as questões relacionadas ao período de isolamento social devido à pandemia. Trata-se de um estudo de caso, com utilização de dados secundários obtidos na internet.

Atividades da Associação Cultural Vila Flores no contexto atual de pandemia

O complexo Vila Flores é um local privado, mas muitas das suas atividades são gratuitas e são abertas ao público em geral, o que caracteriza o local como “um verdadeiro centro cultural alternativo”, onde há espaços para visitantes como o miolo ou pátio, a Biblioteca Lulu Flores; o Café Coletivo e o Galpão do Zé (CATRACA LIVRE, 2019).

No aspecto da memória social, a situação de pandemia que estamos vivenciando pode estar construindo um novo capítulo. Todos os segmentos foram afetados e exigiram de seus gestores, empregados e empregadores novas estratégias de ação, através de novas formas de atuação e mobilização.

Brechenmacher, Carothers e Youngs (2020 *apud* ESCUDERO, 2020), dizem que essa postura (novas formas de mobilização) é natural em tempos de crise humanitária e desastre, uma vez que as organizações da sociedade civil, em geral, têm amplo conhecimento da comunidade e das redes locais, logo ocupam posições estratégicas para alcançar populações vulneráveis com mais agilidade e, conseqüentemente, podem ter boa eficácia.

Segundo Marchi e Borges (2017), a maioria das organizações existe para que metas sejam alcançadas. As metas são atingidas por meio de ações colaborativas de um grupo de pessoas. Desta forma, as ações do grupo são essenciais para as organizações, as quais produzem informação e conhecimento.

A pandemia provocou reflexões sobre a vida, os laços afetivos, os valores, a necessidade de cuidar de si e dos outros. Passamos em revista a nossa história, as relações, o papel da família, dos amigos, da comunidade. Esse evento é um ponto de inflexão e a memória tem sido uma âncora para mantermos o equilíbrio pessoal e institucional. No caso das organizações, ela faz a ponte entre as maneiras de atuar de antes, algumas delas arriscadas a desaparecer, e a construção de novas alternativas. E o mais importante, a memória leva à preservação das fontes históricas que permitem o conhecimento e a interpretação do passado e esse é um compromisso inalienável com as futuras gerações (GOULART, 2020).

No atual contexto de isolamento social, as atividades da ACVF, como comunidade criativa que atua em rede, também sofreram restrições. Foi preciso que os gestores culturais do espaço recriassem as atividades, realizando algumas delas de forma virtual, como o Arraial *online*, as *lives* sobre Economia da Cultura no contexto *online*, e também o Fórum Virtual 1º FAZER Patrimonial - Fórum de Ação, Zeladoria, Educação e Resistência Patrimonial, que é uma iniciativa que busca abordar e discutir perspectivas contemporâneas sobre patrimônio cultural e a educação patrimonial e sua integração na vida social atendendo ao contexto atual. Outros projetos: Apoia-se, Amigos do Vila e Me Conta: Soluções Comunitárias. Este último trata-se de uma plataforma de financiamento coletivo, destinado a lideranças comunitárias, visando avaliar a relevância de suas ideias para suas comunidades. Estas iniciativas preservaram um pouco do cenário cultural, mantendo-o ativo da melhor maneira possível.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi o de apresentar práticas de uma associação cultural, no contexto da pandemia, no caso a Associação Cultural Vila Flores. Observou-se que foram tomadas iniciativas e ações novas para a situação, dentro dos limites que a situação em si já impunha.

O pós-pandemia trará novos desafios aos diversos setores, além dos que já foram enfrentados durante o período. O segmento cultural, carente de políticas públicas, terá um longo caminho para sua reestruturação e reerguimento. Novos tempos e novos rumos, em que a visibilidade e a vulnerabilidade do setor, durante o período crítico, possam alavancar novos investimentos e iniciativas.

O setor da economia criativa pode ter um papel importante no pós-pandemia, no entanto, serão fundamentais políticas públicas para este novo panorama dos setores culturais e criativos. Pois como afirmou o poeta maranhense Ferreira Gullar, “*a arte existe porque a vida não basta*”. Que sejam a arte e a cultura a nos trazerem mais vida.

Referências

- AGÊNCIA Brasil. **Covid-19: pesquisa revela perda nos setores cultural e criativo**. EBC – Empresa Brasil de Comunicação. 2020. Disponível em: <[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/covid-19-pesquisa-revela-perda-nos-setores-cultural-e-criativo#:~:text=Os%20dois%20setores%20movimentam%20R,Bruto%20\(PIB\)%20at%C3%A9%202021](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/covid-19-pesquisa-revela-perda-nos-setores-cultural-e-criativo#:~:text=Os%20dois%20setores%20movimentam%20R,Bruto%20(PIB)%20at%C3%A9%202021)>. Acesso em: 5 out. 2020.
- CATRACA Livre. **Arte, cultura, história e arquitetura: tudo sobre Vila Flores**. 2019. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/agenda/vila-flores-porto-alegre>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- ESCUADERO, C. **Os Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Organizações da Sociedade Civil: Conjuntura, Desafios e Perspectivas**. Maio de 2020. Nota Técnica. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200605_nt_diest_67.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.
- GOVERNO do Estado de São Paulo. **Cultura e Economia Criativa**. Site, 2020. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- ICCS. **Percepção dos Impactos da Covid-19 nos setores cultural e criativo do Brasil**. Julho de 2020. Disponível em: <<http://iccs covid19.com.br>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- MARANHÃO, M. S. (org). **TIC Cultura 2018 – Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/tic_cultura_2018_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.
- MARCHI, A. S; BORGES, M. L. Memória, cultura e aprendizagem organizacional: mudar para que? In: BORGES, M. L.; TELLES, T. C. K (Org). **Memória e Gestão Cultural: aspectos conceituais, competências e casos práticos**. Canoas: Unilasalle, 2017, v.1, p -123-144.
- OBEC-BA. **Pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa: relatório final de pesquisa Salvador: Observatório da Economia Criativa: Santo Amaro: UFRB, 2020**. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/proext/images/pesquisa_covid19/RELAT%C3%93RIO_FINAL_Impactos_da_Covid-19_na_Economia_Criativa_-_OBEC-BA.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.
- SESCSP. **Para Lembrar e Contar**. 29/09/2020 Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/online/edicoes-sesc/977>>. Acesso em: 14 out. 2020.

UNESCO. Lançamento da pesquisa nacional “Percepção dos Impactos da COVID-19 nos Setores Culturais e Criativos do Brasil”. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/news/lancamento-da-pesquisa-nacional-percepcao-dos-impactos-da-covid-19-nos-setores-culturais-e>>. Acesso em: 5 out. 2020.



DESAFIANDO A IDADE, ROMPENDO PRECONCEITOS: VAMOS FAZER UMA BANDA?*Eliane Jost Blessmann**Patrícia Kayser Vargas Mangan**Tamára Cecília Karawejczyk Telles***Universidade La Salle****Introdução**

A velhice e o envelhecimento estão tendo uma visibilidade cada vez maior face aos fenômenos do envelhecimento populacional e da longevidade em todo o mundo. As pessoas que hoje envelhecem estão tendo novas experiências, atrevendo-se mais e com isto rompendo preconceitos. Um dos preconceitos é o de que idosos não aprendem mais. Mesmo com tantas experiências provando o contrário, como a de idosos que voltam a estudar formando-se em cursos universitários e pessoas mais velhas que começam a praticar esportes, o preconceito ainda existe. Com os programas e cursos para a “terceira idade” e a formação de grupos de idosos, vem sendo construída uma imagem de dinamismo social com visibilidade assegurada pela mídia. A tendência de agregação por grupos de idade que, na sociedade contemporânea, era comum entre os jovens na constituição de “tribos” (MAFFESOLI, 1998) hoje se dá entre os mais velhos. As universidades de terceira idade ampliam os espaços de sociabilidade que podem ser vistos como expressões territoriais da identidade coletiva que neles se formam.

O grupo de percussão, em estudo, surgiu em um projeto de extensão da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - o CELARI - que oferece atividades físicas, culturais e sociais para pessoas a partir dos 60 anos. Rompendo com os preconceitos e desafiando a idade a ideia de criar um grupo de percussão é motivo de orgulho para seus integrantes que dizem: “só com pessoas idosas eu nunca tinha visto” (Iara); “eu acho até que é o primeiro que tem aqui, que eu conheço pelo menos, no Rio Grande do Sul, de percussão eu acho que é o primeiro grupo (Sol)”; “eu também nunca ouvi falar, quando a minha filha fala para os amigos assim, eles ficam admirados, admirados pela idade, porque eles sabem que tenho mais idade (Vivi)”. Entretanto, mesmo sendo motivo de orgulho, observamos que seu histórico está disperso nas lembranças de seus componentes, com algumas divergências. Este artigo tem por objetivo a reconstrução da memória do grupo através de depoimentos gravados e transcritos e consulta a registros fotográficos, embasando sua necessidade em Ricoeur (2007) que diz não termos outro recurso para acessar o passado senão a memória e em Halbwachs (2003) ao afirmar que a memória é um conhecimento atual do passado.

Vamos fazer uma banda? Mas eu não toco nada ...

Conversando com alguns componentes da banda observei que não havia concordância quanto ao seu tempo de existência na evocação de suas lembranças.

A Iara falou de como chegou ao grupo: “A minha chegada e da Olinda foi muito interessante porque, porque sempre que saía de alguma atividade ouvia a banda tocando e um dia nós chegamos na porta e ficamos olhando. Uma pessoa disse entra aí e a gente entrou. E aí a Regina disse: ah, se vocês quiserem fazer parte do grupo, né. E aí a Olinda estava dizendo que não, e eu disse não, nada disso, vamos encarar. E dali para cá a gente está, desde o começo, acho que uns sete anos. É acho que era 2007 ou 2008, é sete anos”. Aqui convém esclarecer que a banda ensaiava no mesmo prédio onde se desenvolviam as oficinas de atividades físicas do projeto. Iara e Olinda, como todos os integrantes da banda são participantes do CELARI, estão sempre juntas porque são vizinhas.

“Se eu não me engano a gente começou em junho de 2011, com o professor Ricardo” falou a Sol que já estava na banda quando a Iara e a Olinda chegaram. Mas a Iara insistiu dizendo “não, bem antes”. A Sol tentou esclarecer que “nós estamos em 2018, não tem mais que 8 anos”. O problema não estava em quantos anos a banda teria, porque aí estava próximo, mas sim no ano que iniciara que divergia entre 2007, 2008 e 2011.

A Vivi entrou na conversa dizendo “quando o Fabiano (filho) morreu eu estava fazendo duas sessões com o psiquiatra e vocês estavam ensaiando em uma quinta-feira e eu não podia assistir. Dava uma voltinha ali, mas não ficava. Comecei com o grupo pequeno que começou. Agora só perguntando para a Eliane o dia que começou. Eu lembro perfeitamente, foi bem na época que o Fabiano morreu. Ele morreu em 2007. Eu tenho a impressão que foi em 2008”. A Eliane sou eu.

Deste pequeno episódio podemos destacar dois aspectos importantes na teoria da memória. O primeiro é a evocação da lembrança que, segundo Viana, se dá pelos sentimentos, pela pressão social e na associação de ideias e o segundo é o trabalho de reconstrução que Bosi (1993) chamou de memória-trabalho, pois a memória é sim um trabalho sobre o tempo vivido, onde o conjunto das lembranças é uma construção social do grupo.

Há divergências em datas, mas ainda há alguma concordância entre as lembranças o que para Halbwachs (2003) é condição necessária para a construção da memória coletiva que deve ter uma base comum, isto é, não basta testemunhos, é preciso identificar pontos em comum.

Mas qual é a história afinal? Começou em 2007, 2008 ou 2011? Começou com um grupo pequeno ou com um grupo grande? É através dos testemunhos de seus integrantes que vamos esclarecer e reconstruir a memória com a intenção de contribuir para a coesão do grupo e garantir sua identidade, pois esta é, segundo Halbwachs (2003) a principal função da memória coletiva.

Quando entrevistei a Edna ela trouxe um caderno e uma foto dizendo que ali estava a ata da reunião deu início a ideia de fazer uma banda. Olhando o caderno vi a data e exclamei: 2004! “É isto aí”, disse a Edna, é para ver como a gente andou, né. É, botei algumas coisas ali no meio, que foram acontecendo na hora, que era a Regina, a Carmen, a Jane, ai meu Deus, quem mais? (...) Eram seis ou sete, eu lembro. Eu lembro que era a Gilka, ela tocava teclado, a Regina, a Sol e ai é difícil lembrar”. Olhei a foto que fora tirada nessa reunião e falei: “As pessoas são estas: Solange, Jane, Rosa, Gilka, Carmen e Regina, só está faltando tu, na mesa tem seis lugares”. A Edna ainda estava insegura quanto as participantes da reunião, então disse: “pode ser que tivesse mais alguém, se tivesse as outras fotos a gente teria como ver. Vou procurar e vou perguntar se alguém tem uma foto destas aí. E daí nós criamos o primeiro grupo”.

Afora esta referência encontramos algumas fotos dos galetoes que são feitos no Projeto CELARI, em um salão, onde a Regina levava seus instrumentos musicais e tocavam informalmente com os acadêmicos, que são seus professores de ginástica; é o que se pode chamar de roda de samba. São fotos de 2004. Junto a ela estavam sempre a Rosa, a Solange e a Dulce.

A Regina foi a mentora da banda, fato que virá a se confirmar pelos demais depoimentos concedidos em entrevista dos quais extraímos alguns trechos.

“Começou com a Regina que tu já sabes, né. Começamos a tocar com o coral, com três, quatro instrumentos só. Era eu e a Regina no começo. Ela começou, pega esse agezinho e toca, toca e ela começou com o tambor, com o tantan que é aquele tamborzinho menor. E começou, na real, eu e ela começamos. Aí depois, quem é que entrou depois de nós duas ... De tanto ela insistir eu comecei a tocar o agezinho com ela desde o coral. Aí depois eu não sei se foi a Jane que entrou. Porque aí a Regina começou a tocar o bongô e a Jane pegou o tantan, se não me engano foi a Jane que pegou o tantan, que é aquele tamborzinho pequeno. Então, nós éramos três pessoas junto com a Carmen. Foi ali que começou. E aí ela começou, nós temos que formar uma banda, nós temos que formar uma banda. Eu disse, mas Regina, não sei se alguém aqui dentro do grupo sabe tocar algum instrumento. Não, porque tu vai comigo



lá pro Fernando do Ó. (...) Aí ele me deu umas dicas assim, mas eu fui em duas aulas só. Aí a Regina continuou a insistir, ah mas eu vou conseguir um professor”.

O Projeto CELARI já tinha um coral que foi formado pela Carmen, participante do CELARI, aluna nas oficinas de atividades físicas, aposentada, mas que trabalhou como professora em escola dando aulas de educação física e música. Ela propôs à coordenação do projeto formar um coral com as idosas e ele existe até hoje, 20 anos depois.

Recorrendo a fotografias antigas e demais registros verificamos que de 2004 até o ano de 2008 o pequeno grupo referido pela Rosa juntou-se ao coral da Carmen que passou a denominar-se “Grupo musical CELARI”. Eram quatro: a Regina, a Rosa, a Solange e a Dulce.

Lembra a Carmen que “a Regina, a Solange e a Jane, tudo estava no meu coral, entendeu, mas aí a Regina por sua vez tinha um professor lá que ela tocava, ela começou a aprender a tocar pandeiro e ela se entusiasmou, (...) o tempo vai passando e mais uma surpresa, a banda da Regina Só juntou seu grupo a fim de engrandecer cada vez mais o grupo musical, no decorrer desses anos já fizemos muitas apresentações em eventos, gravação em CD e vários programas de televisão”.

Na verdade, somente a Rosa e a Carmen lembraram deste tempo em que o quarteto estava junto ao coral se apresentando em ocasiões sociais.

Conta a Regina que quando parou de trabalhar estava muito estressada e resolveu aprender música. “Então o que aconteceu, conhecia o Fernando do Ó, conheci porque eu fui a uma loja comprar um instrumento musical, o bongô, que eu gostava muito de bongô, e perguntei se poderiam indicar um professor. Olha o Fernando do Ó não é professor, mas ele pode te indicar alguém. Então eu liguei para ele e disse: ah Fernando, quem sabe tu começa a dar aula isso seria tão bom para gente, não sei o quê ... e eu fui a primeira aluna dele. Eu comecei com o bongô, depois as gurias (filhas) me deram um pandeiro de presente no dia das Mães até o pessoal todo começou a rir, aí eu comprei o surdo, aí comprei a caixa, a caixetinha, aí eu comecei a entusiasmar a turma (colegas do CELARI) porque como eu tinha todos os instrumentos ninguém ia gastar com instrumento, aí arrumei um professor que era o Ricardo, porque o Ricardo nem era professor, ele tocava em uma banda e tinha noção de música”.

A Solange que era uma das integrantes do pequeno grupo que eu denominei acima de quarteto, que também não fez referência a esse período. Conta que “a Regina que nos convidou porque ela tinha muita vontade de fazer um grupo de percussão. Ela tinha muitos instrumentos em casa e foi convidando a gente para fazer. Ah, mas eu não sei tocar nada, faz muito tempo, tocava *acordeon* quando era criança, muito jovem. Outros instrumentos eu nunca peguei. Ah mas a gente vai treinando, disse ela, a gente pode fazer, eu te levo lá no meu professor no Fernando do Ó que ele ensina e tal algumas coisas. Tá aí eu topei, ela foi convidando outras e a gente foi adquirindo os instrumentos e aí que a gente foi montando, foi fazendo, foi fazendo, aí ela procurou um professor. Aí está até hoje funcionando assim. (...). Olha pelo que eu tenho em casa de fotos, eu costumo botar a data atrás, este dia ainda eu estava olhando, que nós começamos com o professor Ricardo que hoje não está conosco. Acho eu que foi em 2014, mas as gurias acham que foi em 2011. Então eu não tenho muita certeza da data”.

Embora a Sol não tivesse lembrança da data ela apresenta um elemento novo no que diz respeito a lembranças, para ela o grupo começou quando passaram a ter um professor e de certa forma, para a Regina também. Em se tratando de memória coletiva, para Jedlowski o que a constitui não é tanto o caráter comum dos seus conteúdos, “mas o fato de que estes sejam o produto de uma interação social, de uma comunicação que tenha a capacidade de escolher o que é importante e significativo no passado, em relação aos interesses e à identidade dos membros de um grupo” (2003. p. 221). Então aquele embrião que tocava todas as semanas com o auxílio da Carmen, ainda não era o grupo de percussão para elas.

Em algumas fotos encontramos o registro das apresentações do Grupo Musical do Projeto CELARI, como



se denominavam, em que a banda da Regina, como foi referido pela Carmen, se apresentava com o coral. O coral regido pela Carmen vestia camisetas com a identificação do projeto na cor azul e o quarteto da banda na cor branca. Eram elas: Regina, Rosa, Solange e Dulce. Apresentaram-se para os idosos da SPAAN em visita ao local em 2007, na comemoração festiva do aniversário de dez anos do CELARI em 2008 e ainda no primeiro evento “Arte em Cena” promovido pelo projeto congregando vários alunos de terceira idade das Universidades Gaúchas em 2008.

“A gente foi tentando, tentando, até encontrar um professor. A Regina gostava muito de bolero e a gente ia mais ou menos tentando, sabe. E aí, alguém, não sei quem, descobriu o Ricardo. E aí o Ricardo passou a dar aula para nós. Desde esta data a gente não parou, a gente vem engatinhando, aquele engatinhar muito lento ... ninguém tocava nada, nem uma de nós. A única era a Carmen que era professora de música e tudo. E a Carmen também dava as dicas para nós, a Carmen nos auxiliava muito. E assim foi, fomos lutando, lutando, e a gente vai indo desde esta data, a gente nunca parou” (Edna).

Conta a Regina que “eu contratei o Ricardo para me ensinar a tocar órgão porque eu tinha um órgão lá em casa, além dos instrumentos todos que eu comprei eu tinha um órgão, aí ele foi lá para me ensinar o órgão. Aí eu comecei, mas Ricardo tu não te animas a ensinar pessoas assim de 60 para cima e ele ta, tô aí. Então foi aí que eu comecei a convencer todo mundo a tocar”.

Na lembrança da Rosa aconteceu assim: “Aí a Regina entrou em contato com o Ricardo. Aí ela começou a comprar os instrumentos e convidar as pessoas para entrar no grupo. Aí, todo mundo entrando sem saber nada, né. Tá e aí começamos com o Ricardo. Eu acho que nós começamos em 2009 a nossa percussão, se não me engano. Aí ela começou a convidar fulana, sicrana e aí convidou a Vilma Machado para cantar. A Mauren, que naquela época estava aqui no CELARI. O Jurandir, a Dulce. Tá era eu, ela, a Jane, a Dulce, o Jurandir, a Mauren e a Vilma Machado que eu acho que foram as primeiras. A Vilma entrou para cantar, entrou como vocalista, pra cantar. Em uma das primeiras apresentações nossas ela cantou, foi no Teatro São Pedro, se não me engano, ou na UFRGS, estou meio confusa da primeira apresentação fora nossa. Eu, pra mim foi no teatro São Pedro”

Nas fotografias de um galetto realizado em agosto de 2009 o Ricardo, que veio a ser o professor, aparece pela primeira vez junto ao Grupo Musical. Em outras fotos confirmamos a informação da Rosa, vimos que por ocasião da segunda edição do evento promovido pelo CELARI no ano de 2009, o “Arte em Cena” a composição da banda sob a regência do Ricardo já era de 12 elementos: Regina, Rosa, Solange, Dulce, Jane, Mauro, Péia, Edna, Violeta, Jurandir, Vilma e Mauren.

A banda começou a crescer e assumir uma identidade. Em 2013 passaram a usar uma camiseta preta com o nome da banda “Só ritmos”. E de lá para cá firmaram sua composição em 17 integrantes com muito pouca variação.

Considerações finais

Como podemos constatar são as lembranças individuais que dão sustentação a memória coletiva quando vividas pelo grupo, guardadas e transmitidas pela interação de seus membros. Entretanto, as lembranças individuais, mesmo tendo uma base comum, podem ser equivocadas e fragmentadas, mas nas inter-relações elas podem ser substanciadas e corroboradas, ou desafiadas e corrigidas, diz Asmann (2011).

O que fizemos aqui foi um breve estudo de uma memória coletiva, atentos tanto ao conteúdo quanto aos processos de sua formação com o objetivo de auxiliar na sua conservação e transmissão. Verificou-se que a constituição da banda se deu em três etapas: a primeira, seu embrião, o quarteto que persistiu no período de 2004 a 2009, o segundo período com a contratação do professor e da entrada de novos membros de 2009 a 2013 e o terceiro com sua formação completa, com camiseta e nome próprios marcando sua identidade. Há um reconhecimento pelo grupo quanto ao processo de sua constituição, mas para considerar banda, como tal, a referência passa a ser a contratação do professor.

Referências

- ASSMANN, A. Memory, individual and collective. In: GOODIN, R. E.; TILLY, C. (ed.). **The oxford handbook of contextual political analysis**. New York: Oxford, 2011 (volume 5). Tradução/versão de Tanira Rodrigues Soares – Doutoranda do PPGMSBC – Unilasalle – Canoas (RS). p. 210-224.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BOSI, E. A pesquisa em memória social. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167851771993000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2020.
- HALBWACHS. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.
- JEDLOWSKI, P. **Memórias**. Temas e problemas da sociologia da memória no século XX. *Pro-posições*. v. 14, n. 1 (40). jan./abr. 2003. Disponível em:
<<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2187/40-traducao-jkedlowskip.pdf>>. Acesso em: 19 de out. de 2020.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Apresentação de Luiz Felipe Baêta Neves; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998. 232 p.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François (et al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. 536 p.



TRABALHADORES IMIGRANTES, POR SEXO, NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO BRASIL NO ANO DE 2018¹⁰

Margarete Panerai Araújo

Moisés Waismann

Judite Sanson de Bem

Universidade La Salle

Introdução

A globalização dos nossos dias permite analisar as mudanças que envolvem os vínculos de mão de obra imigrante frente ao mercado. Conforme a declaração de direitos humanos “[...] toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego” (DDH, Art. 23), contudo, a sociedade, das novas tecnologias, na intensificação e crescente integração de mercados internacionais e regionais, vem presenciando um novo *boom* migratório desde o início do século XXI, obrigando as pessoas a buscarem condições adequadas de vida e inserção no mercado. Segundo Antunes (2014), o trabalho desregularizado e flexibilizado atingiu os imigrantes, que passam a ser um exemplo a ser estudado. Contudo, o objetivo desse capítulo é refletir sobre o número de imigrantes no que diz respeito ao gênero, grau de instrução no Brasil.

Metodologicamente, o trabalho é descritivo fazendo uso de dados estatísticos disponíveis no Ministério de Trabalho e Emprego exclusivamente do ano 2018. Como recorte metodológico selecionou-se o Brasil para realizar a pesquisa, da mesma forma, que se escolheram os níveis relacionados ao gênero, grau de instrução. Este artigo está dividido em seções além desta introdução: primeiramente algumas considerações parciais sobre o mercado e sobre a Lei de Migração Brasileira. Após a caracterização do método, segue às análises e conclusões.

Referencial teórico

A globalização oportunizou o crescimento econômico e transações comerciais de mercadorias e pessoas em várias nações, mas também gerou exclusão social. O século XXI foi palco de transformações junto a blocos econômicos e fortalecimento das relações de comércio e produção. Zapata e Guedes (2017) discutiram sobre isso e descreveram os crescentes movimentos de migrantes internacionais em todo o mundo. O direito a livre circulação de pessoas e ingresso em emprego já estava garantido desde o Tratado de Roma (1957).

Todas essas mudanças resultam em entender que o Estado se retraiu e os capitais privados desempregam sem perspectivas. Logo, para enfrentar essa situação frente aos sistemas de direitos fundamentais, constitucionalmente faz-se necessário, conforme Farena (2008, s.p.) uma “[...] nova lei de estrangeiros deve contemplar com mais firmeza a dignidade dos migrantes socioeconômicos que, muitas vezes, por falta de outro amparo legal, buscam acolhida na Lei 9.474/97¹¹.”

Os últimos anos demonstraram que as guerras, conflitos, causas naturais e outras violações provocaram deslocamento de milhões de populações em todo o mundo e, conforme Eberhardt, Miranda (2017, p. 303) “a migração não implica apenas o deslocamento espacial, pois constitui uma experiência de perda, ruptura e mudança”. Isso, porque os fluxos migratórios de acordo com Coutinho e Oliveira (2010, p. 548), “derivam do termo migração do latim *migrare*, ou seja, passar de um local para outro sendo considerado tão antigo quanto o mundo.” A UNHCR/

10 Este texto é parte de um capítulo de livro Lei da migração brasileira: um diálogo necessário com os direitos humanos e o direito europeu da UCS (2020).

11 A Lei 9.474/97 é o pilar do regime protetivo dos refugiados no Brasil.

ACNUR (2020), bem como, Novo (2018, s.p.) destacaram algumas distinções entre migrantes e refugiados:

- refugiadas são pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais e que não possa ou não queira voltar para casa. [...] aqueles que fogem de seu país de origem por causa de conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos. A Convenção de 1951 também determina casos em que a pessoa não tem direito ao status de refugiado, como quando o migrante é criminoso de guerra.
- Por isso, nem todo migrante possui o status de refugiado (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, s.p. 1951).
- Para efeitos da presente Convenção: 1. A expressão “trabalhador migrante” designa a pessoa que vai exercer, exerce ou exerceu uma atividade remunerada num Estado de que não é nacional (CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTECÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS, 1990, ART. 2)

Essas legislações combinadas abriram um leque, que permitiram o acesso ao mercado de trabalho e demais serviços públicos de ambos, tanto refugiados quanto migrantes, foco específico desse artigo. Conforme Farena (2008) o Estatuto, que criou condições para as atividades profissionais (nova lei de estrangeiros) deve contemplar com mais propósitos os migrantes socioeconômicos. Todos os planos de imigração deixam evidentes, que o exercício de uma profissão assalariada deve seguir as legislações adequadas pelos Estados e suas Constituições, evitando processos como vistos em muitos países de escravidão, abusos e/ou desvio nas relações trabalhistas. As migrações representam relações econômicas e foram ao longo da história, tanto estimuladas quanto reprimidas. Frente ao fluxo migratório de ingresso no Brasil nos primeiros anos do século XXI, para atingir ao objetivo proposto de refletir sobre o número de imigrantes no que diz respeito ao gênero, grau de instrução apresenta-se a seguir a análise dos dados coletados.

Análise de dados

A Tabela 1 demonstra a quantidade de trabalhadores imigrantes, por sexo e grau de instrução dividido em médio e superior no mercado de trabalho formal no Brasil no ano de 2018.

Tabela 1 – Quantidade de trabalhadores imigrantes, por sexo, no mercado de trabalho formal por grandes atividades econômicas no Brasil no ano de 2018.

		Masculino					Feminino				
		Médio		Superior		Total	Médio		Superior		Total
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%	
África	Angolano	853	56	282	19	1.516	281	54	126	24	522
	Congolês	266	60	68	15	441	105	70	19	13	151
	Ganesa	112	49	18	8	229	4	21	2	11	19
	Senegalesa	170	24	17	2	715	5	31	2	13	16
	Sul-Africano	211	45	81	17	470	37	41	26	29	90
	Outros Africanos	2.120	52	368	9	4.041	202	44	83	18	461
	Total	3.732	50	834	11	7.412	634	50	258	20	1.259

Ásia	Bengalesa	937	45	562	27	2.067	252	36	282	41	693
	Chinesa	796	39	977	48	2.051	528	47	380	34	1.124
	Coreana	118	27	303	69	440	71	27	178	67	264
	Indiano	74	23	215	67	322	10	22	28	61	46
	Japonesa	645	36	931	52	1.774	486	55	303	34	891
	Paquistanês	105	57	26	14	184	6	43	3	21	14
	Outras Asiáticas	423	50	211	25	854	134	47	128	45	286
	Total	3.098	40	3.225	42	7.692	1.487	45	1.302	39	3.318
América Central	Haitiano	16.124	45	607	2	35.684	4.571	41	157	1	11.136
América do Norte	Canadense	58	27	112	52	215	33	24	79	57	139
	Norte-Americana	188	17	694	64	1.091	144	18	462	58	790
	Total	246	19	806	62	1.306	177	19	541	58	929
América do Sul	Argentina	1.884	41	2.016	43	4.651	1.087	41	1.164	44	2.628
	Boliviana	1.752	46	1.322	35	3.797	983	47	710	34	2.103
	Chilena	974	42	1.041	45	2.312	418	35	653	55	1.194
	Colombiano	512	33	805	52	1.547	252	28	542	60	907
	Equatoriano	77	34	118	52	227	30	30	59	60	99
	Paraguaia	2.721	53	319	6	5.102	1.963	54	345	10	3.613
	Peruano	1.096	41	1.132	42	2.667	497	41	576	47	1.221
	Uruguaia	1.340	55	510	21	2.439	882	52	453	27	1.682
	Venezuelano	3.437	65	980	19	5.256	1.223	58	634	30	2.097
	Outras Latino-Americanas	707	16	1.989	44	4.501	304	18	808	48	1.700
Total	14.500	45	10.232	31	32.499	7.639	44	5.944	34	17.244	
Europa	Alemã	175	17	669	66	1.016	82	20	285	68	418
	Belga	31	18	115	67	172	11	15	55	73	75
	Britânica	42	11	308	79	392	24	13	136	76	178
	Espanhola	380	27	846	60	1.413	121	25	295	61	480
	Francesa	146	11	972	75	1.292	52	11	366	77	478
	Italiana	570	31	994	55	1.817	169	31	282	52	546
	Russo	8	9	61	71	86	24	20	86	71	121
	Suíça	37	18	147	73	201	17	23	54	73	74
	Outros Europeus	202	27	398	53	754	83	25	196	59	330
	Total	1.591	22	4.510	63	7.143	583	22	1.755	65	2.700
	Naturalidade Brasileira	1.100	23	2.647	56	4.739	762	24	1.849	57	3.218
	Outros	1.521	35	1.356	31	4.389	457	28	789	48	1.644
	Total sem Brasil	43.893	42	26.113	25	105.719	17.234	39	13.845	31	44.031

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em <www.pdet.gov.br>.

Nota: Os valores que aparecem no total masculino e total feminino correspondem a todos os níveis de escolaridade do mercado formal de trabalho e não representam a soma dos dados absolutos referente ao nível médio e superior.

A Tabela 2 evidencia a realidade no mercado de trabalho formal para os migrantes no Brasil, inclusive oportunizando uma visão específica de cada continente. Nesse sentido a análise pretende fazer uso dessas divisões:

Assim, vindos da África do Congo (60%), seguida pela Angola (56%), e outras regiões (45%) percebe-se percentuais mais representativos para o gênero masculino de nível médio. Os dados de mais de seis regiões demonstram a grande presença de africanos migrantes representando uma população total em 2018, masculina que reuniu 7.412 de trabalhadores ficando o gênero feminino com 1.259 trabalhadoras.

Vindos da Ásia no Japão (52%), e China (48%) respectivamente com percentuais mais representativos para o gênero masculino de nível superior, os dados de mais de sete regiões asiáticas demonstram a terceira grande presença dos migrantes com um total de 7.692 trabalhadores masculinos e 3.318 trabalhadoras do gênero feminino no Brasil.

Vindos da América Central os Haitianos correspondem a 45% de migrantes com instrução de nível médio e totalizam 35.684 do gênero masculino e a representação é de 41% de instrução em nível médio totalizando 11.136 no gênero feminino. Representam frentes aos demais países a segunda maior parcela populacional de migrantes no Brasil.

Vindos da América do Norte os Norte-Americanos representam com 64% do gênero masculino com nível superior totalizando 1.091 migrantes trabalhadores com 58% do gênero feminino com nível superior totalizando 790 trabalhadoras.

Vindos da América do Sul nas regiões do Paraguai e Venezuela se encontra a primeira maior população de migrantes no Brasil. Os percentuais mais representativos de instrução no nível médio são na Venezuela com 65% para o gênero masculino e 58% feminino; seguido do Paraguai com 53% para o gênero masculino e 54% para o gênero feminino. Totalizam 32.499 homens, seguido de 17.244 mulheres migrantes no trabalho formal.

Vindos da Europa os italianos representam 55% de instrução superior masculina e 54% feminina; em segundo lugar a Espanha com 60% de instrução superior masculino e 61% de instrução superior feminina, em terceiro lugar a França com 75% de instrução superior masculino e 77% de instrução superior feminino. Estes países representam maior contingente de migrantes no Brasil totalizando 7.143 do sexo masculino e 2.700 femininos. Percebe-se que a população feminina vem representando um maior potencial de percentuais. A Europa representa a quarta região com maiores migrantes trabalhando no mercado formal no Brasil.

É possível avaliar que o Brasil no contexto atual está criando condições para as atividades profissionais (nova lei de estrangeiros) contemplando com mais propósitos os migrantes socioeconômicos. Todos esses atos colaboram para tirar da invisibilidade os migrantes com trabalho formal.

Conclusão

Os vínculos de mão de obra imigrante representam vários desafios para uma nova legislação estrangeira e também para a economia. Evidenciaram-se alguns dados que merecem ser reforçados. Os itens que merecem ser lembrados são a vinda da América do Sul nas regiões do Paraguai e Venezuela se encontra a primeira maior população de migrantes no Brasil, sendo a América Central com os Haitianos a segunda maior parcela populacional de migrantes no Brasil no ano de 2018. Os direitos aos termos trabalhistas representam condições essenciais para o migrante e o direito à igualdade de salários e ao vínculo empregatício legal fazem a conexão necessária para os trabalhadores estarem ligados um novo status no país que o acolheu.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

BRASIL. **Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. Adaptada pela Resolução 45/158, de 18 de dezembro de 1990, da Assembleia-Geral (entrada em vigor a 1 de julho de 2003). Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%2018%20de%20dezembro%20de%201990.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)**. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

CARNEIRO, C. S. Migrações internacionais e precarização do trabalho: o contexto global, os acordos de residência do MERCOSUL e os imigrantes sul-americanos no Brasil. **Argumenta Journal Law**. n. 26 p. 337-374 jan./jun. 2017. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/749/pdf_1>. Acesso em: 15 set. 2020.

EBERHARDT, L. D.; MIRANDA, A. C. de. Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 41, n. especial, p. 299-312, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042017000600299&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 set. 2020.

FARENA, M. N. F. C. Algumas notas sobre direitos humanos e migrantes. Jura Gentium. **Rivista di filosofia del diritto internazionale e della politica globale**. Disponível em: <<https://www.juragentium.org/topics/migrant/pt/ferretti.htm>>. Acesso em: 16 set. 2020.

LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

MENDES, A. de A. M.; BRASIL, D. R. **A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552020000100064>. Acesso em: 16 set. 2020.

NOVO, B. N. Direito dos refugiados e a nova lei de migração. **Conteúdo Jurídico**, Brasília/DF: 17 set. 2020. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51464/direito-dos-refugiados-e-a-nova-lei-de-migracao>>. Acesso em: 16 set. 2020.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SALLES, M. do R. R.; ARAÚJO, J. R. de C. **Abdelmalek Sayad**. REVISTA USP, São Paulo, n.41, p. 224-230, mar./maio 1999. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revusp/article/download>. Acesso em: 18 set. 2020.

ZAPATA, G. P.; GUEDES, G. Refúgio e modalidades de deslocamentos populacionais no século XXI: tendências, conflitos e políticas. **Rev. bras. estud. popul.** v. 34, n. 1. São Paulo jan./apr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100005>. Acesso em: 18 set. 2020.



AS PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIAS A CERCA DO ACESSO AOS DIREITOS E BENS CULTURAIS

Estelamaris de Barros Dihl

Universidade La Salle

Introdução

Esta comunicação versa sobre as percepções das beneficiárias do Programa Bolsa família, acerca do acesso aos direitos sociais como instrumento de enfrentamento à situação de pobreza e a inclusão social e cultural. A pesquisa foi desenvolvida com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), referenciadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o qual atende os bairros da região nordeste em Canoas, município do estado do Rio Grande do Sul.

A temática sobre o acesso aos direitos sociais e aos bens culturais é relevante por estarmos inseridos em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, que geram sentimentos de abandono, injustiça, desrespeito e de não pertencer a um coletivo, da sociedade. Sentimentos estes, no primeiro momento, expressados no âmbito individual e, após, no coletivo, em decorrência de situações que levam os sujeitos ao isolamento social por sentirem-se excluídos do tecido social. E, neste contexto, buscamos aporte teórico na Teoria do Reconhecimento de Axel Honnet (2003), por trazer questões pertinentes acerca da realidade atual, na qual se evidencia diferentes situações de humilhação, desrespeito e violação de direitos que os sujeitos, beneficiários do PBF, vivenciam em seu cotidiano. Na primeira parte do trabalho iremos apresentar algumas reflexões acerca da teoria do reconhecimento social, após Perfil das beneficiárias do PBF e finalizamos com as percepções das beneficiárias quanto ao processo de reconhecimento social no que se refere ao acesso aos direitos e bens culturais.

A Teoria do Reconhecimento Social: uma discussão acerca do acesso ao direito e aos bens culturais.

A teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003) nos traz questões pertinentes acerca da realidade atual, na qual se evidenciam diferentes situações de humilhação, desrespeito e violação de direitos que os sujeitos vivenciam em seu cotidiano. Seu potencial explicativo permite compreender contextos de desigualdade social e injustiça nas sociedades democráticas, as quais deveriam segundo suas leis e constituições, garantir os direitos sociais e o acesso de toda a população a bens culturais. Esta discussão tem sua origem a partir dos estudos de Mead (MEAD, apud HONNETH, 2003, p.24), acerca da formação da identidade e das pesquisas de Hegel (HEGEL, apud HONNETH, 2003, p.24) sobre o reconhecimento social. A ideia central discute a identidade dos sujeitos a partir de um processo intersubjetivo mediado pelo mecanismo do reconhecimento. A falha ou ausência do reconhecimento intersubjetivo, no que diz respeito à autoconfiança, ao autorrespeito e à autoestima, segundo Honneth (2003), seria o fator gerador dos conflitos sociais. Esses, então, atuariam como vetores de movimentos e mudanças sociais e, conseqüentemente, da sociedade.

Dentro dos padrões normativos da sociedade moderna, a luta por reconhecimento se justifica na perspectiva do ideal de igualdade social, que impõem a exigência de acesso aos direitos sociais e econômicos, assim aos bens culturais para os sujeitos sentirem-se pertencentes a esta sociedade. Estes padrões ecoam na dimensão simbólica dos sujeitos, com mensagens que fragilizam, marginalizam e excluem por padrões morais pré-estabelecidos por uma sociedade conservadora e uma elite dominante.

A “esfera do direito”, conforme Honneth (2003), ultrapassa a instituição familiar, ampliando as relações e



interações sociais para o todo da sociedade. São as normativas de convivência, as leis, as quais possibilitam olhar para si como uma pessoa jurídica, ou seja, reconhecer-se como sujeitos em igualdade de condições para aderir a normas morais, assim sentindo-se membro da comunidade, adquirindo o autorrespeito. Ao sentirem-se sujeitos de direitos buscam garantir suas demandas e necessidades individuais em um espaço partilhado coletivamente e, a partir destas experiências positivas, ingressam em novas lutas por cidadania. Cabe salientar que essas necessidades precisam ser socialmente aceitas, ou seja, um desejo coletivo, pois a compreensão de direitos perpassa pelo reconhecimento do direito do outro.

A *“esfera da estima social”*, sem a qual o sujeito não teria completo o processo da autorrealização no meio social, o autor prima pelo reconhecimento a partir da valorização das habilidades e das competências do sujeito pelo todo social, a autoestima. Este processo de valorização social enseja lutas coletivas por um bem comum, pelo acesso aos bens materiais e culturais, assim tornando-se pertencente a um grupo, assim reconhecendo a si e ao outro enquanto um ser valioso.

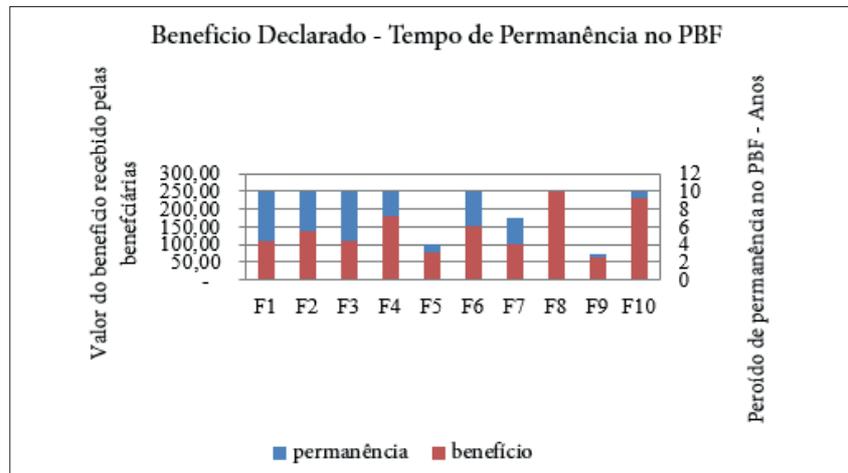
A esfera da estima social traduz na contemporaneidade o conceito de honra como prestígio e reputação, onde Honneth (2003) refere-se ao grau de estima que os sujeitos recebem na sociedade por suas realizações e conquistas, ora material e ou cultural. Para o autor, além das experiências positivas do acesso ao direito, é na esfera da estima social que os sujeitos experienciam um sentimento do próprio valor nos espaços da vida social de forma mais complexa e plural. Aponta esta esfera como central nas lutas por reconhecimento, pois possibilita aos sujeitos espaços de visibilidade e de valoração, projetando-os na coletividade, com representatividade para mobilização social, questionando padrões sociais e morais pré-estabelecidos e, com sua inserção na divisão social do trabalho, ampliando efetivamente as lutas por reconhecimento social. Esta mobilização social, política, econômica e cultural contribui para o avanço dos debates acerca das políticas sociais para inclusão social.

Perfil das beneficiárias do PBF

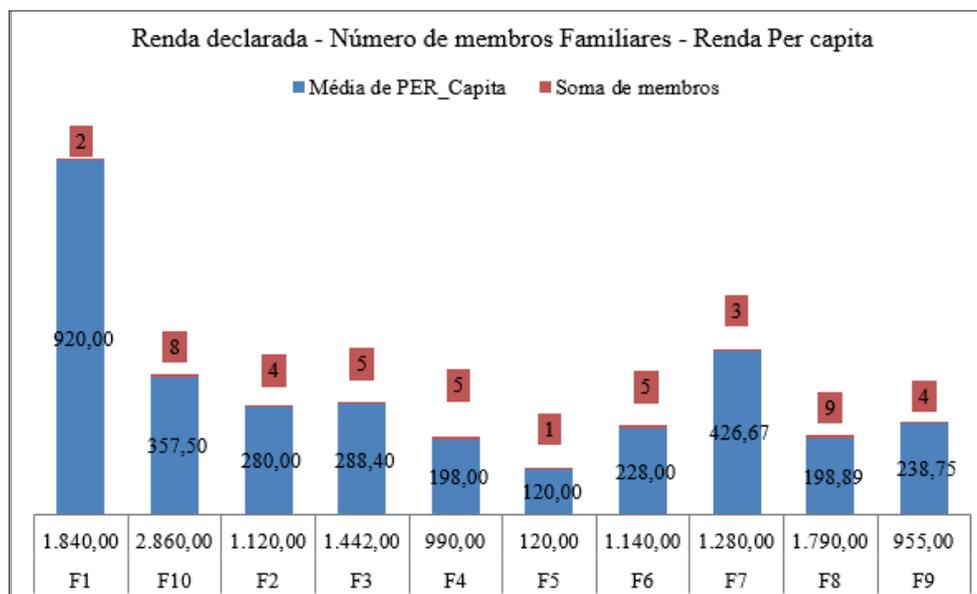
Os dados utilizados neste estudo foram resultado do mapeamento de 10 beneficiárias do PBF, realizado em agosto de 2015 (DIHL, 2015). A amostra constitui-se de mulheres, com idade média de 42 anos. As quais 08 possuem companheiro e residem com seus filhos, média de 04 filhos por família. Todas as mulheres desenvolvem alguma atividade produtiva, onde 80% são responsáveis diretamente pelo sustento financeiro da família e os companheiros complementam a renda. Todas são residentes no bairro Guajuviras, no município de Canoas, nas áreas mais vulneráveis, onde as ruas não possuem asfalto, há ligações clandestinas de água ou luz. As casas são simples, construídas geralmente com restos de madeiras, tapumes. É comum ter outras casas no mesmo terreno, geralmente de familiares, como irmão, filhos ou pais. Esta aproximação, ou seja, o estreitamento das fronteiras entre a vida privada e a pública acaba por misturá-las, sobrepondo a vida privada na pública.

Esta sobreposição da vida privada é identificada no conteúdo das entrevistas, com comprometimento excessivo da vida privada, como se a vida pública não tivesse um papel, uma função diferenciada. Não demonstram uma consciência quanto ao papel da vida pública, pois suas falas remetem a um sentimento de não pertencimento. As experiências que compartilham na vida pública remetem à situação de desrespeito, de violação de direito.

Gráfico 1 – Benefício Declarado – Tempo de Permanência no PBF



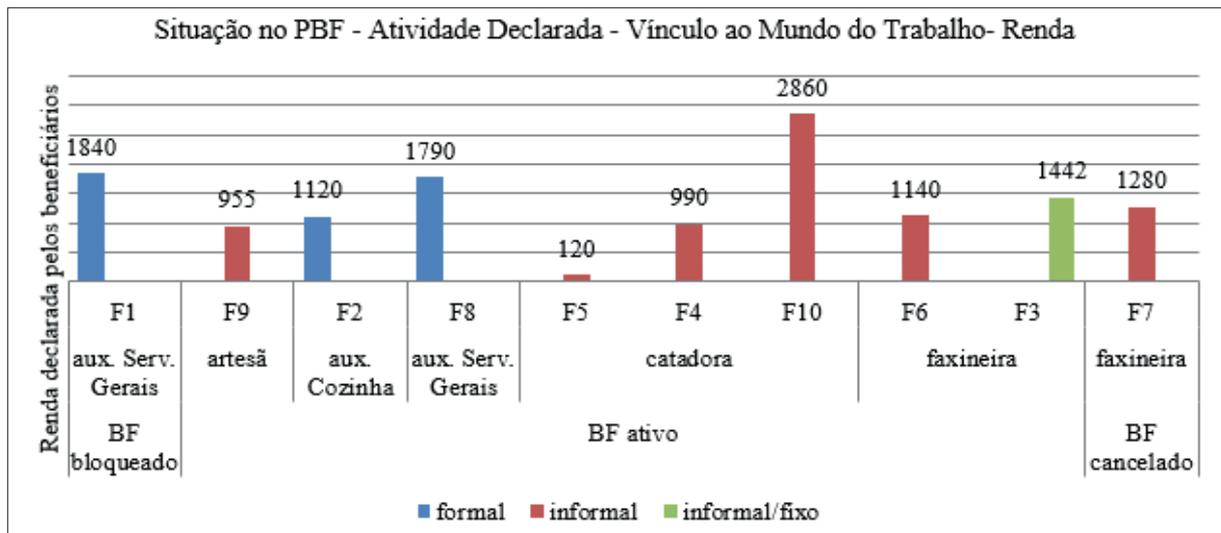
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 2 – Renda declarada – Números de membros familiares – Renda *per capita*

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma das principais percepções sobre o PBF é que ele “ajuda”, pois mesmo as famílias que são beneficiárias há dez anos, continuam compreendendo o PBF como uma “ajuda” para manter as crianças vinculadas à escola e à saúde. A razão coletiva deste entendimento por parte das usuárias está caracterizada pelas penalidades, ou melhor, pelas condicionalidades que o PBF exige, pois, a ausência das crianças da rede escolar ou a não vacinação e acompanhamento médico das nutrizes, induz à suspensão do benefício. Outro elemento importante que fortalece é a sobreposição da vida privada à vida pública, o que remete a ausência de uma consciência de cidadania, pois mesmo acionando diferentes direitos, como documentação, educação, saúde, habitação e benefícios sociais, mantém a centralidade na vida privada.

Gráfico 3 – Situação no PBF – Atividade Declarada – Renda



Fonte: Elaborado pela autora.

Recebo o Bolsa há mais de 20 anos. [...] ajudou bastante. Eu consegui fazer bastante coisa, comprar uma casinha pra mim. Com madeiras usadas, mas consegui comprar e consegui comprar coisas pra dentro da casa, eu não tinha nada. Continua me ajudando. Compro gás, roupa para as crianças e faz a festinha de aniversário deles. (F4).

A compreensão de o programa estar relacionada à “ajuda” reforça o sentimento de não ser cidadã, pois quando sou merecedora de “ajuda”, e não de “direito”, não tenho assegurado o status de cidadania, de sujeito em condições de igualdade, que garanta a proteção e o acesso aos demais sociais, econômicos e culturais. O PBF é um meio social disponível para esta transição, para possibilitar que as beneficiárias possam acionar e fortalecer suas habilidades, potencialidades, e o acesso aos bens culturais enquanto sujeitos de direitos e deveres.

O PBF, através da transferência de renda com condicionalidades, possibilitou às beneficiárias a saída da situação de extrema pobreza, o enfrentamento à situação de violência, a recuperação da autoestima, prevendo ações que lhes assegurem manter e ou ampliar a qualidade de vida no contexto as quais estão inseridas. (PINZANI; REGO, 2013).

Esta comunicação buscou apresentar as percepções das beneficiárias do Programa Bolsa família, acerca do acesso aos direitos sociais como instrumento de enfrentamento à situação de pobreza e a inclusão social e cultural. E mesclar esta realidade com a Teoria do Reconhecimento Social a partir de Axel Honneth (2003).

O PBF possibilita às famílias beneficiárias a ruptura com a situação da extrema pobreza, sendo indicador importante nos efeitos da dimensão material na vida das beneficiárias como pagamento de água, luz, compra de materiais para escola, roupas, celulares, televisão e melhorias na alimentação e na moradia, como também, nos efeitos simbólicos, sentir-se pertencentes socialmente. Após o alívio imediato da fome e da miséria que a transferência de renda propicia, os sujeitos beneficiários do PBF passam a pensar e a olhar para sua vida de forma diferente, pois passam a ensejar novos desejos e sonhos.

De acordo com Honneth (2003), pensar novos modelos de uma vida melhor é ir além da distribuição de renda. É oferecer, aos participantes das políticas sociais, oportunidades de fato para formar um novo *status* através do desenvolvimento de suas capacidades. É olhar para o que o sujeito tem de melhor, o que sabe fazer, tanto individual como no coletivo, assim desconstruindo modelos cristalizados de relações de produção e construindo novas culturas de bem viver. Para Honneth (2003), a emancipação social é conquistada na participação dos sujeitos em diferentes contextos sociais. E é nestas interações que agregam valores, e se fortalecem, assim permanecendo inseridos socialmente e culturalmente.

Considerações Finais

A presente comunicação presente teve como objetivo mostrar o sentimento de reconhecimento social das beneficiárias, através do Programa Bolsa Família (PBF), objeto empírico deste estudo, considerando as esferas do direito e do acesso aos bens culturais. Os participantes da pesquisa foram 10 mulheres beneficiárias do PBF referenciadas no CRAS Nordeste, uma das unidades onde ocorre a operacionalização da política de proteção social básica no município de Canoas/RS.

Quanto ao vínculo das beneficiárias no PBF, são efetivos, mesmo não compreendendo a totalidade de objetivos do programa, o que leva ao não reconhecimento da vida pública, restringindo sua existência ao mundo privado, pois ao acionarem as políticas de proteção social não relacionam a dimensão de direitos, mas sim de “ajuda”. Mesmo com uma renda *per capita* superior ao critério de situação de pobreza e ou extrema pobreza, sentem-se dependentes e esta dependência acaba por ser condição indispensável para sobreviver (PAUGAM, 2003).

Podemos considerar que as mulheres beneficiárias do PBF ainda não conquistaram sua independência financeira, mas saíram da situação de extrema pobreza e mendicância, passando a ser pobres. Estas conquistaram espaços de liberdade, o que pode ser indicativo da ampliação da vida privada para a pública. Outro fato é o fortalecimento das relações sociais no âmbito familiar e comunitário, atribuindo valor e reconhecimento social às famílias, tanto na dimensão material, pois passam a controlar e gerir seus custos e acessar bens culturais, quanto na dimensão subjetiva, identificada na elevação da autoestima, no poder de escolher o que comprar e onde comprar, reconhecendo suas necessidades e seus desejos. Este desejo pode-se traduzir como sentimento moral de justiça de “luta por reconhecimento” (HONNETH, 2003).

Nesta pesquisa apontamos por aprofundar sobre o Programa Bolsa Família, como um meio social, por possibilitar espaços e condições para que as famílias possam acionar ensejos por reconhecimento na esfera do direito e da estima social. Para o autor, a luta por reconhecimento social está relacionada aos conflitos vivenciados pelos sujeitos em seu cotidiano, bem como aos esforços simbólicos e práticos a fim de alterar e transformar padrões hegemonicamente injustos.

Referências

DIHL, E. de B. **O Programa Bolsa Família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e limites** / por Estelamaris de Barros Dihl. – Porto Alegre, 2015.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.

PAUGAM, S. **A desqualificação social: ensaio à nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.

PINZANI, A.; REGO, W.D.L. **Vozes do Bolsa Família**. Autonomia, Dinheiro e Cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.



O PERFIL DO CONSUMIDOR DE CULTURA NO BRASIL E NA CAPITAL DO RIO GRANDE DO SUL

Cleberli Fabiano Costa de Arruda

Judite Sanson de Bem

Universidade La Salle

Introdução

O objetivo deste estudo é trazer a luz o perfil do consumidor de cultura da capital do Rio Grande do Sul comparado com as demais capitais brasileiras, considerando para tal fatores demográficos à exemplo da escolaridade, renda, sexo e raça. Pretende-se a partir destes dados, reconhecer a amplitude e acesso que as políticas de incentivo a cultura e projetos financiados por leis de incentivo à cultura, têm gerado, identificando assim os públicos que estão sendo beneficiados.

Cabe aqui um adendo que cultura neste estudo consideram-se as apresentações artísticas culturais, ou seja, um sentido mais restrito do termo. Fazer uma análise do atual modelo de financiamento da cultura, no que diz respeito aos seus impactos no consumo da cultura, o modelo esta possibilitando o acesso a cultural, a politica cultural tem abrangência? Neste aspecto, a problemática aqui levantada é a seguinte: o modelo atual de financiamento à cultura é considerado eficiente para contemplar os mais diversos públicos, seja em termos de renda, escolaridade, gênero ou até mesmo quanto ao espaço geográfico?

A cultura e seus modelos de fomento

Desse modo, torna-se necessário inicialmente visitarmos sob um aspecto histórico, os modelos de financiamento à cultura, suas origens e caminhos que nos trouxeram até o os modelos atuais. Historicamente, os modelos têm como parâmetros os extremos dos modelos americano e francês, onde tem-se no modelo americano a descentralização da gestão e do financiamento. Temos a Inglaterra onde o estado assume um papel moderador e financiador, equilibrando com o mercado esta função, em outros estados europeus ocorreram semelhanças, por exemplo, a Alemanha que priorizou emissoras públicas de TV, ao invés do consumo privado das transmissões (MCGUIGAN, 2004). No outro extremo, temos o modelo francês com a centralização dos papéis no estado como financiador e mesmo operador de equipamentos culturais (GILLIOLI, 2015).

Nos EUA, percebemos o financiamento das artes terem seu ápice a partir da década de 60 com criação de agências estatais de apoio à arte, mas a principal fonte de financiamento é de origem privada com doações e patrocínios, segundo (NUNES; GILLIOLI; CHAVES, 2015) o aumento no valor destinado ao consumo só viria a crescer a partir da década de 70. Ainda sobre o patrocínio das artes no EUA, Mc Guigam (2004) alerta sobre o interesse dos patrocínios que nunca é despropositado e tem em sua maioria das vezes associar-se o seu produto ou marca ao perfil do consumidor das artes eruditas, concertos ou exposições em galerias. Ou seja, o interesse pelo público alvo pode direcionar os investimentos privados ou subsídios estatais, não levando em conta necessidades de democratização ou acesso.

Marcos que são importantes na construção do modelo americano, a capacitação dos gestores de museus e equipamentos, culturais, pesquisas no setor financiadas por fundações, e principalmente o entendimento das preferências de consumo de arte, uma pesquisa realizada na década de 90 por gestores culturais deu direcionamentos importantes neste sentido. (HEILBRUN; GRAY, 2001, p. 40). Já nos modelos europeus, precisamos dar especial atenção a França, onde a intervenção e financiamento do Estado se inicia antes mesmo da revolução francesa que marcou o entendimento do direito à cultura para a população, o mecenato as artes se dava principalmente como meio de consolidar o status de poder e riqueza dos monarcas e esta herança com uma visão democrata se estendeu,

após a queda desses monarcas, hoje o país tem um arcabouço de incentivos que contempla isenção para organizações ou fundações promotoras da cultura, doadores, financiadores e contrapartidas de grande volume por parte do estado, criando um verdadeiro Estado de Bem Estar Cultura, chegando a dedução de 60% do imposto de renda doado a fundações e as atividades culturais.

Já no Brasil, o mecenato tem origem com Dom João VI, mas de fato só viria a consolidar-se no governo Sarney, e a efetiva regulamentação com a Lei Rouanet, onde o financiador pode deduzir até 100% em imposto de renda, não deixando de ser financiado em última análise pelo estado, porém, sem uma gestão mais criteriosa da região a ser realizada a apresentação, público ou mesmo raça, gênero, linguagem sendo esta a principal crítica do modelo.

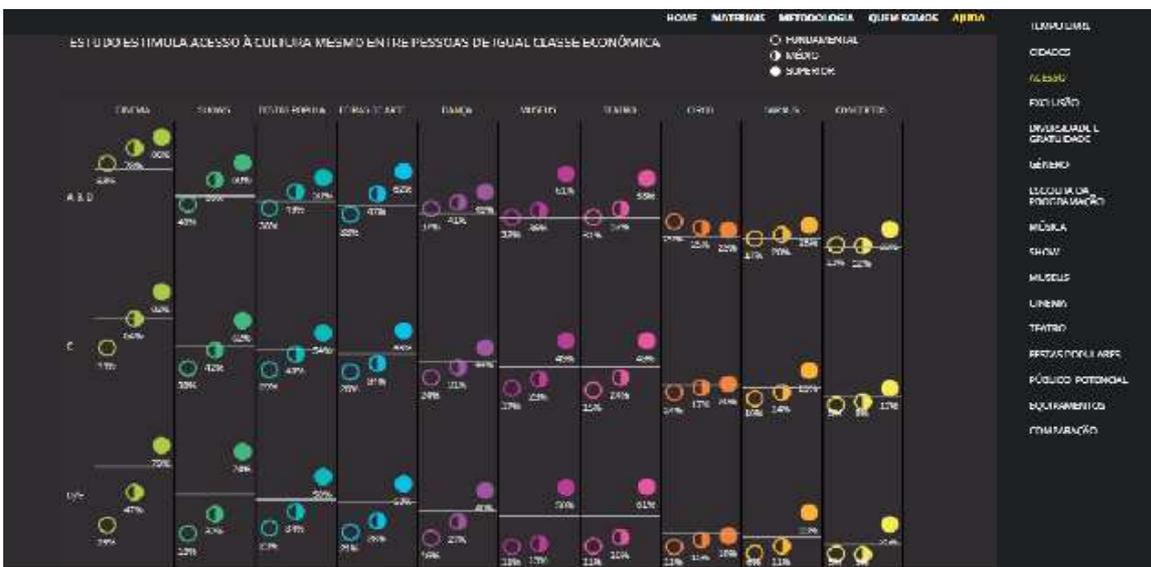
Pesquisas nas capitais brasileiras

Além das críticas de forma empírica, queremos aqui analisar algumas pesquisas que foram realizadas por instituições diferentes, as quais podem mostrar de alguma forma se estas políticas apesar de pouco estruturadas estão tendo algum resultado ou estão, de certo modo, influenciando os hábitos de consumo do brasileiro e do Porto Alegre.

Neste aspecto, a pesquisa intitulada “Cultura nas Capitais” realizada em 2018 pela empresa JLeiva Cultura e Esporte, financiada pelo Ministério da Cultural através de leis de incentivo, buscou identificar nas 12 principais capitais brasileiras o perfil sócio demográfico do consumidor de cultura. Esta pesquisa trouxe achados importantes para reflexão, sendo o primeiro deles quanto a escolaridade, mostrando que este é o principal fator decisivo no consumo de apresentações e cultura no Brasil, como mostra o gráfico 1 apresentado seguir. Desse modo, um cruzamento de consumo das diversas linguagens considerando escolaridade e renda evidenciou que o maior consumidor é o de maior escolaridade destacando-se este achado em todas as linguagens, com um percentual acima de 50%. Quanto a variável renda, também pode-se identificar que o consumo de concertos de música clássica, por exemplo, está ainda mais concentrado nas classes de indivíduos pertencentes as classes sociais AB.

Em relação à inclusão e cor de pele, nota-se ainda uma maior exclusão na apresentação musical de concertos. Porém, no geral, o acesso à cultura por pessoas da cor preta tem crescido principalmente pelo contato e valorização que tem acontecido das religiões afro. A pesquisa ainda destaca que os indígenas e pardos são os que mais acessam atividades gratuitas, em contraponto, o acesso por parte de evangélicos é o menor considerando as religiões como fator de consumo de cultural. Já os cinemas se destacam com a utilização de uma linguagem mais inclusiva.

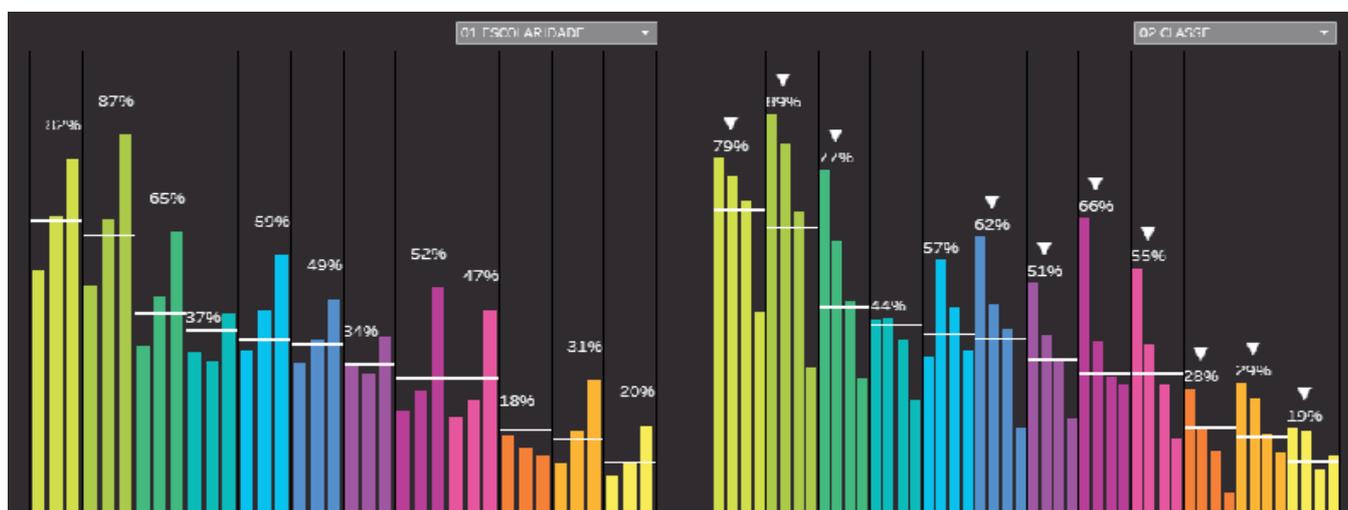
Gráfico 1 – O consumo e as Classes Econômicas



Fonte: Leiva e Meirelles (2018).

No contexto da capital Porto Alegre, essas diferenças na mesma pesquisa são menores, em que o percentual de pessoas com escolaridade menor tem acessado mais as diversas linguagens culturais, da mesma forma que o consumo tem concentração menor no indicador de classe social. Estas variáveis são importantes considerar numa análise contextualizada de acesso a equipamentos culturais, uma vez que na região metropolitana de Porto Alegre concentram-se 47 dos 108 equipamentos culturais do estado do Rio Grande do Sul, a qual concentra as principais escolas de formação de profissionais desta área. Por fim, faz-se necessário também pesquisar a concentração de financiamento e incentivos públicos concentrados nesta região. Em estudo divulgado em 2013 a concentração de recursos via lei Rouanet em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre chegava a 75% dos recursos disponíveis (SILVA, 2017). Desta forma, a leitura que pode-se fazer destes dados é que sim, o modelo atual tem possibilitado o acesso a negros, pardos e indígenas por meio de atividades gratuitas, mas também tem privilegiado aqueles com maior formação. No caso de Porto Alegre, o acesso a atividades gratuitas por negros, índios também corresponde positivamente, onde identifica-se que nesta capital o modelo tem sido contemplado em tais aspectos. Por outro lado, o modelo comparado a nível nacional não pode ser visto da mesma forma como veremos a seguir, uma vez que apresenta uma redução na participação de negros e indígenas, porém, aumenta o percentual de pessoas que só assistem atividades gratuitas.

Gráfico 2 – Escolaridade e Classe Social



Fonte: Leiva e Meirelles (2018).

Corroboram com estes dados em alguns aspectos a pesquisa Panorama Setorial, realizada por Gisele Jordão (2014), mostrando que o cinema é a linguagem mais popular, consumida em larga escala. Já muito distante estão o teatro e concertos de música, mostrando uma pequena melhora quando se trata de frequentar centros culturais, ou seja, com uma diversidade maior de opções e acesso à uma variedade maior de entretenimento e linguagens culturais. Jordão (2014) também apresenta a concentração do consumo da cultural nas regiões sul e sudeste, trazendo também as práticas culturais menos citadas pelos entrevistados a exemplo do teatro com 9%, musical com 7% e visitas a cidades históricas com 6%.

Também em um estudo realizado por Silva (2017) disponibilizado pelo IPEA o mesmo mostra que existe uma grande concentração de projetos nas regiões Sul e Sudeste, trazendo ainda uma informação muito importante para esta reflexão, que o volume de recursos tem uma concentração nas capitais com maior número de equipamentos culturais.

Conclusões

Diante dos dados e análises apresentadas, pode-se considerar que o modelo atual de financiamento tem obtido êxito ao proporcionar atividades gratuitas a grupos que não teriam disponibilidade financeira, ou seja, não

seria possível a fruição se não por meio da gratuidade como mostrou a pesquisa. Também, fica evidente que parte deste consumo ainda se dá por indivíduos com maior escolaridade, inclusive evidenciando que a renda não é um fator decisivo neste indicador, ou seja, o fator que mais determina o consumo de cultura tanto na capital do Rio Grande do Sul quanto as demais capitais não é financeiro, mas sim, educacional. Porém, evidencia-se para negros e pardos o fator gratuidade exerce influência para estimular este consumo.

Por fim, talvez a mais importante crítica neste estudo se dá pela alta concentração de projetos e recursos na área de cultura em poucas capitais brasileiras, trazendo prejuízos e não permitindo acesso a populações distantes dos principais centros as quais moram em regiões interioranas. Aliada a este aspecto, e por consequência desta realidade, também há a concentração dos equipamentos culturais nestes centros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 43,8% das pessoas até 14 anos viviam em municípios sem cinema e 35,9% delas viviam em municípios sem museu. As crianças e adolescentes do Maranhão por exemplo, têm menos acesso potencial a museu (23,6%), a teatros e sala de espetáculos (30,8%) e a cinema (19,6%).

A desigualdade também se mostra em relação ao gasto médio mensal familiar com atividades culturais, que atingiu R\$ 282,86 em 2017-2018 no Brasil. As famílias com rendimento de até R\$ 1.908,00 comprometiam apenas 5,9% de seus gastos com atividades culturais (R\$ 82,15), abaixo da média nacional de 7,5%, ao passo que aquelas com renda superior a R\$ 23.850,00 destinavam 7,9% de suas despesas à cultura (R\$ 1.443,41) reforçando que o consumo de cultura ainda é pouco acessível. Neste sentido, faz-se necessário um ajuste de regulamentação aliando os incentivos a políticas de inclusão, democratização e acesso às atividades culturais, que não requer necessariamente investimento em equipamentos culturais, mas ainda precisa ser descentralizada para o interior do país para as regiões mais remotas e distantes dos grandes centros.

Referências

- HARVEY, E. R. **Cultural policy in Argentina**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization: Paris, 1979.
- HEILBRUN, J.; GRAY, C. H. **The Economics of Art and Culture**. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ISLAM, R. Preface. In: BOADWAY, Robin; SHAH, Anwar (eds.). **Intergovernmental Fiscal Transfers – Principles and Practices: Public Sector Governance and Accountability Series**. Washington, D. C.: World Bank, 2007.
- KIWON HONG. South Korea. **Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe**. 16th ed. Brussels: International Federation of Arts Councils and Culture Agencies (IFACCA), Lab for Culture, European Heritage Network, Connect CP, 2013. Disponível em: <<http://www.culturalpolicies.net/web/southkorea.php#>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- LEIVA, J.; MEIRELLES, R. (Org.). **Cultura nas capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte**. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018. 196 p. Disponível em: <<https://www.jleiva.co/cultura-nas-capitais>> Acesso em: 15/09/2020.
- McGUIGAN, J. **Rethinking Cultural Policy**. Maidenhead (England): Open University Press, 2004.
- MICELI, S.; GOUVEIA, M. A. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro: Funarte/Finep/Idesp, 1985.
- NEVES, C.; CHAVES, J.; GILIOLI, R. **Políticas culturais no Brasil e na França: elementos para uma análise comparada**. Brasília, DF: Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, jun. 2015.
- SILVA, D. S. da. **Financiamento da política cultural no Brasil e na França: uma avaliação comparada da Lei Rouanet**. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010.

SILVA, F. A. B. da. **Financiamento Cultural no Brasil Contemporâneo**. IPEA Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2280x.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

TENKAYALA, R.; RADHIKA, P.; RAJADHYAKSHA, A. India. In: Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe. 16th ed. Brussels: **International Federation of Arts Councils and Culture Agencies (IFACCA)**, Lab for Culture, European Heritage Network, Connect CP, 2014. Disponível em: <<http://www.culturalpolicies.net/web/india.php>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

VICENTE, A. **Viva a França**: Os prêmios Nobel de Modiano e Tirole devolvem à cultura francesa o esplendor perdido. In: El País, “Brasil”, 24 out. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/23/cultura/1414074087_607224.html>. Acesso em: 01 jun. 2015.

WEINGÄRTNER, J. **The Art as a Weapon of War**: Britain and the Shaping of Nation Moral in the Second World War. London: Tauris Academic Studies, 2006.



CONSUMO DE JORNALISMO E MÍDIAS DURANTE A PANDEMIA: VALORIZAÇÃO DA CREDIBILIDADE DO PROFISSIONAL

Adriana Seibert de Oliveira

Universidade La Salle

Introdução

A pandemia da COVID-19 afetou todos os campos da sociedade mundial, causando incertezas e medo em relação ao futuro; milhares de pessoas infectadas; e um crescente número de pessoas mortas. Além destas lamentáveis consequências, o novo vírus também forçou famílias, empresas, instituições escolares, imprensa, entre outros setores, a modificar sua forma de atuação e convivência, focando no isolamento social para diminuir a sua propagação.

A questão da manutenção da saúde mental em meio ao isolamento é um dos pontos de grande discussão por pesquisadores da área da saúde. Em artigo publicado na revista *Frontiers in Immunology*, pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) estudaram como o novo coronavírus pode afetar a saúde mental. Neste estudo foram verificadas alterações neurais, imunes e endócrinas relacionadas à infecção e ao distanciamento social, o que pode contribuir para distúrbios psicológicos como, estresse pós-traumático, depressão e ansiedade.

Os pesquisadores Ícaro Raony, Camila Saggioro de Figueiredo, Pablo Pandolfo, Elizabeth Giestal-de-Araujo, Priscilla Oliveira-Silva Bomfim e Wilson Savino, constataram que o estresse motivado pelo distanciamento social também pode levar a alterações imunológicas, com maior produção de substâncias inflamatórias mesmo em pessoas que não foram infectadas.

Para amenizar os prejuízos para a saúde mental, os pesquisadores apontam no artigo medidas que podem ser tomadas, como por exemplo, o potencial da informação adequada para reduzir o dano psicológico durante quarentenas, assim como o estreitamento de laços por redes sociais, hábitos de sono e alimentação saudáveis. Também foi citado pelos cientistas, o potencial da música para modular os níveis de citocinas inflamatórias e a resposta neuro-imune-endócrina ao estresse.

Citado pelos cientistas, o potencial da informação adequada para reduzir o dano psicológico no período de isolamento social está intimamente ligado ao trabalho dos jornalistas. Isto posto, colocam-se os questionamentos: Qual o papel do jornalismo neste período? Qual o reflexo para os profissionais e para a população?

Jornalismo e pandemia: mais credibilidade

A busca por notícias neste período pandêmico, fez com que houvesse uma maior procura por veículos de imprensa já consagrados no meio, restaurando a confiança no jornalismo profissional e uma consequente valorização destes profissionais, que têm a sua credibilidade muitas vezes colocada em cheque.

Um levantamento realizado em março de 2020 pela Edelman Trust Barometer (empresa americana de consultoria em relações públicas e marketing), revelou que 64% da população de 10 países, incluindo o Brasil, enxerga o trabalho da imprensa como a fonte mais confiável no contexto da pandemia. O relatório da pesquisa destaca que,

Os principais veículos noticiosos têm quase duas vezes mais credibilidade do que organizações sanitárias globais (OMS) ou autoridades sanitárias nacionais. Amigos e familiares e mídias sociais ficam muito atrás, exceto



em países em desenvolvimento, como é o caso da África do Sul. Jovens confiam igualmente nas mídias sociais (54%) e na mídia tradicional (56%), enquanto as pessoas com mais de 55 anos classificam a mídia tradicional como quase três vezes mais confiável do que as mídias sociais. Há inegável preocupação com fake news e informações falsas sobre o vírus sendo espalhadas (74%).

O Instituto Datafolha em pesquisa realizada em abril também verificou a mesma situação. Com relação à confiança nos meios de comunicação na divulgação sobre o coronavírus, os programas jornalísticos na TV e os jornais impressos seguem como os mais confiáveis entre os meios pesquisados. Conforme o relatório,

Uma fração de 83% confia nas informações divulgadas pelos programas jornalísticos na TV, desses, 54% confiam e 29% confiam em parte, 14% não confiam e 2% não assistem. Os índices são próximos para os jornais impressos, 79% confiam nas informações divulgadas pelo meio, desses, 51% confiam e 28% em parte, 12% não confiam e 9% não leem jornais impressos.

que atingiu o pico histórico de audiência com 235 milhões de acessos e 71 milhões de visitantes apenas em março (até o dia 28 daquele mês); o site da Folha de São Paulo registrou 73,8 milhões de acessos em abril, em comparação com 69,8 milhões no mês anterior. Na televisão, o Jornal Nacional, por exemplo, superou audiência de novelas das 21 horas atingindo 50,3 pontos na medição de audiência do Ibope.

Tendo ciência do seu papel neste momento, a imprensa vem tomando diversas medidas, que representam a função pública inerente ao jornalismo profissional, que englobam o aumento de espaço do jornalismo nas grades de programação de rádios e emissoras de televisão e também nas páginas de jornal e de sites de notícia, e também a produção de um material mais especializado, com entrevistas com profissionais da área de pesquisa científica e da saúde. Também foram disponibilizados mais canais de interação com o público e utilizados recursos tecnológicos que ampliam a facilidade no entendimento do conteúdo, como uso de infográficos didáticos e realização de transmitidas ao vivo com profissionais da área de saúde e pesquisadores sobre a temática.

E essa responsabilidade do seu papel, unida à credibilidade e à busca pela imparcialidade, que vem sendo valorizada pelo público receptor, pois com a emergente onda de fake news que se agravou com a crise da Covid-19, a importância do consumo de informações checadas e de fontes confiáveis se tornou essencial.

Um estudo realizado pelos grupos de pesquisa Cultura Audiovisual e Tecnologia (CAT) e Comunicação, Cultura e Discurso (Grudi), do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), apontou o aumento do consumo de jornalismo e de mídias durante a quarentena.

A maioria das pessoas que respondeu à pesquisa, está trabalhando ou estudando on-line durante o isolamento. Conforme o relatório da pesquisa, a quase totalidade dos que responderam busca se informar sobre a epidemia do novo coronavírus: 75,1% o fazem diariamente e 21,8%, algumas vezes por semana. Apenas 0,8% disse que nunca vai atrás dessas informações. A televisão é o principal meio em que as pessoas buscam informações (73,41%), seguida de sites e blogs jornalísticos (65%) e de redes sociais, sendo as mais usadas o WhatsApp (34,42%) e o Facebook (25,15%).

A pesquisa destacou, ainda, que as respostas indicam a busca por informações mais aprofundadas, qualificadas e também conhecimento de experiências próximas a esta, em artigos, jornais e sites jornalísticos (68,23% dos que responderam ao questionário), artigos científicos (41,64%), documentários (30,32%), literatura (13,96%), livros científicos (8,06%) e até em filmes de ficção (4,57%), entre outros.

Estes dados reforçam a importância de um trabalho jornalístico com mais densidade, levando informações detalhadas e atualizadas sobre a pandemia, reforçando a função essencial do jornalista que consiste em responder ao interesse geral e ao bem da comunidade, pois como coloca Mariano Ure, *“Quando a informação falta, a sociedade sofre um retrocesso em termos da “participação cidadã” e, em consequência, em termos de desenvolvimento”* (2008: p. 116).



A produção jornalística e memória

Seguindo esta mesma linha, adentramos na importância de todo esse material produzido com intuito de informar a população e a sua permanência como um registro que pode ser acessado como fonte de pesquisa no futuro, ou seja, o jornalismo produz diariamente registros utilizados como fonte de informação num sentido amplo e de marcação no sentido histórico.

A produção de material do jornalismo sofre com a efemeridade no seu modo de produção, que está inserido cada vez mais no tempo real. Essas marcas do tempo são especialmente sensíveis nos seus produtos, localizando o receptor em um lugar de duração, com o consumo diário das narrativas jornalísticas. Nessa perspectiva, o jornalismo também é compreendido como importante Lugar de Memória, seguindo a linha de pensamento de Pierre Nora, pois caracteriza-se por ser portador de uma realidade construída a partir dos acontecimentos, que é apresentada como verídica e imparcial.

Todas as produções, narrativas do produto jornalístico, têm espaço destacado no arquivamento e na produção da memória, pois é por meio do jornalismo que são registrados fatos e testemunhos que podem caracterizar diferentes épocas e momentos da história. Nesse sentido, o jornalismo fala do agora, do instante, do que está em desenvolvimento no momento em questão.

Desta forma percebe-se a importância da narrativa escrita na construção da história de uma sociedade, sendo que esta narrativa está estreitamente ligada ao valor do jornalismo e seus produtos sendo caracterizados como documento histórico de um grupo social, desde o surgimento da imprensa, no século XVIII.

Neste contexto, Halbwachs destaca que a escrita foi encarada pelo homem como a maneira única de se conservar lembranças porque *“as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”* (2006:80). Aleida Assmann vai ao encontro desse pensamento ao teorizar sobre a materialidade das mídias memorativas, a escrita como armazenadora, tendo a narrativa o trabalho de ordenar a experiência para que se possa melhor entendê-la e apresenta a escrita como um medium de eternização e metáfora da memória, ou seja, um suporte da memória. A autora coloca: *“Mas a escrita não é só medium de eternização, ela é também suporte da memória. A escrita é, ao mesmo tempo, medium e metáfora da memória. O procedimento da anotação e da inscrição é a mais antiga e, através da longa história das mídias, ainda hoje a mais atual metáfora da memória”* (2018, p.199).

Nesta mesma perspectiva o jornalismo e seus produtos também podem ser estudados a partir do pensamento de Pollak. A memória ligada aos fatos coletivos não precisa necessariamente ter sido experiência do próprio indivíduo, ela pode estar em circulação em um determinado ambiente ou grupo social. É neste território que o jornalismo atua, na experiência de narrar a memória por tabela, como postula Pollak, quando o jornalista noticia aquilo que não experienciou na produção de notícias e reportagens.

Ao noticiar o fato, o jornalismo reconstrói o presente, inscrevendo o que deve ser recordado no futuro – e o que não merece constar do repertório histórico. Essa operação se dá por um processo de classificar os acontecimentos para melhor apresentá-los ao público e dessa forma, o jornalismo fornece as bases identitárias para a própria sociedade, como ressalta Raquel Paiva:

Essa narrativa, quotidianamente composta, é tecida por critérios e postulados paradigmáticos que tentam definir de um modo bastante amplo o perfil da atualidade. Desta maneira, a partir de uma detida análise da produção jornalística podemos não apenas saber o que de presumidamente importante acontece, mas também porque e como assume este patamar o fato histórico que acontece no nosso dia-a-dia. Para o bem e para o mal, esse lugar alcançado pelo jornalismo define quem somos – e não apenas por meio daqueles que produzem a informação jornalística, mas basicamente por meio de todos os participantes desse processo, ou seja, seus meros consumidores (PAIVA, 2006, p. 62).

Diante de todas essas análises, neste período de pandemia, o jornalismo ao fornecer informações para sociedade, além de cumprir seu papel social de levar a notícia de forma isenta e verdadeira para seu público, também



deixa seus registros para o futuro, os quais podem servir de base para pesquisas e assim, também reforçam o papel de agente e suporte de narrativas de memória. Assim, conforme coloca Hérica Lene,

O jornalismo exerce um papel crucial na produção de uma ideia de História, não só porque indica aqueles que, dentre todos os fatos da realidade, devem ser memoráveis no futuro (ou seja, aqueles que teriam relevância histórica), mas também porque se constitui ele mesmo em um dos principais registros “objetivos” do seu tempo (2010: p. 7).

Considerações finais

Diante do que foi exposto, neste período de pandemia vivido em 2020, com a obrigatoriedade do isolamento social e as dúvidas que a população tem diante a esse vírus, verificou-se o crescente consumo de materiais jornalísticos, principalmente a busca por veículos de comunicação com credibilidade na área. Essa crescente busca por materiais evidenciou um aumento na confiança da figura do profissional de jornalismo. E qual o papel do jornalismo neste período? O jornalismo fortaleceu a sua função social, de levar ao seu receptor uma informação verdadeira e com credibilidade, de forma isenta. Assim como demarcou seu espaço como agente de narrativas, carregadas de simbologias memoriais, que poderão servir de fonte para possíveis pesquisas no futuro sobre os fatos que estão acontecendo neste momento.

E qual o reflexo para os profissionais e para a população com essa nova forma de fazer notícia? Aos profissionais coube a tarefa de reforçar ainda mais e cumprir seu papel de agente comunicador, os jornalistas adaptaram-se neste período, tanto com modificações na forma de captar e repassar informações, focando no oferecimento de materiais de fácil compreensão e atualizados sobre o novo vírus. A população, por sua vez, mostrou uma recepção positiva desse trabalho, passando a valorizar o exercício do jornalismo de forma profissional, consumindo de forma mais densa seus conteúdos.

Desta forma, ao jornalismo cabe permanecer repassando a informação precisa como dever e missão. Esse é o papel essencial do jornalista neste momento: combater a desinformação e o vírus, de forma a fortalecer e proteger o jornalismo de qualidade

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços de Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2018.
- ENDELMAN, R. **ETB – Confiança e o Coronavírus**. Disponível em: <<https://www.edelman.com.br/estudos/edelman-trust-barometer-2020-especial-coronavirus>>.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- INSTITUTO Data Folha. **78% se consideram bem informados sobre coronavírus**. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/04/1988655-78-se-consideram-bem-informados-sobre-coronavirus.shtml>>.
- LENE, H. Os jornais como lugares de memória e fontes de pesquisas. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Anais**. São Paulo: Intercom, 2010.
- LISBOA, L. A cultura em tempos de pandemia: como o entretenimento é aliado para a saúde mental. **Agenda, arte e cultura UFBA**. Abr. 2020. Disponível em: <<https://www.agendartecultura.com.br/principais/cultura-tempos-pandemia-entretenimento-aliado-saude-mental/>>.

PAIVA, R. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). **Famecos**, Porto Alegre, n. 30, ago. 2006.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RAONY, I.; FIGUEIREDO, C.; PANDOLFO, P.; ARAUJO, E.; BOMFIM, P.; SAVINO, W. Psycho-Neuroendocrine-Immune Interactions. COVID-19: Potential Impacts on Mental Health. **Revista Frontiers. Immunology**. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fimmu.2020.01170/full>>. Acesso em: 10 out. 2020.

TINEU, R. Consumo e pandemia [1] – Dimensão cultural. **OffLattes**. Disponível em: <<https://offlattes.com/archives/3139>>.

UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **Pesquisa aponta aumento do consumo de jornalismo e de mídias durante a quarentena**. Disponível em: <<https://www.ufes.br/conteudo/pesquisa-aponta-aumento-do-consumo-de-jornalismo-e-de-midias-durante-quarentena>>.

URE, M. A função pública do jornalista: da imparcialidade à coesão social. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 2, 2008, Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p113>>.



GT 7



DEMOCRACIA E IMPERIALISMO: O PARADOXO ESTADUNIDENSE*Gabriela Oliveira Elesbão***Universidade La Salle****Introdução**

Entre o final do século XX e início do século XXI, percebe-se, no Sistema Internacional, o acirramento de discursos dos Estados Unidos que avançavam a necessidade de conduzir diferentes nações ao caminho das liberdades individuais e da democracia liberal, respaldados pela Teoria da Paz Democrática, cujo princípio básico é a busca por equilíbrio e segurança nas relações internacionais, por meio do entendimento de que não há guerras entre democracias. Todavia, existe a possibilidade de que esses discursos inicialmente de caráter diplomático, na verdade, mascaram interesses econômicos, advindos da sobre acumulação de mercadorias resultantes do modo de produção capitalista.

Teoria da Paz Democrática

A Teoria da Paz Democrática baseia-se no preceito de que democracias não entram em guerra com outras democracias. Dessa forma, haveria maior garantia de segurança e equilíbrio nas negociações entre Estados no Sistema Internacional. Essa mesma lógica sugere que por não estarem condicionados a um aparato institucional democrático, além de conservarem um regime doméstico onde as liberdades democráticas não são devidamente respeitadas, os Estados considerados não-democráticos seriam menos previsíveis e comprometidos com a harmonia das relações no Sistema Internacional, portanto, ofereceriam ameaças ao equilíbrio do sistema. Logo, esta ausência de confiança poderia colocar as democracias em alerta, onde a força seria utilizada nos casos em que as democracias precisam se defender de ações não democráticas prevenir que as não-democracias se tornem agressivas, ou ainda, quando as democracias decidem lutar contra não-democracias pela garantia das liberdades individuais no sistema doméstico de todos os Estados (ROSATO, 2003).

Essa teoria opera com base em duas causas lógicas: a lógica normativa, onde espera-se que as elites políticas de um Estado respeitarão as instituições de outros Estados, na compreensão de que todos são regidos pelos mesmos valores de confiança e respeito diante das negociações e divergências internacionais; e a lógica institucional, cujo funcionamento e aplicação são mais complexos, dependendo de cinco fatores (com maior ou menor peso para a sociedade civil), conhecidos como: opinião pública, movimentos sociais, mobilização lenta, ataque surpresa e informações (ROSATO, 2003).

Os fatores opinião pública e movimentos sociais, funcionam como uma forma de conter as decisões de um líder democraticamente eleito. Uma vez que os setores anti-guerra da sociedade, podem não concordar com intervenções e conflitos de caráter militar em outros países, em nome de não perder seu mandato e legitimidade diante da população civil, os líderes democráticos geralmente, deveriam optar por não entrar em conflitos armados com outros Estados.

A mobilização lenta e o ataque surpresa, são como fatores complementares, ou seja, uma democracia possui diversas instituições burocráticas, responsáveis por garantir a imparcialidade nos processos de um Estado. Desse modo, caso uma democracia decida entrar em guerra com outra, é preciso consultar suas instituições (como o Congresso Nacional, por exemplo) antes de tomar uma decisão concretamente. Assim, como o uso da força estatal por uma democracia implica em uma mobilização necessariamente lenta, o planejamento de um ataque surpresa



seria bastante demorado e por isso, não indicaria vantagens sobre outro país em meio a um conflito de caráter emergencial. Além disso, essas variáveis implicam em possíveis perdas para o Estado durante o conflito – e nenhuma democracia entraria em uma guerra com contingentes humanos, militares e sobretudo, financeiros, com poucas chances de ser bem-sucedida, porque dessa forma, a negociação seria um método mais eficaz. Além disso, os custos políticos advindos do ingresso em um conflito malsucedido, são muito elevados para os líderes democráticos, que encaram o risco de perder seu mandato ao envolver seu Estado e população em um embate internacional.

Por fim, as informações que os Estados liberam sobre si, são entendidas como uma forma de averiguar a situação das diferentes democracias mundiais. Assim, entende-se que democracias são confiáveis quando mantêm canais de informações transparentes sobre as informações produzidas em suas sociedades civis, bem como, quando transmitem de forma clara suas intenções em relação à resolução de conflitos internacionais (ROSATO, 2003).

Apesar das duas diferentes lógicas (normativa e institucional) e das diferentes variáveis envolvidas, parece haver um consenso a respeito da conclusão de que a negociação ainda seria o melhor caminho para evitar um conflito entre Estados. Isso porque, em se tratando das possibilidades relacionadas à opinião pública, mobilização lenta das democracias ou informações liberadas, o tempo gasto convencendo sociedade civil, instituições internas e demais Estados democráticos de que a utilização da força seria necessária, poderia ser usado para a resolução negociada do conflito, trazendo assim, menos riscos em aspectos políticos e econômicos para os líderes e Estados democráticos. No entanto, o que podemos perceber no Sistema Internacional, é que os países centrais - aqui especificamente os Estados Unidos, utilizam de retóricas fundamentadas na lógica institucional da Teoria da Paz Democrática, a fim de defender seus interesses econômicos, garantidos através de intervenções forçosas em outros países, diante da comunidade internacional

Lógicas imperialistas e capitalismo

Ao longo do tempo, o imperialismo foi uma prática largamente utilizada ao longo da história e consiste na intervenção política, militar ou econômica de um Estado sobre outro. No século XIX tratava-se de encontrar novos espaços de exploração de recursos naturais, por meio da expansão geográfica e da reivindicação de uma missão civilizatória, em nome da boa convivência entre os povos; já no século XX, os Estados passaram a utilizar uma retórica baseada nos direitos de liberdade e democracia, aliados à reivindicação do respeito aos Direitos Humanos para justificar as intervenções.

Existem teorias políticas e econômicas acerca do conceito de imperialismo e as motivações para essa prática. Os teóricos políticos, como Herfried Münkler, destacam que as principais razões para interferências externas são a necessidade dos Estados de obterem prestígio e influência no Sistema Internacional, a fim de garantirem maior segurança em situações de conflito ou negociações (MÜNKLER, 2007); os teóricos econômicos do imperialismo, como David Harvey, destacam que o objetivo da política imperialista é a transferência de excedentes de mercadorias de uma região mundial para outra, a fim de evitar crises de sobre acumulação - e conseqüente desvalorização - do sistema capitalista (HARVEY, 2004). Apesar de divergirem em alguns pontos, as duas propostas teóricas concordam sobre os benefícios econômicos advindos das práticas intervencionistas e também, sobre a necessidade de um estado dito imperialista, utilizar de outra localidade para suprir suas necessidades de consumo e organização.

As perspectivas políticas da teoria imperialista consideram a manutenção da hegemonia entre os Estados, como um fator de extrema relevância para a definição das lógicas de poder nas negociações internacionais. Dessa forma, é importante estabelecer uma diferença entre práticas hegemônicas e práticas de dominação imperial exercidas por um Estado ou um grupo de Estados: uma prática hegemônica supõe uma composição formal de um grupo político, sob direitos iguais e defendendo os mesmos interesses, já a dominação imperial, implica na redução dos demais estados a satélites de expansão ou clientes, onde eles não são mais do que nações dependentes



do centro (MÜNKLER, 2007). Desse modo, é preciso também diferenciar Estados e Impérios, através de critérios como relações com os países vizinhos, políticas de fronteira, abertura para negociações e capacidade de influência para garantir seus interesses diante da comunidade internacional. Os Estados - ainda que hegemônicos, costumam compreender e respeitar o alcance de seu papel no Sistema Internacional, buscando manter a ordem desse mesmo sistema. Enquanto os Impérios procuram estender sua influência através da dominação, estruturada por ações como o não respeito às fronteiras estatais, intervenções em conflitos internacionais e o entendimento de que os demais Estados são satélites para o favorecimento de sua expansão.

Assim, a manutenção da hegemonia estadunidense e de seu ethos imperialista, acabam por ser práticas complementares: para manter seu poder dentro do sistema internacional e encontrar respaldo para as intervenções externas que garantam seus interesses econômicos, os Estados Unidos precisam angariar cada vez mais zonas sob sua influência. Desse modo, uma série de mecanismos que possam justificar essas práticas são criados, como por exemplo, a ideia de que em outra localidade mundial os cidadãos vivem sob um regime bárbaro, com guerras frequentes e fanatismo religioso ou, assassinatos em massa, bem como, a reivindicação do dever de um Estado civilizado oferecer ajuda aos povos ditos necessitados. Resulta-se então, em uma nova faceta do imperialismo, bastante difundida no século XXI, conhecida como Imperialismo Democrático, chamada assim, porque utiliza de ideais democráticos domésticos para instrumentalizar suas ações (MÜNKLER, 2007).

Esses argumentos então, encontram respaldo na instrumentalização da lógica institucional da Teoria da Paz Democrática, cujo funcionamento prevê que as democracias possam entrar em guerra com estados considerados ameaças à sua ordem democrática. Tem-se assim, uma justificativa plausível e relevante diante dos demais integrantes do sistema internacional e dos setores domésticos dos Estados para intervenções.

No entanto, para além das motivações alegadas pelos países centrais - aqui especificamente, os Estados Unidos - para suas práticas intervencionistas, consideramos que as crises de sobre acumulação do capitalismo, seriam as grandes motivadoras das intervenções externas, uma vez que haveria a urgência de encontrar novos mercados consumidores para o excesso de mercadorias e mão de obra em um país, através da produção de espaço por meio da exploração de novas regiões, ou seja, a necessidade de escoar os produtos da acumulação capitalista, sem a perda de lucros (HARVEY, 2004). Assim, essas articulações de caráter inicialmente diplomático e político dos Estados Unidos, na verdade, almejam um fim de caráter econômico. Ou seja, através de intervenções que promovem mudanças na condução das políticas de um determinado Estado, busca-se facilitar o acesso dos EUA aos territórios cuja produção econômica garantem benefícios ao país invasor.

Segundo David Harvey (2006), essa prática de intervenções extraterritoriais dos Estados centrais, pode ser chamada de solução espaço-temporal, ou seja, consiste basicamente, em “atrasar temporariamente” a crise de sobre acumulação interna do sistema, a partir da expansão geográfica para regiões que possuam reservas de pagamento (ouro, matérias-primas, dinheiro).

A solução espaço-temporal é uma prática resultante dos processos de acumulação de capital, facilitada pelas instituições mediadoras internacionais, tais como o Estado - que através do monopólio da violência e dos planos de governo de seus líderes confere mais ou menos permissão para intervenções externas - e como as instituições intergovernamentais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BM (Banco Mundial), formadas por poderes financeiros e estatais capazes de assumirem diferentes papéis na acumulação de capital e conseqüentemente, tornando-se fundamentais na consolidação das lógicas capitalistas e também, na consolidação das negociações assimétricas entre Estados do Sistema Internacional, ou seja, quando os Estados com maior capacidade financeira (centrais) impõem suas condições sobre os Estados periféricos.

Compreendemos portanto, que as práticas imperialistas dos Estados Unidos utilizam-se de coerções econômicas, intervenções políticas e militares e consentimentos diplomáticos para se beneficiarem das crises de



desvalorização e da relativa instabilidade ocorridas em Estados periféricos, para tomar-lhes recursos naturais, mercadorias e usufruir de sua mão de obra disponível a preços muito baixos, ou seja, intervém das mais diversas formas externamente - e quase sempre respaldados pela Teoria da Paz Democrática e sua defesa da democracia liberal, das liberdades individuais e dos direitos domésticos dos cidadãos de Estados invadidos, - para garantir mercados capazes de absorver seus excedentes quando necessário.

A política externa estadunidense pós-Guerra Fria

O final da Guerra Fria foi um momento crucial não só para a consolidação da democracia liberal e da ordem multipolar no Sistema Internacional, mas também, para a consolidação dos EUA como grande potência mundial e conseqüentemente, o surgimento de três grandes características na política externa dos Estados Unidos: o compromisso com a formação de novos Estados democráticos, a tendência neoconservadora e a militarização dos conflitos internacionais. Na prática, isso implicou em maior poder de barganha diante de instituições internacionais e na reorganização de políticas extraterritoriais específicas norteadas pelo militarismo.

No início da década de 1990, diversos novos Estados estavam em processos de criação e consolidação, enquanto a política externa estadunidense era marcada pelo esforço em aproximar-se e conduzir os processos democráticos desses Estados, bem como, estabelecer novas relações com diversos países ou grupos de países ao redor do globo. Toda essa política foi também caracterizada por um grande tom de otimismo diante das nações e pela valorização da ordem multipolar estabelecida em conjunto com as instituições intergovernamentais - principalmente a ONU (Organização das Nações Unidas).

O neoconservadorismo é considerado uma tendência política surgida na década de 1960, porém com grande destaque para a política dos Estados Unidos, durante o governo de George W. Bush (2001-2009). Por compreender a política externa, através de intervenções militares, como grande pilar para a proteção e consolidação do modo de vida estadunidense, o neoconservadorismo acaba por justificar de forma quase perfeita o imperialismo dos Estados Unidos e sua retórica de libertação dos povos por meio da democracia liberal, um argumento que também encontra respaldo nas origens estadunidenses do Destino Manifesto (século XIX) e acaba por mobilizar não apenas instituições, mas também a população civil, a fim de encontrar apoio para essas práticas (GRONDIN, 2005).

A Guerra do Vietnã (1955-1975) e a Guerra do Golfo (1990-1991), foram também momentos cruciais da política externa estadunidense: a primeira porque inicialmente foi considerada pelos estadunidenses como uma intervenção mal sucedida, cujo investimento trouxe grandes prejuízos às instituições e população civil estadunidenses; enquanto a segunda, foi um conflito onde a utilização de um grande contingente militar obteve resultados encarados como positivos para os Estados Unidos e trouxe como consequência a possibilidade de revisitar a memória sobre a Guerra do Vietnã (e assim, elucidar o momento de forma positiva), mas principalmente, demarcar a militarização por parte dos Estados Unidos, como forma de resolver conflitos internacionais (HARVEY, 2004; MÜNKLER, 2007).

Considerações finais

A partir da análise dos conceitos de Teoria da Paz Democrática, imperialismo democrático e hegemonia, bem como, da maneira como esses conceitos relacionam-se com as lógicas de poder estabelecidas dentro do Sistema Internacional e nas características da política externa estadunidense entre o final do século XX e início do século XIX, é possível perceber que as diversas interferências dos Estados Unidos em outros regimes políticos, demonstram que a prática do imperialismo democrático, na verdade, resulta em uma “exportação” de um projeto de democracia liberal, baseado no modelo estadunidense para outros países, sempre diante da alegação de que os governos atuantes



daquele local, não respeitam suficientemente os direitos individuais de seus cidadãos e portanto, não conduzem de maneira transparente suas políticas domésticas, causando insegurança aos demais Estados.

Referências

GRONDIN, D. Mistaking Hegemony for Empire. **International Journal**. Toronto, p. 225-241, 2005.

HARVEY, D. **El Nuevo Imperialismo**. Madrid: Ed. Akal, 2004.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo Fase Superior do Capitalismo**. Campinas: Ed. Navegando, 2011.

MUNKLER, H. **Empires**. Cambridge: Ed. Polity Press, 2007.

ROSATO, S. The Flawed Logic of Democratic Peace Theory. **The American Political Science Review**: Cambridge University Press, Cambridge, v. 97, n. 4, p.585-602, nov. 2003.



PARTIGIANE COMBATTENTI: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA RESISTÊNCIA ITALIANA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Bárbara Manon Rodrigues Munhoz

Universidade La Salle

As mulheres na resistência italiana

Este trabalho busca apresentar, identificar e descrever a participação de mulheres na resistência italiana durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de verificar similaridades e diferenças entre o envolvimento de mulheres italianas e de mulheres soviéticas na Segunda Guerra Mundial. Aqui, uma distinção importante deve ser traçada: as primeiras lutaram em uma frente de resistência, as segundas, além de também performarem em posições de resistência, encontravam-se inseridas em uma estrutura institucional, ou seja, as forças armadas do Estado.

Em estudo anterior¹ foram examinadas as principais características da atuação das mulheres soviéticas durante a II Guerra Mundial, e como estas características podem ser condensadas em arquétipos de mulheres participando da guerra de forma ativa, semiativa, passiva ou até mesmo uma mescla entre elas. Estes arquétipos surgiram por meio da análise dos mitos dos “Guerreiros Justos” representando homens e das “Almas Bonitas” representando mulheres e de como estes mitos são utilizados para manter o *status quo* da posição social de homens como combatentes e de mulheres como pacíficas e pacificadoras. Inseridos neste mito estão os arquétipos denominados Poucas Ferozes e Muitas Não-Combatentes (ELSHTAIN, 1987), referente aos principais arquétipos que descrevem mulheres em contato com a guerra.

Com o intuito de aplicar estes arquétipos nas narrativas de guerra de mulheres soviéticas foi utilizado como referência a obra “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” (ALEKSIÉVITCH, 2016), texto no qual a autora entrevista mulheres soviéticas que tiveram envolvimento, direto e/ou indireto nos conflitos durante a invasão da Alemanha em território soviético na Segunda Guerra Mundial. A partir disso, foi analisado como os discursos das mulheres entrevistadas possuíam características dos dois principais arquétipos. No que se refere às Poucas Ferozes, os aspectos que as representam são o grupo ser de poucas mulheres, normalmente serem eclipsadas pela participação de homens na guerra e por mulheres em posições pacificadoras, exceção à regra e enfrentamento direto contra quem se opõe à participação na guerra, além disso são divididas em três grupos: regulares, terroristas e resistência e podem estar uniformizadas ou sem uniforme. Já as Muitas Não Combatentes são representadas por mulheres que garantem o *status quo* da mulher como pacífica e pacificadora, são mães - e podem ser identificadas e descritas como “mães agressivas” -, irmãs, esposas ou filhas de alguém, participam da guerra por meio de atividades tidas como “femininas” e, com a convocação dos homens à guerra, construíram um novo espaço de pertencimento nos setores públicos, antes tidos apenas como masculinos.

As mulheres soviéticas como Poucas Ferozes e Muitas Não Combatentes

Por meio da análise da teoria das Almas Bonitas/Guerreiros Justos foi possível relacionar as Poucas Ferozes e as Muitas Não Combatentes com as mulheres soviéticas que desempenharam diversos papéis durante a Segunda Guerra Mundial. Entre estes papéis, pôde-se observar as mulheres soviéticas como Poucas Ferozes, principalmente como grupos de resistência e grupos regulares. Na resistência estavam as partisans, que participavam dos conflitos da guerra por meio de ações como espionagem, entrega de panfletos, ataques a locais soviéticos invadidos por nazistas e outras atividades secundárias e irregulares que contribuíram para a expulsão dos alemães do território



da União Soviética.

Nos grupos regulares estavam as mulheres que participaram efetivamente das batalhas, pois se encontravam inseridas na malha estatal das forças armadas da União Soviética. A entrada delas no exército foi lenta, visto que no início da guerra homens militares não aceitavam com facilidade as diversas solicitações de mulheres para entrar nas forças armadas. Um dos motivos que impulsionou essas mulheres a desejar lutar na guerra foi a educação soviética, que ensinou, pregou e instigou que todos deveriam proteger a pátria e que isso era o mais importante. Então as mulheres soviéticas, assim como os homens, desejavam proteger sua terra e suas casa. A partir disso, é possível perceber como a insistência dessas mulheres garantir que próximo da derrota da Alemanha em território soviético e do fim da guerra, as soviéticas adentraram no exército em diversas posições, desde funções tidas como mais femininas, como enfermeiras e telefonistas, a funções até então estritamente masculinas, como franco-atiradoras, chefes de batalhão e batedoras.

Entre as mulheres em grupos regulares e em grupos de resistência ainda existe a diferença relacionada aos uniformes e de como o uniforme representa uma noção de pertencimento, legitimidade e ruptura de padrão. Diante disso, foi possível perceber uma diferenciação na questão de uniformes, do que Elshtain constatou e do que foi encontrado nas mulheres soviéticas: para Elshtain a diferença está em mulheres uniformizadas e mulheres vestidas de homem (*crossdressing*), enquanto as primeiras acabam se tornando uniformes, as segundas acabam se tornando surpresas e pontos de ruptura do inesperado. Já ao analisar os depoimentos em “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” foi possível perceber como a questão de uniformes se torna importante não apenas entre resistência e exército, mas também como uma problemática dentro do exército. Foram encontradas diversas narrativas em que mulheres abordam o fato de não se sentirem incluídas ou parte de seus batalhões por seus uniformes não serem servirem. Muitas utilizavam botas com tamanho maior do que seus pés, além de terem que adaptar algumas peças de roupa para que servissem como peças íntimas, por exemplo. Roupas e acessórios no tamanho correto foram entregues para as mulheres em campo apenas no final da guerra. Receber roupas femininas desempenhou um papel importante no que tange a ideia de pertencimento e reconhecimento dessas mulheres em serviço militar.

Em relação às Muitas Não Combatentes foi analisado a percepção de que algumas profissões, mesmo que pertencentes à guerra não eram violentas e por isso, tidas mais propícias e proporcionais para mulheres. Ao analisar relatos das mulheres soviéticas que foram enfermeiras do *front* durante a guerra, foi possível perceber que essas mulheres também estavam em constante estresse e em situações de violência e perigo. Muitas enfermeiras, embora sempre impelidas pela educação soviética e do desejo de proteger a pátria, possuíam uma noção romantizada da profissão - criadas principalmente por narrativas cinematográficas. Ir à guerra alterou de forma permanente a maneira como mulheres e homens enxergavam a realidade, antes idealizada, da guerra. As Mães Agressivas também fazem parte do arquétipo, As Muitas Não Combatente e, ao analisar os relatos na obra de Aleksiévitich referente à essas mulheres foram encontrados exemplos demonstrando que mesmo não indo aos campos de batalha ou fazendo parte da resistência, demonstravam sua aversão à invasão nazista em seu território e tomavam atitudes, mesmo que individuais, para proteger suas casas e à pátria. São denominadas Mães Agressivas pois usualmente são representadas por mães, avós ou tias que acompanharam a ida de seus familiares à guerra e permaneceram em casa e, ainda assim, resistem de alguma maneira.

Ao fim desta pesquisa foi possível perceber como os arquétipos apresentados por Elshtain podem ser encontrados e diluídos entre as mulheres soviéticas entrevistadas, principalmente nas narrativas de mulheres na guerra sendo lidas como não convencionais, definidas como temporárias, exceção à regra e como experiências “não naturais”. A forma como as Poucas Ferozes são mescladas em uma só personagem de guerra - o que traz invisibilidade para outras narrativas e experiências de mulheres na guerra também é um ponto relevante, visto que contribui para a perpetuação do *status quo* de mulheres pacificadores e pacíficas. A forma como as, Muitas Não Combatentes é romantizadas e lida como não violentas e não propagadoras de violência, mesmo estando inseridas neste meio



também contribui para o status quo, além de criar uma falsa realidade referente a forma como essas mulheres são recebidas e tratadas no período pós-guerra.

A análise da participação das *partisans* italianas

A partir da análise e da conclusão da participação das mulheres soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial, o questionamento referente a experiência das mulheres italianas que lutaram na resistência durante o mesmo período surgiu. O objetivo principal é identificar e analisar as similaridades e as diferenças entre a participação das mulheres nesta mesma guerra. As mulheres soviéticas e as mulheres italianas estão inseridas em uma mesma geografia - a Europa - no mesmo período histórico e contexto político: a Segunda Guerra Mundial, e com uma luta comum: e a luta antifascista. Além disso, estão representadas pelo mesmo recorte de gênero, embora sejam de nacionalidades e passado histórico diferentes.

Embora os dois grupos de mulheres apresentem similaridades, elas também possuem diferenças, principalmente no que tange a participação efetiva na guerra. Como salientado anteriormente, as mulheres soviéticas lutaram em duas frentes simultaneamente: em grupos de resistência e dentro de uma estrutura institucional, as Forças Armadas do Estado. Enquanto isso, a principal participação das mulheres italianas na guerra foi por meio de grupos de resistência (*partisans*). A partir disso, busca-se analisar se as diferentes posições destas mulheres alteram a forma como elas são vistas e inseridas nas narrativas da história da Segunda Guerra Mundial e de como isso pode contribuir para construção de uma memória política e coletiva da guerra. Em adição à esta análise, também serão aprofundadas as diferenças dos posicionamentos das resistências quanto à sua posição direta referente ao governo e ao status da guerra. Isso significa que enquanto as mulheres da resistência soviética num período pré-guerra utilizavam esse meio para realmente resistir e se posicionar contra o governo soviético, durante a guerra, estavam agindo junto ao posicionamento do governo quanto ao fascismo e ao nazismo que tentava invadir a região. Já as mulheres da resistência italiana no período pré-guerra também utilizam esse meio para se posicionar contra o governo italiano e, durante a guerra, permaneceram contra o governo e ao posicionamento do eixo, junto a Alemanha e o Japão.

Para analisar as diferenças das realidades entre as mulheres soviéticas e as mulheres italianas, será utilizado como base a obra de “Diário Partisan: a vida de uma mulher na Resistência Italiana”, de Aba Gobetti (2014), uma jornalista e líder antifascista que lutou na Resistência Italiana e documentou em forma de diário e memória sua participação a partir de setembro de 1943 até 28 de abril de 1945, data da execução de Benito Mussolini por parte da resistência partisan. Além da obra de relato da história oral como forma primária de análise e base para este trabalho, também será utilizado outras referências, como o livro “Opposing Fascism: Community, Authority and Resistance in Europe”, de Tim Kirk e Anthony McElligott, que aborda a participação das mulheres na resistência italiana acima de uma imagem das mulheres como santas e heroínas.

Ainda que se trate de uma pesquisa em desenvolvimento, é possível identificar conclusões preliminares, principalmente no que tange o grau de periculosidade das ações das mulheres na resistência em detrimento da posição delas contra o governo de forma direta. Embora não seja mensurável o nível de perigo que mulheres e homens enfrentam em situações de guerra e resistência, é possível perceber a diferença de perigo quando se trata de enfrentar não somente o inimigo que está do outro lado, mas também o seu próprio Estado, que acaba se tornando um inimigo dentro da própria pátria.

Além disso, é possível concluir preliminarmente como a participação das mulheres na resistência italiana alterou a forma como elas eram vistas no período imediato pós-guerra, seja positiva ou negativamente. Essa nova forma permanece até os dias atuais e modificou a trajetória da história dessas mulheres, além de contribuir, por meio da divulgação das narrativas de história oral, para alterar a história das mulheres na guerra e da sua participação como um todo em ambientes não só privados, mas de esferas públicas, garantindo maior integração, visibilidade e



reconhecimento destas mulheres e de outras como um todo.

Referências

ELSHTAIN, J. B. **Women and war**. New York: basic books, inc., publishers, 1987. p. 1-288

GOBETTI, A. **Partisan Diary: a Woman's Life in the Italian Resistance**. New York: Oxford University Press, 2014, 358p.

KIRK, T.; MCELLIGOTT, A. **Opposing Fascism: Community, Authority and Resistance in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, 260p

MUNHOZ, B. Narrativas silenciadas: Uma análise dos perfis e da participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial. In: Semana Científica da Unilasalle (SEFIC), XVI, 2019, Canoas, **Anais**. SEFIC, Canoas: Unilasalle, 2019. Disponível em: <<https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2019/article/view/1357/1589>>. Acesso em 30 de set. de 2020.



TELEDRAMATURGIA E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO HORÁRIO DAS NOVE DA GLOBO NOS ANOS 2000

Talles Garcia Santana

Universidade La Salle

Introdução

Segundo Martín-Bárbero (1997), a teledramaturgia é considerada o produto cultural de maior rentabilidade na televisão aberta na América Latina, sendo sua produção iniciada a partir da década de 50 e tendo Brasil e México como precursores e líderes nesse processo. É um produto que encontra presença garantida no audiovisual das principais emissoras latino-americanas e tem um caráter transnacional, à medida que um país importa a trama de outro e o produtor original encontra mercados não apenas nos países latinos, mas na Europa e na Ásia, principalmente. Dados de uma pesquisa da Zenith Optimedia de 2016, apontam que a TV Globo, a única empresa brasileira a figurar no *ranking* das maiores organizações de mídia do mundo, é a segunda maior produtora de telenovelas na América Latina, perdendo apenas para a Televisa do México que mantém no ar diariamente cinco produções inéditas, enquanto que a Globo mantém três novelas e um produto em formato de *soap opera american* que é “Malhação”, de mais longa duração e contabilizando até mais que trezentos episódios.

Segundo Fachel Leal (1983), é comum algumas pessoas encararem a novela como um produto de mera distração ou mesmo refutá-la como forma de não admitirem que consomem esse produto tão popularesco, risível, cheio de fantasias e de entrecos que sequer se aproximam da realidade, o que não lhe vem a imputar ainda mais a condição de cotidiana e presente nas vidas das pessoas, sobretudo no Brasil, onde faz tanto sucesso.

Ainda segundo Fachel Leal (1983), a novela cria tanto uma identidade cotidiana no telespectador que ele se vê capaz de vincular os horários de exibição aos seus ritos diários como a novela das oito/nove que representa a hora de reunir a família para o jantar ou mesmo a hora de pôr as crianças para dormir para a dona de casa, a mais assídua desse produto. Isso cria um elo de ligação abstrato forte que de certa forma impede que se perca o capítulo do dia tornando o telespectador fiel entendido do assunto. E os comentários tecidos sobre cada capítulo terão reflexo no cotidiano diário e no juízo de valores de cada um, sobre o que um personagem fez de errado, sobre suas escolhas, seus meios para atingir um fim, sobre um (a) vilão (ã) perverso (a) que não tem escrúpulos, sobre um romance, uma cena de beijo, uma cena de sexo, etc.

Na mesma perspectiva, a novela das oito/nove (até 2000 era exibida às 20:30 hs, passando às 21 hs depois desse período), na visão de Fachel Leal (1983), é o produto que mais gera receita, mais assistido, o que mais causa frisson, o de mais caro custo publicitário, o que mais provoca discussões, que cria mais moda e principalmente que mais molda comportamentos, ainda que estejamos no clímax da era da internet e das redes sociais.

Sabendo que a novela é capaz de criar uma identidade cotidiana no telespectador e é capaz de moldar comportamentos, é interessante discutir como esse produto discute a diversidade sexual e de gênero, uma vez que na visão de Connell e Pearse (2015, p. 25), “o gênero é uma dimensão central da vida pessoal, das relações sociais e da cultura, uma arena em que enfrentamos questões práticas difíceis no que diz respeito à justiça, à identidade e até à sobrevivência”.

Nesse sentido, esse resumo expandido se propõe essencialmente a discutir e a evidenciar como esse produto cultural tão famoso, difundido e cotidiano na vida dos brasileiros, enxerga as questões de diversidade e de gênero especialmente na telenovela do horário das oito/nove da TV Globo dos anos 2000 em diante, sendo trinta e três



produções elegíveis e filtradas as que realmente discutiram e abordaram nas suas narrativas concretas o assunto.

A metodologia para análise baseia-se em dados documentais e bibliográficos contidos em livros, artigos e em sites dedicados a memória da teledramaturgia nacional como meio para responder à questão central proposta.

Compreendendo a diversidade sexual e de gênero

Segundo Connell e Pearse (2015), o gênero pode ser percebido como algo dado, pois um homem é identificado como homem pela sua forma de vestir assim como uma mulher, os casamentos convencionais demonstram isso com clareza, fazendo com que esses arranjos familiares pareçam naturais e quando algo destoia dessa “naturalidade”, escandaliza, choca, vira objeto de discussão, levando a crer que a homossexualidade, por exemplo, seja vista como algo ruim muitas vezes.

Connell e Pearse (2015) entendem que é a identidade que inclui nossas ideias sobre pertencimento e ela não vem pronta no recém-nascido como se fosse algo biologicamente constituído e sim se desenvolve e vai sendo detalhada ao longo dos anos num processo formativo. Nesse sentido, o desenvolvimento da identidade de gênero em algumas situações resulta em um padrão intermediário ou mesmo nitidamente contraditório como é o caso dos transgêneros ou dos *queers*, por exemplo.

A maioria das discussões sobre gênero na sociedade enfatiza uma dicotomia, isto porque é comum definir-se gênero pela concepção biológica do ser – homem ou mulher – e também pelas diferenças culturais características, o que exclui veementemente as reais diferenças entre homem e mulher no tocante ao gênero e provoca a reflexão de que é preciso compreender gênero como “uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam” e não somente pelos padrões culturais expressados nas diferenças corporais (CONNELL, PEARSE, 2015).

Por fim, Connell e Pearse (2015, p. 84) entendem que “as diferenças de gênero operam em muitas esferas que não são tipicamente rotuladas como questões de gênero”, uma vez que a abordagem das diferenças requer considerar bem mais que as simples diferenças corporais ou categóricas do ser humano. É preciso compreender que existem relações, fronteiras, práticas, identidades e imagens ativamente criadas em processos sociais que passam a existir em “circunstâncias históricas bastante particulares que moldam a vida das pessoas de maneira profunda e igualmente contraditória sujeitas a mudanças e lutas históricas”.

Memória e cotidiano

Segundo Baldissera (2006), a questão da identificação de um indivíduo numa sociedade em que está inserido passa por uma ideia de imagem-conceito, algo simbólico e construído notoriamente pelo contato com o outro ou pela alteridade, o que leva a crer que o indivíduo busca um contexto para se identificar e para construir sua cotidianidade.

Sabendo disso, a ideia defendida por Halbwachs (2006) de que a memória é um processo socialmente construído encontra sentido e se exemplifica pelo cotidiano onde necessariamente passam as relações sociais e os hábitos diários, como, por exemplo, assistir novela. Mais que sentido, a teoria de Halbwachs se complementa com a ideia de Assmann (2011) que entende que a memória do indivíduo está fortemente ligada ao cotidiano onde se fazem vitais os sentimentos como amor e ódio, intensificando o processo de construção de memória e vinculando-a com fatos marcantes e que lhes despertaram esses sentimentos tão fortes.

Nessa mesma linha, Gondar (2005) afirma que “a memória é tecida pelos nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir”, explicando perfeitamente a questão do vínculo que o telespectador cria com determinados produtos de teledramaturgia e os armazena em sua memória individual, refutando o esquecimento



e permeando o imaginário além do encerramento da narrativa apresentada durante a exibição.

O próprio Ricoeur (2007) contribui com essa perspectiva uma vez que entende que por mais que individualmente uma determinada novela possa cair no esquecimento, os rastros da discussão proposta quando profundos deixam marcas constituídas nos afetos das pessoas e essas tendem a ser duradouras e aflorar ao consciente através de associações de ideias e da memória involuntária que se organiza ao nível do subconsciente.

Entretanto, Heller (2016) alerta que o cotidiano se apresenta cercado de obscuridades, como o preconceito que se medulariza na estrutura social e se cristaliza quanto mais alienada for a sociedade em questão e tamanha for a circunstância. E esse preconceito encontra-se acima da cotidianidade e influencia diretamente no comportamento e na aceitação do indivíduo a determinadas apresentações que lhe são imputadas.

As questões sexuais e de gênero na teledramaturgia

Nos últimos vinte anos, a TV Globo produziu para o horário das oito/nove (mais das nove desde o ano 2000) trinta e três novelas, sendo que destas, dezoito não abordaram questões de diversidade sexual e de gênero ou mesmo apresentaram mas sem nenhuma profundidade ou debate relevante, ainda que abordassem outros temas tão polêmicos e de ampla repercussão como “Laços de Família” (2000-2001) que com merchandising social em torno da doação de medula, conseguiu fazer aumentar as doações em 4.400% segundo o Portal Teledramaturgia mantido pelo pesquisador Nilson Xavier. Restadas quinze produções, promove-se uma análise resumida de como se deram as abordagens nessas telenovelas com base em consultas nos portais Memória Globo e Portal Teledramaturgia na internet.

Em 2003, a novela “Mulheres Apaixonadas” de Manoel Carlos trouxe Clara e Rafaela, duas adolescentes de famílias de classe média-alta do Rio que começam a se relacionar afetivamente transcendendo a amizade colegial a contragosto dos pais de Clara e alimentando o preconceito da personagem Paulinha.

Em 2004, a novela “Senhora do Destino” de Aguinaldo Silva abordou o relacionamento lésbico de Eleonora e Jeniffer a contragosto do pai da última e desconfiança e indiferença do pai da primeira.

Em 2005, Glória Perez, na novela “América”, trouxe a história de Júnior, filho de uma importante pecuarista de interior, que se envolve com um dos peões, contrariando os sonhos da mãe e imaginários heteronormativo de filho macho e fazendeiro herdeiro. O beijo dos dois não foi exibido por decisão da emissora, mas chegou a ser gravado.

Na novela “Duas Caras” de 2007, de Aguinaldo Silva, Bernardinho é afeminado, delicado, diferente dos irmãos e do pai machistas. Sofre nas mãos da madrasta, é expulso de casa e espancado pelos irmãos quando descobrem seu envolvimento com outro homem. Porém se descobre bissexual quando se envolve com Dália, uma ex-viciada, e protagoniza uma espécie de triângulo com Heraldo que se vê envolvido com Dália também.

Em 2008, João Emanuel Carneiro em “A Favorita” abordou duas tramas em sua narrativa. Uma foi a de Orlandinho, um homossexual reprimido que assume uma relação de fachada e a outra de Catarina, mulher oprimida e vítima de violência doméstica que, traumatizada das relações heteroafetivas, assume um relacionamento com uma mulher declaradamente lésbica.

Em 2011, a novela “Insensato Coração”, de Gilberto Braga e Ricardo Linhares, fez três abordagens sobre diversidade sexual e de gênero, sendo que a mais marcante fora no tocante a homofobia e violência do personagem Vinícius que chega a assassinar, junto com uma gangue, um jovem assumidamente gay, na praia. No mesmo ano, a novela “Fina Estampa” aborda em tom menos carregado e mais caricato o assunto com o personagem Crô, mais estereotipado e sem um relacionamento afetivo explícito.



O ano de 2014 marcaria a exibição do mais aguardado beijo gay explícito em novelas das nove (apesar de outras ocorrências em emissoras e horários distintos, mas sem nenhuma ressonância). Em “Amor à Vida” de Walcyr Carrasco, estreando no horário após sucessivas tramas bem-sucedidas nos horários das seis e das sete, trouxe o personagem Félix que beija o personagem Niko e selam a sua união, após o último ter tido um relacionamento fracassado com o bissexual Eron e ter concebido um filho com uma barriga solidária feminina. Félix era caricato, inicia como vilão e se redime, mas marca a trama pelos bordões e pelo seu drama em ser oprimido por um pai machista que o obriga a casar com uma mulher. O beijo deu recorde de audiência para o último capítulo segundo o Portal Teledramaturgia no ano de 2014.

Ainda em 2014, Manoel Carlos, um autor conhecido pela sua forma de narrar o cotidiano, traz, na novela “Em Família”, o drama de Clara, casada com Cadu, mas que se descobre apaixonada por Marina, separando-se do marido e assumindo um relacionamento estável com a última. A novela exibiu o beijo lésbico das duas e mostrou as duas celebrando a união estável em cartório um ano depois do CNJ exigir o cumprimento da decisão do STF de 2011.

Também em 2014, a novela “Império” de Aguinaldo Silva, abordou três histórias na narrativa. Xana Summer, um homem *cross-dresser* (vestia-se como mulher, mas não era homossexual); Cláudio Bolgari, um marido e chefe de família, bissexual com um relacionamento extraconjugal com Leonardo, a quem sustentava, passando a ser rejeitado pelo filho e apoiado pela esposa, curiosamente; e Téo Pereira, um jornalista, homossexual, caricato, propenso a trejeitos e histrionismos.

Em 2015, Gilberto Braga e outros autores juntos trouxeram em “Babilônia” o primeiro beijo lésbico na terceira idade com duas atrizes consagradas do teatro, Fernanda Montenegro e Nathália Thimberg, já nos primeiros capítulos. A repercussão à época soou negativa num momento em que o Brasil atravessava uma profunda crise política e uma ascensão da direita conservadora nos espaços de poder protagonizando um novo discurso moralista atingindo o telespectador.

Em 2017, “A Força do Querer” de Glória Perez, um enorme sucesso de público e crítica, trouxe o drama de Ivana que nasceu mulher, mas não se identifica com o sexo. Sofreu com a rejeição da mãe Joyce e do pai indiferente Eugênio. Filha única, modelo de princesa da mãe e do pai, passa a viver um drama pela busca da sua verdadeira identidade de gênero até fazer pequenos procedimentos cirúrgicos e médicos como a retirada dos seios e os tratamentos hormonais. Nos capítulos finais ainda sofre um espancamento numa rua pública.

No mesmo ano, Walcyr Carrasco traz em “O Outro Lado do Paraíso” o personagem Samuel, médico, oprimido pela mãe e pela sociedade, que se casa, mas é descoberto por todos. A novela, ainda que de forma mais rasa, levanta a questão da existência ou não de uma “cura gay”.

Em 2018, João Emanuel Carneiro aborda em “Segundo Sol” o drama de Maura, uma policial civil que se interessa pela vizinha Selma. Selma é casada enquanto se relaciona secretamente com Maura e ao enviuar assumem o relacionamento. O pai de Maura é machista, violento e expulsa a filha de casa. Maura ainda convive com o assédio do delegado de polícia, colega de trabalho e se apaixona por Ionan quando este se candidata a pai do filho que as parceiras desejam ter.

Por fim, em 2019, mesmo em meio a controvérsias e inverossimilhanças, Walcyr Carrasco traz em “A Dona do Pedaço” um personagem transexual interpretado por uma atriz transexual, Glamour Garcia. Na trama, Britney nasceu Rarisson e, após um tempo longe da família, retorna mulher transexual. Se apaixona por Abel, um confeitoiro português cheio de amor e carregado de preconceitos sem saber que se trata de uma transexual. Sofre preconceitos na empresa por parte da chefe, Fabiana, criada num convento e repleta de preconceitos e ideais religiosos, sendo obrigada a usar seu nome verdadeiro, usar roupas masculinas e usar o sanitário masculino da fábrica, se rebelando contra isso.



Considerações finais

Analisadas as telenovelas selecionadas, ainda que de forma sintética e sem muita profundidade, foi possível constatar que a produção teledramatúrgica brasileira dos últimos vinte anos dedica relevante interesse na discussão pelas questões de diversidade sexual e de gênero.

Entretanto, algumas mais se propuseram a condicionar a existência da diversidade sexual e de gênero a estereótipos fáceis e caricatos para conferir certa animação aos textos ou mesmo para que ficassem fincados na memória do telespectador pelas personalidades marcantes e histriônicas como o caso dos personagens Crô, Téo Pereira e Félix.

Por outro lado, algumas narrativas se colocaram a serviço de discutir de forma responsável e mais voltada ao realismo cotidiano como no caso da personagem Ivana de “A Força do Querer”, da união estável jurídica de Clara e Marina de “Em Família” ou mesmo como a discussão sobre a violência urbana a que os LGBTQIA+ estão submetidos diariamente tratada na novela “Insensato Coração”.

Em termos de memória do telespectador, é inegável que algumas discussões ficaram na recordação e no imaginário, sendo até hoje lembrados como o caso do personagem Félix e o beijo gay aberto exibido no último capítulo de “Amor à Vida”. Porém, o preconceito ainda é velado, presente e se manifesta com alguma intensidade na cotidianidade do brasileiro, o que será mais bem abordado na pesquisa que resultará em dissertação na conclusão do mestrado em Memória Social e Bens Culturais.

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011
- BALDISSERA, R. Comunicação, identificações e imagem-conceito. In: **Anais**. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero uma perspectiva global**: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. 3 ed. São Paulo: nVersos, 2015.
- FACHEL LEAL, O. A leitura social da novela das oito. **Dissertação**. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) 167 p. UFRGS, 1983.
- GONDAR, J. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, J; DODEBEI, V. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- PORTAL MEMÓRIA GLOBO. Site mantido pelo Grupo Globo na Internet. Disponível em: <memoria.globo.com>. Acesso em 7 set. 2020.
- PORTAL TELEDRAMATURGIA. Site idealizado e mantido por Nilson Xavier. Disponível em: <www.teledramaturgia.com.br>. Acesso em 7 set. 2020.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: editora Unicamp, 2007.

RACISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA RESOLUÇÃO 3379 DA ONU

Joice da Silva Ferreira

Universidade La Salle

Introdução

O estudo apresenta uma análise sobre o racismo nas Relações Internacionais por meio do exame da Resolução 3379 de 1975, que equiparou o sionismo - movimento nacionalista judaico - ao racismo. O objetivo geral consiste em mapear, descrever e analisar as conjunturas políticas internacionais que possibilitaram a aprovação dessa resolução, em 1975, e sua subsequente anulação, em 1991, com o intuito de compreender como o racismo e o discurso sobre o racismo estrutura e condiciona as Relações Internacionais. A Resolução 3379, aprovada em 10 de novembro de 1975, é oriunda da trigésima Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Em 16 de dezembro de 1991, a Resolução 3379 foi anulada por meio da Resolução 4686 que, capitaneada por George W. H. Bush, então presidente dos EUA, condenava o posicionamento da comunidade internacional de “igualar o sionismo ao pecado imperdoável do holocausto”.

A hipótese desta pesquisa afirma que as Resoluções 3379 e 4686 serviram como ferramentas ideológicas de manipulação diplomáticas exercidas por grandes potências ocidentais em regiões consideradas não civilizadas - manipulando, sobretudo, as regiões africanas e asiáticas. A partir deste recorte, onde constata-se a condenação (1975) e a revogação (1991) da compreensão de que a conduta sionista praticada pelo Estado de Israel equivalia a formas de discriminação racial, proponho uma análise de conjuntura histórica que busca identificar as condições ideológicas e políticas que se formaram ao redor do tema do sionismo e que permitiram a aprovação e a anulação da Resolução 3379, bem como pretendo investigar, a partir da análise qualitativa de documentos oficiais referentes às Assembleias Gerais entre os anos de 1975 e 1991, as dinâmicas de dominação ocidental exercidas no período de análise. Percebeu-se, então, a inevitabilidade de incorporar não somente as construções científicas a respeito das questões raciais, identitárias e ideológicas na formação da política internacional, mas também de fazer a intersecção desses temas com o período da Guerra Fria. Em outros termos, investiga-se a influência do referido período nas problemáticas raciais, identitárias e ideológicas.

Assim, a presente pesquisa objetiva encontrar evidências históricas que corroborem e confirmem a hipótese apresentada, bem como sejam capazes de confirmar, igualmente, a percepção de que questões raciais, identitárias e ideológicas foram, por um longo período, descartadas do núcleo das produções científicas dentro das Relações Internacionais.

Do racismo, da construção do campo das relações internacionais e da criação de uma agenda anti racista

É passada a hora de criar e guiar debates dentro do campo das Relações Internacionais que não surjam, em sua maioria, do ocidente; sobretudo aqueles produzidos por homens brancos em situação social e política privilegiada. Devemos compreender que a questão racial não deve ser vista única e exclusivamente como uma das possíveis abordagens das relações internacionais enquanto disciplina, mas como ponto central para a compreensão da organização e da hierarquização dos sistemas políticos (ZVOGBO; LOKEN, 2020).

A fim de convergir as questões raciais junto à evidência histórica de discriminação racial percebida a partir da aprovação e da anulação da Resolução 3379 no âmbito da Organização das Nações Unidas, compreende-se o período



da Guerra Fria como principal recorte à análise de conjuntura histórica, contribuindo para a identificação de doutrinas e discursos racistas que criaram raízes profundas na construção do campo no decorrer do século XX. Da mesma forma, compreende-se o período da Guerra Fria como um dos principais elementos na formação do momento político que possibilitou a catalisação de movimentos pró-independência e autodeterminação dos povos submetidos à colonização ocidental, período caracterizado - para além da polarização internacional - por lutas violentas em favor da liberdade e contra o *status quo* que fragmentava o globo entre Norte e Sul, sistematicamente dividido entre brancos e não brancos (DU BOIS, 1903). Assim, o que se observa neste texto são as circunstâncias políticas que possibilitaram a ascensão dessas lutas pela liberdade dentro do Sistema Internacional, capazes de romper o padrão colonialista e imperialista do século XX até meados dos anos 1950. No entanto, isso não significa dizer que os atores coloniais do período foram intrinsecamente favoráveis à liberdade dos povos colonizados, mas sim que as circunstâncias políticas do período possibilitaram tal realidade. Não obstante, conforme pontuado na introdução deste resumo, ainda que se reconheça a importância dos movimentos em favor da liberdade e as suas árduas lutas pela autodeterminação dos povos, as problemáticas raciais foram excluídas dos centros de análises históricas e dos debates de Relações Internacionais por um longo período que durou, vagarosamente, até o início dos anos 1960, quando é possível observar a ascensão de produções que buscavam dar suporte científico à autodeterminação dos povos. No entanto, o fato de negar ou não deliberar sobre as questões raciais como tema capaz de moldar papéis e hierarquizar os diferentes povos dentro do Sistema Internacional não quer dizer que a questão não estruturou, ainda que de forma subliminar, as políticas ideológicas e materiais no que tange às formas de organização social (SEYMOUR, 2015).

Para Du Bois (1903), ainda que enfrentemos essa ausência de debates sobre as questões raciais dentro do campo das Relações Internacionais, devemos observar que a imensa maioria dos grandes conflitos mundiais se deram por conta do desejo de dividir, ocupar e colonizar os espaços tidos como vazios - ordinariamente territórios africanos e asiáticos - pelos colonizadores brancos. Em outras palavras, a grande questão do século XX, para o autor, foi a divisão dos povos pela linha de cor global, isto é, a segmentação das etnias não brancas na África, na Ásia e nas Américas criou um vínculo impiedoso com a questão da colonização e da exploração de povos nessas regiões (DU BOIS, 1940). Neste sentido, cabe destacar o trabalho de Du Bois não somente em suas contribuições acerca da divisão do mundo pela linha de cor global, mas também pelo seu esforço em criar uma agenda de pesquisa sobre o tema dentro do campo das Relações Internacionais. Ainda, para o autor, a história dos séculos XIX e XX revela não somente as operações escravagistas e deploráveis dos territórios colonizados durante o período, mas também como a linha de cor global foi constituída por meio de uma combinação multidisciplinar entre as dimensões geográficas, políticas, econômicas, psicológicas e sociais (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015). Seguindo essa percepção, compreende-se que as “construções predominantes acerca das questões raciais delinearão as abordagens e as perspectivas da política internacional, assim como ajudaram a manter e a reproduzir um sistema global profundamente injusto e estratificado” (BELL, 2013, p. 2 apud, ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015).

Conforme sugerido nos trechos acima, faz-se necessário trocar as lentes que analisam os grandes períodos históricos entre os séculos XIX e XX, assim como cabe empregar maior atenção ao caráter interdisciplinar do campo das Relações Internacionais. Ainda, compreende-se que mesmo sendo expurgada até o limite das construções convencionais no campo das Relações Internacionais, as questões raciais permanecem sendo relevantes, haja vista que continuam a estruturar e a hierarquizar as políticas de organização mundial.

Terceiro mundismo e o movimento dos não-alinhados

A Conferência de Bandung, que aconteceu em 1955, marca o momento em que os países associados ao Terceiro Mundo - países subdesenvolvidos - decidem ingressar na arena internacional, autodeterminados como Movimento dos Não-Alinhados. O momento é profundamente marcado pela necessidade desses países de conquistarem a sua autodeterminação, independência e participação no Sistema Internacional como atores reconhecidamente

soberanos, capazes de atuar, sem intervenção externa, nas principais deliberações dentro do Sistema Internacional.

A importância de escrever e incorporar sobre o movimento dos não-alinhados se dá, sobretudo, pela contribuição desses países na formação de uma oposição contra as duas ideologias dominantes durante o período da Guerra Fria - capitalismo e socialismo. Estados novos que recém haviam conquistado a sua independência após anos de colonização, imperialismo e exploração das mais distintas formas, e que não se identificavam com nem uma das ideologias dominantes, forçando-os a criarem o seu próprio espaço de atuação dentro do Sistema Internacional. É este movimento que deu força, ainda que não tenha sobrevivido ao século XX, para a identificação de que o que acontecia na região da palestina - e em outras partes do Norte e Sul da África e da Ásia - deveria ser considerado crime, não sendo passíveis de tolerância à comunidade internacional.

Muito mais do que ilustrativo ou simbólico, o alinhamento desses Estados mostra a força daqueles que tinham o objetivo comum de não sucumbir diante das duas forças que polarizaram o período, articulando formas de apoio mútuo para obtenção da independência daqueles ainda submetidos a processos de colonização (como aconteceu na Argélia, por exemplo, que contou com um massivo apoio do Movimento dos Não-Alinhados) e criando formas alternativas para o desenvolvimento econômico e social das regiões devastadas pela exploração ocidental, que agora se viam livres de seus exploradores, sem apoio da comunidade internacional, uma vez que agora eram livres e precisavam conquistar o seu espaço como atores reconhecidamente soberanos.

Entre as resoluções

Em 29 de novembro de 1947, por meio da Segunda Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovou-se a Resolução 181, que desenhou o Plano de Partida da Palestina e preveu a divisão da região em dois Estados, um árabe (Estado da Palestina) e um judeu (Estado de Israel), assim como a co-habitação mútua na área de interesse de ambos os lados, pressupondo um regime internacional especial para a cidade de Jerusalém, coordenado pela ONU e que seria vigente por até dez anos, a contar a partir de 01 de outubro de 1948.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o sentimento de criar um lar para os judeus submetidos ao terror do holocausto pairou sobre a Sociedade Internacional. Ainda que frequentemente associemos a intenção de criação de um Estado judeu somente após a aprovação da Resolução 181 que, após aprovada, estabeleceu a criação do Estado de Israel, em 1947, já era possível perceber uma moção que, ainda em 1922, buscava o estabelecimento de um Estado judeu na região da Cisjordânia. A Declaração de Balfour² torna público o sentimento do Reino Unido - que mantinha o protetorado britânico na Palestina -, conduzido pelo Secretário Britânico de Assuntos Estrangeiros, Arthur Balfour, de estabelecer um modelo de colonização Sionista no Estado da Palestina que daria início ao Estado nacional judeu. Requerida pelo poder mandatário da Palestina - Império Britânico -, a Assembleia Geral que deu origem à Resolução 181 foi convocada por meio de um comitê ad hoc³, chamado de Comitê Especial das Nações Unidas para as Questões da Palestina, a fim de discutirem demandas sobre o futuro Estado da Palestina, que resultou na anexação de parte do território palestino destinado aos judeus que migravam da Europa para o Oriente Médio, dividindo o território em dois Estados, um árabe e um judeu.

Em síntese, a Resolução 181, marca o desejo de criar, apressadamente, um Estado para os judeus, prometendo-lhes a partilha da região considerada sagrada tanto para judeus quanto para árabes. No entanto, o fato é que não podemos reduzir a criação do Estado de Israel somente ao desejo de satisfazer as vontades religiosas do Estado de

2 Carta enviada por Arthur Balfour, em 1917, ao líder da comunidade judaica do Reino Unido, Barão Rothschild, onde o Balfour prometia facilitar a criação de um Estado Judeu Nacional na Palestina, caso o Império Otomano fosse derrotado, abrindo espaço para as dominações europeias na região do Norte e Sul da África e da Ásia.

3 Tribunais Temporários, criados para a discussão de assuntos e casos específicos que são compreendidos como urgentes em resposta a fatos. Também chamados de Tribunais de Exceção ou *post facto*.

Israel. Devemos compreender, então, que as discussões e decisões acerca da partilha da Palestina foram guiadas pelos interesses comuns das sociedades ocidentais que exerciam poder na região, resultando em estratégias geopolíticas, fronteiriças e ideológicas que ajudam a compreender que a partilha da Palestina - assim como o conflito israelo-palestino - não se reduz única e exclusivamente à oposição religiosa.

A Resolução 3379, aprovada em 1975, é oriunda da trigésima Assembleia Geral das Nações Unidas, que resolveu que o sionismo - movimento nacionalista judaico - equivalia à formas de discriminação racial. Sendo aprovada com 72 votos a favor, 35 votos contra e 32 votos de abstenção.

O alto número de abstenções durante a votação da Resolução 3379 ilustra o receio de alguns atores em assumir uma posição no Sistema Internacional polarizado, isto é, existia o temor de sofrer com o constrangimento internacional advindo da tomada de decisão em um tema tão polêmico e sensível à época. Esse receio foi influenciado, majoritariamente, pelo medo de concordar com a ideia de que o Sionismo praticado pelo Estado de Israel, e endossado pelos Estados Unidos da América, deveria ser condenado e igualado crimes de discriminação racial ou genocidas (ex.: Holocausto), uma vez que o texto da Resolução 3379 abria margem para interpretações distintas, uma vez que o texto sucinto “determinava que o Sionismo era uma forma de racismo e discriminação racial”.

Desde a adoção da Resolução 3379, o Estado de Israel nutria um sentimento de revolta contra as organizações internacionais, sobretudo a Organização das Nações Unidas, alegando que a organização era pautada em uma “moralidade seletiva a respeito dos direitos humanos” e que era possível perceber, no âmbito da Organização das Nações Unidas, “referências hostis sobre o Sionismo”.

Todavia, o que se percebe é que mesmo o Estado de Israel não tolerando a aprovação da Resolução 3379, a mesma serviu como uma espécie de “pano quente” sobre o conflito entre israelenses e palestinos, uma vez que é possível observar a queda na anexação dos territórios palestinos ao Estado de Israel durante o período que dura até 1994, após a revogação da Resolução 3379 em 1991.

Conclusão

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, as conclusões e percepções sobre o estudo são preliminares. Todavia, é possível apontar algumas assimilações que lançam luz sobre a questão pesquisada.

A primeira conclusão importante para o tema é que o período da Guerra Fria teve profundas influências sobre a formação do Movimento dos Não-Alinhados, uma vez que nem o socialismo e nem o capitalismo eram ideologicamente satisfatórios para as potências recém independentes que começavam a emergir, forçando-as a criarem o seu próprio espaço dentro do Sistema Internacional. Neste sentido, é possível observar, também, que a Guerra Fria pode ser lida como um período profundamente marcado pela guerra de influências dentro do Sistema Internacional, mas que, em alguma medida, não conseguiu cativar as potências decolonizadas.

Devemos compreender, também, que a questão racial não deve ser vista única e exclusivamente como uma das possíveis abordagens das relações Internacionais enquanto disciplina, mas também como ponto central para a compreensão da organização e hierarquização dos sistemas políticos.

Também observamos que a posição dos países do Terceiro Mundismo em buscar suportar a independência e a autodeterminação dos povos de uma forma autônoma, isto é, sem a interferência de agentes externos, possibilitou que a Resolução 3379 fosse aprovada em 1975, e que a sua queda no final dos anos de 1980 contribuíram para a nova ordem internacional, onde o Sionismo não era mais reconhecido, a partir da anulação da Resolução 3379, como uma forma de racismo e discriminação racial.



Referências

ALEXANDER, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAN, R. **Race and racism in international relations: Confronting the global colour line**. Abingdon: Routledge, 2015.

AMERICAN JEWISH YEAR BOOK. UN Resolution on Zionism. 1977. Disponível em: <<https://www.bjpa.org/content/upload/bjpa/77re/77resolution.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

BOIS, W. E. B. Du. **The souls of Black Folk**. Chicago: Candace Ward, 1994.

SAID, E. **A questão da Palestina**. Ed. Unesp, 2012. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

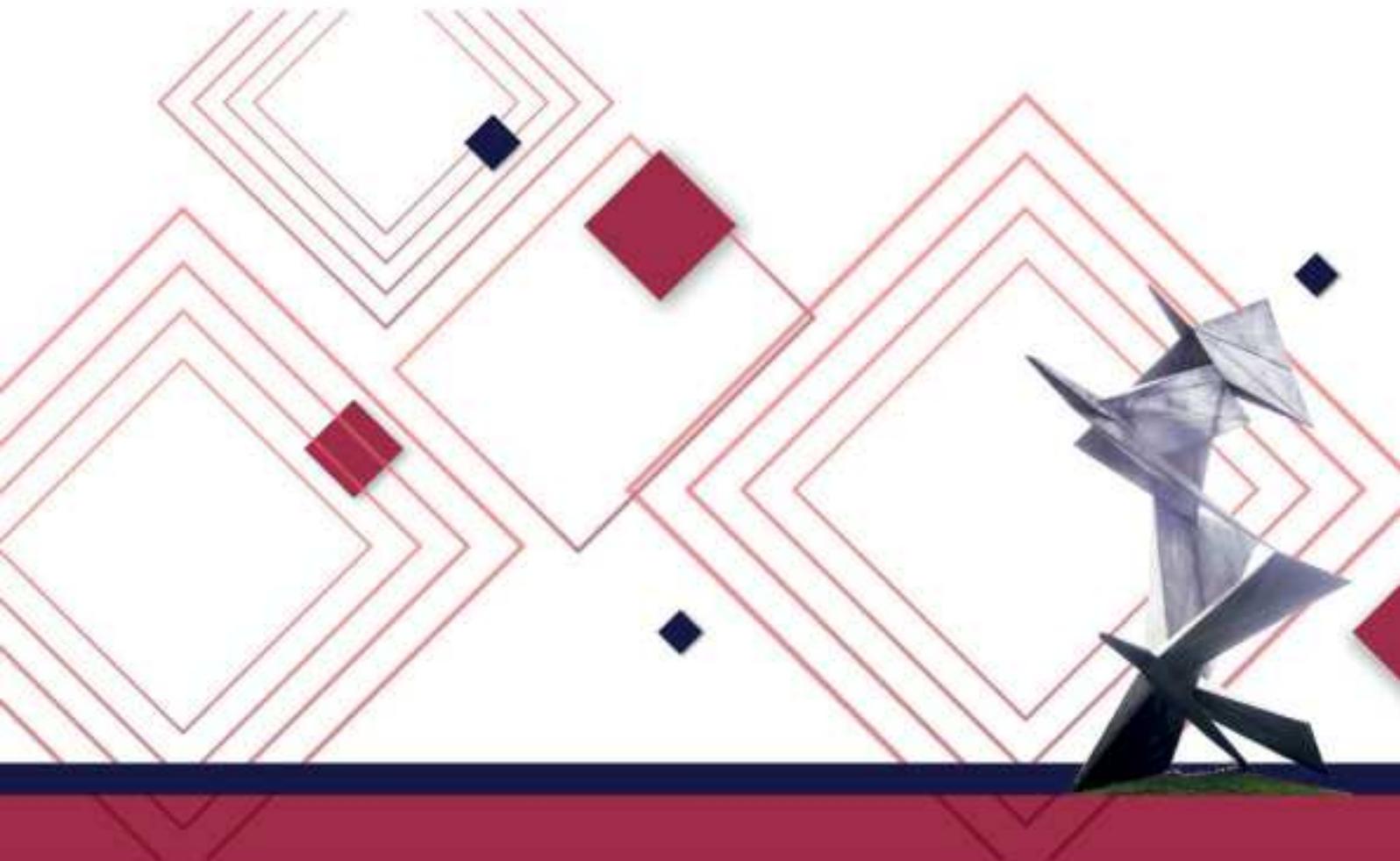
SAID, E. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

UNITED NATIONS. Resolution Adopted on the Report of the AD HOC Committee on the Palestinian Question. 1948. Disponível em: <[https://undocs.org/A/RES/181\(II\)](https://undocs.org/A/RES/181(II))>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

UNITED NATIONS. 3379 (XXX). Elimination of all forms of racial discrimination. 1975. Disponível em: <<https://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/761C1063530766A7052566A2005B74D1>>. Acesso em: 26 de março de 2020.



GT 8



TRADIÇÃO E HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DAS SANTIDADES DE UM EREMITA E UMA CRUZ NO NORTE PERUANO ¹

Alexandre Karsburg

Autônomo

Introdução

Uma fonte de “água benta” é um dos motivos que faz com que milhares de pessoas subam uma montanha que fica localizada no norte peruano, na cidade de Motupe.² A água da fonte é um alívio após horas de caminhada, incentivo para que os peregrinos continuem até atingir o objetivo final, que é chegar à gruta onde repousa uma cruz de madeira: a Santíssima Cruz de Chalpón.³ Tal símbolo religioso é reverenciado há mais de cento e cinquenta anos na região, fazendo com que a Festa a Santíssima Cruz seja uma das mais importantes em todo o Peru.

O interesse por escrever a respeito desta festa, muito conhecida no Peru, mas praticamente ignorada fora do país, nasceu a partir de minha participação como consultor histórico para a produção de um documentário sobre as inúmeras devoções existentes nas três Américas que se originaram das pregações religiosas de um eremita italiano chamado *Giovanni Maria de Agostini* (1801-1869).⁴ Este indivíduo, conhecido no sul do Brasil como monge João Maria, havia percorrido a totalidade do continente americano no século XIX. Assim, sabendo que uma das tantas paradas que este eremita fez ao longo de sua jornada havia sido em Motupe – por provas documentais que adiante apresentarei –, partimos, então, para o Peru a fim de registrar, por fotos e vídeos, as manifestações de fé a Santíssima Cruz de Chalpón.⁵

O método que utilizei nesta pesquisa foi o de observador participante, ou seja, fiz os mesmos caminhos dos peregrinos, frequentando os mesmos espaços, participando das procissões e conversando com quem queria dialogar. Enquanto a equipe filmava e fazia as entrevistas, eu anotava em um caderno as minhas impressões sobre o que via e ouvia, atento aos depoentes, aos depoimentos e ao contexto geral que nos cercava. Para complementar, visitei arquivos e bibliotecas a fim de pesquisar documentos e adquirir livros. Como chave interpretativa para analisar o material e escrever, inspirei-me na obra de Carlos Alberto Steil (1996), bem como utilizei outros autores que discutem como a memória e a tradição oral podem ser tomadas como objetos da história.⁶

-
- 1 Uma versão ampliada deste texto foi recentemente publicada na Revista Brasileira de História das Religiões sob o título: “Tradição e história de uma devoção católica no norte peruano: Santíssima Cruz de Chalpón” (KARSBURG, 2020). Para a presente versão retirei todas as fotografias, bem como resumi muito o texto.
 - 2 Motupe está localizada a oitocentos e cinquenta quilômetros ao norte de Lima, capital do Peru. O município fica em região semiárida, com baixíssima frequência de chuvas.
 - 3 Chalpón é o nome da montanha (quase dois mil metros de altura) onde fica a gruta com a cruz em seu interior.
 - 4 A produtora de cinema Plural Filmes, por meio de verba proveniente de um edital da Fundação Catarinense de Cultura, estava para iniciar a realização do documentário quando a diretora, Márcia Paraíso, entrou em contato comigo para participar como consultor histórico.
 - 5 O longa-metragem tem por título: “A Maravilha do Século: a incrível jornada de Giovanni Maria de Agostini pelas Américas no século 19”. Ele foi lançado em diversos locais do Brasil no ano de 2019.
 - 6 A discussão sobre memória, tradição oral e história é, de fato, bastante ampla, como prova o artigo de Ângelo e Siqueira (2018), cuja análise é feita dentro da perspectiva do Patrimônio Cultural. Porém, como esse não é o foco central do presente artigo, indico aqueles que me serviram para pensar o material empírico: Meneses (1992), Pollak (1992), Nora (1993), Meneses (2018), Mauad (2018).

A festa da Santíssima Cruz de Chalpón

Comemorada na primeira semana de agosto, talvez a festa a Santíssima Cruz de Chalpón, em Motupe, seja uma das poucas no mundo em que se exalte a Santa Cruz fora do mês de setembro.⁷ São milhares de pessoas que circulam pela região durante os dias do evento. Do local onde a cruz repousa o ano todo – no alto da montanha Chalpón – até o centro da cidade de Motupe, são pouco mais de dez quilômetros de percurso, percorridos em três dias respeitando os pontos de parada para que em cada povoado se façam missas e devidas honrarias à cruz.⁸

A cruz é levada de um local a outro por meio de organizada procissão. No dia dois de agosto, ela é retirada de sua morada no alto da montanha para ir até a primeira capela, na comunidade de *Zapote*: o transporte é feito pela escadaria, com muito cuidado, em descenso. Uma quantidade limitada de devotos (entre oito e dez pessoas) sustenta a cruz nos ombros por certo tempo até dar lugar para o próximo grupo. Atrás vem a banda de música da Irmandade. A cruz é recebida com fogos de artifício, aplausos e louvações; após, há realização de missa campal. Ela pernoita na capela de *Zapote* para, no dia seguinte, seguir caminho até o povo de *El Salitral*, onde tudo se repete. No percurso feito no dia três de agosto, entre *Zapote* e *El Salitral*, a cruz passa por um cemitério antigo (*Nuestro Señor de la Resurrección*) e por um pequeno povoado, fazendo com que a procissão aumente cada vez mais. Sempre caminhando, pessoas formam fila atrás da cruz, aguardando sua vez para assumir o lugar daqueles que estão a carregá-la. Esse revezamento é controlado por membros da Irmandade da Santa Cruz de Chalpón, que fazem um cordão de isolamento para garantir a segurança de quem leva a cruz e do próprio símbolo religioso que vai aos ombros dos fiéis. Uma pessoa pode entrar na fila quantas vezes quiser, pois não há regra para isso. Porém, dificilmente alguém que não tenha transportado a cruz consegue tocá-la, a não ser quando a mesma está diante do altar dentro de uma capela ou igreja.

Oralidade e história na construção da santidade da cruz de Chalpón

No meio da subida da longa escadaria da montanha encontramos um homem, com deficiência física nas pernas, que vendia um pequeno livro sobre a história da Santíssima Cruz de Chalpón. O preço de um *Sole* pelo livreto (cerca de R\$ 1,30 em agosto de 2018) era o que de mais barato se podia encontrar entre tudo o que se vendia no lugar. Folheando-o rapidamente, percebemos que era um manual para turistas/peregrinos que queriam se inteirar, minimamente, de *La Historia de la Milagrosa Santisima Cruz de Motupe* e da *Vida y Milagros del Padre Fray Juan de Abad*.

O livreto apresenta a tradição oral que se perpetua há muitas décadas na região, e é dividido em três partes: lendas e mistérios daquele que construiu a cruz, no caso o “padre” *Juan Agustín de Abad*; a descoberta e os primeiros milagres atribuídos à cruz; e o roubo da mesma em 2011. Excetuando este último caso – felizmente resolvido pela polícia alguns dias após a cruz ter desaparecido de seu sítio no alto da montanha – os outros dois gravitam entre fatos e alguma especulação.

O principal mistério diz respeito ao personagem que deu vida à Santíssima Cruz de Chalpón, o tal “padre” *Juan Agustín de Abad*. Conta a tradição que, por volta de 1850, mais ou menos, chegou à região um sacerdote não se sabe de onde, buscando o ermo da montanha para viver em reclusão, em oração e penitência. Descia à vila todos os finais de semana para rezar e curar as pessoas. Após algum tempo vivendo por ali, tomou o caminho da capital

7 A festa acontece em agosto porque a cruz fora “descoberta” por moradores de Motupe em cinco de agosto de 1868, segundo a tradição local acredita.

8 Os lugares de parada da cruz são: *Zapote*, *El Salitral* e igreja matriz *San Julian*, no centro de Motupe. O cronograma exato dos festejos obedece a uma ordem que é aceita pela Igreja católica: descenso da cruz, a procissão, a missa, a adoração da cruz, a música, os fogos de artifício e o regresso da mesma ao alto da montanha. Entre o dia de descenso (dois de agosto) e o seu retorno (doze de agosto) são dez dias de festa.

Lima, não sem antes deixar como marco de sua passagem uma cruz feita de um tipo de madeira extraída de uma árvore muito comum na região: *Guayacán*. A cruz, com oitenta quilos de peso, medindo dois metros de largura por dois e meio de altura, foi deixada na gruta que serviu de morada ao sacerdote, e dali só poderia ser removida para celebrações, devendo retornar ao seu ermo quando terminados os festejos (BACHMANN, 1921, p. 350). Sem saber exatamente o destino de *Juan Agustín de Abad*, os moradores preencheram as lacunas com lendas e especulação.⁹

O que nos parece relevante destacar é que as lendas criadas sobre *Juan Agustín de Abad* e a respeito da cruz não estão desvinculadas dos fatos que lhes deram origem, pois sabemos que houve um eremita que por Motupe passou e lá habitou por alguns anos na primeira metade do século XIX (KARSBURG, 2014). Sem conhecer o destino dele, os moradores sentiram a necessidade de respostas, e o que se escuta atualmente nos depoimentos é um eco distante ou indício dos questionamentos daqueles que ficaram se interrogando sobre o paradeiro de *Juan Agustín de Abad*. Mas há detalhes que tornam essa história ainda mais interessante.

Segundo tradição oral, *Juan Agustín de Abad* construiu três cruzeiros antes de deixar a região. Contudo, as três cruzeiros ficariam “perdidas”, ou esquecidas, por vários anos, sem que os moradores de Motupe, Olmos e outras vilas das redondezas soubessem o local exato onde repousavam. E o primeiro impulso para que as três fossem descobertas aconteceu em agosto de 1868, quando um grande terremoto atingiu o Peru, deixando muitos mortos e feridos.¹⁰ No entanto, houve outro evento que fez recrudescer a fé nas cruzeiros.

Em 1869, onze meses depois do grande terremoto, previsões catastróficas de um “astrólogo alemão”, chamado Rudolf Falb (1838-1903), chegaram aos ouvidos dos peruanos.¹¹ Diziam que ele previra que tanto o Peru quanto o Equador e o México seriam abalados por grandes tremores de terra, maiores que o de um ano antes. Isso fez com que os habitantes de Motupe se lembrassem das cruzeiros do eremita e de seu recado antes de desaparecer. De acordo com a tradição oral local, o “padre santo” havia dito que, quando o “fim do mundo” estivesse próximo, os habitantes poderiam se valer das cruzeiros para protegê-los do mal. Para isso, deveriam encontrá-las e levá-las para o centro das vilas, pois, uma vez lá estando, nada aconteceria aos moradores dos povoados.¹² Expedições foram organizadas para explorar as montanhas próximas a Motupe e Olmos em busca das cruzeiros. Por fim, depois de alguns dias, encontraram-nas, porém, somente duas delas resistiram ao manuseio.¹³

Certamente amedrontados com o terremoto de um ano antes, os peruanos associaram as previsões do astrólogo alemão a um cataclismo mundial, ao verdadeiro “fim do mundo”. Absolutamente inseguros, abandonaram casas, esvaziaram cidades, deixaram seus negócios para trás e foram buscar abrigo em lugares ermos ou nas igrejas.¹⁴

O vaticínio do astrólogo alemão, contudo, não se confirmou, ou antes, pequenos e corriqueiros tremores aconteceram, mas de baixa intensidade e sem vítimas. No norte, mais precisamente em Motupe, os moradores

9 De acordo com o livreto, padre *Juan Agustín de Abad* faleceu próximo a Lima. Seu corpo fora enterrado em um cemitério nas cercanias da capital. (Livreto: *La Historia de la Milagrosa – Vida y Milagres del Padre*, s/d, p. 7-8).

10 Sobre o terremoto de treze de agosto de 1868, acompanhamos as notícias em várias edições do Jornal *El Comercio*, a partir de quatorze de agosto daquele ano. Hemeroteca, Biblioteca Nacional do Peru, Lima.

11 Jornal *El Comercio*, quatro de agosto de 1869, p. 2. Hemeroteca, Biblioteca Nacional do Peru, Lima.

12 O pesquisador Carlos Bachmann foi um dos primeiros a coletar informações mais precisas sobre a presença de certo eremita por Motupe, bem como a respeito das origens da cruz e da festa. Para isso, se valeu de entrevistas com moradores mais velhos do lugar, como o próprio descobridor da cruz: José Mercedes Anteparra (1839-1921), assim como de pesquisas anteriores de um arqueólogo/etnólogo alemão chamado Hans Henrique Brüning. Ver em: Bachmann (1921, p. 349-350) – Arquivo Regional de Lambayeque, Motupe, Peru.

13 Essa história de busca pelas cruzeiros faz parte da tradição oral dos habitantes de Olmos, Motupe e outras cidades vizinhas. Muito dessa tradição foi registrada em livro por Carlos Bachmann (1921, p. 351-352), sendo seguido por tantos outros que acrescentaram uma ou outra novidade, tal como: Del Castillo Niño, 1967; Ibáñez, 1976; Fernández, 2007; Schmelz, 2013.

14 As notícias deste novo e mais aterrador terremoto foram publicadas nos jornais peruanos a partir de julho de 1869, sempre vinculadas aos estudos do astrólogo alemão Rudolf Falb.



acreditaram que nada lhes aconteceu pela santa presença da cruz na praça central.¹⁵ O fato é que a fama da cruz começou a crescer desde então, organizando-se uma festa em sua homenagem que, em 2018, completou cento e cinquenta anos. Inicialmente tímida, a mesma passou por distintas fases até se tornar uma das mais concorridas e conhecidas de todo o país.

Juan Agustín de Abad: o santo ermitaño

Ao buscarem respostas em arquivos locais e na tradição oral que esclarecesse quem foi o construtor das cruzes, pesquisadores peruanos e peruanistas não avançaram muito nos últimos cem anos. Basicamente, o que de mais importante se sabe sobre tal personagem foi publicado no livro de Carlos J. Bachmann, de 1921, que escreveu:

(...) apareceu na vila de Motupe, sem saber-se de onde e nem quando, um peregrino cujo nome, segundo dizem, respondia ao de Juan Agustín de Abad. Este ermitaño prontamente se rodeou de boa reputação por suas raras virtudes (...). Raramente o viam, não mais de uma vez por semana [ele aparecia] em Olmos e Motupe, ignorando-se onde residia, como vivia e de que se ocupava. Quando chegava ao povoado, visitava a igreja, fazia compras, repartia as esmolas, dava conselhos aos afligidos, curava enfermos, e mais de um milagre dos que lhes atribuem são relatados

hoje mesmo com marcante fé (...). Um belo dia desapareceu este justo homem sem que ninguém soubesse para onde havia se dirigido; alguns o davam como morto (1921, p. 113).

Pelos depoimentos colhidos por Bachmann, dizia-se que o *ermitaño* recitava o rosário nas igrejas, capelas e residências de Motupe e Olmos, trocando objetos sagrados feitos por ele por comida. Nunca aceitava dinheiro, era um andarilho resistente que ninguém conseguia seguir ou acompanhar, descobrindo um olho de água “santa” e deixando como presente um manto – por muito tempo venerado na igreja de Santo Domingos de Olmos e, posteriormente, em uma casa particular na mesma cidade.¹⁶

Ainda que pesquisadores tenham tentado encontrar novas informações sobre o *ermitaño*, pouco ou quase nada foi acrescentado ao que Carlos Bachmann apresentou em 1921. Com tantas dúvidas, surgiu certa confusão ao retratar o personagem: o etnólogo alemão Hans Henrique Brüning, em 1907, escreveu que quem havia construído as cruzes em Motupe e Olmos era um sacerdote franciscano chamado “Padre Guatemala” (BRÜNING, apud SCHMELZ, 2013, p. 10-11). Pesquisas posteriores como a de Bachmann (1921) e León Baradiarán y Paredes (1935) notaram a confusão de nomes, concluindo que a maior parte dos relatos se referia a *Juan Agustín de Abad* como aquele que fizera as cruzes (SCHMELZ, 2013, p. 11-12).

Mesmo que tenha acontecido alguma sobreposição de sujeitos, todos os autores aqui citados, de Brüning (1907) até Schmelz (2013), passando por León Baradiarán y Paredes (1935), Del Castillo Niño (1967), Ibañez (1976) e Fernández (2007), elencaram algumas características para *Juan Agustín de Abad*: peregrino catequizador de almas; grande orador; aparecia e desaparecia quando queria, sem que ninguém soubesse de onde vinha e para onde ia; curava os enfermos, dava conselhos, repartia as poucas esmolas que possuía; ninguém duvidava de sua santidade; benfeitor religioso, diretor espiritual; de vida simples, era bondoso; porém, às vezes era duro em seus discursos; sóbrio no comer e modesto no vestir; severo e sereno, honesto de costumes. Por muito tempo seu desaparecimento inesperado foi tema obrigatório de todas as rodas de conversa na cidade e no campo, reunindo-se fragmentos das principais

15 Entrevista de Carlos Bachmann com o senhor José Mercedes Anteparra (BACHMANN, 1921, 351; Fernández, 2007, p. 133).

16 Talvez um dos últimos pesquisadores a visualizar tal manto tenha sido Bernd Schmelz, antropólogo alemão que esteve no norte do Peru no final da década de 1980. Ele relata ter visto o manto na casa da senhora Angélica León Adrianzén, então com 91 anos de idade em 1989 (SCHMELZ, 2013, p. 13-14). Em entrevista para o autor deste artigo, a senhora María Altemira Andonaire Huertas também afirmou que o manto do eremita estava sob a guarda de Angélica León. Porém, desconhecia, na atualidade (2018), o destino do manto. Entrevista com María A. A. Huertas, cinco de agosto de 2018 e por e-mail.

atuações do eremita “percursor da fé” naquela região do Peru. Sem respostas e aflitos com o repentino desaparecimento do eremita, “os moradores mandaram rezar missas por sua alma, pedindo sua intervenção diante do Todo Poderoso” (Ibid.).

Em entrevista para o documentário “A Maravilha do Século”, o presidente da Irmandade da Santa Cruz de Chalpón, José Maria Cabrejos Sandoval, afirmou que muito do que se fala sobre o tal *frayle Juan Abad* não passam de lendas inventadas pela população. Outra entrevistada em Motupe foi Socorro Ruiz Chully,¹⁷ que atendia em uma das centenas de barracas de produtos religiosos que encontramos ao longo da escadaria da montanha Chalpón, ajudando a mãe na venda de *souvenirs* para os turistas/peregrinos. Foi para esta jovem que tive de responder se o corpo de *Juan Agustín de Abad* estava enterrado em Roma e se ele havia sido canonizado. Para ambas as perguntas a resposta foi a mesma, e, assim como a reação do senhor Cabrejos, a jovem não mostrou desapontamento.

Considerações Finais

Não há como negar que as devoções iniciadas pelo personagem se desenvolveram em um fundo cultural religioso comum, qual seja: o catolicismo latino-americano, “região do mundo em que o tamanho do clero sempre foi inversamente proporcional à força de alcance da fé” (MENEZES, 2004, p. 132). Contudo, apesar deste fundo cultural religioso que aproxima populações das três Américas, definitivamente não há como acreditar em uma crença homogênea em torno do eremita e das devoções a ele atreladas, pois nem em Motupe assim ela se apresenta.

Tradições foram sendo construídas e transmitidas pela oralidade e pela experiência, de geração em geração, sendo vividas pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história. Mesmo que tenha sido a história a dar o escopo instrumental que fundou as devoções, a narrativa hegemônica que tornou objetos, lugares e símbolos verdadeiros patrimônios culturais foi uma construção comunitária, local, atrelada a valores dos grupos sociais ao longo do último século e meio.¹⁸ Essa constatação serve como problema ou pergunta geral que pode ser feita a outras devoções ligadas ao eremita italiano nas Américas, não para generalizar respostas, mas para, justamente, alcançar suas particularidades.

Referências

ÂNGELO, E. R. B.; SIQUEIRA, E. D. de. “Patrimônio cultural na contemporaneidade: discussões e interlocuções sobre os campos desse saber”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 51-86, dez. 2018.

BACHMANN, C. J. **Monografia histórico-geográfica**. Imp. Torres Aguirre, Lima, 1921.

BRÜNING, H. H. **Estudios monográficos de Lambayeque**. Compilado por James M. Vreeland, Jr. Sican. Lima: Editorial Grafica Pacific Press S.A., 1922.

DEL CASTILLO NIÑO, C. **La Cruz del Chalpón: Leyenda, Tradición, Relato**. Lima: Segunda Edición, 1967.

FERNÁNDEZ, J. C. **Motux: Historia, Tradición y Fe en el Norte del Perú**. Chiclayo: Facultad de Humanidades, Universidad Católica Santo Toribio de Mogrovejo, 2007.

IBAÑEZ, E. W. **Los Chimús, La Cruz de Chalpón, em la leyenda de los siglos**. Enrique Vera: Lima, 1976.

17 Socorro Ruiz Chully, 26 anos (2018), moradora de Motupe. Entrevista feita pessoalmente em três de agosto de 2018 e por e-mail.

18 Hipótese amplamente amparada nas afirmações de Meneses (2018, p. 69-75), que aborda o patrimônio cultural como uma forma de história pública.



KARSBURG, A. **O Eremita das Américas**: a odisseia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

KARSBURG, A. Tradição e história de uma devoção católica no norte peruano: Santíssima Cruz de Chalpón. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano. 13, n. 38, 2020, p. 09-36. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/53482>>.

LÉON BARADIARÁN, A.; PAREDES, R. **A golpe de arpa**: Folk-lore lambayecano de humorismo y costumbres. Lima, 1935.

MAUAD, A. M. Usos do passado e História Pública no Brasil: trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). **História Crítica**, n. 68, 2018, p. 27-45. Disponível em: <<https://doi.org/10.7440/histcrit68.2018.02>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MENESES, J. N. C. “Todo patrimônio é uma forma de história pública?”. In: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. (Orgs.). **Que história pública queremos?** What public history do we want? São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 69-75.

MENEZES, R. de C. **A Dinâmica do Sagrado**. Rituais, Sociabilidade e Santidade num Convento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

MENESES, U. B. de. História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. n. 34, 1992, p. 9-24. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>>.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993, p. 7-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>.

SCHMELZ, B. **El nacimiento de un símbolo de identidad**: La Santísima Cruz de Chalpón de Motupe (Perú) y la protohistoria de su fiesta. Museum für Völkerkunde, Hamburgo, 2013.

STEIL, C. A. **O Sertão das romarias**: um estudo antropológico sobre o Santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.



A TRANSMISSÃO DO SABER-BENZER DO ORAL AO DIGITAL

*Mariana de Carvalho Ilheo***Universidade Estadual de Campinas****Introdução**

No século XXI, o benzimento tem ganhado evidência na esfera pública diante do que se configura como uma virada para o resgate do ritual e dos conhecimentos tradicionais a ele associados. Isso se dá através da institucionalização enquanto prática alternativa de Saúde e Patrimônio Cultural (MIWA, 2014; TONDATO, MACHADO, 2012; SANTOS, 2009); e também de outras iniciativas para além do Estado, com o engajamento de benzedoras e benzedores, pesquisadores e coletivos autônomos.

Esse ofício tradicional contempla um conjunto de problemas que determina verbos, ações e materiais específicos que, através da habilidade de benzedoras e benzedores, são costurados com base em uma percepção holística do “ser” no mundo (ILHEO, 2019 a; 2018). Uma etnografia multissituada tem sido realizada desde o sul de Minas Gerais,¹⁹ pensando em como as coisas importam, direta ou indiretamente, os usos e suas propriedades em potencial (Cf. MEYER E HOUTMAN, 2019; INGOLD, 2015; 2010; CSORDAS, 2008; MARCUS, 1995). Uma concepção alargada de mídia dá margem para entender os processos de mediação através dos quais o invisível e o visível se conectam e tomam forma (MEYER, 2015; 2011). Com isto, é possível perceber sua expressão material, incluindo corpos; espaços; gestos ou palavras; elementos naturais, objetos e artefatos; anúncios, santinhos ou orações escritas; ou as mídias digitais.

Baseando-se na relação entre mudanças nos modos de vida e nos modos de benzer, alguns deslocamentos desta trajetória de pesquisa ajudam compreender um processo mais amplo que atravessa diferentes escalas, incidindo diretamente nas formas de iniciação, transmissão e organização da benzedura. O primeiro reflete mudanças culturais, demográficas, econômicas; duas delas são centrais aqui. A passagem de um ambiente rural para o contexto urbano, alterando os arranjos sociais estabelecidos, e a dinâmica do campo religioso brasileiro (ILHEO, 2018; OLIVEIRA, 1985). O segundo deslocamento vai da “religião” à “espiritualidade” – deixando de estar a prática exclusivamente associada ao catolicismo popular, por si só uma categoria abrangente e internamente diversa (Cf. FRIGERIO, 2018; DE LA TORRE, 2009; STEIL, 2001), e incorporando a Nova Era e outras vertentes alternativas, esotéricas, mágicas ou místicas (SUSSOL, 2020; TULLIO, 2017). Um terceiro aspecto aponta para a diferenciação entre a economia de dádiva – relacionada a um dom divino e praticada em nome de caridade, sem compensação monetária direta, mas considerando prestações e contraprestações sistemáticas (Cf. MAUSS, 2015) – e outros regimes, como o mercado de bens espirituais (CALVELLI, 2009). No que toca à sua organização, deixam de ser somente agentes autônomos (Cf. BRANDÃO, 2007), e passam a integrar equipes corporadas, organizando-se em espaços de atendimento, vivência, relatos e estudos coletivos. Por fim, um último deslocamento contempla a incorporação de plataformas digitais como uma possibilidade de estabelecer comunicação, de divulgação, realização e produção de conteúdo (ALVES, s/d); disto, emergem novas situações para a formação de novos agentes, como a realização de cursos e oficinas na internet (ILHEO, 2019 b).

Esta comunicação visa analisar comparativamente as condições de transmissão do saber-benzer para o desenvolvimento da habilidade técnica em função de três contextos tecnológicos não antagônicos, mas complementares: a oralidade, associada a um dom ou à iniciação guiada por um(a) mestre; o uso de textos relacionados às fórmulas rituais e meio para sua continuidade; os recursos digitais e as novas modalidades de comunicação em massa, como as redes sociais.

19 Dissertação em andamento, intitulada Benzimento em movimento: materialidade, bênçãos e curas no sul de Minas Gerais – com financiamento do CNPq (2018-2020). N° CAAE 04437318.3.0000.8142.



Reza falada, reza escrita e reza na rede

O imaginário da benzeção evoca sua presença desde o período colonial (SOUZA, 1994), como uma modalidade de cura e bênção através de palavras proferidas com o intuito de reza, associadas a procedimentos específicos. O fenômeno é enquadrado a partir do “sincretismo” entre as tradições de matriz africana, indígena e ibérica. E associado com as medicinas tradicionais e concepções não hegemônicas de doenças, corpo e saúde; e com o catolicismo dito popular, mas também esbarra nas noções de feitiço e de bruxaria, atuando contra embruxamentos (MALUF, 1993). Se por ora é oposta à magia, outrora pode desta se aproximar sob a égide do estigma social.

Aproximando ciência, magia e religião diante da capacidade de alteração de situações concretas e cotidianas por meio da dimensão técnica de práticas rituais, Luís da Câmara Cascudo (2012) enquadra esse fenômeno como uma das facetas da “ciência do povo”: um sistema de conhecimentos empiricamente verificados que versa, entre outros assuntos, sobre saúde e doenças. Segundo ele, sua repetição ritual no âmbito da teologia popular lançaria bases para a continuidade, sendo convencionada e transmitida geracionalmente através da oralidade a partir de representações culturais e espaços de socialidade coletivos – como a casa e a família e, por isto, mulheres e crianças eram vistas como principais os vetores. O ato de benzer é lido como uma forma de comunicação anterior à comunicação verbal, uma “linguagem oro-gestual” através da qual a mensagem transmitida é reiterada, permanecendo inalterada (CASCUDO, 2003). É notável sua importância da oralidade para a reprodução da prática diante de mudanças estruturais em instituições através das quais é transmitida e exercida; as orações são atravessadas por uma concepção geral de que “(...) pertencem à tradição oral e não são aprendidas em livros” (POEL, 2013, p. 120).

No giro do folclore para a cultura popular, a palavra ganha destaque e passa a ser “o eixo de tudo” (Cf. PEREIRA E GOMES, 2018, p. 33 ss). As rezas proferidas pelos benzedores são lidas como fórmulas mágicas; invocando representações mentais, metáforas e narrativas míticas, através de analogias as benzedoras e benzedores estabelecem relação entre o homem e a natureza para localizar as doenças de forma integrativa. Já Edimilson Pereira e Núbia Gomes (2018) consideram que a cura ocorre através da palavra, associada à crença no ritual, no poder divino e no agente. O segredo, por sua vez, faz parte da tensão entre o que pode e o que não pode ser revelado, mantendo o acesso restrito às pessoas iniciadas no ofício. Em uma publicação seminal, Elda Rizzo de Oliveira (1985) coloca a especificidade da benzeção em um modo artesanal de produzir bênção e cura – cujo ofício os detentores estariam localizados nas classes populares e à margem da Igreja e da medicina científica – e considera diferentes modos de iniciação conforme as vertentes religiosas. Também nota a ampla difusão entre todos os segmentos de uma sociedade até pouco tempo majoritariamente iletrada; assim como antecipa aspectos sobre o impacto dos processos de urbanização, industrialização e da reorganização do campo religioso para sua ocorrência (Cf. BOURDIEU, 2004). Ela considera que nas periferias de grandes cidades, as práticas se aproximam mais de uma perspectiva tradicional associada a um contexto rural e à religiosidade popular (Cf. ILHEO, 2019a; ILHEO, 2018). Já nos grandes centros, estariam cada vez mais próximas da chamada Nova Era, atravessadas por elementos “esotéricos” e “neo-esotéricos” e dinâmicas transacionais (DE LA TORRE, 2009). Além da relação com o Reiki e outras práticas alternativas, há uma aproximação com a astrologia e o tarô, numerologia, orientação holística, constelação sistêmica, entre outras. Com isto – além da ampliação e diversificação da oferta de bens espirituais – são cada vez mais impactadas pela lógica neoliberal, total ou parcialmente monetizados (CALVELLI, 2009).

Com uma etnografia no sul de Minas Gerais, três formas de iniciação são verificadas: a revelação religiosa do dom divino, a transmissão hereditária ou aquisição pela experiência vivida dentro do sistema de dádivas (ILHEO, 2018, p. 154). Dessa forma, o saber-benzer é mediado pela experiência sensível e o desenvolvimento da habilidade se desdobra em um sistema de classificação de mediadores divinos, plantas, animais e minerais, doenças e seus sintomas, ou ainda orações para tratá-las. Por isto, estudiosos e praticantes notam que “(...) fica difícil sistematizar o saber das rezas numa “receita” e simplesmente repassar o “como fazer” às outras pessoas” (SANTOS, 2009, p. 31).

Esses deslocamentos incidem nos espaços de realização – que antes se restringiam a espaços de atendimento doméstico, e agora incluem shoppings, instituições, espaços, associações, lojas – e meios de divulgação, indo além da informação corrida na boca miúda e incorporando anúncios impressos, estratégias de propaganda multimídia e marketing digital. Diante da crescente tecnologização da experiência ritual, novas mídias para mediação da comunicação acelerada pelo desenvolvimento tecnológico (Cf. SANTAELLA, 2015; GOODY, 2012 b). Mais recentemente, além da iniciação auto-guiada ou mediada por outro agente, surgem publicações de compilações de rezas e orações e manuais práticos para a realização do benzimento, sem mediadores (SUSSOL, 2020; TULLIO, 2017) – fato que chama atenção, entre outras coisas, para um nicho de mercado em expansão, o do mercado editorial para o segmento espiritualidade; a benzedura, por sua vez, é um dos assuntos recorrentes.

Outra novidade são cursos para o “despertar” dessa habilidade, nos quais a informação é enviada aos sujeitos benzedores em formação através de vídeos, tutoriais, áudios, links, imagens, arquivos em PDF, etc (Cf. ILHEO, 2019 b). Reivindicando relações afetivas ou parentais com benzedoras tradicionais, se sobrepõem as figuras da “bruxa moderna” e da “benzedora moderna”, evocando representações coletivas como curandeiras e parteiras, bem como a transmissão da prática através de espaços femininos (Cf. ILHEO, 2017). Deslocando, o sagrado de um plano transcendente para o imanente, a iniciação, neste sentido, deixa de estar condicionada ao dom divino e passa a ser trabalhada a nível subjetivo, com o “despertar” de uma consciência não somente corporal, mas cósmica. Seu caráter de dádiva é mantido pela sacralidade deste processo como uma forma de autoconhecimento, associada ao equilíbrio energético, físico, psíquico e espiritual. Mas, ocasionalmente, pode envolver atividades remuneradas secundárias – como elaboração de material, realização de palestras, consultorias e etc (Cf. ALVES, s/d).

Ao pensar na passagem da oralidade para a escrita em sociedades tradicionais, Jack Goody (2012 a) aponta para a “criatividade oral” a partir da relação complementar entre criação e invenção, diante do fato de que algumas coisas são esquecidas e outras lembradas. Assim, as variações “(...) vão se introduzindo parcialmente porque a memória é imperfeita e as pessoas fazem o melhor que podem” (GOODY, 2012 a, p. 63). Enquanto em certos segmentos da vida social a mudança é mais lenta, em outros, como a religião e o ritual, é mais evidente. Neste contexto, ao internalizar a palavra escrita como forma de memorização e depois reproduzi-la, essa se torna oral; assim atenta para que a palavra pode ser adquirida pela mediação oral de um texto escrito, menos sujeito à variação, e incorporada através de técnicas mnemônicas (GOODY, 2012 b, p. 148s). Questionando pressupostos cognitivistas – que tomam a transmissão geracional de um conteúdo mental pré-determinado em forma de representações mentais – e fugindo da dicotomia entre capacidades inatas e competências adquiridas, Tim Ingold (2010) privilegia o conceito de habilidade (*skill*), desenvolvida por um processo de “educação da atenção” que articula percepção e ação, cuja compreensão reside “(...) na capacidade de improvisação com que os profissionais são capazes de desmontar as construções da tecnologia, e criativamente reincorporar as peças em suas próprias esferas de vida” (INGOLD, 2015 a, p. 110).

Considerações finais

Conforme pretendeu-se argumentar, a relação entre os diferentes tipos de mediação e os diferentes arranjos tecnológicos para sua realização é construída por meio das formas como são encarnadas e incluídas na dinâmica da produção de bênção e cura – que, por sua vez, articula à experiência corporificada múltiplas subjetividades e processos técnicos relacionados à problemas biopsicossociais. À guisa de uma conclusão interessa assinalar três pontos. Primeiro, é importante ressaltar que abordagens sustentadas por dicotomias entre simbólico/material, sagrado/profano, real/virtual, tradicional/moderno, entre outras, não dão conta de abarcar estes deslocamentos. Segundo, endossar as expressões materiais de uma prática associada a uma dimensão imaterial, que acaba por invisibilizar a constituição de corpos, espaços, coisas em fluxo. Isso ajuda a pensar em como categorias como religião, religiosidade e espiritualidade se materializam, por exemplo, no âmbito de políticas públicas que regulam sua ocorrência e em como estas impactam a prática. Terceiro, que uma forma de mediação não exclui a outra, nem



os tipos de mídia estão colocados em uma escala progressiva linear; isso rompe com tentativas de enquadrar sua fluidez, complexificando o cenário diante de casos como a presença de modalidades textuais em regimes associados à transmissão oral, subvertidas em função desta – como por meio de versos ouvidos e decorados. Portanto, é mais fortuito compreender como estas categorias se inter-relacionam no âmbito da prática, modulando diferentes tipos de experiência. Tudo isto aponta para aspectos como o acesso e os usos dos diferentes tipos de mídia; estratégias de comunicação e difusão de informação, por meio de conteúdo autoral produzido; e o potencial criativo relacionado à sua execução, ressignificando e inventando a benzedura conforme a executam.

Referências

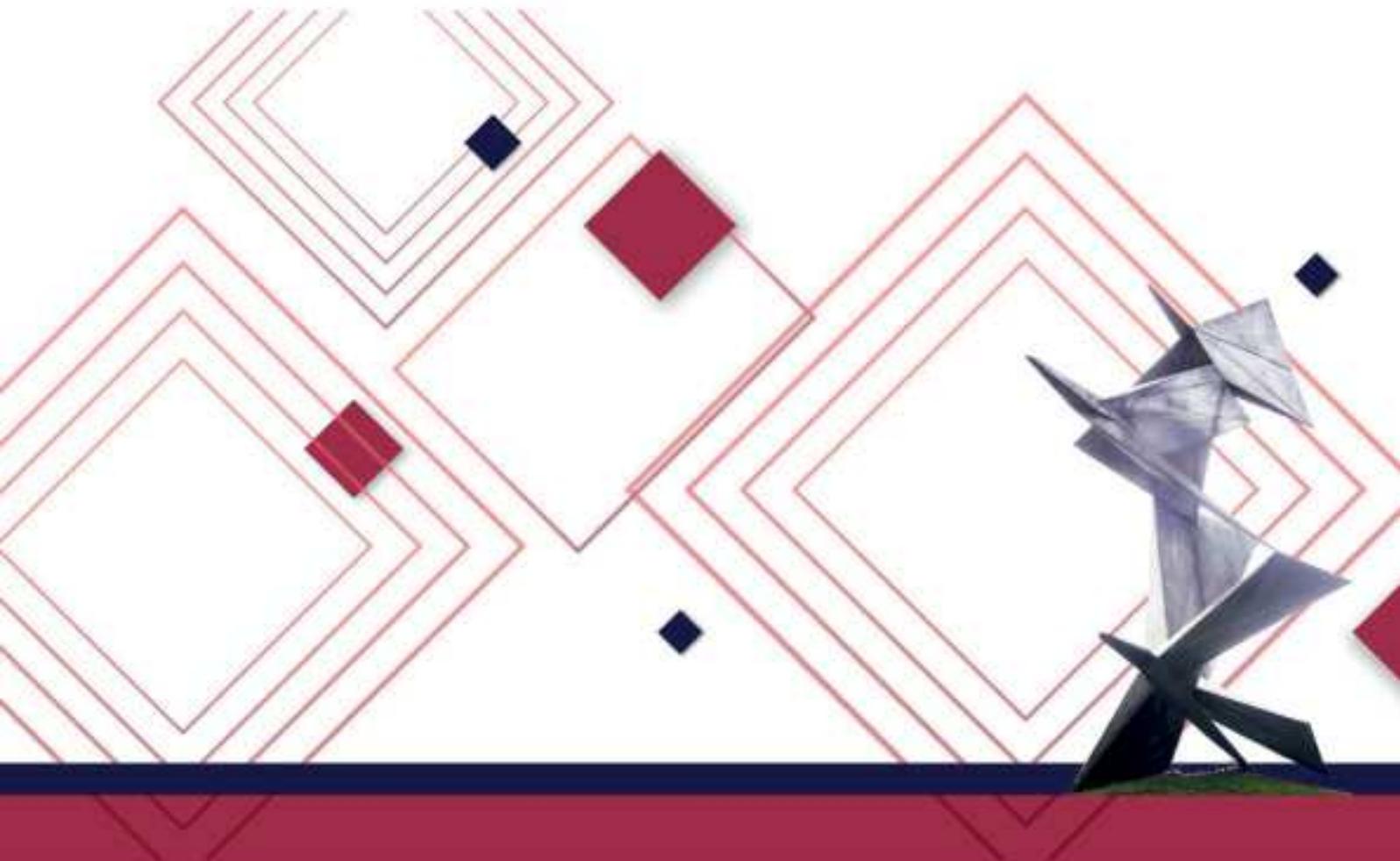
- ALVES, F. G. **Curso de Benzimento**. Edição da autora, s/d, 29p.
- APPADURAI, A. Introdução: Mercadorias e a política de valor. IN: APPADURAI, A. (Org.), **A vida social das coisas**. Niterói, RJ: EDUFF, 2008, p. 15-88.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BRANDÃO, C. R. **Os Deuses do Povo: um estudo sobre religião popular**. 3ª. Ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2007.
- CALVELLI, H. G. O fenômeno da Benzeção Moderna à luz da teoria do consumo moderno. **Interações: Cultura e Comunidade** (Faculdade Católica de Uberlândia. Impresso), v. 4, p. 49-64, 2009.
- CASCUDO, L. da C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12ª ed. São Paulo: Global, 2012.
- CASCUDO, L. da C. Gestos Mágicos. **História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Global, 2003, p. 79-80.
- CSORDAS, T. J. A corporeidade como paradigma para a antropologia. **Corpo / significado / cura**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2008, p. 101-147.
- DE LA TORRE, R. De la globalización a la transrelocalización de lo religioso. **Debates do NER**, n. 16, 2009, p. 9-34.
- FRIGERIO, A. Por que não podemos ver a diversidade religiosa: questionando o paradigma católico-cêntrico no estudo da religião na América Latina. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 34, ago./dez. 2018, p. 75-121.
- GOODY, J. **A domesticação da mente selvagem**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012 a.
- GOODY, J. **O mito, o ritual e o oral**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012 b.
- ILHEO, M. de C. Senhoras do sagrado, médicas do povo: a atuação das benzedoras em Campestre (MG). **Koan – Revista de Educação e Complexidade**, 5. ed., 2017, p. 109-130.
- ILHEO, M. de C. Tradição e prática: um estudo etnográfico do benzimento em Campestre (MG). **Coleção Monografias**, n. 27. Campinas: Publicações IFCH, 2018.
- ILHEO, M. de C. Entre queijo e benzimento: coisas e cura no sul de Minas Gerais. In: DUARTE, Luciano Chinda (org.). **O Patrimônio Cultural entre as teorias e as práticas – reflexões de teoria e prática patrimonial**. Curitiba, PR: Instituto Memória, 2019 [a], p. 205-223.
- ILHEO, M. de C. “A Arte de benzer pelo Whatsapp” e a constituição dos corpos em rede. **Comunicação oral** apresentada na XII Reunião da Associação Brasileira de Cibercultura, Porto Alegre, jul./2019 [b].
- INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.



- INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Revista Educação**, v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.
- MALUF, S. W. **Encontros noturnos**: bruxas e bruxaria na Lagoa da Conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnograph. **Annual Review of Anthropology**, n. 24, 1995, p. 95-117.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. IN: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 181-312.
- MEYER, B. Medium. **Material Religion: The Journal of Art, Objects and Belief**, v. 7, n. 1, 2011, p. 58-64.
- MEYER, B. Mediação e Imediatismo: formas sensoriais, ideologias semióticas e a questão do meio. **Revista Campos**, v. 16, n. 2, 2015, p. 145-164.
- MEYER, B.; HOUTMAN, D. Religião material: como as coisas importam. In: GIUMBELLI, Emerson; RICKLI, João; TONIOL, Rodrigo (org.). **Como as coisas importam**: uma abordagem material da religião – textos de Birgit Meyer. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2019, p. 81-114.
- MIWA, M. J. Do benzimento ao reiki: um estudo de caso. **Cadernos de Naturologia e Terapias Complementares**, v. 3, n. 4, 2014, p. 75-84.
- OLIVEIRA, E. R. **O que é Benzeção**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- SANTAELLA, L. A grande aceleração & o campo comunicacional. **Revista Texto** (UFRGS), v. 34, 2015, p. 46-59.
- SANTOS, F. V. dos. O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar. **Revista CPC**, São Paulo, n. 8, mai./out. 2009, p. 6-35.
- SOUZA, L. de M. e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- STEIL, C. A. Pluralidade, modernidade e tradição. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 3, n. 3, 2001, p.115-129.
- SUSSOL, M. **O livro dos benzimentos brasileiros**. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2020.
- TONDATO, A. L.; MACHADO, C. E. Profissão de benzedor: considerações sobre a oficialização da profissão de benzedor e a inserção de terapias alternativas no atendimento público de saúde. **Diversidade Religiosa**, v. 1, 2012, p. 1-14.
- TULLIO, T. **O livro das rezas**. Manual da Benzedeira. 2. ed. Clube de Autores, 2017.



GT 9



GERMANIDADE E ETNICIDADE: O CASO DE ESTRELA/RS

Josemir José Gregory

Universidade La Salle

Introdução

Localizado no Vale do Taquari, zona central do estado do Rio Grande do Sul, o município de Estrela possui laços de memória e de identidade expressivos no que diz respeito à colonização germânica. Atualmente, Estrela possui uma população estimada de 34.116 habitantes, distribuídos em treze bairros e quatro distritos em um território de 118,963 Km². Todavia, foi durante o século XIX, quando se tornou a primeira colônia no processo imigratório europeu da região do Vale do Taquari (1856) e a décima do estado do Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969, p. 9), “que a localidade percebeu algumas de suas mudanças territoriais e populacionais mais significativas, tendo sido emancipada de Taquari em 20 de maio de 1876”.

Habitada inicialmente por posseiros e grupos indígenas, a sub-região Alto Taquari passou a integrar o processo de colonização por imigrantes germânicos e descendentes por meio das colônias particulares que se estabeleceram a partir de 1850. Um dos aspectos mais notáveis desse processo foi, justamente, a existência de igrejas protestantes e católicas, cuja localização esteve alinhada com a própria ocupação territorial da localidade, que se deu por meio das chamadas picadas, nome dado aos primeiros lotes de terras para colonização alemã (BLUME; WITT, 2014).

No âmbito espacial e social, algumas práticas e espaços de memória acabaram gerando o ideal de germanidade e etnicidade, ou o *deutschtum*, algumas vezes em forma monumental, alguns históricos e outros mais recentes, resultado da mercantilização do turismo, que ocorreu a partir de 1990, “re”construindo e “re”formulando parte da identidade que sofreu impactos com a política de Nacionalismo durante o período varguista que ocorreu entre os anos 1937-1945 ou a partir de eventos, como o tradicional baile do *Chucrute*, que ocorre anualmente junto às comemorações de aniversário do município de Estrela. Porém, neste estudo serão considerados apenas alguns dos espaços, sendo que no município, assim como em municípios vizinhos, existem vários monumentos ditos como “celebrativos” relacionados aos teuto-brasileiros.

Memória social dos teuto-brasileiros em Estrela: uma breve discussão de espaços e práticas alinhadas a germanidade

Desde o início de sua instalação em território brasileiro, os grupos de imigrantes preocuparam-se com a preservação da memória, tanto familiar quanto coletiva e estava presente na fundação de associações culturais. (MEYRER; NEUMANN; GEVEHR, 2016, p. 413). Nesse sentido, o *Deutschtum* foi um elemento articulador da identidade germânica tanto na própria Alemanha pós-unificação, tanto em práticas e espaços que pretendiam requerer vínculos identitários germânicos. Trata-se, portanto, de um projeto socialmente construído conforme diferentes interesses, que podem variar de casos políticos, como caso do nazi-fascismo, ou da formação de comunidades imigrantes nas Américas.

Em Estrela, “é perceptível espaços de reprodução de memória, uma forte preocupação com a expressão e afirmação de representações associadas à identidade étnica” (MEYRER; NEUMANN; GEVEHR, 2016, p. 410). De imediato, identifica o monumento chamado “*Chuck e Ruth*”¹ (similar ao monumento “*Fritz e Frida*”, em Santa Cruz do Sul/RS), localizado às margens da BR 386, no trevo de acesso ao município de Estrela. Trata-se do monumento de

1 O nome masculino é originado no chucrute, um prato típico alemão, à base de repolho fermentado.

um casal de imigrantes segurando um copo de cerveja e uma linguiça, com vestimenta típica de origem bávara. Tal monumento busca uma identificação com a cultura germânica, ainda que de forma estereotipada e restritiva.

Imagem 1 – Monumento *Chuc e Ruth*



Fonte: Blog do Airton, 2020.

Um segundo exemplo a ser citado é o pórtico da cidade, remetendo ao enxaimel, técnica construtiva que, embora seja bastante heterogênea e difundida em toda a Europa, convencionou-se estar associada à presença germânica no Brasil, com certo objetivo de anunciar a presença imigrante no local.

Imagem 2 – Pórtico em *enxaimel*



Fonte: Blog do Airton, 2019.

Outro exemplo é o obelisco em comemoração ao centenário da imigração em Estrela, localizado na praça central da cidade. Conforme Stocker Jr. (2019, p. 117), “o processo de construção de monumentos que visavam a perpetuar a germanidade teuto-brasileira se deu de forma bem tumultuada, em contexto de tensão social e política, logo após a 1ª GM (1914-1918), em que Alemanha e Brasil estavam de lados opostos”. Bakos et al., (2004, p.197)

cita que os “obeliscos são monumentos erigidos para uma comunidade a fim de comemorar ou relembrar as futuras gerações de *eventos, sacrifícios, práticas e crenças*”. As autoras (2004, p. 197) mencionam que “os obeliscos brasileiros, norte-americanos e argentinos foram suportes para o registro de fatos históricos, ao lembrar, para quem a história pode se fazer com *palavras e sinais*, mas, também, com *paisagens e telhas*”.

Imagem 3 – Obelisco em homenagem ao centenário da imigração alemã no Brasil



Fonte: O autor, 2020.

Além dos monumentos citadinos, existem no comércio de Estrela alguns espaços com nomes que remetem à germanidade. Este é o caso da *Sorvehaus* (casa do sorvete), uma sorveteria que está localizada na área central de Estrela, também, da *Brodhaus* (casa do pão), que se trata de um mercado e padaria, também no centro da cidade. Cabe citar, também, algumas práticas e festividades em alusão à imigração germânica no município. Em Estrela, existe o “Festival do Chucrute”, cuja atração principal é um grupo de danças germânicas que no ano de 2019 comemorou seu 54º evento que ocorre junto às comemorações de emancipação do município em dois finais de semana com o tradicional baile “típico”. Para Nicolini (2012, p. 79), o “festival do Chucrute em Estrela se diferencia das demais feiras e festividades que acontecem no Vale do Taquari por não ser promovida pela administração pública nem pela privada, pois foi criada e é mantida pelos próprios membros da comunidade”.

Considerações finais

Mesmo que existam muitos elementos que contribuem para identificação étnica teuto-brasileira em Estrela, ainda que de forma estereotipada, assim como nas demais colônias de origem germânica, tal constatação não está oficializada na dimensão patrimonial, durante muito tempo marcada pela matriz luso-brasileira. Em consulta ao



site do IPHAN (Instituto do Patrimônio histórico e artístico nacional), foi constatada a ausência de patrimônios culturais relacionados à imigração alemã no Vale do Taquari. No site do IPHAE (Instituto do Patrimônio histórico e artístico do Estado do Rio Grande do Sul), apenas a prefeitura municipal de Lajeado e o jornal o Taquaryense² estão entre os bens tombados, sendo que ambos remetem ao período republicano e não correlacionam-se com a memória da imigração teuto-brasileira. Os patrimônios culturais associados à cultura teuto-brasileira estão localizados, majoritariamente, no Vale dos Sinos,³ berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul.

Em Estrela, a maior parte do patrimônio relacionado à imigração se concentra na zona rural devido aos lotes que foram disponibilizados aos imigrantes, assim como nas demais colônias germânicas, e não foi realizado nenhum levantamento com a finalidade de identificar este patrimônio fora da área central. Deve-se levar em consideração que o levantamento do patrimônio na pesquisa de Schnack (2012) não tinha como objetivo identificar o patrimônio relacionado a colonização germânica, e por isso seu recorte espacial foi na área central. Porém, é contraditório que exista uma preocupação em uma “re”construção, tanto de espaços como de práticas associadas a colonização germânica e a ausência de patrimônio histórico relacionado a este grupo.

Referências

- BAKOS, M.; BRITO, M. R. de; SILVA, B. M. da. Obeliscos americanos: polêmicos da Gênese a forma. **PHOINIX**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1 p. 195-199, 2004.
- BLUME, W. A.; WITT, M. A. Organização social e mobilidade espacial: estudo sobre imigrantes alemães e descendentes no Brasil e na Argentina. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 7-18, jul./dez. 2014.
- MEYRER, M. R.; NEUMANN, R. M.; GEVEHR, D. L. Ambiências, expografias e seus objetos: a imigração alemã no sul do Brasil a partir das narrativas museológicas. **História: Debates e Tendências**, v.16, n. 2, p. 408-425. jul./dez. 2016.
- NICOLINI, C. Manifestações culturais e identidade germânica no Vale do Taquari: os grupos de danças folclóricas de Estrela e o festival do Chucrute. **XII Encontro De História**, FURG, 2012.
- OCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- SCHNACK, A. C. **Patrimônio arquitetônico de Estrela, RS: diagnóstico para preservação**. Dissertação, Santa Maria, 2012.
- STOCKER JR., J. L. Sob o Königsberg: Paisagem e Patrimônio Cultural da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo. **Dissertação** de mestrado em Planejamento urbano e Regional, UFRGS, 2019.

2 A prefeitura municipal de Lajeado foi tombada no ano de 1984 e o jornal “O taquaryense” no ano de 2013, porém, ambos os bens tombados no Vale do Taquari não possuem vínculo com a colonização germânica. Ambos tombados pelo IPHAE.

3 Entre os bens tombados relacionados a imigração germânica no Rio Grande do Sul está a Casa da Feitoria Velha (atual Museu do Imigrante) em São Leopoldo, na qual parte da casa desabou no ano de 2019. Em Novo Hamburgo, a casa Schmitt-Presser, inscrita no livro tombo de Belas Artes em 1985. e em 1986, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Seu tombamento está vinculado a sua importância na técnica construtiva enxaimel e também por ser ponto de referência no desenvolvimento socioeconômico por ser uma das “vendas” mais antigas da região. Além do espaço citado acima, no portal do IPHAN consta que em 2015 foi tombada uma área com cerca de 70 imóveis em Novo Hamburgo. Entre os imóveis preservados estão igrejas, um cemitério, e o Parque Henrique Luiz Roessler, conhecido como Parcão, considerado o último lote íntegro da colonização alemã nessa área. Segundo a história local, esse é o primeiro núcleo urbano, gerado pela dinâmica da imigração alemã e isso graças ao patrimônio material e imaterial consolidado ao longo dos anos. (IPHAN, 2019).

ESCOLA DE CAMPO: IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL*Shirlei Alexandra Fetter***Universidade La Salle***Raquel Karpinski***Universidade Federal do Rio Grande do Sul****Introdução**

A presente discussão parte, inicialmente, de reflexões realizadas no campo patrimonial cultural fazendo parte do percurso investigativo durante a produção do presente artigo. Partindo do interesse em se investigar práticas educativas no caminho da valorização das identidades culturais, compreendendo-se o patrimônio histórico material e imaterial, a partir das escolas de campo como percurso produtivo na discussão dos referidos aspectos.

Segundo Tomaz (2010) tal trabalho se concretiza pela proposta da Educação Patrimonial, na perspectiva pedagógica que visa um processo de valorização, conhecimento e preservação cultural da identidade e dos valores locais.

A Educação do Campo vem abrangendo um espaço político cada vez maior na sociedade contemporânea, como uma conquista dos movimentos sociais e, fomentadas pelas iniciativas governamentais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 ressalta aspectos que apontam a escola de campo inserida na comunidade local, favorecendo o desenvolvimento no sentido de considerar o campo como espaço voltado não só à economia, mas também como elemento fundamental para garantir qualidade de vida daqueles que vivem no meio rural (BRASIL, 1996).

Compreendemos que a escola do campo ao atuar pela qualidade, resguarda aquilo que é cultural, isto é, conserva os valores próprios da cultura vivida pela população do campo. Acreditamos que, ao proporcionar ações práticas dentro da realidade cultural do campo, os/as estudantes entram em contato com algo concreto e não somente com conceitos teóricos típicos de uma educação bancária e descontextualizada. Dessa forma, afirma-se a possibilidade da escola de campo como trabalho de cunho cultural, através da contextualização da prática e do fazer educativo.

Patrimônio local e escola de campo

Faz-se necessário um esboço histórico sobre a concepção de Patrimônio, para entender o que está assim proposto pelo desenvolvimento deste trabalho. Segundo Tomaz (2010), o conceito de Patrimônio, refere-se, excepcionalmente ao legado paterno, isto é, aos bens transmitidos de uma geração a outra. O autor também define o Patrimônio como bens que perpassam a sociedade atribuindo significado à história vivenciada pelos ancestrais de cada povo. Segundo Maia (2003), Patrimônio Histórico: “Pode-se conceituar como as diferentes maneiras de viver de um povo, transmitidas de geração a geração recebidas por tradição” (MAIA, 2003, p. 39).

Logo, torna-se importante observar que, em seu sentido peculiar, o conceito de Patrimônio inclui não apenas os pertences materiais, mas também os imateriais de um povo. Compreende desde construções, acervos destinados à consultas e visitas; documentos e objetos, bem como os valores, costumes e tradição de um determinado grupo social. Perante a necessidade de fortalecer a história e a tradição dos povos, afirma-se o patrimônio cultural como a identidade de um povo. Segundo Peralta e Anico (2006), patrimônio cultural se constitui como identidade por suas variadas relações com a sociedade. Sua coletividade está na construção homogênea da identidade social e cultural e, pela concretização perante o grupo. Como vimos, patrimônio cultural é um conjunto material e imaterial, que pertence ao interesse coletivo de uma comunidade (MAIA, 2003).

Com isso, educação do campo vem contemplar o ensino voltado à realidade dos estudantes, onde o conteúdo curricular e as metodologias de ensino do professor devem ser adequados às necessidades e interesses dos mesmos na zona rural, os quais necessitam de um ensino que valorize, dentre outros aspectos, a cultura da criança que vive no campo e seu modo de vida (ARROYO, 2004).

Compreende-se, aqui, a importância do patrimônio da humanidade, porque nele se reconhece que em uma determinada cidade ou região há tanta riqueza cultural preservada. Os conceitos de patrimônio cultural acrescentam o meio ambiente, aqui denominado meio ambiente cultural, que pode afirmar-se como as - “riquezas” - culturais de um local. Não se pode excluir o meio ambiente da abrangência do patrimônio cultural, sendo esse considerado como uma derivação dos estudos e conhecido como meio ambiente cultural de vivências e do desenvolvimento comunitário local (VARINE, 2013).

Diante do processo de discussão que surgiram ao longo dos anos sobre a educação do campo, priorizou-se a valorização dos seus saberes enquanto patrimônio cultural, na perspectiva sustentável local, entrelaçando o fazer pedagógico às raízes do patrimônio cultural. Os conhecimentos produzidos relacionam-se com o incremento da escola participativa na comunidade e nas relações com outras instituições de ensino, valorizando os saberes do campo que fortalecem e aproximam os sujeitos da comunidade.

A escola do campo recebe a comunidade de estudantes que se caracterizam pelo trabalho rural, desde onde, se valoriza os saberes da vida no campo no ambiente escolar e, prioriza-se à aprendizagem significativa para a comunidade do campo (ARROYO, 2004). Sua definição enquanto instituição - situada no espaço rural - é definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *como identidade e referência ao lugar à que pertence*.

Segundo Galdart (2002) na educação do campo é preciso refletir sobre como se ajuda a construir, desde a infância, uma visão de mundo crítica e histórica, como se aprende e como se ensina nas diferentes fases da vida a olhar para a realidade enxergando seu movimento, sua historicidade e as relações que existem entre uma coisa e outra, como se aprende e como se ensina a tomar posição diante das questões do seu tempo, como se aprendem e como se ensinam valores sociais e como se educam valores humanistas, como se educa o pensar por conta própria e o dizer a sua palavra e como se respeita uma organização coletiva. Atesta Peralta e Anico (2006) que a escola de campo precisa não deixar desflorar o cultivo de suas identidades culturais.

Uma das funções da escola de campo é trabalhar a identidade cultural, no sentido de ajudar a construir a visão que a pessoa tem de si mesma - autoconsciência de quem é e com o que ou com quem se identifica - identidade campesina de trabalhador, identidade de gênero, de cultura, de povo, de nação (GALDART, 2000). Compreende-se que este é um aprendizado humano essencial, assumir a identidade pessoal, social e cultural. Educação do campo com raízes é considerada por Arroyo (2004) como a constituição e o fortalecimento das identidades culturais, isto é, valores, modo de vida e memória. Em consequência, a escola do campo será tanto mais significativa se ela estiver em sintonia com os processos e as realidades vivenciados pelos seus educandos - se ela mesma consegue constituir um processo social - cumprindo a tarefa da socialização de que tratamos antes - capaz de ajudar a construir e fortalecer identidades.

Pensando sobre a intencionalidade política e pedagógica da educação do campo, a escola ao trabalhar com ênfase no cultivo de identidades, memória e resistência cultural (MALTÊZ, 2010). A mesma tem como finalidade - que não pode ser subestimado - na formação de seus educandos importância da educação do campo, já que em comunidades camponesas existe o traço cultural que a escola assume, além de todo um trabalho ligado à memória, à cultura, aos valores culturais locais.

Considerações

Nestas reflexões considera-se a importância de preservar, os aspectos que engrandecem a presença da escola no campo enquanto fomentadora do patrimônio cultural do campo. Tendo em vista a Educação do Campo como potencializadora da articulação e (re) construção da cultura rural, considerando os aspectos de vida, os significados e saberes das pessoas que vivem nesta localidade, buscando valorizar suas relações culturais e econômicas, evidencia-se a sua importância na construção de valores que sejam significativos à humanidade, tais como: solidariedade, democracia, justiça e transformação social da sua realidade.

Procurando aprofundar o debate em questão, o estudo apresentou algumas questões educacionais que consideram propostas de educação do campo condizentes com a preservação de patrimônio cultural. Entretanto, para preservar o patrimônio serão necessárias ações sólidas e eficazes entre escola e vida real da comunidade escolar, de forma que é primordial que cada indivíduo tenha consciência da importância do patrimônio cultural herdado e, ao mesmo tempo, se comprometa em qualificá-lo.

Para a garantia dessas ações é fundamental a ampliação de trabalhos de pesquisa envolvendo a realidade educacional do campo patrimonial, desde onde a comunidade poderá ter acesso ao conhecimento do seu passado, para que a partir de então, aprenda a valorizar e respeitar as suas raízes.

Preocupar-se com os bens patrimoniais e culturais é uma questão essencial para a qualificação da sociedade como um todo. Entender o patrimônio como um bem, não só de interesse público, mas no intuito de mobilizar a comunidade para a necessidade de preservá-lo e qualificá-lo através da educação e da prática cidadã é fundamental para a qualificação da comunidade humana.

O patrimônio imaterial é fundamental à comunidade que o produziu e o reproduz. Se a comunidade souber reconhecer, valorizar e preservar o patrimônio cultural no seu entorno, terá dado um gigantesco passo para garantir o bem-estar social. Para isso é imprescindível que, desde a escola, se promovam ações e atividades que qualifiquem o desenvolvimento, em específico da região e da localidade, objetivando a melhoria da qualidade de vida da comunidade e a garantia do exercício da memória e da identidade.

Pensar a educação vinculada à cultura significa construir uma visão de educação em uma perspectiva de longa duração - isto tem a ver, especialmente, com a educação de valores culturais - a educação do campo, além de se preocupar com o cultivo da identidade cultural camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais, buscando emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem como a integração das novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas e humanas.

O vínculo com as matrizes de trabalho e cultura nos remete a pensar em outro traço muito importante para a educação do campo, neste sentido o trabalho e a cultura são produções e expressões necessariamente coletivas e não individuais. Raiz cultural, que inclui o vínculo com determinados tipos de processos produtivos, significa pertença a um grupo, identificação coletiva. Compreender o lugar da escola na educação do campo é ter claro que ser humano ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que se constituem no campo. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização, com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações.

Referências

ARROYO, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M.G., CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (orgs.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 out. 2016.

GALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

MAIA, F. A. Direito à Memória: O Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural e o Poder Econômico. **Movendo Ideias**, Belém, v. 8, n. 13, p. 39-42, jun. 2003.

MALTÊZ, C. R.; *Et al.* **Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. Pedagogia em ação**, v. 2, n. 2, p. 1-117, nov. 2010.

PERALTA, E.; ANICO, M. (org.). **Patrimônios e Identidades: ficções contemporâneas**. Oeiras: Celta Editora, 2006.

TOMAZ, P. C. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. v. 7, n. 2, maio/jun./jul./ago. 2010.

VARINE, H. de. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.



EDUCAÇÃO COMO DIREITO: A INSERÇÃO DE IMIGRANTES NO ESPAÇO ESCOLAR*Maisson da Silva Berg**Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli**Ana Cristina Tomasini***Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT****Introdução**

O Brasil tem recebido nos últimos tempos um grande número de imigrantes oriundos, sobretudo, de países periféricos. Se pensarmos historicamente, o Brasil foi no passado um país que recebeu muitos imigrantes, porém, os fluxos migratórios das últimas décadas possuem aspectos peculiares, visto que, são marcados pela crise humanitária que atingiu vários países ao redor do planeta (SCHWINN; COSTA, 2015).

Nesse contexto de mudança e desafios, os acessos a determinados direitos garantidos por lei aos imigrantes, como a educação, merecem a atenção da sociedade e da comunidade científica. Pensando nessas questões, busca-se com esse artigo verificar como se dá o acesso efetivo à educação da população imigrante no município de Igrejinha, no estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, o artigo está dividido da seguinte forma: na seção 2, discutiremos o referencial teórico sobre a temática; na seção 3, consta a metodologia empregada na realização da pesquisa; na seção 4, os resultados e a discussão; e, por fim, as considerações finais.

Referencial Teórico

A Constituição Federativa do Brasil de 1988, no seu 6º artigo, consagra que o acesso à educação é um direito social e que deve ser garantido a todos os residentes no país, sejam eles brasileiros ou estrangeiros (BRASIL, 2019). O responsável e garantidor desse inquestionável e consagrado direito é o Poder Público. Em pleno século XXI, não cabe assistir crianças e adolescentes enfrentando restrições quanto ao alcance desse direito. Quando a questão aborda às populações de imigrantes contemporâneos, a exemplo da saúde e moradia, a educação, por vezes, também é inatingível para alguns cidadãos, nesses casos, exigem-se do Estado, prestações positivas de universalização e acesso à educação (WALDMAN, 2012).

Por meio dos movimentos migratórios contemporâneos, faz-se necessário entender que garantir o direito efetivo à educação é absurdamente maior que garantir o direito à matrícula na escola e ter acesso à sala de aula. É a inserção social a verdadeira régua para identificar em qual medida o direito à educação está sendo garantido. Vial (2004) alerta para a possibilidade de termos uma sociedade que inclui todos e ao mesmo tempo exclui os ditos incluídos. Para o autor, a diferença entre inclusão e exclusão pode, sutilmente, ser manifestada pelo modo como a sociedade consente aos indivíduos serem verdadeiramente pessoas humanas que gozam plenamente de seus direitos e garantias legais (VIAL, 2004).

Quanto à educação podemos refletir sobre outro “estágio interpretativo”, que se apresenta entre “o direito à educação e os direitos na educação” e nos remete a outra importante consideração “de que a educação é também compreendida como um direito de todos” sem distinção de raça, gênero, classe social ou qualquer outro tipo de diversidade (RANIERI, 2009, p. 270-271). Sob esta ótica, é necessário entender que simplesmente garantir o acesso das populações imigrantes às instituições de ensino não representa conduzir de forma adequada o direito à educação, faz-se necessário inserir efetivamente esse indivíduo no ambiente educacional, romper as barreiras que dificultam esse acesso e prepará-lo para viver e conviver dignamente em sociedade.

Metodologia

Portanto, para a elaboração do estudo, foi realizado um questionário com profissionais da coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. O período de coleta de dados foi no mês de setembro de 2020. Utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Minayo (2014), onde elucidou em três categorias temáticas: Dados documentais quantitativos do acesso de imigrantes na rede de ensino no município de Igrejinha; processo de inserção e acesso à educação dos imigrantes; barreiras para o ensino e aprendizagem dos alunos imigrantes matriculados, as quais elucidam os principais aspectos encontrados no questionário aos profissionais. Com isso, o estudo possui a seguinte problemática: Como é o acesso efetivo da população imigrante matriculada na rede de ensino municipal? Para responder a esse questionamento, estruturou-se como objetivo geral: Analisar o acesso efetivo ao direito à educação escolar por parte de crianças e adolescentes imigrantes que vivem em Igrejinha/RS e refletir sobre a extensão deste direito fundamental.

Quanto ao município do estudo, pode-se destacar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Igrejinha está localizado na Encosta Inferior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. O município se localiza no Vale do Paranhana, distante cerca de 85km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A área territorial do município é de 136,784 km² e a população estimada em 2020 é de 37.340 pessoas.

Resultado e Discussão

Dados quantitativos do acesso de imigrantes na rede de ensino

Na rede municipal de educação de Igrejinha foi possível perceber, a partir do questionário realizado junto à secretaria de educação, que existem 21 estudantes de outra nacionalidade, que não a brasileira, matriculados na rede. Além de estudantes de outras nacionalidades, estão matriculados na rede 14 crianças que são filhos de imigrantes haitianos, mas que já nasceram no Brasil. A maior parte dos alunos imigrantes matriculados na rede municipal de ensino de Igrejinha possuem a nacionalidade haitiana. Segundo dados do questionário realizado junto à Secretaria de Educação, a faixa etária dos estudantes imigrantes é entre 6 meses e 14 anos. Os alunos imigrantes estão distribuídos em 5 escolas de Ensino Fundamental e em 3 escolas de Educação Infantil do município.

Barreiras para o ensino e aprendizagem dos alunos imigrantes matriculados

Os imigrantes trazem consigo um universo cultural com referências sociais, religiosas e escolares. Imigrar pressupõe uma troca de saberes, um diálogo com as experiências da vida anterior ao novo jeito de viver. Desse ambiente experimental, algumas barreiras podem impor limites às populações imigrantes e sob o ponto de vista educativo, a comunicação parece ser o maior entrave e desafio a ser superado.

De acordo com Costa (2016) a comunicação é a base para a convivência, daí a necessidade da criação e fortalecimento dos laços de confiança e empatia entre os envolvidos do contexto educacional. Segundo a autora, “trazer as famílias imigrantes para as escolas implica aprender a viver juntos, o que, por sua vez, implica viver experiência de contato com o diferente, experiência de solidariedade, de respeito, de tolerância e de diálogo” (COSTA, 2016, p. 5).

Foi assim a experiência verificada entre os familiares dos alunos imigrantes junto às instituições de ensino no município de Igrejinha/RS, um grande esforço ocorria para que a comunicação adequada acontecesse e o diálogo fluísse entre a escola e as famílias. Conforme o questionário, a respeito da pergunta sobre a inserção das famílias dos alunos imigrantes no cotidiano escolar, observou-se a seguinte resposta:

*É complicado, principalmente o contato por telefone com os familiares.
Mas, no presencial, um da família geralmente fala um pouco o português.*

Assim como acontece com os seus familiares, os próprios alunos imigrantes enfrentam a barreira da comunicação no dia a dia escolar. O fato de não dominarem totalmente a língua portuguesa pode distanciar a criança ou o adolescente dos seus pares. No município pesquisado, quando perguntado sobre a inserção dos estudantes no espaço educacional, a barreira da comunicação foi novamente o fator de maior relevância. A resposta para a indagação foi a seguinte:

A grande maioria dos alunos imigrantes fala um pouco de português.

De acordo com Crochík (1997), em se tratando dos alunos imigrantes, é necessário que sejam criadas estratégias pedagógicas adaptadas às condições destes discentes e espaços para a valorização da cultura que esta população traz junto consigo, somente assim será possível a superação da condição de invisibilidade dos imigrantes. A escola é uma instituição inserida em uma sociedade multicultural. É necessário que a organização escolar ultrapasse os seus muros para se tornar uma instituição cultural e preparada para receber os mais diversos alunos, e os atenda de acordo com as suas singularidades. Somente assim, serão plenamente rompidas as barreiras que interferem no efetivo ensino e aprendizagem dos alunos imigrantes.

Processo de inserção e acesso à educação dos imigrantes

O uso de tecnologias para o auxílio da educação é um assunto emergente e que se faz cada vez mais presente nos meios escolares como estratégia de ensino e aprendizagem por parte de professores e alunos nos variados níveis. A utilização de ferramentas tecnológicas que facilitam esse processo é incentivada pelo meio acadêmico e nas produções científicas (CONTE, 2015). Essa inserção de ferramentas tecnológicas auxilia, inclusive, na integração de alunos imigrantes, como foi possível observar a partir da análise do questionário respondido pela Secretaria de Educação de Igrejinha onde consta que,

Os [imigrantes] que ingressaram na escola sem saber o nosso idioma, os professores usam recursos, como por exemplo, o Google Tradutor.

Podemos observar no discurso acima, que o idioma pode demonstrar-se um dificultador para o ensino, porém consegue também apontar novas estratégias e possibilidades dentro da sala de aula, onde o professor utiliza-se de sua capacidade de se adaptar para inovar e transformar a educação em algo dinâmico, com o uso da tecnologia.

A tecnologia no ambiente escolar é um assunto que nos faz refletir sobre a importância do acesso a bases tecnológicas por parte dos alunos, sendo eles imigrantes ou não, em todos os níveis de ensino. Porém no Brasil, barreiras como a desigualdade racial e o racismo institucional ainda podem ter uma estreita relação com essa dificuldade de acesso a bases tecnológicas de aprendizagem.

A desigualdade racial na Educação também se faz muito presente, conforme dados apontados no Boletim 7º do Observatório das Desigualdades publicados no ano de 2020, pois a frequência escolar, taxa de conclusão do ensino fundamental e médio e índices de aprovação, são expressivamente menores em pessoas de pele preta/parda. Entretanto, no estudo foi possível perceber que esses dados e expressivos indicadores de desigualdade racial na educação e o racismo institucional, não foram citados.

Enquanto Secretaria de Educação nunca chegou nenhuma situação de preconceito, bem pelo contrário, são bem acolhidos.

Na resposta, podemos observar que enquanto Secretaria de Educação, as informações de situações de preconceito e discriminação no ambiente escolar com os alunos imigrantes de Igrejinha, não são notificadas. Isso pode estar relacionado a sua inexistência ou se existente, este conflito é resolvido na própria instituição de ensino.

Além da questão do preconceito em relação aos alunos imigrantes, outro fator que chama a atenção é a assiduidade escolar. A assiduidade no espaço escolar ocorre, além do próprio processo de ensino-aprendizagem, com questões relacionadas à alimentação escolar.

A alimentação escolar adequada é considerada um direito fundamental do ser humano. De acordo com a Resolução nº 26 de 17/06/13, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar dos alunos da Educação Básica, o emprego da alimentação saudável adequada contribui para o crescimento e desenvolvimento dos alunos e também para a melhoria do rendimento escolar.

A relação existente entre alimentação escolar e educação é vista não apenas na legislação sobre o assunto, mas também em estudos sobre a temática. De acordo com pesquisas realizadas, uma alimentação escolar de qualidade está estritamente relacionada à fatores que favorecem uma educação de qualidade. De acordo com Padilha, Trajano Júnior e Santos (2019), a alimentação escolar está relacionada não apenas com a aprendizagem e com o desempenho escolar, mas também com a disposição e com a assiduidade do educando. Sobre a assiduidade, os dados do questionário realizado juntamente com a Secretaria de Educação evidenciaram que os alunos imigrantes:

Eles [alunos imigrantes] são assíduos. Muitos até pela questão da merenda escolar.

Como citado anteriormente, a alimentação escolar é um importante recurso que incentiva a assiduidade na escola e favorece uma educação de qualidade. Além desse fator, a sociabilidade é um importante estímulo para a integração escolar. Sobre a convivência e a sociabilidade dos alunos imigrantes com alunos da comunidade local, os dados fornecidos pela Secretaria de Educação evidenciaram que:

Eles [alunos imigrantes] conseguem acompanhar a turma, principalmente pelo bom relacionamento, todos ajudam... E o fato da assiduidade nas aulas também contribui.

Fazer-se presente, assíduo nas aulas, contribui para uma construção da aprendizagem significativa, além de aproximar os educandos imigrantes da cultura local, promovendo assim mais respeito, entendimento e tolerância. Isso incentiva o processo de inserção e o acesso efetivo à educação dos alunos imigrantes.

Considerações Finais

O direito à educação deve ser universalmente garantido, sendo assim, essa pesquisa teve como foco principal verificar como se dá o acesso efetivo à educação pela população imigrante no município de Igrejinha, no estado do Rio Grande do Sul. Os resultados evidenciaram que a totalidade da população de imigrantes em idade escolar estão inseridos no contexto educacional do território pesquisado.

A inserção desse grupo de imigrantes não exclui barreiras no cotidiano escolar. Conforme a pesquisa realizada, foi possível verificar que um dos desafios enfrentados se relaciona com a comunicação, sobretudo, ao idioma. Foi possível observar através dos resultados da pesquisa que, no ambiente escolar, são utilizadas ferramentas tecnológicas, como o Google Tradutor, que contribuem na aproximação da relação entre aluno imigrante e educador, e também entre aluno imigrante e aluno brasileiro.

Apesar de existir no Brasil evidências de desigualdade racial e racismo institucional, não se identificaram no estudo situações relacionadas ao tema que foram notificadas para a Secretaria de Educação. Partindo dessa perspectiva e dos resultados encontrados, entende-se que futuras pesquisas possam ser realizadas junto à comunidade imigrante e com a comunidade escolar para uma melhor compreensão do campo pesquisado.



Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>> Acesso em: 14 set. 2020.
- CONTE, E.; MARTINI R. M. F. As tecnologias na educação: uma questão somente técnica?. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, out./dez. 2015.
- COSTA, Graça dos Santos. Educação e imigração: oficinas interculturais como dispositivos para apoiar a participação das famílias imigrantes. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 22, p. 39-61, maio/agosto 2016.
- CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe editorial, 1997.
- IBGE. **Portal do Governo Brasileiro**. Panorama da cidade de Igrejinha. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/igrejinha/panorama>>. Acesso em 30. set. 2020.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.
- Observatório das Desigualdades. **Falando sobre racismo: Alguns apontamentos acerca das desigualdades raciais no Brasil**. Boletim Nº 7, Fevereiro de 2020.
- PADILHA, Bruna Merten; TRAJANO JÚNIOR, Salatiel Braga; SANTOS, Javan Sami Araújo dos. Histórico da alimentação escolar e sua relevância para a Educação Básica Pública. In: IX Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas (EPEAL), 2019, Maceió. **Anais do Evento: IX Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas (EPEAL)**, 2019.
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco. O estado democrático de direito e o sentido da exigência de preparo da pessoa para o exercício da cidadania, pela via da educação. **Tese (Doutorado)** - Universidade de São Paulo, 2009. São Paulo: N.B.S. RANIERI, 2009.
- SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli M. M. da. Migrações contemporâneas: o Brasil e as políticas públicas para migrantes - análise a partir do projeto de lei 288/2013. In: **XI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e I Mostra Nacional de Trabalhos Científicos**. 2015.
- VIAL, Sandra Regina Martini. Direito Fraternal na Sociedade Cosmopolita. **RIPE: Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru, v. 1, n. 46, p. 119-134, jul/dez. 2006.
- WALDMAN, Tatiana Chang. O acesso à educação de imigrantes em São Paulo: a trajetória escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade de São Paulo, 2012. São Paulo: T.C. Waldman, 2012.



HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES QUILOMBOLAS COMO PATRIMÔNIO

*Bruna de Souza Medina**Raquel Alvarenga Sena Venera***Universidade da Região de Joinville- Univille****Introdução**

Este trabalho tem como intuito apresentar uma pesquisa de dissertação que está em andamento, que pretende compreender as narrativas de acadêmicas do curso de Licenciatura Educação Escolar Quilombola da Universidade da Região de Joinville – Univille, nos seus processos formativos por meio das suas reflexões (auto)biográficas perpassadas pela experiência de memória. Desta forma, trata-se de uma pesquisa-formação, ou seja, não se trata apenas de coletar dados e analisá-los mediados por um método, mas é uma investigação que, intencionalmente, oferece uma experiência formativa, assim, o principal dado que se investiga é o processo de compressão de si no ato de narrar-se a si mesmo nos arranjos de tempo passado, presente e futuro. Por meio deste processo o projeto problematizará a memória e identidade que permeiam a construção identitária dessas mulheres, por meio da mobilização de suas memórias ancestrais como base neste processo, e que suscita políticas públicas, como a do curso superior do qual fazem parte.

A comunidade a qual essas mulheres pertencem é chamada de “Beco do Caminho Curto”, localizada no distrito de Pirabeiraba em Joinville, SC, e enfrenta problemas já conhecidos nas periferias das cidades como ausência de escola nas proximidades e falta de transporte público para que crianças, adolescentes e jovens acessem à educação; falta de saneamento básico; e de instalação elétrica⁴ e habitações precárias. Através do certificado de remanescente quilombola concedido no primeiro semestre de 2019 ao Beco do Caminho Curto, a comunidade em parceria com a Universidade da Região de Joinville – Univille, que já realiza com ela projetos de extensão desde 2018, conseguiu abrir o curso de Licenciatura Educação Escolar Quilombola, por meio do edital 1009/SED/19⁵ do Governo do Estado de Santa Catarina. A grande maioria das acadêmicas são mulheres, pretende-se então, propiciar as estas mulheres em formação acadêmica universitária, a experiência também de auto formação a partir da reflexividade da sua própria vida, agora também na universidade e aprender com elas acerca da compreensão sobre suas identidades. A pesquisa, a qual se trata esse artigo, é vinculada ao Grupo de Pesquisa “Subjetividades e (auto)biografias”, pretende contribuir para as discussões no campo do Patrimônio Cultural contribuindo para os demais estudos e pesquisas já iniciados e realizadas pelo grupo de pesquisa acerca das histórias de vida como patrimônio e com a discussões sobre populações negras na cidade de Joinville.

No primeiro momento vou apresentar um breve mapeamento realizado no banco de teses e dissertações da Capes e como a pesquisa se insere na história da cidade e as aproximações com outras pesquisas que dialogam com esta. No segundo momento eu discuto as histórias de vida e sua relação com o patrimônio e defino como pretendo trabalhar com o campo patrimônio cultural. E ao final apresento algumas considerações finais acerca da pesquisa.

Quilombo e Joinville

Para situar essa pesquisa sobre os trabalhos envolvendo comunidades quilombolas foi realizado um

4 Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/projetos-de-universidades-estao-mudando-a-comunidade-do-beco-curto-em-joinville>> Acessado em: 06 de mar. 2020.

5 Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/images/Edital%201009.SED.2019%20-%20Resultado.pdf>>. Acessado em: 19 de mai. 2020.

mapeamento no banco de dissertações e teses da capes usando a palavra quilombola como descritor. A partir desta busca inicial foram encontrados um pouco mais de 1500 trabalhos⁶. A pesquisa foi concentrada nas áreas da antropologia, sociologia, história e educação, e a maior parte dos trabalhos se refere aos últimos dez anos. Decorrente desta análise inicial, percebe-se que o número de trabalhos que abordam a questões quilombolas ainda é pouco, visto que de acordo com a Fundação Cultural Palmares⁷ mais de 3100 comunidades já forma certificadas como quilombolas. Quando se trata da região sul, em especial Santa Catarina o número de trabalhos não chega a dez, e nenhum sobre Joinville, considerando que a comunidade “Beco do Caminho Curto” teve o seu certificado em abril de 2019 e que a outra comunidade quilombola da cidade chamada “Ribeirão do Cubatão” recebeu seu certificado em dezembro de 2019⁸. Este será o primeiro trabalho acadêmico a abordar quilombolas em Joinville.

O estado de Santa Catarina tem uma grande diversidade étnica, entretanto construiu sua narrativa histórica com enfoque nos imigrantes europeus, minimizando a presença negra, ou então deixando sem mencionar. Deste modo, é possível perceber, como aponta a autora Ilka Boaventura Leite (1991, p.35) que “*Enquanto a identidade brasileira é inclusiva, procura contemplar a diferença étnica, a identidade do sul, se constrói pela negação do negro [...]. Um dos fortes componentes da identidade étnica da região Sul no âmbito da Nação é sua branquidade, a sua europeização*”. Devido ao fato de os registros dos números de escravos na região Sul ser menor se comparado ao Sudeste e demais regiões do Brasil, e do tipo de trabalho realizado pelos escravos, é que se construiu o argumento de que praticamente não havia negros em Santa Catarina, e que o estado foi construído apenas pelos imigrantes europeus, em especial os alemães.

Em Joinville esta narrativa é muito evidente e é possível perceber várias tentativas de perpetuar essa retórica em uma incansável busca por uma identidade germânica, assim como também há um forte investimento por parte dos governantes em manter essa narrativa. A história da cidade é contada a partir do episódio de chegada dos imigrantes, em 1851, quando era chamada de colônia Dona Francisca. O território da província era o dote de casamento da princesa Francisca Carolina com o francês François Ferdinand Philipe. O príncipe contratou a Companhia Colonizadora de Hamburgo, que foi a responsável por trazer os imigrantes europeus para colonizar a província. Entre os primeiros imigrantes a chegarem à colônia Dona Francisca estavam alemães, noruegueses e suíços, e foi com base nessa imigração que a história da cidade foi construída. Deste modo, assim como Guedes (2007, p.2) aponta em seu estudo sobre “*A escravidão em uma colônia de ‘alemães*”, que “*as origens de Joinville foram afirmadas sobre o imigrante europeu, procurando-se minimizar a participação daqueles que os antecederam, quer fossem indígenas, brasileiros ou negros*”. Devido a isso, a história dos escravos na cidade foi omitida na narrativa oficial, a fim de que a identidade alemã, dos colonizadores europeus se tornasse preponderante frente as outras várias que também fazem parte da construção da cidade. No entanto como revela a autora que ao analisar a história da cidade, a partir de documentos eclesásticos e outros documentos não produzidos pela administração na colônia, é possível perceber que o número de escravos era significativo, contudo, estes assim como os luso-brasileiros não eram contabilizados no censo oficial da companhia colonizadora. Todavia segundo Fernandes, Carelli e Meira (2020) nos últimos anos o movimento negro da cidade, em conjunto com pesquisas mais recentes, trabalha para que a discussão das populações negras de Joinville tenha espaços no debate público.

6 A pesquisa foi realizada na plataforma de catálogo de teses e dissertações da Capes, durante o mês de abril. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acessado em: abr. 2020.

7 A fundação criada a partir da Constituição Federal de 1988, vinculada ao Ministério da Cidadania, tem como intuito promover políticas culturais para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras como patrimônios nacionais. Assim como, compete a fundação a emissão de certidão às comunidades quilombolas, por meio do § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95> Acessado em: 19 de mai. 2020.

8 Disponível em: <<https://omirantejoinville.com.br/2020/03/05/comunidades-remanescentes-quilombolas-resgatam-historia-negra-em-joinville/>>. Acessado em: 30 de jun. 2020.

Histórias de Vida e Patrimônio

A metodologia a ser trabalhada na pesquisa é inspirada no Ateliê Biográfico da metodologia Pesquisa-Formação, comumente usada no campo (auto)biográfico, proposta por Delory-Momberger (2014); Josso (2010); Abrahão (2016), que consiste num processo coletivo de construção e escuta da narrativa de si, buscaremos propiciar às mulheres envolvidas, experiências narrativas de compreensão de si pela reflexividade do seu processo de construção de identidades e de formação, seja formal ou informal. Para Delory-Momberger a narrativa de vida *“precisa entrar num dispositivo de formação pelo qual o autor da narrativa vai poder tornar-se o ator de sua história, isto é, reapropriar-se do sentido de sua vida”* (2014, p.318). Ao trabalhar as narrativas na perspectiva de formação, possibilita que além do sujeito poder pensar a si mesmo pela sua trajetória de vida, esse ato de pensar e refletir sobre ele mesmo seja já uma formação de si, que lhe permitirá *“agir sobre si mesmo e sobre as estruturas sócio-históricas nas quais ele evolui, dando-lhe os meios de inserir sua história no sentido e na finalidade de um projeto”* (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 315).

O sujeito está sempre em construção, ele não tem um fim, e está sempre se projetando no futuro, essa projeção se traduz nos projetos do sujeito, que são revelados na narrativa, na sua história, que por sua vez, está sempre a ser feita, é *“a emergência desse sujeito, que intenciona sua história, que conta a história de vida”* (DELORY-MOMBERGER, 2014, p.346). Sendo assim, a oficina aborda a história de vida na dinâmica de passado, presente e futuro, a fim de que o sujeito pense sobre seu futuro e faça emergir seu projeto de vida, com isso a história do sujeito se torna vetor de movimentação para executar um projeto concreto. Esses projetos podem ser esboços, já abandonados ou realizados, de realização pessoal, seja profissional, social, existencial, entre outras. Assim, as aprendizagens que o sujeito tem ao longo da sua vida, sejam profissionais, com a família, as afetividades, e as pertencas articulam, compõe nosso ser, evidenciando, então, a subjetividade do sujeito e a sua construção identitária, pois *“A experiência implica a pessoa na sua globalidade de ser psicossomático e sociocultural, isto é, ela comporta sempre as dimensões sensíveis, afetivas e conscienciais”* (JOSSO, 2010, p. 49).

Trabalhar com histórias de vida numa perspectiva de formação pode ser um caminho autônomo e colaborativo onde os sujeitos experimentam um processo de aprendizagem existencial, com destaque para as memórias de momentos disruptivos que modificaram suas vidas e que, no processo de reflexão, compartilhamento e escuta, possam levar a uma consciência de si. A oportunidade de autoformação e conhecimento de si possibilita experiências em nível existencial de forma holística, oferecendo ao sujeito reflexões de si para si, mas também de si para o grupo social e de si com a natureza em articulações humanas mais amplas. Acreditamos nas narrativas de vida dessas mulheres como patrimônio imaterial, e o GP “Subjetividades e (auto)biografias” vem trabalhando na discussão de Patrimônio Cultural e Histórias de Vida.

O campo do patrimônio cultural vem se alargando com o tempo, a Convenção do Patrimônio Cultural e Imaterial em 2003 contribuiu para essas mudanças assim como dos seus sentidos. Segundo Venera (2017, p.98) *“Patrimônio Cultural é um conceito em movimento e aparece todas as vezes em que a condição social oferece demandas de passados, ou quando existe em pauta a ideia de desaparecimento, de ameaça de uma perda”*. Atualmente se observa muitos grupos reivindicando seu passado, afim de terem no presente sua identidade representada, ou seja, de *“diferentes formas ou intensidades, existe um arranjo de tempo e memória, um desejo de herança, de lutar pela afirmação no presente e contra a finitude da vida”* (VENERA, SZYMCZAK, 2017, p.22). No entanto, essa vontade de participar do patrimônio não é garantida, visto que quando se determina o que é ou não patrimônio, o que tem valor ou não, e quem define isso, está-se lidando com a exclusão. Ao lidarmos com a memória do outro, ao escutarmos a história do outro, podemos perceber novas formas de olhar para a história, assim, como a nós mesmos, *“ao fazer isso, ao mesmo tempo em que expõe sua diferença também compartilha o comum humano com a potência da linguagem e da comunicação”* (VENERA, SZYMCZAK, 2017, p.24). Somos seres sociais, vivemos, aprendemos, nos constituímos nas relações com o outro, entender a realidade do outro, permite a consciência das desigualdades, das diferenças



que existem, mas também permite que eu veja esse outro não como melhor ou pior que eu, mas tão humano, tão vulnerável quanto eu. De acordo com Venera (2017, p.102) as histórias de vida “*são capazes de conectar em redes um conjunto de emoções, práticas que identificam vidas humanas em um mesmo tempo e registram as formas de vida comuns em um tempo*”. O bem mais precisos é a vida, sem ela nada tem sentido, olhar a história de vida como patrimônio é uma possibilidade de rever os valores atribuídos e as estruturas do campo.

Considerações finais

Considerando que se trabalhará (auto)biográficas num processo de partilha de narrativa e de escuta, os resultados da pesquisa dependerão das memórias que serão mobilizadas na construção narrativa produzidas durante o processo do ateliê biográfico. Contudo, espera-se que o material de pesquisa possibilite refletir sobre o processo de autoformação, da construção identitária dessas mulheres e sua articulação com a as memórias ancestrais. Ao trabalhar com (auto)biografias de mulheres quilombolas na perspectiva de autoformação, espera se contribuir nos estudos acerca de identidades quilombolas, de identidades de mulheres negras e na visibilidade das populações negras em Joinville. O projeto de pesquisa de dissertação, vinculado ao Grupo de Pesquisa (GP) “Subjetividades e (auto)biografia” espera contribuir com produções inéditas ao GP e ao campo da pesquisa (auto)biográfica. Através da construção de um corpus empírico e teórico que vai além de uma dissertação, mas oferece ao grupo sistematizações de experiências que ampliam as discussões no campo do Patrimônio Cultural, na defesa das histórias de vida como patrimônio, e contribuindo para os demais estudos e pesquisas já iniciados e realizadas pelo GP.

Referências

- ABRAHÃO, M. H. M. B. Intencionalidade, reflexividade, experiência e identidade em pesquisa (auto)biográfica: dimensões epistemo-empíricas em narrativas de formação. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FERREIRA, Márcia Santos. (Org.). **Perspectivas epistêmico-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Curitiba: CRV, 2016.
- DELORY-MOMBERGER, C. **As histórias de vida: da invenção de si ao projeto de formação**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB, 2014. 362 p.
- FERNANDES, R. C.; CARELLI, M. N.; MEIRA, R. B. Insurreições patrimoniais: os espaços negros no cemitério do imigrante em Joinville, SC. SOSSAI, Fernando (et al). **Patrimônio e sociedade: desafios a futuro**. Joinville – SC: Editora da Univille, 2020. Disponível em: <<https://enipac2019.com/index.php/e-book/>>.
- GUEDES, S. P. L. de C. A escravidão em uma colônia de “alemães”. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais [...]**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. Disponível em: <https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/ce32f47f210eaa845be52b665f264754.pdf>.
- HALBWCHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990. Tradução de: Laurent Léon Schaffter.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.
- JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. Natal: UFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- LEITE, I. B. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. **Textos e Debates: Núcleo de estudos sobre identidades e relações interétnicas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5-42, 1991.

REBELATTO, M. **Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX**. 2006. 160 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Tradução de: Alain François [et. Al].

SZYMCZAK, M. B. **Histórias de vida e patrimônio cultural: desafios do Museu da Pessoa**. 2018, 189 f. **Dissertação** (Mestrado) – Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville - Univille, Joinville, 2018.

VENERA, R. A. S. **Histórias de vida e patrimônio**. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 87-104, jan. 2017.

VENERA, R. A. S.; SZYMCZAK, M. B. **O poder do comum: comunidades narrativas, comunicação de vidas**. **Panorama**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 20-25, ago./dez. 2017.



INDÚSTRIA CALÇADISTA, MIGRAÇÕES E OPERARIADO EM IGREJINHA/RS (1960-1970)*Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli***Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT****Introdução**

A presente pesquisa foi, inicialmente, realizada como parte de um trabalho de conclusão de curso em História. O principal objetivo desse artigo é compreender como se formou o operariado que veio a trabalhar nas fábricas de calçados do município de Igrejinha/RS entre as décadas de 1960 e 1970, considerando principalmente os movimentos migratórios que influenciaram a formação desse grupo.

Ao se pensar a indústria calçadista em Igrejinha é de extrema importância a situação dos trabalhadores que fizeram parte desse processo. Diante disso, acredita-se que seja essencial observar como se formou o operariado que atuou nas fábricas de calçados, levando em consideração aspectos como movimentos migratórios, laços de solidariedade, divisão do trabalho nas fábricas, entre outros. Todas essas questões são importantes para a compreensão desse processo de industrialização que se observou em Igrejinha durante as décadas de 1960 e 1970.

A formação do operariado: do meio rural ao meio urbano

Ao estudar as relações de trabalho observadas na indústria calçadista do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região do Vale do Rio dos Sinos, o sociólogo Sergio Schneider (2004) destacou três tipos específicos de mão de obra utilizada no setor calçadista, sendo elas: os operários antigos, os migrantes proletarizados e os colonos-operários. Da mesma forma que no Vale dos Sinos, a partir das fontes consultadas para essa pesquisa pode-se considerar que a formação do operariado no Vale do Paranhana seguiu o mesmo processo. Em virtude de nosso recorte temporal, nessa pesquisa serão abordados os dois primeiros “tipos” de mão de obra do setor industrial calçadista.

A produção de calçados no Rio Grande do Sul recebeu características propriamente industriais apenas na década de 1960 e os primeiros trabalhadores do setor eram, em sua maioria, filhos de pessoas que trabalhavam em áreas rurais da região do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana. Muitas pessoas acabaram iniciando a vida profissional nas fábricas em virtude da impossibilidade de divisão das terras cultiváveis, pois os lotes ficaram cada vez menores conforme passavam por herança para os filhos dos colonos, o que impedia que o campo absorvesse toda a força de trabalho disponível para a agricultura (SCHNEIDER, 2004). Sobre essa questão ainda pode-se destacar que

[...] mais do que atraídos pelos empregos assalariados, os filhos dos colonos viam nas fábricas uma alternativa ao trabalho agrícola. De certa maneira, pode-se afirmar que a possibilidade de assalariamento desses jovens na indústria de calçados representou uma sobrevida ao já decadente sistema agrícola colonial. Pois, inexistindo a possibilidade de expansão da fronteira agrícola, a absorção da força de trabalho excedente das propriedades rurais pelas empresas postergou, por mais um período, as mudanças estruturais que estrangulavam a agricultura familiar da região (SCHNEIDER, 2004, p. 38).

Com os problemas que a região rural enfrentava devido à falta de áreas cultiváveis para toda a mão de obra ociosa no campo, as fábricas passaram a abarcar esse contingente populacional que buscava melhores condições de trabalho assalariado. Para exemplificarmos, citamos o caso de uma senhora que saiu da área rural de Canela e fixou residência com sua família em Igrejinha em 1968:

A gente veio porque era mais fácil, porque tinha fábricas... A minha filha já estava com dezesseis



anos e estava convidada para trabalhar, a mais velha... E a gente veio de muda para trabalhar na fábrica, e meu marido também para encontrar um trabalho (A.H.W., ex-operária, Igrejinha).

Como se pode perceber nesse relato, o trabalho na fábrica ocasionava certo interesse nos filhos de colonos, isso se dava devido ao aumento no número de estabelecimentos industriais na região do Vale do Paranhana a partir da década de 1960 e também porque era uma oportunidade de ascensão financeira devido ao trabalho assalariado que a indústria promovia. Através do relato citado anteriormente, pode-se perceber que a maioria dos operários que iniciaram sua vida profissional nas fábricas de Igrejinha na década de 1960 eram pessoas que saíram das áreas rurais, da “roça”, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Em grande parte, eram de regiões próximas, mas muitos deslocavam-se com toda sua família, o que exigia grande reorganização financeira. É interessante observar que “antes de a industrialização instaurar formas típicas de assalariamento, as relações entre operários e empregadores eram fortemente perpassadas pelo parentesco e pela origem étnica germânica em comum” (SCHNEIDER, 2004, p. 38). De fato, no início da produção de calçados em Igrejinha, muitas empresas optavam por contratar pessoas já conhecidas para trabalhar, isso se dava, como citado anteriormente, pelas relações de amizade e/ou parentesco, ou seja, muito das relações que se observavam na pequena produção agrícola familiar foram redefinidas no espaço fabril, entretanto, com o passar dos anos as relações de trabalho foram sendo alteradas, isso se deu em virtude do aumento da demanda de produção e também da chegada de migrantes para a região (SCHNEIDER, 2004).

No final dos anos 1960, a indústria calçadista do Rio Grande do Sul, inclusive de Igrejinha, passou a exportar sua produção. Essa “abertura” do setor às exportações gerou um impacto de modernização, além disso, esse momento da indústria calçadista rio-grandense foi

[...] marcado por acúmulo de pedidos dos importadores de calçados, gerando um intenso crescimento extensivo do setor com incorporação de recursos e mão-de-obra. Esse caminho foi facilitado pelas encomendas dos importadores de altos volumes de calçados – atingindo, em alguns casos, de 100 a 150 mil pares por pedido – padronizados e a preço baixo (até cinco dólares o par), permitindo uma maior mecanização da produção e a difusão de técnicas tayloristas-fordistas de organizar o processo de trabalho (COSTA, 2004, p. 14).

Com as transformações transcorridas das exportações do calçado sul-rio-grandense, principalmente a partir do início da década de 1970, pode-se dizer que houve um aumento no número de “[...] empregos de milhares de migrantes, oriundos das áreas de pequena agricultura das regiões norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul” (SCHNEIDER, 2004, p. 41). O emprego de migrantes se deu em virtude do esgotamento da absorção dos trabalhadores da região do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana. Sobre isso, ainda se destaca que,

[...] os migrantes que buscaram trabalho nas empresas de calçados do Vale dos Sinos eram jovens (até 30 anos), filhos de colonos (pequenos agricultores, parceiros, meeiros, sem-terra e outros), com pouca ou nenhuma terra ou filhos de meeiros, agregados ou posseiros que haviam perdido suas terras. Em geral, foram poucos os que migraram diretamente do meio rural para as cidades maiores ou pólos industriais. A grande maioria cumpriu um longo itinerário, que, muitas vezes, iniciou com o deslocamento da moradia do meio rural, local de origem, ao núcleo urbano mais próximo e deste para as cidades menores localizadas nas intermediações dos centros urbanoindustriais mais desenvolvidos [...] (SCHNEIDER, 2004, p. 41).

Para exemplificarmos esse processo migratório à região do Vale do Paranhana, em especial à Igrejinha, destacamos o relato de um senhor que começou a trabalhar na fábrica de calçado em Igrejinha no ano de 1973 e que migrara para a região do Vale do Paranhana em busca de trabalho:

Antes de vir para cá eu trabalhei em “serviço de mato”: cortando madeira, carregando caminhão de madeira, arrastando madeira no mato, essas coisas... Sai do mato e vim para cá, só sabia de sapato que era de colocar no pé: o direito e o esquerdo... Porque tu usava às vezes né, muito pouco, mas usava... E quando eu cheguei que me falaram de montar sapato eu pensei: “Uh, o que é isso?”... E daí quando



me deram na mão que eu fui aprender, meu amigo, foi um “baile” (J.M., ex-operário, Igrejinha).

Como se pode perceber através desse relato, muitos migrantes que se dirigiram para Igrejinha não trabalhavam no setor calçadista anteriormente, obviamente, porque provinham de regiões onde o calçado não predominava economicamente. Nesse sentido, a aprendizagem da nova profissão tornava-se um desafio para os migrantes-operários, como confirma outra parte do depoimento desse senhor:

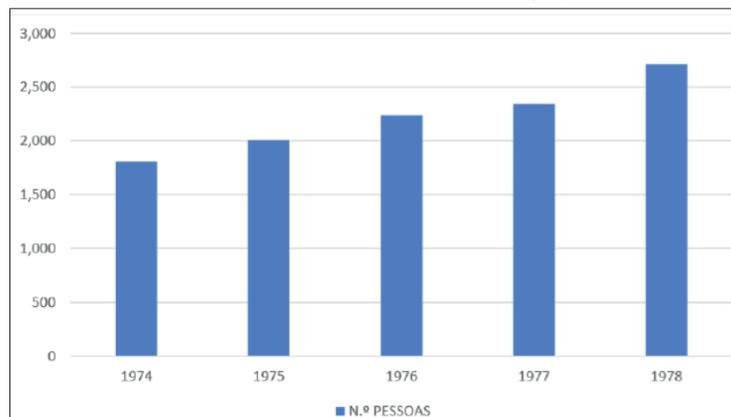
É que na época que eu vim para cá o que mais tinha era calçado e as fabricas de cepa, porque eram feitas muitas sandálias com cepa e os tamancos... Mas o que predominava era o calçado... Para entrar na fábrica, eu tive que aprender a fazer o sapato, não era assim que nem hoje que tem essas facilidades e tudo... Hoje, as fábricas estão pagando para te ensinar a trabalhar, naquela época não, ou tu ia pagar alguém para te ensinar ou tu ia trabalhar de graça para aquela pessoa que ia te ensinar, tu trabalhava um mês ou dois até tu aprender... E eu não me arrependo de ter feito isso, eu trabalhei, o “cara” me ensinou a montar o sapato, fazer o corte, a fôrma e montar todo o sapato a mão, o sapato infantil ainda... Do zero ao trinta e dois a gente fazia... Tu pegava o corte e a fôrma e fazia todo o processo, tudo manual, rebater, fazer cama de salto, tudo no martelo... Eu trabalhei com esse rapaz, ele me ensinou e ele me colocou dentro dos Calçados Clarice, porque ele trabalhava para eles e eu fiquei quatorze anos lá... (J.M., ex-operário, Igrejinha).

Como se pode perceber a trajetória desses migrantes-operários nem sempre era favorável, pois além de estarem longe de sua cidade de origem, muitos não conheciam o ofício do trabalho na fábrica de calçados e tiveram que aprender. Em uma pesquisa realizada por Medianeira Hartmann Naissinger (2009) sobre o processo migratório para o município de Sapiranga, também no estado do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1970 e 1990, a autora discute as dificuldades enfrentadas por migrantes que vieram a esse município também em busca do trabalho nas fábricas de calçados. Sobre isso, Naissinger destaca que

[...] devemos lembrar que os migrantes, em qualquer tempo, lugar e contexto são sempre vistos como “o outro” e por isso, muitas vezes tornam-se objeto de curiosidade, medo, desprezo e preconceito. A hostilidade contra “os de fora” é histórica e não aconteceu apenas em Sapiranga (NAISSINGER, 2009, p. 41).

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos migrantes, a adoção dessa força de trabalho no setor calçadista em todos os municípios do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana foi essencial para que as empresas conseguissem aumentar seu volume de produção, fator imprescindível para a continuação do desenvolvimento das exportações (SCHNEIDER, 2004). Além disso, apesar dos “[...] trabalhadores fossem pouco qualificados e sem conhecimentos prévios de atividades fabris, formavam uma força de trabalho capaz de ser absorvida no processo produtivo” (SCHNEIDER, 2004, p. 42). Com a chegada dos migrantes-operários aumentou o contingente da força de trabalho nas fábricas do município de Igrejinha, conforme mostra o gráfico abaixo da década de 1970:

Gráfico 01 – Mão de obra do setor calçadista de Igrejinha (1974 – 1978)



Fonte: gráfico criado pelo autor com base nas informações contidas no 8º Censo do Calçado do Rio Grande do Sul do ano de 1978.

A partir da análise do gráfico 01 verifica-se que entre os anos de 1974 e 1978 o número de pessoas empregadas no setor calçadista em Igrejinha teve um aumento constante. Ainda de acordo com o 8º Censo do Calçado, realizado em 1978, o maior aumento de funcionários nesse período foi do ano de 1977 para 1978 quando 367 pessoas ingressaram no setor. O desempenho da força de trabalho nesses anos também aumentou significativamente: em 1974 foram produzidos 1.449 pares de calçados e em 1978 foram produzidos 2.302 pares, o que demonstra um aumento significativo na produção em poucos anos. A maioria dos trabalhadores do setor que trabalhavam como mão-de-obra direta eram homens, entretanto, essa predominância era pequena, visto que, os homens representavam 54,43% e as mulheres 45,57% dos trabalhadores.

Conforme o gráfico demonstra, houve um aumento significativo de trabalhadores no setor calçadista em Igrejinha durante a década de 1970. Isso vem de encontro ao que foi salientado anteriormente sobre o processo migratório no qual a região esteve inserida. Muitos migrantes-operários ajudaram a formar esse quadro da força de trabalho do setor calçadista igrejinense na década de 1970.

O aumento de pessoas que trabalhavam na indústria calçadista de Igrejinha refletiu-se também no aumento populacional do município. De acordo com dados apresentados por Schneider (2004), Igrejinha tinha em 1970 cerca de 7 mil habitantes; esse número aumentou para 12 mil pessoas em 1980; para 18,3 mil pessoas em 1991 e para 26,8 mil pessoas no ano 2000. Esse aumento populacional foi o reflexo de um desenvolvimento econômico e social que Igrejinha passou, em grande parte, por influência do setor calçadista.

Considerações finais

De uma forma geral, pode-se considerar que a formação do operariado no Vale do Paranhana, em especial no município de Igrejinha, seguiu um longo percurso. Inicialmente, as pessoas que formaram a mão de obra no início da fabricação de calçados nos moldes industriais durante a década de 1960 eram pessoas oriundas da área rural da própria região, que viam nas fábricas uma oportunidade de melhores condições de trabalho assalariado. Posteriormente, com a entrada do setor no mercado internacional e com o aumento da demanda de produção, muitos migrantes, principalmente da região norte e noroeste do Estado do Rio Grande do Sul passaram a fazer parte do cenário industrial calçadista de Igrejinha. A presença desse grupo acabou alterando também o perfil da sociedade igrejinense, que antes era fortemente marcada pela presença de descendentes de alemães e que com a chegada dos migrantes acabou se diversificando.

Referências

COSTA, A. B. da; PASSOS, M. C. (Orgs.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

NAISSINGER, M. H. **Cenário, personagens e enredo de um processo migratório**: Sapiranga (1970 – 1990). Taquara: Faculdades Integradas de Taquara, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em História.

SCHNEIDER, S. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, A. B. da.; PASSOS, M. C. (Orgs.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

A LÁPIDES E OS ESCANDINAVOS: O CEMITÉRIO DO IMIGRANTE DE JOINVILLE COMO UM LOCAL DE MEMÓRIA

Rebeka Hilda Rodrigues

Dione da Rocha Bandeira

Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

Introdução

Os estudos acerca do Cemitério do Imigrante em Joinville têm sido voltados ao apagamento histórico de grupos étnicos na cidade. A escolha por trabalhar com um cemitério vem do forte teor simbólico e apego à memória que estes invocam. Como pontuado por Marcelina das Graças de Almeida em “Memórias, lembranças, imagens: o cemitério” (2004), os cemitérios são locais de memórias e de compartilhamento humano. Outrossim, as lápides “[...] são ‘representantes materiais’ dos que já morreram” (KEISTER, 2004, p. 7). Dilney Cunha, em sua monografia, “O Luteranismo em Joinville nos primórdios da colonização: 1851-1889”, apresenta depoimentos de visitantes que destacam esse compartilhamento humano. Ainda, Henry Rodrigues Bellomo (2000), elucida que os cemitérios também são fontes históricas por, entre outros fatores, projetam as diferenças sociais de uma comunidade, desde a formação étnica, passando por ideologias políticas e crenças religiosas, até indicadores econômicos e gostos artísticos.

O Cemitério do Imigrante de Joinville foi aberto em 1851 com a vinda do pastor alemão Jacob Daniel Hoffmann. Por conseguinte, os primeiros registros foram de dezembro de 1851, quando o pastor Hoffmann passou a redigi-los e após a mudança para o atual terreno. Desde março do mesmo ano os mortos da Colônia Dona Francisca, atual Joinville, eram enterrados “no final da clareira, onde o caminho Jurapé atravessava o Ribeirão Matia” (FICKER, 1965, p. 94). Funcionando como um cemitério protestante por volta de 62 anos, foi fechado em 1913 quando da abertura do cemitério municipal, tendo havido ainda um último sepultamento em 1961. No ano seguinte, o Cemitério do Imigrante foi tombado em uma reunião do Conselho Consultativo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por unanimidade, sob o pretexto de ser um monumento funerário de valor paisagístico e histórico.

Entre listas e lápides, seria o Cemitério dos Imigrantes um local de memória da imigração escandinava?

Sendo que cemitérios são locais de memória e o Cemitério dos Imigrantes de Joinville é um local de memória dos primeiros imigrantes e dos negros escravizados à época de colonização, pareceu lógico, inicialmente, que uma pesquisa sobre a imigração e presença escandinava em Joinville passasse por um estudo das lápides de imigrantes que, por ventura, fossem encontradas nesse cemitério. Intitulada “As lápides e os escandinavos: o Cemitério do Imigrante como local de memória”, esta pesquisa recebeu apoio do financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Para essa pesquisa foi utilizado, primeiramente, as publicações “Joinville – os pioneiros”, volume 1 (abarca o período de 1851 a 1866) e 2 (abarca o período de 1867 a 1881), de Maria Thereza Böbel e Raquel San Thiago. Os dois volumes, publicados respectivamente em 2001 e 2005, trazem um compilado de listas de imigrantes que vieram para a Colônia Dona Francisca, atual Joinville. As informações foram retiradas das listas de embarque e desembarque dos navios e, em alguns casos, de publicações no Kolonie Zeitung (Jornal da Colônia). Todas as fontes se encontram no Arquivo Histórico de Joinville.

As tabelas, publicadas por Böbel e S. Thiago, com as informações dos imigrantes contêm um cabeçalho com o nome do navio, data de partida e chegada, nome do capitão, procedência e destino do navio e número de passageiros.

Em algumas há ainda informado nascimentos e/ou falecimentos durante a viagem. Abaixo do cabeçalho, a tabela é dividida em sobrenome e nome do passageiro, idade, profissão, cidade, região/país, religião, dados coletados pela tradutora, anotações no Diário de Imigração (Jornal da Colônia) e listas às quais foram encontrados os imigrantes. Destaco, ainda, as mesmas observações de Böbel e S. Thiago tais como o fato de que nem todos os passageiros estão ao mesmo tempo nas listas do jornal, elaborado pelo Diretor da Colônia, e na lista oficial do navio, elaborada pelo Agente de Emigração em Hamburgo. Em alguns casos, principalmente o de mulheres e crianças, no item profissão consta o grau de parentesco com algum imigrante – na maioria das vezes, masculino (pai ou noivo) – e/ou estado civil (aparece como “solteira”, “viúva” etc.). Também ressalto que nas observações de Böbel e S. Thiago (2001) há informação que os imigrantes noruegueses muitas vezes usavam como sobrenome a localidade de onde vinham.

Todos esses dados foram colhidos novamente por mim e postos em uma nova tabela, com a diferença que destaquei, propositalmente, os imigrantes escandinavos que são foco da pesquisa. Aqui é necessário fazer uma ressalva. Segundo Carlos Sá (2015), em seu artigo “Por uma busca de dinamarqueses no Brasil: um estudo de caso inicial”, os imigrantes que vieram de Schleswig e Holstein, na segunda metade do século XIX, não sabiam qual era sua nacionalidade. Nas listas publicadas por Böbel e S. Thiago isto fica claro quando alguns imigrantes se identificam apenas como vindos de Schleswig, apenas de Holstein ou como vindos de alguma cidade de um desses ducados e ao mesmo tempo da Dinamarca.

Considerando que a primeira publicação de Böbel e S. Thiago se restringe às imigrações ocorridas entre 1851 e 1866, e que neste meio tempo houve mudanças geopolíticas nos países escandinavos, minha pesquisa abrange todos os imigrantes que vieram de Schleswig-Holstein, entre 1851 e 1866, que foram destacados como dinamarqueses porque constavam “Dinamarca” no item “região/país” – independentemente da cidade informada, pois entendo que uma vez que há tantas diferenças partindo de um grupo vindo do mesmo lugar, a nacionalidade tenha sido autodeclarada. Nos casos em que marcavam somente “Jutlândia” e “Islândia” também considerei como dinamarquês por permanecerem como território da Dinamarca por todo século XIX – no caso da Islândia – e até os dias de hoje – no caso da Jutlândia.

Nesta nova tabela também incluí dados coletados durante a pesquisa, “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação”. Este projeto de pesquisa financiado pela FAPESC e coordenado pela historiadora Arselle de Andrade Fontoura, foi um trabalho conjunto entre o Arquivo Histórico de Joinville, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e o Centro de Conservação de Bens Culturais que resultou, além de outros materiais, em dois registros de óbitos: um católico e um evangélico. Escolhi para minha pesquisa utilizar o registro de óbitos evangélico, visto que os imigrantes escandinavos vêm de países protestantes. A base para formação deste registro foram os dados coletados da Comunidade Evangélica de Joinville, estes são: n° e ano de sepultamento, tomo em que foi registrado, nome do defunto, idade, naturalidade, religião, data de falecimento, período do dia em que faleceu e hora, data e hora do enterro, local do enterro, causa mortis, residência do defunto, estado civil e nome de nascimento (no caso de mulheres), profissão do defunto, nome e profissão do pai do defunto, nome de nascimento e de casada da mãe do defunto, local de residência dos pais do defunto e algumas observações (quando há).

Como um dos objetivos em minha pesquisa é localizar e analisar as lápides dos escandinavos no Cemitério do Imigrante de Joinville, eu também utilizei o levantamento de sepultamentos do Cemitério produzido por Dilney Cunha, atual diretor do Arquivo Histórico, em 1995. No levantamento é informado o nome do defunto, data de nascimento e falecimento, n° da sepulta e do jazigo. Quando há observações, geralmente informa o nome de solteiro das mulheres – isto ocorreu porque o registro de óbitos, embora muito detalhado, têm no item “local_enterro” outros cemitérios além do Cemitério do Imigrante – o qual aparece como “Cemitério Evangélico de Joinville”. Em alguns casos apenas informa que o defunto foi enterrado em Joinville. Segundo Hilda Anna Krisch (1991, p. 10) “nem todos os registrados no Registro de Óbitos [da Igreja Evangélica Luterana] foram sepultados no Cemitério dos Imigrantes, constando outras localidades como: Dona Francisca, no terreno do pai, etc”.



Em virtude de todos os aspectos mencionados, contabilizei 545 imigrantes escandinavos. São 258 imigrantes dinamarqueses, 219 suecos e 68 noruegueses. Destes 545 imigrantes que consegui, encontrei no registro de óbitos evangélico da pesquisa “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” os seguintes: Peter Gustav Petersen (Noruega, sepultamento nº 166, no ano de 1857, em Joinville), Christopher Larsen Talemoe (Noruega, sepultamento nº 193, no ano de 1857, no Cemitério do Interior), August C. Wickstrom Görresen (Noruega, sepultamento nº 14, no ano de 1867, em Joinville), Jörgen G. Nielsen Sliperen (Noruega, sepultamento nº 19, no ano de 1866, no Cemitério Evangélico de Joinville), Gjerth Ohlsen, sepultamento nº 19, no ano de 1888, no Cemitério Evangélico de Joinville), Ulrich Ulrichsen (Noruega, sepultamento nº 58, no ano de 1890, no Cemitério Evangélico de Joinville), Jon Einardson (Islândia, sepultamento nº 27, no ano de 1866, no Cemitério da Estrada Blumenau), Catharina C. Christiana Herbst (Dinamarca, sepultamento nº 45, no ano de 1870, em Joinville), Niels Jensen (Dinamarca, sepultamento nº 73, no ano de 1873, em Joinville), Elisabeth M. Johanna Höpfner (Dinamarca, sepultamento nº 50, no ano de 1913, no Cemitério Evangélico de Joinville), Franz Oscar Rapp (Suécia, sepultamento nº 6, no ano de 1866, em Joinville) e Carl Johann Brolin (Suécia, sepultamento nº 36, no ano de 1897, no Cemitério Evangélico de Joinville).

Encontrei, ainda, no registro de óbitos evangélico, mais 13 imigrantes que não constavam nas publicações de Böbel e S. Thiago. São estes: Andreas Ludwigsen (Dinamarca, sepultamento nº 13, no ano de 1885, em Joinville), Ingberg Petersen (Dinamarca, sepultamento nº 25, no ano de 1890, em Joinville), Johann Fibiger (Dinamarca, sepultamento nº 24, no ano de 1890, em Joinville), Christian Fibiger (Dinamarca, sepultamento nº 68, no ano de 1893, no Cemitério Evangélico de Joinville), Emilie Valentin (Dinamarca, sepultamento nº 47, no ano de 1873, em Joinville), Carlamine Ericksen (Dinamarca, sepultamento nº 2, no ano de 1873, em Joinville), Karl Hansen (Dinamarca, sepultamento nº 13, no ano de 1883, em Joinville), Albert Olaf Ulsen (Dinamarca, sepultamento nº 3, no ano de 1893, no Cemitério Evangélico de Joinville), Anna Christensen (Dinamarca, sepultamento nº 9, no ano de 1882, em Joinville), Johanne Charlotte Anderson (Suécia, sepultamento nº 61, no ano de 1906, na Estrada Catarina L. Schützler, Joinville), Maria Sofia Anderson (Suécia, sepultamento nº 45, no ano de 1869, em Joinville), Johann Joensson Oedmann (Suécia, sepultamento nº 36, no ano de 1896, no Cemitério Evangélico da Estrada Catarina) e Niels Nielson (Suécia, sepultamento nº 55, no ano de 1912, no Cemitério Evangélico de Joinville).

De todos os 545 imigrantes que coletei informações através de Maria Thereza Böbel e Raquel San Thiago, mais os 13 encontrados no registro de óbitos e não publicados pelas autoras mencionadas, apenas um sepultamento foi levantado por Dilney Cunha, em 1995: o de Johanna Höpfner, nascida Brockmann, sepultada em 1913 no jazigo nº 50.

Me permito, aqui, fazer algumas considerações sobre o túmulo de Johanna Brockmann (Höpfner), a imigrante dinamarquesa enterrada no Cemitério do Imigrante. O sepultamento é duplo, de matéria-prima simples (alvenaria de pedra), com epitáfio em metal e nas línguas portuguesa e latim. Tanto o jazigo quanto a lápide são em formato retangular, sendo que esta última possui um relevo em cruz. O epitáfio em latim diz “Honrar pai e mãe”, já as inscrições confirmam as informações coletadas no livro “Joinville – os pioneiros”, de Böbel e S. Thiago, referentes a data e local de nascimento. Portanto, reitero que a imigrante seria de nacionalidade dinamarquesa, embora não signifique que ela não seja etnicamente alemã. É interessante destacar que o sepultamento se encontra na área sudeste do Cemitério, visto que a já mencionada monografia de Dilney Cunha, “O Luteranismo em Joinville nos primórdios da colonização: 1851-1889”, o autor fala em uma disposição dos jazigos definida por uma hierarquia social: os sepultamentos ao centro do cemitério pertenciam a uma elite, aos “personagens ilustres” da Colônia – o que não é o caso de Johanna Brockmann (Höpfner).

Imagem 1 – Sepultamento de Johanna Brockmann no Cemitério do Imigrante em Joinville.



Fonte: Rebeka Hilda Rodrigues

Considerações finais

Com os primeiros resultados da minha pesquisa em mãos, levantei algumas hipóteses quanto a falta de sepultamentos no Cemitério do Imigrante, assim como quanto a falta de representação social dos imigrantes escandinavos - alguns mais do que outros, como é o caso dos suecos. Primeiramente, não descarto a possibilidade de haver sepulturas soterradas no Cemitério do Imigrante e destas poderem pertencer à imigrantes escandinavos, visto que a pesquisa “Cemitério do imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” (2006, p. 101), cujo banco de dados utilizo, encontrou 26 novos jazigos “com evidências de enterramentos perdidos e sobrepostos, num contexto em que se pensava em jazigos perpétuos”. Da mesma forma, não descarto a possibilidade de que as lápides não identificadas por Cunha, mas que estão de pé, também possam pertencer a imigrantes escandinavos. E, é claro, há registrado sepultamentos em cemitérios no interior de Joinville.

Em segundo lugar, a emigração desses grupos escandinavos me parece ter sido muito forte, junto de casamentos com grupos germânicos. Com isso quero dizer que é possível que os imigrantes escandinavos não tenham permanecido em Joinville por muito tempo, podendo ter emigrado para outras colônias da região em busca de emprego, por exemplo. Ellen Woortmann (2016) traz como exemplo o caso de imigrantes suecos que após chegarem ao Brasil, optaram por se reestabelecer na Argentina, formando a colônia Oberá. Para esses imigrantes suecos a questão era só mais uma fronteira para atravessarem. Há, ainda, os casos dos noruegueses, em que Woortmann traz a perspectiva de eles serem apenas considerados parte de um “mito de origem multicultural” da cidade ou, então, tenham se tornado parte da comunidade teuto-brasileira - aí entrando os casamentos. Vejo que os imigrantes dinamarqueses também se encaixam nessas perspectivas considerando que ser juridicamente dinamarquês no século XIX não garante ser etnicamente dinamarquês - ainda mais quando entendemos que tanto Schleswig quanto Holstein eram povoados por diferentes grupos étnicos.

Por último, pensei nos casos de naturalização. Böbel e S. Thiago trazem no segundo volume de “Joinville - os pioneiros: documento e história” (2001, p. 115) um trecho de uma reportagem do Kolonie Zeitung (Jornal da Colônia) de 22 de janeiro de 1881 em que dizia que “com a agora legalização de igualdade de direitos dos naturalizados com os brasileiros natos, garantida politicamente e sem distinção de religião, é de se esperar uma naturalização em massa [...]”.

O Cemitério do Imigrante em Joinville é um importante patrimônio para a memória dos grupos migratórios da cidade. Ficou evidente com a pesquisa que os números de sepultamentos no Cemitério não condizem com a leva de

imigrantes escandinavos que Joinville recebeu. Por fim, a falta de representações desses imigrantes na historiografia local, provavelmente, advém de uma assimilação à grupos teutos-brasileiros - devido a fatores já mencionados.

Referências

- ALMEIDA, M. das G. de. Memórias, lembranças, imagens: o cemitério. **Estudos iberos-americanos**. Porto Alegre: PUCRS, v. 30, n. 1, jun. 2004, p. 105-122.
- BÖBEL, M. T.; THIAGO, R. S. **Joinville - os pioneiros**: documento e história, v. 2, 1867 a 1881. Joinville: UNIVILLE, 2005.
- BELLOMO, H. R. (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul**. Arte, sociedade, ideologia. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2000.
- CUNHA, D. O Cemitério. In: CUNHA, Dilney. **O Luteranismo em Joinville nos primórdios da colonização: 1851-1889**. Monografia. Joinville: UNIVILLE. 1996.
- FICKER, C. **História de Joinville**: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. 2 ed. Joinville: Letradágua, 1965.
- FONTOURA, A. de A. da. et al. **Cemitério do Imigrante**: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação. Joinville: FAPESC, 2007.
- KEISTER, D. **Stories in stone**: a field guide to cemetery symbolism and iconography. Salt Lake City: Gibbs Smith, 2004.
- KRISCH, H. A. **História dos Cemitérios dos Imigrantes e da Casa da Memória do Imigrante**. Joinville: Arquivo Histórico, 1991.
- SÁ, C. A. T. de. Por uma busca de dinamarqueses no Brasil: um estudo de caso inicial. **Revista Historiador**, n. 5, ano 5, dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- WOORTMANN, E. F. From adventures to settlers: norwegians in southern Brazil. In: SÆTHER, S. A. **Expectations Unfulfilled**: norwegians migrants in Latin America, 1820-1840. Holanda: Brill, 2016, p. 57-76.



DESIGUALDADES CULTURAIS E O CONTEXTO DOS QUILOMBOLAS

Jorge Nascimento

Cleusa Maria Graebin

Maria de Lourdes Borges

Universidade La Salle

Introdução

Contemporaneamente, as comunidades quilombolas da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul são espaços titulados. Mesmo com limitação tecnológica as Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQs) produziram um revés histórico ao desenvolver uma nova intensidade na sua comunicação, ao se conectar com pesquisadores e quadros sindicais e, por isso, passaram a ser parte integrante no quadro das políticas públicas brasileiras (NASCIMENTO, 2016). Nesse panorama, ainda temos a participação política de suas lideranças e instituições, como a Federação das Comunidades Remanescentes de Quilombos - FACQ e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONACQ, que nos apresentam o protagonismo que rompe com a experiência de segregação e invisibilidade social, mostrando o seu trabalho rural que tende em acompanhar a nova conjuntura do País.

Apesar desses avanços, as desigualdades em formato de preconceitos e invisibilidades para com os quilombolas e outros grupos específicos continua. Segundo Moreno (2007) a cultura pode ajudar a promover uma cristalização de pequenas e grandes violências, uma vez que está associada à (re)produção social e à organização do mundo. Por outro lado, é a própria cultura que pode ajudar a romper essa realidade (MORENO, 2007). Mais especificamente, o fenômeno aqui existente demarca espaço e posições estratégicas para o desenvolvimento da cultura agrária da etnia negra, que pressupõe um novo fator social político e econômico. Dessa forma, o negro retoma a sua memória e a própria identidade para construção de um novo universalismo.

Juntamente com os estudiosos e com os dirigentes sociais do mundo sindical, as comunidades remanescentes de quilombo da Metade Sul, entre os anos de 1990 e 2016, estiveram em processo de regularização fundiária e obtenção de políticas públicas de desenvolvimento à luz da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Por outro lado, é possível destacar o fenômeno do etnodesenvolvimento praticado por descendentes das matrizes africanas instaladas em terras brasileiras, como inovadoras formas de organização laboral e de relações de produção, de venda-compra e de troca, matizando a reprodução social das mazelas históricas produzidas pelo capitalismo. As estratégias de organização comunitária operam, ainda, na atualização de uma memória social, compartilhada, e simbolicamente significativa para outros grupos étnicos (SILVA; SILVA, 2011).

Diante deste contexto, a questão de pesquisa que este artigo busca investigar é: Quais possíveis inter-relações podem haver entre a vivência quilombola e as desigualdades culturais?

Para responder a esta questão de pesquisa, o desenvolvimento deste artigo teórico apresenta uma discussão sobre memória social e os quilombolas, em seguida sobre culturas e desigualdades, finalizando-se com as considerações finais.

Desenvolvimento

Memória Social e as CRQs

Para Pollak (1992) a memória não é apenas eletiva, mas define limites e exalta fatos. Disso decorre que a



memória, individual ou coletiva, remete-se a fatos vividos, a experiências narradas, a discursos institucionalizados e a lembranças “vivas por tabela”. Esses últimos são aqueles que nem sempre são presenciados pela pessoa que lembra, mas que habitam um imaginário coletivo e são atualizados em circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis (POLLAK, 1992).

Talvez seja por isso que se possa dizer, com Gondar (2005), que a memória é uma construção. Não porque possa ser arbitrariamente definida por cada pessoa, mas porque necessita desses temas, valores e marcos para se materializar. Constrói-se a memória pelas questões que um dado ser humano faz no presente e que dependem desses rastros do passado para serem respondidas. Portanto, a memória vai além dos arquivos representativos de um povo, de um acontecimento, ou de uma cultura. Como diz Gondar (2005), a memória é parte viva dos processos sociais; é constante, pulsante; está sempre em mudança. Como exemplo, pense-se nos esquecimentos: a abrangência conceitual da memória é tal que os esquecimentos representam as invenções e as criações próprias ao conceito de memória que abarca a mudança, a vivacidade (GONDAR, 2005).

Sob os pontos de vista colocados até aqui, pode-se dizer que a memória social das comunidades de Canguçu e Pelotas são atravessadas pela memória cultural e as matrizes dos povos de origem africanas. Como a organização das CQRs é baseada em uma estrutura social e familiar existente na África, supõe-se que essa transposição foi feita por meio das memórias culturais, transmitidas de geração a geração (SÁ, 2007). As comunidades quilombolas utilizam as suas terras para sua reprodução social, tematizando memórias coletivas e culturais. Assim, mantêm-se vivas as práticas culturais que evidenciam a ancestralidade negra do grupo. É disso tudo que se trata memória. Sua marca identitária inscreve-se nas significações – de uma memória familiar ou institucional, por exemplo – em que operam marcos e que organizam a experiência de um passado.

Com relação ao desenvolvimento cultural Moreno (2007) entende que exclusões e desigualdades são diariamente definidas por significados, entendimentos e pelas categorias culturais que são transmitidas e atribuídas dentro da sociedade. Categorias culturais como relações de poder, quando tangenciados pelos de cultura ou desenvolvimento podem instrumentalizar alguns grupos sociais específicos em detrimento de outros, o que acaba por determinar “quem está fora ou dentro de um sistema, quem tem privilégios ou quem é omitido na conversa, quem é definido como sujeito ou como objeto e, a partir disso, de qual equidade ou igualdade estamos falando” (MORENO, 2007, p. 120).

Cultura e desigualdades

O protagonismo para o desenvolvimento sócio econômico de comunidades quilombolas depende de inúmeros fatores contextuais políticos e culturais, visando o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas. Segundo Moreno (2007) para haver avanços são necessários progressos em nível cultural a fim de que hajam “seres humanos e cidadãos melhores, profundamente preocupados também com o bem-estar dos demais, compartilhando os privilégios e, finalmente, assumindo posições para passar de um conceito de equidade e bem-estar etéreo e ideal para um que possibilite o avanço humano” (MORENO, 2007, p. 120).

Paula Moreno (2007) trata de uma realidade de exclusão que enfrenta, uma vez que é fundadora da Organização Não Governamental *MANOS VISIBLES* (<http://www.manosvisibles.org/es/sobre-nosotros/que-es-manos-visibles>) na Colômbia, que tem por objetivo capacitar e conectar atores para gerar ecossistemas de transformação efetiva e promover uma nova narrativa de e para regiões (colombianas) em condições de exclusão, onde os afrodescendentes e indígenas são o foco principal, por meio da capacitação para a liderança.

Nesse sentido, o que Moreno (2007) coloca pode ajudar a compreender a realidade que quilombolas enfrentam no que se refere à desigualdade cultural. Moreno (2007) entende que é necessário enfrentar as desigualdades que são produzidas pela cultura hegemônica que discrimina e exclui, assim como observa que a “cultura” também é um mecanismo de reivindicação organização e de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, a cultura (ou as culturas) estão associadas à produção e reprodução social, bem como à maneira como as relações sociais se estabelecem na maneira como o “mundo é organizado, “a partir de uma perspectiva de tempo e espaço e da definição do que é humano e do que não é.» (MORENO, 2007, p. 120). Além disso, a cultura “tem sido a base para organizar a experiência, registrar a memória, analisar que parte dessa memória se torna história e, nessa história, quem são os protagonistas, as vítimas ou os invisíveis” (MORENO, 2007, p. 120).

A literatura é pródiga em exemplos de invisibilidade e preconceito com quilombolas. Miranda (2018) cita que em pesquisa sobre quilombolas em idade escolar a “tonalidade da pele e a linguagem eram frequentemente tidas como alvo de discriminação” (SILVA, C. R., 2008, p. 17 apud MIRANDA, 2018, p. 201) e também sobre dificuldades que “os jovens [quilombolas] enfrentam é que na escola da cidade são percebidos através do estereótipo da origem e experimentam “a diferença que os inferioriza” (SILVA, K. I. M., 2014, p. 131). Porém não são somente os jovens que sofrem pela desigualdade e discriminação.

Para Grossi, Oliveira e Oliveira (2018) há relações de desigualdade e opressão que são vivenciadas pela população negra, mas que essa situação recai mais sobre as mulheres. As mulheres quilombolas também sofrem discriminação.

Existem poucos estudos sobre violência com mulheres quilombolas no Brasil. Sequer consta nos dados do IBGE, o indicador referente à identidade quilombola, contribuindo para a invisibilidade deste segmento populacional. Um dos poucos estudos qualitativos, realizado com mulheres quilombolas de Alagoas (RISCADO; OLIVEIRA; BRITO, 2010), financiado pelo Ministério da Saúde, revelou que um acentuado contingente de mulheres padece de violência doméstica em níveis físico, sexual, psicológico, patrimonial e moral. Quanto ao racismo, as mulheres quilombolas disseram ser vítimas de preconceito racial, com expressões de subestimação, humilhação na rua, na escola, em festas e em atendimento em postos de saúde (GROSSI; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 938).

A invisibilidade social e a desigualdade andam de mãos dadas, uma vez que ocorrem cruéis desigualdades cotidianas por meio da concentração da pobreza em “grupos específicos por causa de suas condições e avaliações identitárias, que marginalizam suas oportunidades na sociedade.” (MORENO, 2007, p. 120). Ao marginalizar as oportunidades, tal como no exemplo em que estudantes quilombolas são tratados com inferioridade (MIRANDA, 2018), faz com a condição de invisibilidade e desigualdade permaneça por gerações.

Exemplos como esses trazem os aspectos políticos da cultura, onde, muitas vezes, ela desempenha um papel opressor e promotora de exclusões, quando rejeita “a diversidade de formas, modos e expressões, gerando categorias estéticas que negam a humanidade em seus múltiplos modos e manifestações” (MORENO, 2007, p. 120), mas pode ser libertadora quando, ao contrário, funciona como mecanismo de reivindicações. (MORENO, 2007). Portanto, “a cultura é contextual conjuntural e marcado pelo político”, consequentemente sendo um campo de negociação e tensões permanentes e dinâmicos (MORENO, 2007, p. 120).

Durante a pandemia, os quilombolas também sofrem de invisibilidades. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONARQ) lançou a plataforma do Observatório da COVID-19 nos Quilombos com o objetivo de reunir dados epidemiológicos da pandemia do coronavírus entre quilombolas de todo o Brasil (<https://quilombosemcovid19.org/>). Até 22 de setembro de 2020 foram 165 óbitos de quilombolas. O que mais preocupa é “a invisibilidade da doença nos territórios quilombolas”, pois

a maioria dos territórios está distante de hospitais estruturados e próxima a municípios onde a saúde é sucateada e onde não chegam nem mesmo os testes rápidos. Mais uma vez, deliberadamente, a população quilombola desse país é colocada no esquecimento, na invisibilidade e é excluída do processo de distribuição das políticas públicas. Neste sentido, a plataforma tem o objetivo de concentrar as informações em um espaço com frequentes atualizações (CONARQ, 2020).

Moreno (2007) coloca que o que precisa ser combatido não é somente combater a pobreza material, mas sim a pobreza dos sentidos. Nesse ponto, uma compreensão ampliada da cultura envolve vê-la como “infraestrutura de sentido individual e coletivo, mas também seu papel na qualidade e na dignidade do ser humano, o que implica uma reflexão mais ética” (MORENO, 2007, p. 123).

Considerações finais

Para pensar sobre possíveis inter-relações que podem haver entre a vivência quilombola e as desigualdades culturais, recorreremos ao entendimento de Moreno (2007). Em resumo a autora Moreno (2007), nos convida refletir sobre os elementos sociais, econômicos e políticos sobre as quais ocorrem a construção das identidades, participação das pessoas, consumo de bens e produtos entre outros, os quais se embasam na cultura, que pode ser voltada para o desenvolvimento econômico e material e crescimento humano ou para a cristalização de um modo de vida de pobreza material e de sentidos. Nesse sentido, as desigualdades culturais na vivência dos quilombolas aparecem nos estereótipos da origem que jovens enfrentam nas escolas, na invisibilidade de mulheres quilombolas que não tem para onde recorrer diante da violência em níveis físico, sexual, psicológico, patrimonial e moral, bem como invisibilizados diante da pandemia do coronavírus, com dificuldade de acesso a tratamento.

Sendo assim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem-se empiricamente nas relações entre a vivência quilombola e as desigualdades culturais, uma vez que a invisibilidade característica desta população precisa fazer parte do passado.

Referências

- CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **COVID-19: Boletim epidemiológico**. Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/covid-19-boletim-epidemiologico>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra-capas, p. 11-26, 2005.
- GROSSI, P.; OLIVEIRA, S.; OLIVEIRA, J. Mulheres Quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 2, n. 2, 2018.
- MIRANDA, S. A. de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. **Educ. rev. Curitiba**, v. 34, n. 69, p. 193-207, June 2018.
- MORENO, P. As desigualdades culturais: o ético, o étnico e a comunidade. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr. 2020/out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, 2007. Disponível: <https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final>. Acesso em: 29 set. 2020.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.



MEMÓRIAS DE DUAS ARTISTAS PLÁSTICAS IDOSAS VINCULADAS A ASSOCIAÇÃO CHICO LISBOA

Arlete Caye

Universidade La Salle

Introdução

O número de trabalhos que envolvem o tema idoso, além de pesquisas sobre o processo de envelhecimento humano, tanto na área da saúde, humanas, social, etc., têm crescido nas últimas décadas. No que tange à arte e aos usos do tempo livre, a mesma constatação se impõe: não são poucos os trabalhos acadêmicos sobre o tema. A dificuldade aumenta ao acrescentar à busca o termo “artistas idosos”, os trabalhos listados nas bases de dados SCIELO cai drasticamente.

A velhice, ou a chamada “terceira idade” como é referenciada pela autora Guita Debert (1997), passou por ressignificações nas últimas décadas, entre as mudanças percebidas é a gestão do tempo na velhice, com novas atividades e experiências que deixaram de lado a visão, por vezes desfavorável, do envelhecimento. Ocupar o tempo livre e desenvolver atividades que geram bem-estar e prazer tende a ocupar uma parcela menor do tempo dito “livre”, de modo que a relação entre trabalho e lazer nem sempre são associados ou executados com prazer (ELIAS; DUNNING, 1992). As memórias narradas deflagram muito além do fluxo de palavras, os gestos, tom da voz, as emoções estão presentes no processo de narração tanto que Benjamin observa que: “Quem escuta uma história está em companhia do narrador, mesmo quem a lê partilha dessa companhia” (BENJAMIN, 1987, p 213).

A arte, neste estudo, proporcionou as entrevistadas uma profissão, artistas de formação com suas obras expostas e comercializadas a décadas.

Artistas plásticos vinculados a Associação Chico Lisboa

Buscar uma associação se mostrou o melhor caminho para esta pesquisa. A partir da visita a sede da Associação Rio-grandense de Artes Plásticas Francisco Lisboa – Associação Chico Lisboa em meados de 2017, tendo o entendimento que uma associação contribui para a legitimação do segmento, no caso de artistas plásticos, e dando maior visibilidade aos profissionais e aos trabalhos dos artistas. Outro fator decisivo para realizar o estudo foi a abertura por parte da direção e o cadastro e catálogos com as informações dos associados o que facilitou o contato com as artistas.

Ao falar de identidade trago o saudoso Bauman (2005) defendia que o indivíduo deve sentir-se parte de um grupo também deverá ser aceito para ser legitimado por ele. Neste contexto artístico pertencer a uma associação colabora diretamente para o sentimento de identidade – sou uma artista plástica -, além de outros papéis sociais exercidos, como o de mãe, esposa, avó ou idosa.

Foi no final dos anos 1930 que a Associação Chico Lisboa foi inaugurada, reunindo artistas plásticos, historiadores, produtores, professores e alunos de arte. São mais de 75 anos em atividade, pois houve períodos de inatividade. Com o intuito de fortalecer a categoria e difundir a produção artística do sul, foram realizados salões de arte que proporcionaram a abertura no circuito de arte no país. Segundo dados coletados em 2019, a associação reunia 270 cadastros de artistas ativos, destes 159 considerados idosos, com 60 anos ou mais, também se percebe a presença majoritária de mulheres, entre os idosos 81% são mulheres e 19% de homens (ASSOCIAÇÃO CHICO LISBOA, 2019).

Para esta pesquisa, as entrevistas foram definidas por conveniência, partindo de indicação da própria associação. Neste recorte foram selecionadas duas entrevistas com mulheres, a entrevista seguiu um roteiro semiestruturado, sendo gravado e posteriormente transcrito pela autora. Para este trabalho nos debruçamos sobre as lembranças que entrelaçam sua trajetória de vida a sua identidade no meio artístico. O método de análise adotado para este projeto foi difundido por Jean-Claude Kaufmann (2013) nomeado de “Entrevista Compreensiva”, que perpassa diferentes métodos, mas de forma específica busca por uma coerência interna:

[...] não existe um método único de entrevista, mas muitos, tão diversos entre si que os instrumentos que propõem têm definições contraditórias. Os ensaios de generalização, por mais competentes que sejam, tem como efeito produzir confusão ao atenuar suas contradições. Eis por que o aperfeiçoamento do método é tão difícil. (KAUFMANN, 2013, p. 26)

A trajetória de vida das artistas plásticas entrevistadas

Optei por conservar o nome artístico das artistas plásticas, o que de certo modo auxilia a difundir e fixar o nome das artistas. Ambas possuem uma carreira longa, tendo o reconhecimento por parte de seus pares além colecionar participações em exposições nacionais e internacionais. As artistas também são mães, avós e se reconhecem e se apresentam como artistas plásticas.

Tabela 1 – Identificação dos participantes da pesquisa

Nome Artístico	Ano de nascimento	Cidade em que Reside	Anos em atividades como artista plástica (2020)
Zoravia Bettiol	1935	Porto Alegre/RS	66
Clara Pechansky	1936	Porto Alegre/RS	65

Fonte: Elaborado pela autora.

Com mais de 60 anos de carreira a porto-alegrense Zoravia Bettiol nascida em 1935, sendo a segunda geração nascida no Brasil, tendo descendência, italiana, austríaca e sueca. Conta que desde a juventude se identificava com o meio artístico passando a produzir obras de artes. Frequentou cursos de artes e posteriormente ingressou na Faculdade de Belas Artes na capital. O incentivo familiar e o respeito por suas obras fizeram a diferença nos primórdios de sua carreira. Neste momento ressalta o respeito por seu trabalho “comecei a viver a vender arte em 1955, porque a minha família comprava o meu trabalho, e minha família não pedia de presente meu trabalho, respeitava” (BETTIOL, 2017). Ao longo da vida, teve a oportunidade de morar em várias cidades, estados e países, onde buscou por cursos e aperfeiçoamento de técnicas de pintura, tecelagem. Sendo que produz em qualquer lugar, não se sente compelida a fazer arte apenas no atelier. Nos 15 anos que morou fora de Porto Alegre, manteve o vínculo com a cidade com a família: “nunca me desvinculei das raízes, que eu acho importantíssimo as raízes culturais e afetivas”.

Clara Pechansky, nasceu em 1936 e viveu duas décadas na cidade natal de Pelotas, filha de pais imigrantes, naturais do norte da Europa, onde atualmente é a Ucrânia. Desde criança demonstrava gosto e aptidão para desenhar, algo que fazia por longas horas, desenhava nos papéis de embrulho disponíveis nas lojas da família. Ainda na adolescência ingressou para cursos de artes, o que a levou a faculdade de Belas Artes, como bacharel em pintura. Passou a trabalhar com pintura de bancos de praça, seu primeiro emprego: “já trabalhava lá com ilustração, tinha um amigo que vendia bancos de pedra para praças. Aqueles bancos que tem um anúncio no encosto, então ele buscava as empresas e pedia para eu fazer um anúncio bem lindo, colorido que ele vendia para o futuro banco de praça...” (PECHANSKY, 2018). A partir deste emprego nunca mais parou de trabalhar com arte “Sempre trabalhei só em arte, vivi de arte, arte é minha Razão de ganhar alguma coisa” (PECHANSKY, 2018).

Ambas as artistas relataram ter o apoio de seus familiares desde cedo, foram incentivadas a desenvolver a

aptidão artística, ingressarem em oficinas e cursos profissionais de arte e passando a produzir e vivendo da venda das obras de arte.

O autorretrato das artistas através das suas trajetórias

O fato de pertencer a uma família que aprecia arte em suas diferentes esferas, tendo como patriarca um professor que apreciava os livros, música, cinema, espetáculos e exposições de arte proporcionou um cenário favorável para Zoravia. A artista cresceu neste meio recebendo o incentivo necessário para trabalhar suas aptidões artísticas. Tanto que defende que “para algumas áreas, eu acredito que o ambiente familiar pode ajudar para que ele desenvolva estas áreas ou abafe, e no meu caso foi um ambiente propício, para todas elas” (BETTIOL, 2018). O meio onde cresceu a incentivou a buscar por formação acadêmica, um ponto defendido por seu pai, que desejava que todos os filhos tivessem autonomia para viver e trabalhar no que escolhessem. Clara Pechansky (2018) também pontua a influência da família, que desde criança proporcionava acesso a equipamentos de cultura na cidade de Pelotas, e em especial a literatura e música, gosto que transmitiu a seus filhos e tem reparado que os netos também gostam e tocam algum instrumento musical. Para Walter Benjamin (1987, p. 108) as semelhanças compartilhadas interferem e influenciam diretamente uma vez que “é o homem que tem a capacidade suprema de produzir semelhanças. Na verdade, talvez não haja nenhuma das suas funções que não seja decisivamente codeterminada pela faculdade mimética”.

A arte sempre foi a prioridade das artistas entrevistadas, produzindo e envolvendo-se em atividades vinculadas a arte, participando de associações e projetos culturais. O engajamento com a produção e difusão da arte é defendido por ambas, pois tem sua profissão como essencial para suas vidas. Tanto que Clara expõe a importância do seu trabalho, da necessidade de se expressar através de seus quadros, de suas pinturas. A entrevista já se encaminhava para o final quando a artista fala da sua vontade de criar, de estar na ativa:

Eu produzo porque eu preciso produzir, por que a arte é a minha forma de impressão [...] então não importa se ali tá cheio de Quadros, que nunca foram para alguma galeria porque aqui tá cheio de desenho que nunca irão para uma galeria, quem decide isso sou eu, mas este é meu trabalho, e eu não trabalho para vender arte, eu trabalho porque eu preciso disso, entendi. Não é porque minha fonte de renda, Isto é uma fonte de vida, por isso eu te digo, segunda-feira é o dia de lançar é um dos momentos mais maravilhosos do dia da semana, senão mais maravilhoso porque eu não sei o que vai acontecer, tu rabisca... e vamos ver o que... (PECHANSKY, 2018).

Para se tornar um artista é necessário tempo e segundo Clara:

Mas ser artista é uma identidade que tu vai adquirir que tu vais construindo através do teu trabalho, e não é uma atividade de fins de semana, de forma nenhuma, tu tens que estudar, tu tens que ler muito, tu tens que pesquisar muito. Se possível tu tens que viajar, ir a museus ver exposições e olhar ao vivo e isto te ensina. E depende muito, evidentemente do que a pessoa almeja, eu não acho que dependa de sorte eu acho que depende do trabalho, dedicação sim, trabalho sério. Como eu te disse sem concessões, sempre com um rumo, com essa baliza ética sempre, sempre e sempre na tua vida. (PECHANSKY, 2018).

O trabalho do artista, por vezes, é solitário e segundo Zoravia trabalhar de forma autônoma vem “com as vantagens que isso tem, e as desvantagens que isso tem também. E no meu caso eu sempre tive no meu trabalho um envolvimento muito grande com as associações culturais artísticas e depois sociais. e agora mais recentemente com associações políticas” (BETTIOL, 2018).

Conclusão

O breve estudo das entrevistas realizadas com as artistas pode analisar a relação intrínseca com a arte. O incentivo familiar se mostrou fundamental para dar início aos estudos em Belas artes, além do respeito ao trabalho desenvolvido. Construir uma carreira como artista plástica demanda tempo, estudo, empenho e muito trabalho, pois o mercado de artes não é estável, o que torna difícil manter-se nesta área e segundo Zoravia, é raro um artista viver exclusivamente do seu trabalho.

Pertencer a um grupo, manter-se associada a uma instituição que busca valorizar e divulgar o trabalho dos artistas gaúchos é considerado importante pelas artistas, pois entendem que desta forma estão fortalecendo a categoria. Além da Associação Chico Lisboa, ambas estão vinculadas a outros projetos paralelos, se mostram engajadas em difundir o trabalho de outros artistas também, e mais, estão engajadas em diversas ações sociais e culturais.

Ao longo das décadas trabalharam com diferentes técnicas, ora produzindo mais ora menos, mas sempre produzindo e apreciando arte. As artistas têm percebido o avanço da idade com certo desdém, pois se consideram artistas e não artistas “idosas”. A chegada da velhice não as impediu de produzir e trabalhar, também reconhecem que ganharam mais paciência e experiência com os anos, mas também reconhecem que estão ficando mais “lentas”. Entendem que a arte é o que as move, alimenta e as mantém ativas. Assim, as lembranças da trajetória artística e de vida ficam marcadas sempre positivamente.

Referências

- ASSOCIAÇÃO Rio-grandense de Artes Plásticas Francisco Lisboa. **Chico Lisboa**. Disponível em: <www.chicolisboa.com.br>. Acesso em: abr. 2017.
- BAUMAN, Z. **Identidade**, Zahar. 2005.
- BENJAMIN, W. O Narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Obras escolhidas** - Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1987, p. 197-222.
- BETTIOL, Z. **Entrevista Compreensiva**. [Entrevista cedida a] Arlete Caye. 2018. (55 min.).
- DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: Debert, G. G. (org.) **Textos didáticos: Antropologia e Velhice**. IFCH/Unicamp, n 13. Mar.1994.
- DEBERT, G. G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, p. 39-56, 1997.
- DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. 2. reimp. São Paulo: EDUSP – FAPESP, 2012.
- DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. A aposentadoria e a invenção da “Terceira Idade”. **Textos didáticos**. Campinas, SP: IFCH/ UNICAMP, v. 1, n. 13, p. 31-48, mar. 1994.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa, Difel, 1992.
- KAUFMANN, J. C. **A entrevista compreensiva**. Editora Vozes; Edufal, 2013.
- PECHANSKY, C. **Entrevista Compreensiva**. [Entrevista cedida a] Arlete Caye. 2018. (90 min).

PATRIMÔNIO EM DISPUTA: MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E SEUS TENSIONAMENTOS EM URUSSANGA/SC (1990-2010)

Liziane Acordi Rocha

Michele Gonçalves Cardoso

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Introdução

O presente trabalho analisou as relações e o impacto entre as migrações internacionais na cidade de Urussanga-SC, iniciada com fluxo mais representativo na década de 1990 e as tensões e litígios no Centro Histórico da cidade, especialmente, relacionados aos bens patrimonializados. Urussanga possui um discurso étnico fomentado por alguns fatores, tais como, as festividades (Festa *Ritorno Alle Origini*, Festa do Vinho, *Sagra dela polenta* e Festa *Madonna dei campi*) e acordos políticos (*Gemellaggio*), ações que buscam evidenciar os processos de colonização, durante a década de 1870, por grupos oriundos da Itália. Os vínculos consanguíneos e as memórias são trazidas como elementos de italianidade, justificativa que ocasionou a busca por uma descendência europeia que possibilitasse aos brasileiros/as descendentes, um caminho para a migração na contemporaneidade. Essa migração muitas vezes tem como meta ganhos financeiros e o retorno à cidade de origem, sendo a construção civil um dos campos para o investimento. Buscamos nos processos de tombamentos da cidade de Urussanga, realizados pela Fundação Catarinense de Cultura - FCC, as justificativas empregadas pelos proprietários e proprietárias para o não tombamento das edificações, observando ainda, possíveis relações com o processo de verticalização da cidade no período de intensa migração.

Fluxos migratórios na cidade de Urussanga/SC.

Urussanga, se localiza a 185 km da capital Florianópolis, foi fundada enquanto núcleo colonial pelo Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, no dia 26 de maio de 1878. Durante a década de 1870, se intensificou em Santa Catarina a ocupação de terras para o interior do estado, ação fundamentada no discurso do 'vazio demográfico'. Nesse contexto, temos as primeiras levas de ocupação em Urussanga, provenientes da Península Itálica, sobretudo da região de Vêneto. Estas famílias buscaram construir suas primeiras residências no núcleo central e próximo ao rio que leva o mesmo nome. Urussanga possui hoje, um total de vinte e quatro (24) bens tombados em nível estadual e federal, sendo muitos deles localizados na Praça Anita Garibaldi (centro da cidade) e entorno, com grande valor no mercado imobiliário. É na relação entre o retorno de migrantes da Europa e seus investimentos na construção civil, que procuraremos observar as tensões e litígios relacionados aos bens patrimonializados na cidade.

Por volta de 1990, o cenário político nacional se apresentava como um fator motivador para busca da cidadania e a migração para países como Estados Unidos e/ou para o continente Europeu, objetivando a tentativa de melhores condições de vida e de ganhos financeiros. O 'retorno' dos/as descendentes de italianos para Europa se deu em grande parte por meio da obtenção da dupla cidadania, acionando o *Jus Sanguinis*⁹ como "sinônimo de italianidade" (SAVOLDI, 1998, p.35). Esse 'novo' movimento de migração transcorreu por conta da valorização de elementos étnicos, culturais e identitários que moldaram o imaginário em torno do discurso de italianidade. Que de acordo com Bauman (2005, p. 27):

9 *Jus Sanguinis* ou "direito de sangue", é um direito evocado por indivíduos em países que passaram pelo processo de imigração, vinculados principalmente com países europeus como no caso da Itália. Pode ser reconhecido o direito por descendência a aquele que for filho/a de cidadão italiano conforme a Lei 91/92 em seu art. 1º, primeira parte que define como cidadão italiano nato "o filho de pai ou mãe cidadãos". No mesmo artigo, na disposição *b* menciona que filhos/as em que pai ou mãe tenha sido apátrida não tem o direito à cidadania.

Não fosse o poder do Estado de definir, classificar, segregar, separar e selecionar, o agregado de tradições, dialetos, leis consuetudinárias e modos de vida locais, dificilmente seria remodelado em algo como os requisitos de unidade e coesão da comunidade nacional.¹⁰

Também é durante a década de 1990 que Urussanga firma o acordo do *Gemellaggio* (PEREIRA, 2011), que se configura em um acordo político, econômico e tecnológico entre o município e a cidade italiana de Longarone. Essas duas cidades de acordo com o projeto, seriam “cidades irmãs”, já que teriam migrado de Longarone um grande número de imigrantes e estes se fixaram em Urussanga. Os vínculos consanguíneos e as memórias são trazidas como elementos para uma identidade italiana. Com o projeto *Gemellaggio* firmado na década de 1990 criou-se de acordo com Tomasi (2012, p. 34):

[...]oportunidades de emprego na Europa. Com isso, Urussanga, a cidade de imigração italiana do final do século XIX, tornou-se nas últimas duas décadas “terra de emigrantes”, visto que muitos urussanguenses veem a emigração para a Europa, em especial para a Itália e a Alemanha, como um projeto de vida e um meio de ascensão social.

Esse movimento de ida ou de ‘retorno’ para a Itália tinha entre os objetivos a volta ao Brasil uma vez que o sentimento de “ser” italiano não os configurava “ser” italiano na Itália (mesmo com a dupla cidadania). Ao partirem rumo a terras dos nonos/as todo um leque de imaginários são acrescidos por meios de uma rede informações. E ao chegarem, confronto e estranhamentos com a realidade imaginada e a realidade vivida produzem novas configurações, com isso uma:

[...] ruptura do mito de uma Itália encantadora, por suas paisagens e por seu comportamento humano, construído a partir de narrativas familiares ou de programas e filmes, impulsiona em direção a um novo olhar sobre o Brasil. Neste sentido, e olhando desde o exterior, em um processo de estranhamento, aquele país, que parecia tão distante, quando vivido exatamente em seu seio apresenta uma nova coloração, um novo encantamento. (BENEDUZI, 2014, p. 103).

Muitos dos/as migrantes contemporâneos não tinham como objetivo se fixar na Europa, mas apenas buscar recursos que possibilitassem uma melhora de vida. Durante o processo migratório e o retorno ao Brasil umas das ações destes migrantes seria o investimento na construção civil. Esse retorno contemporâneo fez com que um grande número de investimentos fosse feito na cidade de origem, principalmente no mercado imobiliário (CARDOSO, 2011).

Nos dados obtidos na DEPLAN (Tabela I), observamos um crescimento na área da construção civil mais elevado entre os anos de 2007 a 2010 nas edificações residenciais e/ou residenciais e comerciais num comparativo com aquelas com a terminologia de prédios e edifícios; estes tiveram um número reduzido se comparado com os anos de 1994 a 1996. Isso pode ter ocorrido com o “controle” estabelecido pelo Plano Diretor em 2008, que instituiu o controle das edificações na cidade, mas principalmente próximo à Praça Anita Garibaldi. Outro fator que pode ter contribuído para o aumento após 2007 é a crise que se iniciou nos Estados Unidos, abarcando a Europa, o que acarretaria no retorno de brasileiros/as a cidade e o investindo nesse setor. Não podemos deixar de mencionar que o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, criado em 2009, também permitiu que muitas pessoas adquirissem seus imóveis com mais facilidades.

10 BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista à Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005. Bauman ainda menciona que identidade não é algo natural, mas que nasceu “da crise do pertencimento”, que o Estado auxilia na remodelagem e criação de uma unidade imaginada e que fixam para dar sentido para um “nós”.

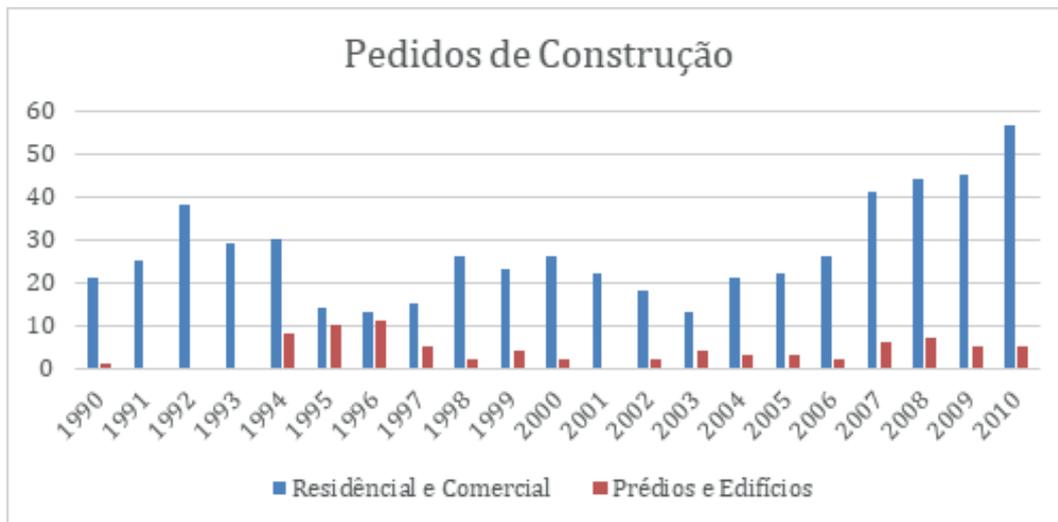


Tabela 1 - Dados de construções civil 1990 - 2010.

Fonte: Departamento de planejamento de Urussanga, 1990-2010. Modificado pela Autora.

Não conseguimos estabelecer os locais e as regiões em Urussanga com maior índice de construção, devido ao grande número de documentos que necessitariam olhar um a um, pois o sistema do Departamento de Planejamento apenas compreende o número do processo, o nome do solicitante, a tipologia e a data. No período analisado entre 1990 e 2010, encontramos 12 processos de construção de loteamentos na cidade, o que pode evidenciar que a ocupação do solo está sendo feita em outros locais que circundam a cidade. A relação da construção civil e os bens tombados se configuram no Plano Diretor do município, quando se intenta controlar o processo de verticalização na Zona Urbana Central, que, de acordo com Alice Pieri (2015, 141) “constatou-se também um crescimento do número de edificações em altura, inclusive nas áreas do entorno imediato da Praça Anita Garibaldi, que alteraram significativamente a leitura da paisagem e a relação de escala com o pedestre.”

Portanto, o centro histórico preservado também foi motivo de interesse da construção civil, colocando em disputas valores identitários/étnicos e econômicos. Além das fontes historiográficas relacionadas a migração internacional e as tensões que envolvem o patrimônio cultural em Santa Catarina, analisamos os processos de tombamentos da cidade de Urussanga que estão disponíveis na Fundação Catarinense de Cultura. Nosso foco incidiu sobre as justificativas de impugnação promovidas pelos advogados dos proprietários, que nos propiciou compreender em que medida os bens tombados refletem no mercado imobiliário, sua relação com o retorno dos/as emigrantes e os discursos existentes em torno do Patrimônio Cultural.

Análise das justificativas dos bens patrimonializados.

Dos 24 processos analisados, treze (13) tiveram contestações ou ações de impugnação (esse recurso está previsto no Decreto-lei nº 25/37), entre 1994 e 1998, realizados de modo autônomo ou com auxílio de advogados. Nas justificativas presentes nos processos de impugnação, de forma sutil, mas expressiva, percebe-se a falta de conhecimento sobre os tombamentos, pois este é “frequentemente compreendido como sinônimo de desapropriação ou ‘congelamento’, alimentando disputas que opõem a permanência do ‘passado’ à lógica necessariamente destruidora do ‘progresso.’” (GONÇALVES, 2012, p. 5).

Dos treze processos em que os proprietários/as contestaram o tombamento de suas edificações, quatro foram feitos pelos proprietários/as ou representantes da família, e nove com auxílio de advogados. Entre algumas

justificativas feitas pelos advogados Odivaldo Bonetti (representou em 3 processos de impugnação) e o advogado Mauro Felipe (esteve presente em 7 processos de impugnação). alegaram que os tombamento “não possuem elementos memoráveis para a História do Brasil”¹¹ isso se relaciona com Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937 e a Constituição Federal de 1988 que traz a noção e o entendimento de bem patrimonial ligados ao valor estético, memorável, intrínseco ou notável. O conceito de Patrimônio foi sendo reformulado e apesar de ainda termos na legislação a percepção de bens ligados somente a eventos considerados significativos para o país, compreendemos que o Patrimônio é um representativo para diferentes grupos e está relacionado a prática social, tal como um campo de conflito material e simbólico. Sobre essa ótica somente mereciam ser tombados e preservados elementos que estivessem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, ou que tivesse excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico ou, ainda, que se tratasse de sítios ou paisagens de feição notável, por obra da natureza ou do homem.

Outro ponto abordado nas justificativas apontados pelos advogados é quanto as características arquitetônicas os imóveis “não teriam características italiana”, se observa que deveria haver uma característica única para arquitetura italiana (como a arquitetura enxaimel que evoca a identidade e a memória alemã) e que as memórias selecionadas devem ser estar ligadas a um contexto amplo e de destaque nacional. Ainda se constatou a menção a nacionalização de Getúlio Vargas¹² de 1938, que procurava banir questões étnicas no país. A evocação das políticas de nacionalização de Getúlio Vargas, de 1938, para justificar que as questões étnicas inferidas sobre os bens tombados não existiriam mais, torna as tensões em torno do patrimônio muitas vezes complexas. A identidade e as memórias evocadas se diferem daquelas que permeiam os discursos das festas e a justificativa para o próprio *Gemellaggio*. Nesses processos de revisitação de memórias, as histórias são reinterpretadas e revisitadas, e também utilizadas como estratégia. Afinal, para os que almejam a migração para a Europa, ter a descendência italiana é uma estratégia bem cabível aos seus interesses, enquanto que, para os/as proprietários/as que teriam em suas edificações uma representação da migração, isso se torna desfavorável.

No processo P.T. 192/2000¹³ situadas na Praça Anita Garibaldi o advogado Mauro Felipe menciona que a referida casa está em um local “estratégico” da cidade e o tombamento prejudicaria o desenvolvimento de Urussanga impedindo o “progresso”. Não nos cabe mencionar todos os processos, mas algumas já são suficientes para que compreendamos que as justificavas propostas pelos advogados possuem elementos que buscam apresentar uma concepção de patrimônio bastante particular e que está diretamente vinculada aos interesses dos proprietários, que tendo em vista, a valorização da parte central da cidade, não aceitam o tombamento de seus bens, entendendo o processo como um possível problema para transações comerciais.

O que nos apresentam alguns elementos das justificativas já mencionadas é que os bens tombados na cidade seriam considerados como um “atraso” para o município, principalmente as edificações na Praça e na zona urbana. Pelas justificativas podemos também observar as dificuldades por parte da Fundação Catarinense de Cultura em propiciar ações e políticas públicas que fomentem a preservação do Patrimônio Cultural. Um distanciamento entre o órgão responsável e a comunidade em questão é visivelmente percebido, ao promover o tombamento, algumas pessoas foram surpreendidas com a ação demonstrando quase total desconhecimento sobre o assunto.

11 No Processo P.T. 182/2000 o advogado Mauro Felipe, menciona que a construção teria sido construída após o período de colonização na cidade e que a mesma não teria sido residência de moradores pertencentes aos primeiros imigrantes italianos que se fixaram em Urussanga. Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. Processo de Tombamento. P.T. n°: 182/2000.

12 Em todos os processos de impugnação representados por Mauro Felipe é mencionado o período de nacionalização como justificativa para o não tombamento do bem.

13 Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. Processo de Tombamento. P.T. n°: 192/2000.

Considerações finais

O patrimônio pode ser entendido como um espaço de “*luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos*” (CABRAL, 2004, p.38). Discursos de progresso e desenvolvimento em contrapartida com o “velho” ainda reverberam no imaginário. Concluímos que as tensões e litígios em torno do patrimônio estão em constantes movimentos e são palco para disputas das memórias e reinvenção das identidades. Em nossa análise, a identidade italiana somente é evocada quando necessário, como ao buscar uma ascendência europeia como forma de conquistar a dupla cidadania, em acordos políticos e como marketing para as festas. Manter a memória “viva” e o discurso da italianidade não contempla a todos/as; isso é algo perceptível nas justificativas apresentadas nos processos de tombamentos. O núcleo central da cidade virou palco de constantes disputas e tensões, para os/as proprietários/as o tombamento acarretou a desvalorização do imóvel, ou seja, o valor mercadológico é muito mais lucrativo para esses do que investir na preservação do bem ou para a memória da cidade. O processo de tombamento realizado em pela Fundação Catarinense de Cultura ao que nos apresenta foi algo de cima para baixo e os sentidos de pertencimentos para alguns proprietários/as está ligado as questões financeiras, sejam, para empreender novas edificações sejam para realizar o processo de restauro e manutenção. Ainda que nos é plausível de crítica a invenção de uma identidade em um ambiente que apesar de muitos serem descendentes de italianos, outros ainda, não se conhecem nesse discurso e para essas edificações não lhes representariam. O valor do patrimônio em Urussanga se liga a diferentes campos sociais, políticos e culturais e que podem vir a ser instrumentos de desenvolvimento econômico em prol do turismo e de uma educação para patrimônio se bem traçado.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi, tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- BENEDUZI, Luís Fernando. O que significa ser ítalo-brasileiro na Itália? Entre experiências e expectativas, três leituras. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; BENEDUZI, Luís Fernando (Org.). Os pequenos pontos de partida: novos e(i)migrantes rumo à Itália no século XXI. 1ed. Curitiba/PR: CRV, 2014, v. 1, p. 83-110.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2017.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 13 nov. 2017.
- CABRAL, Magaly. Memória, Patrimônio e Educação. **Resgate**, Campinas, SP, n.13, p.35-42, 2004.
- CARDOSO, Michele Gonçalves. **De volta para a casa**: A inserção dos retornados à cidade de Criciúma/SC (1995-2009). 2011. 133 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- GONÇALVES, Janice. Patrimônio em litígio: conflitos e tensões nos tombamentos estaduais catarinenses. **Anais do XIV encontro estadual de história – tempo, memórias e expectativas**, 2012, UDESC, Florianópolis, SC.
- SAVOLDI, Adiles. **O caminho inverso**: a trajetória dos descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. Florianópolis, 1998. 170 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFSC.
- TOMASI, Julia Massucheti. **Ritornandoalleorigini: a identidade italiana em Urussanga (SC) no final do século XX e início do XXI**. Fronteiras (Florianópolis), v. 20, p. 33-52, 2012.

PEREIRA, Lara. Rodrigues. **O Gemellaggio entre Urussanga e Longarone: Irmandade Intercontinental.** Temporalidades, v. 5, p. 349/-360, 2011.

PIERI, Alice. **Um olhar sobre o conceito de paisagem cultural:** o caso de Urussanga/sc. 2015. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

